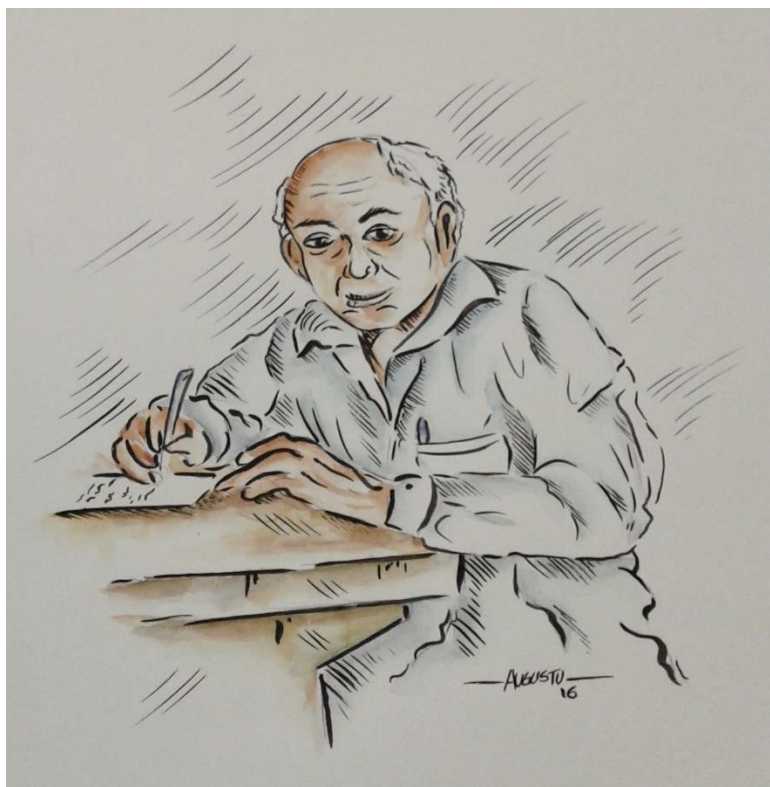




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - DCHF  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PGH

RUI MARCOS MOURA LIMA



*“DAS TREVAS DA IGNORÂNCIA PARA ALCANÇAR A LUZ DIVINA DO SABER”:*  
Educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 –  
1974)

Feira de Santana / BA  
2016

RUI MARCOS MOURA LIMA

*“DAS TREVAS DA IGNORÂNCIA PARA ALCANÇAR A LUZ DIVINA DO SABER”:*  
Educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 –  
1974).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof<sup>or</sup> Dr<sup>or</sup> José Augusto Ramos Luz.

Feira de Santana / BA  
2016

### Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado

L71t Lima, Rui Marcos Moura

*“Das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber”*:  
educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto  
(Brumado, 1954-1974) / Rui Marcos Moura Lima. – 2016.  
212 p. : il.

Orientador: José Augusto Ramos Luz.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira  
de Santana, Programa de Pós-graduação em História, 2016.

1. Barrêto, Albertino Marques, 1902-1983. 2. Políticos –  
Biografia. 3. Centro Espírita Fraternidade – Brumado, BA. I. Luz,  
José Augusto Ramos, orient. II. Universidade Estadual de Feira de  
Santana. III. Título.

CDU: 92

RUI MARCOS MOURA LIMA

*“DAS TREVAS DA IGNORÂNCIA PARA ALCANÇAR A LUZ DIVINA DO SABER”*:  
Educação, religião e política na trajetória de Albertino Marques Barrêto (Brumado, 1954 –  
1974).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia (DCHF), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Data de aprovação: \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. José Augusto Ramos Luz (Orientador)  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elizete da Silva  
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (Co-orientadora)

---

Prof. Dr. José Carlos de Araújo Silva  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB *Campus IV*

“Se a gente cresce com os golpes duros da vida, também podemos crescer com os toques suaves na alma.” Cora Coralinaina.

Dedico aos meus pais Neis e Lúcia e a Eurelino Coelho.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer às pessoas que, de algum modo, contribuíram no árduo percurso da pesquisa que resultou na dissertação, foi rememorar as alegrias vivenciadas em consequência dos grandes amigos conquistados nesse período de minha formação na UEFS. Foi também o momento de revisitar as dificuldades enfrentadas e que agora consigo enxergar com nitidez, e chego à conclusão de que se não sucumbi. Parafraseando Isaac Newton, foi “por estar sobre os ombros de gigantes”.

Esses dois anos e meio foram de sucessivas renúncias em prol dos meus estudos, abdicando-me da companhia afetuosa e dos cuidados dos meus familiares e amigos. Então, vejo aqui a oportunidade, antes de tudo, de me desculpar pela ausência e, sobretudo, em agradecer pela compreensão e apoio que me foram concedidos nos momentos em que mais necessitei.

Gratidão desmedida aos meus pais, Claudinei e Luceny (Neis e Lúcia), que forraram o meu caminho com o mais dedicado amor e por terem abdicado de muito para que eu me tonasse uma pessoa melhor. Grato também às minhas irmãs, Neilaine e Tânia e ao meu irmão Renê pelo carinho. Não poderia deixar de mencionar os meus sobrinhos lindos, Lara, Artur e Guilherme, que nos nossos encontros abasteceram-me de amor e força, renovando minhas esperanças em continuar a jornada. Sobre motivação, quero expressar o meu reconhecimento a Tia Neide e Tio Lica, por depositarem confianças em mim quando nem eu mesmo acreditava mais.

Ainda falando sobre a família, a que vou agradecer agora é um pouco diferente, pois foi a vida que me presenteou, de forma muito especial. É com um imenso sentimento de gratidão que me lembro das conversas com o meu irmão Paulo Marcos, depois que ele me escutava atentamente, falava de forma sutil suas impressões, sempre saí com decisões mais acertadas após nossos encontros. Também sou grato ao meu querido amigo Herlle Silva, por nossa duradoura amizade e conversas ao telefone, que tornou a vida mais alegre e afável. Não posso esquecer-me de Robson Lima, o qual envolto em muita gentileza, ajudou-me a superar dificuldades. Em especial, sou grato ao companheirismo e paciência de Eric Lenn Paige, que neste percurso dividiu comigo não só momentos de felicidade, mas também de dificuldades. Grato pelo acolhimento e apoio da família Gilodefán na pessoa da Ialorixá de Nanã, Maria das Graças.

Sobre o resultado aqui apresentado, agradeço ao meu orientador José Augusto Ramos da Luz, pelas contribuições e por me conceder autonomia em trilhar livremente o terreno teórico e metodológico da pesquisa. Este caminho percorrido reservou-me um amadurecimento significativo, enquanto pesquisador. Também sobre as orientações, tive a grata satisfação de ter Elizete da Silva como minha co-orientadora. A ela agradeço as muitas contribuições para o desenvolvimento do trabalho, além da irreverência e carinho, como esquecer: “ – perdido, já me enviou o texto?”. Ainda se tratando de orientação, sou grato ao meu antigo orientador, José Carlos de Araújo Silva, pela sugestão da mudança do objeto para o estudo da trajetória de Albertino Marques, no início da especialização, decisão acertada que ampliou as possibilidades de análises e continuidade do estudo.

Consciente de que o processo da pesquisa não é uma atividade solitária, pois quando nos debruçamos sobre um objeto de estudo, outros já percorreram o caminho, a minha experiência é prova disso, pois no decorrer do processo de pesquisa pude contar com a presença constante de ótimos companheiros e companheiras que integram o Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU). O laboratório representa a materialidade da pesquisa coletiva, pois foram muitas as vezes que as provocações do grupo fizeram-me repensar sobre os direcionamentos das minhas análises. Na mesma perspectiva, fui agraciado pela dedicação incansável de Eurelino Teixeira Coelho Neto, com contribuições para o desenvolvimento do trabalho. Não posso deixar de mencionar a gentileza de Diego Carvalho Corrêa, nos diálogos sobre a trajetória de Albertino Marques, regados a cerveja, que apresentou-me novas perspectivas para pesquisa.

Pensando nessa construção coletiva, é com muita gratidão que rememoro as leituras de Karolyne Gilberta (Karol) feita aos meus primeiros textos, também a afabilidade e disposição de Roberta Lisana em sempre ajudar nas minhas dificuldades, ao meu incansável amigo Felipe Augusto Rangel, por ter dedicado as suas horas de descanso a sanar minhas dúvidas, também a Tamires Assad pelo carinho e auxílio e a minha querida Alcione Conceição, pela paciência e presteza.

Durante o tempo que fiquei em Feira de Santana os dias se tornaram mais aprazível com a companhia de bons amigos e amigas, então cabe cita-los não pela ordem de importância, pois impossível um termômetro para medir o meu carinho e consideração por todos e todas, então vai de forma aleatória: Meu querido casal Larissa Godinho e Rafael Rosa, Carla Santana, Larissa Nepomuceno, Marcelo de Jesus, José Adriano, Chablik Morgado, Aline Santana, Perimar Moura, José Mota, Antônio Lisboa, João Victor, Naiane Magna,



Hortência Sant`Ana, Sérgio Matos, Fábio Deraldo, Rogerio Reis e a Lorena Nunes pelo café e afeto.

Expresso aqui minha gratidão aos companheiros e companheiras de longas datas que auxiliaram no processo de amadurecimentos da pesquisa. Agradeço a Antonieta Miguel, pelas primeiras orientações do projeto para a especialização; também a Márcia Cristina, pelo apoio; a João Roberto, Welma Reis e Laiane Fraga, pelo companheirismo e auxílio na busca de fontes.

Essa pesquisa não seria exequível sem a colaboração dos sujeitos a quem entrevistei. Em primeiro lugar o meu agradecimento aos senhores Edson Meirelles e Érico Dias Lima (in memoriam), gratidão aos seus familiares pela salutar contribuição que me foi concedida, também a Teobaldo José Ribas, Ivan Meira, Valfrido Figueiredo, Glória Espínola, José, João Miranda dos Santos “Mungunzá”, Armindo Asilio e as filhas de Albertino Marques Barreto, Célia e Marizete Barreto. Agradeço a diretoria do Centro Espirita Fraternidade, a Câmara de Vereadores de Brumado e a Maria Eulália Cotrim, do Cartório de títulos de Brumado, Antonio Novais Torres pela disponibilidade na consulta das fontes.

Por fim, agradeço a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e ao Programa de Pós Graduação em História (PPGH), pela realização de um sonho. Sou grato ainda à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), por financiar metade de minha pesquisa. Ao querido Julival, secretário do mestrado, pela solicitude.

## RESUMO

Na dissertação analisamos a trajetória de Albertino Marques Barrêto, na cidade de Brumado, no sudoeste baiano. O recorte temporal que abarca a pesquisa tem início em 1954, quando Albertino e um grupo de “confrades” fundaram o Centro Espírita Fraternidade (CEF) e se encerra no ano de 1974, quando podemos vislumbrar sua atuação não somente no “campo religioso” mas também político, como a participação na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brumado. Tratamos de compreender o projeto político defendido por esse personagem ao longo desses vinte anos, pretensões disputadas nos diferentes espaços que o esse sujeito atuou. Ao longo da pesquisa, verificamos que a atuação de Albertino sempre foi pautada nas concepções do Espiritismo, inclusive seu projeto para a Educação, que tinha como princípio básico tirar o homem da “ignorância” para formar um “homem novo”.

**Palavras Chaves:** Educação, Espiritismo, Trajetória.

## ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the trajectory of Albertino Marques Barrêto in the city of Brumado, in southwestern Bahia. The time frame for this work begins in 1954 when Albertino and a group of “brothers” founded the Spiritual Center Fellowship (CEF) and ends in 1974, when not only can we envision his role in the “religious field,” but also as a politician during his participation in the founding of the Union of Rural Works of Brumado. This paper also endeavors to comprehend the defense of Albertino’s disputed political project in the different political spaces in which he acted over the course of this twenty-year period. This research also uncovers that Albertino’s activity was always based on ideas of spiritualism, including his design for education, which had the basic principle of taking the man out of “ignorance” to form a “new man.”

**Key - Words:** Education, Spiritualism, Trajectory.

**LISTA DE ABREVIATURAS**

ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
CGC - Cadastro Geral de Contribuintes  
CEF - Centro Espírita Fraternidade  
FEB - Federação Espírita Brasileira  
IPMs - Inquéritos Policial-Militares  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LBV - Legião da Boa Vontade  
LDB - Lei de Diretrizes e Base  
LDB - Liga Desportiva Brumadense  
MSA - Magnesita  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
PCB - Partido Comunista do Brasil  
PAMP - Plano de Aperfeiçoamento do Magistério Primário  
PNE - Plano Nacional de Educação  
SNI - Serviço Nacional de Informações  
STRB - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brumado  
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
UDN - União Democrática Nacional  
VFFLB - Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

**LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura I:</b> Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.....	20
<b>Figura II:</b> Antônio Mourão Guimarães com Juscelino Kubitschek .....	35
<b>Figura III:</b> Mapa da Viacão-Ferrea-Leste-Brasileiro .....	50
<b>Figura IV:</b> Inaugurada a estação ferroviária de Brumado .....	52
<b>Figura V:</b> Transporte de carga da Magnesita em Brumado .....	53
<b>Figura VI:</b> O trem chegando na Estação de Brumado .....	54
<b>Figura VII:</b> Ambulatório médico – dentário, Dr. Bezerra de Menêzes.....	85
<b>Figura VIII:</b> Diploma de vereador .....	91
<b>Figura IX:</b> Novo trajeto com destino a Salvador partindo de Brumado a Milagres .....	99

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. CAPÍTULO I: ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A CIDADE DE BRUMADO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.....</b>	<b>19</b>
2.1 A década de 1940: A chegada de Albertino Marques Barrêto a Brumado e a relação com a industrialização. ....	19
2.2 A implantação da Indústria Magnesita em Brumado e a relação com expansão industrial no Brasil.....	24
2.3 Breve relato histórico da Magnesita. ....	30
2.4 Da Vila de Bom Jesus dos Meiras a Brumado. ....	36
2.5. O cenário social de Brumado influenciado pela indústria de mineração. ....	40
2.6 “Deem-nos estradas e em pouco tempo nosso estado apathico se transformará em robusto meio de progresso.” .....	46
2.7. Prelúdio de uma trajetória. ....	55
<b>3. CAPÍTULO II – OS CAMINHOS DE ALBERTINO MARQUES BARRÊTO: DA ATUAÇÃO NO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE AO EXERCÍCIO LEGISLATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. ....</b>	<b>58</b>
3.1 A caridade como função norteadora na trajetória de Albertino Marques.....	58
3.2 Comissão de assistência social: a execução do projeto de Caridade. ....	65
3.3 A Legião da Boa Vontade – LBV Núcleo de Brumado: extensão do projeto caritativo desenvolvido por Albertino Marques. ....	72
3.4 Ambulatório Bezerra de Menezes: inspirado no atendimento do “médico dos pobres” para os pobres de Brumado. ....	80
3.5 O homem público na vida política: Albertino Marques vereador (1965 - 1971). 87	
3.6 Albertino Marques enquanto fomentador das políticas públicas: planejamento urbano, os trabalhadores e os projetos socialmente desenvolvidos com base na Caridade Espírita. ....	95

<b>4. CAPÍTULO III – DA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES AO CONFLITO ENTRE SEUS ADVERSÁRIOS POLÍTICOS EM DEFESA DO ESTADO DE EXCEÇÃO</b> .....	<b>107</b>
4.1 A Liga Desportiva Brumadense.....	107
4.2 O exercício legislativo de Albertino Marques e os projetos em benefício dos trabalhadores: “caberá a nós, legítimos representantes do povo”.....	111
4.3 A influência da Caridade Espírita no atendimento ao social. ....	116
4.4. O Estado: espaço de disputa. ....	119
4.5 Comunista ou apoiador da Ditadura Civil-militar? .....	129
4.5.1 “Ele era um comunista! Não era extremista, né? [ .... ] Mais mudo, né?”	129
4.5.2 “Entre nós os defensores da Revolução Patriótica, não há lugar para os inimigos”.....	141
<b>5. CAPÍTULO IV – “TODOS QUANTOS PROCURAM SAIR DAS TREVAS DA IGNORÂNCIA PARA ALCANÇAR A LUZ DIVINA DO SABER”</b> .....	<b>159</b>
5.1. Os primeiros passos de Albertino Marques nos caminhos da Educação: O Centro Espírita Fraternidade e o Curso Noturno de Alfabetização de Crianças e Adultos.	159
5.2 A concepção de Educação de Albertino Marques Barrêto e as similaridades com a proposta espírita. ....	170
5.3 Cursos propedêuticos para as classes dominantes e profissionalizantes para as classes dominadas: o contexto histórico e as relações com a educação no Brasil.....	179
5.4 Um balanço das condições do ensino público do município de Brumado e a inserção de Albertino Marques no cenário educacional. ....	185
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>206</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>206</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“Espiritismo: a ‘crença de loucos’ que conquistou o Brasil”. Assim, iniciava-se a manchete de capa da Revista de História da Biblioteca Nacional<sup>1</sup> de junho de 2008. O título chamou-me atenção imediatamente pelo tema abordado, mas o que não imaginava naquele momento é que tal artigo sobre a chegada do espiritismo no Brasil viesse contribuir, no futuro, para compreender a trajetória de um sujeito político numa pequena cidade do interior da Bahia.

Como historiador, sentia-me no dever de contar um pouco a história de minha própria cidade – Brumado, e da minha religião – o Espiritismo. O editorial da revista inspirou-me a debruçar sobre o Centro Espirita Fraternidade, em Brumado. Naquele momento, comecei a garimpar as Atas do referido Centro. Foi por meio delas que me deparei com a existência de um curso de alfabetização para trabalhadores. Intrigado e motivado a me aprofundar no assunto, procurei desvendar a relação do Centro com a educação formal.

De imediato, percebi que as Atas não dariam conta de responder às perguntas suscitadas frente ao problema que se apresentava. Foi então que surgiu a oportunidade de me guiar pelos caminhos da História Oral. Passei, portanto, a procurar sujeitos que haviam vivenciado as atividades desenvolvidas pelo Centro. Entre os onze entrevistados, Érico Dias Lima foi o primeiro a chamar-me atenção para um fato que até então não havia adquirido notoriedade, qual seja, a possível aproximação do idealizador e por muitos anos Presidente do Centro, Albertino Marques Barrêto, com o comunismo.

Estava aberto o caminho pelo qual trilhei ao longo da graduação, Durante a pesquisa, debruçamo-nos sobre a relação do espiritismo com o socialismo, com base na obra “Socialismo e Espiritismo” de Léon Denis, pensador do século XIX. Trabalhamos ainda as ações do Centro Espirita Fraternidade (CEF) com ênfase na criação do curso de alfabetização para trabalhadores e, por fim, a relação entre a proposta de Educação como prática emancipadora de Denis e a criação do curso de alfabetização no Centro<sup>2</sup>. A investigação

---

<sup>1</sup> REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: SABIN, ano 03, n. 33, jun. 2008.

<sup>2</sup> LIMA, Rui Marcos Moura. Socialismo e espiritismo: educação como prática transformadora – Centro Espirita Fraternidade (Brumado-Ba: 1954-1964). **Revista Praes**: Saberes e produções discentes. Salvador, v. 1, n. 1, p.133-147, 2011.



contemplou os objetivos propostos e nos levou para novas questões e à necessidade de aprofundar o tema.

No ano de 2012, ingressei no curso de especialização em Educação, História e Sociedade, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Jacobina). Essa fase foi o momento de aprofundar algumas questões abertas durante a graduação. Foi então que conheci o professor José Carlos de Araújo Silva e, por meio de suas orientações, acabei por redirecionar o objeto da pesquisa. A partir dali começamos a investigar os caminhos trilhados por Albertino Marque Barrêto. A pesquisa não se trata de um trabalho biográfico, mas sim um estudo de trajetória. Por trajetória compreendemos, conforme aponta a historiadora Elizete Silva, a “abordagem que se ocupa do percurso cotidiano, das relações de gênero, das pertencas religiosas e identitárias vividas por sujeitos, inseridos nos seus grupos e contextos sociais”<sup>3</sup>.

É válido, ainda, trazer para essa reflexão o conceito de trajetória elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo o autor,

[...] à construção da noção de trajetória como série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.<sup>4</sup>

Além de apontar o conceito de trajetória, compreendida como uma justaposição sucessiva de posições que um determinado sujeito e ou grupo desempenha e ocupa em uma sociedade, Bourdieu também analisa questões que circundam em torno da ilusão biográfica. Para discutir a problemática, o autor se utiliza de uma analogia com o trajeto do metrô e a dissociação da relação do percurso e da estrutura da rede que o fez chegar ao destino final, com o intuito de explicar que as ações dos sujeitos estão intrinsecamente ligados ao contexto histórico ao qual está inserido.

<sup>3</sup> SILVA, Elizete da. A trajetória de Arquíminia Barreto: uma intelectual batista. In: SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da; SILVA, Paulo Santos (Org.). **Rastros biográficos: estudos de trajetórias**. Salvador: EDUNEB, 2014. p. 97- 148.

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996, p. 189-190.

Se analisássemos a trajetória de Albertino Marques minimizando ou suprimindo as influências da totalidade e do meio social em que ele viveu, circunscrevendo a análise somente no indivíduo, na subjetividade<sup>5</sup>, sem fazer uma correlação com as influências externas, cairíamos, tomando como base a teoria bourdieusiana, em uma ilusão biográfica. Seguindo as trilhas dessa reflexão, entendemos não ser possível explicar a trajetória de um indivíduo encerrando-o em si mesmo. Portanto, durante o desenrolar dos capítulos da dissertação, apontaremos as aproximações e influências da totalidade nas ações de Albertino Marques, na tentativa de explicar sua atuação fugindo da armadilha de se fechar somente no sujeito.

Como mencionado linhas acima, foi na especialização que foram dados os primeiros passos investigativos da trajetória de Albertino; ali foram descobertos os espaços ocupados por ele ao longo de sua atuação na cidade de Brumado, tais como o Centro Espirita Fraternidade, o Ambulatório Médico Bezerra de Menezes, a Câmara de Vereadores, a Liga Desportiva Brumadense e o Sindicato de Trabalhadores Rurais. Iniciamos, ainda que timidamente, a investigação acerca do empenho desse sujeito quanto à educação do município<sup>6</sup>, deixando lacunas que só seria possível aprofundar ao longo de uma pesquisa mais intensa. Sendo assim, a pesquisa seguiu para o mestrado. Nosso objetivo nesta fase da investigação não foi apenas aprofundar as questões referentes à atuação de Albertino enquanto religioso e político, mas também identificar quais eram os interesses e finalidades que guiavam suas práticas. O recorte temporal escolhido foram os anos de 1954 até 1974. Tal recorte se justifica pois em 1954 foi fundado o Centro Espírita Fraternidade (CEF) e o início de uma intensa atuação em diversos setores da sociedade brumadense. Em 1974, por sua vez, foi o momento em que Albertino se tornou membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brumado (STRB), encerrando sua intervenção no cenário político e social da cidade.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Estado e Industrialização: A cidade de Brumado no contexto do desenvolvimento industrial do Primeiro Governo de Getúlio Vargas*, traçamos o cenário político, econômico e social de Brumado. O intuito foi desvelar os principais acontecimentos que precederam e motivaram a vinda de Albertino à cidade, tais como a implantação de uma indústria de mineração, que

---

<sup>5</sup> Sobre totalidade e subjetividade conferir: COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: Ideias arriscadas sobre algumas questões de método. **História e Luta de Classes**, n. 9, p. 7-16, jun. 2010.

<sup>6</sup> LIMA, Rui Marcos Moura. **Um caminhante no sertão da Bahia**: estradas de Albertino Marques Barreto em Brumado (1945-1947). 2014. 54 páginas. Monografia (Especialização em Educação, História e Sociedade) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2014.

acarretou uma série de modificações, dentre as quais a chegada do transporte ferroviário. Neste contexto de modificações, Albertino fundou o CEF.

O segundo capítulo: *Os caminhos de Albertino Marques Barrêto: da atuação no Centro Espírita Fraternidade ao exercício legislativo na Câmara Municipal de Brumado*, procura evidenciar a atuação política e religiosa desse sujeito, destacando o seu trânsito entre o Centro e a Câmara Municipal, apontando que suas práticas políticas estiveram permeadas por influências do Espiritismo, nas quais tem como princípio básico doutrinário que “fora da caridade não há salvação”. No capítulo seguinte, nomeado *Da luta pelos direitos dos trabalhadores ao conflito entre seus adversários políticos em defesa do Estado de exceção*, nos detivemos mais especificamente na atuação política de Albertino, tanto no âmbito da Liga Desportiva Brumadense como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Câmara de Vereadores. Evidenciamos as disputas enfrentadas por Albertino no campo político da cidade, bem como a defesa de projetos políticos sociais voltados à causa dos trabalhadores e dos desafortunados. Nosso objetivo foi demonstrar a construção de Albertino enquanto sujeito político e público, destacando ainda a posição dele frente ao Golpe Civil Militar, instaurado em março de 1964. No quarto e último capítulo, intitulado *“Todos quantos procuram sair das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber”*, analisamos a proposta de educação defendida por Albertino, vinculada aos preceitos do Espiritismo, destacando o trabalho desenvolvido com o projeto junto ao CEF de alfabetização de crianças e adultos, bem como sua intervenção no sistema educacional do município.

Para cumprir os fins propostos nesta pesquisa, utilizamos um amplo corpus documental composto por: Atas do Centro Espírita Fraternidade (1954 -1971), Atas do Núcleo Legião da Boa Vontade (1964), Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brumado (1974), Diário Oficial da União (1929-1940), Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958), Estatuto do Centro Espírita Fraternidade (1955), Jornais *Fratarinho* (1988), *A Penna* (1940), Livro de atas da Liga Desportiva Brumadense (1965), Livro de atas da Câmara Municipal de Vereadores de Brumado (1965 – 1971) e Pareceres e requerimentos da Câmara de Vereadores (1966-1970). O contato com essa documentação possibilitou entender a intervenção de Albertino dentro das instituições em que ele atuou.

Ainda tratando sobre a trajetória, também foram colhidas entrevistas com onze personagens, os quais, direta e indiretamente, tiveram vinculações com Albertino, entre filhos, amigos e expectadores. As entrevistas contribuíram para fechar lacunas e confirmar ou refutar

as hipóteses levantadas ao longo da pesquisa, a exemplo da vinculação de Albertino com o comunismo.

Além disso, foram utilizadas algumas obras de memorialistas e cordéis sobre Brumado tais como: *Xuruê: Lendas e contos*, de Mário Rizério Leite, *Coletânea de contos e poesias*, de Gileno Otávio de Meira Mafra, *A epopeia da Magnesita S/A*, de Pires, *Recordar é viver*, de Agnelo dos Santos Azevedo. Além desses, consultamos o livro *Uma comunidade rural no Brasil antigo*, de Licurgo Santos Filho, que nos possibilitou construir o cenário político, econômico e social em que Albertino atuou desde sua chegada a cidade, até o fim de sua atuação na vida pública em 1974.

Utilizamos também do conjunto de obras que compõem a Doutrina Espírita: *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, *O Livro dos Espíritos* e *O Livro dos Médiuns* de Allan Kardec. Essas obras contribuíram para entender o projeto político de Albertino, interligando religião e educação, com o intuito de formar um “homem novo”.

Através das fontes elencadas, destacamos que embora o objeto da pesquisa seja a trajetória de Albertino Marques Barrêto, ela perpassa por questões diversas, tais como a história da cidade de Brumado no contexto das décadas de 1950 a 1970, bem como educação, política e religião. Como destacamos anteriormente, a trajetória não se encerra em si mesma. Portanto, através do estudo da trajetória de Albertino foi possível analisar a organização política, econômica e social da cidade de Brumado, interior da Bahia, sem deixar de conectar a realidade local aos acontecimentos históricos ocorridos no âmbito nacional entre os anos de 1954 a 1974.

Neste sentido, percebemos na atuação do sujeito um reflexo da sociedade que o rodeia, pois, conforme aponta o historiador Eurelino Coelho, o historiador “[...] ao eger seu objeto e recolher suas primeiras evidências, [...] já sabe que ele – o objeto – está preso a um conjunto de relações e que conhecer o seu objeto implica em conhecer este nó de relações a que ele está ligado”<sup>7</sup>. Assim, buscamos compreender a trajetória de Albertino inserido numa totalidade, mas sem perder de vista a sua singularidade. Logo, procuramos compreender as ações empreendidas pelo sujeito levando em consideração que elas estão inter-relacionadas com os acontecimentos que estavam ocorrendo a nível nacional.

---

<sup>7</sup> COELHO, 2010. p.11.

## **2. CAPÍTULO I: ESTADO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A CIDADE DE BRUMADO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS.**

O capítulo tem como objetivo traçar o contexto histórico, político, econômico e social no período que precedeu a chegada de Albertino Marques Barrêto à cidade de Brumado, por volta da década de 1940. Durante a análise, utilizamos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 1958. Entendemos que esse estudo, em função de ter sido produzido em 1958 e abordar justamente o recorte temporal que nos debruçamos, é relevante por nos apresentar as especificidades da região no contexto estudado. Analisaremos também os dados presentes na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* do IBGE, que evidencia a cidade de Brumado e a região, a exemplo do índice demográfico e principalmente informações sobre a economia do município.

### **2.1 A década de 1940: A chegada de Albertino Marques Barrêto a Brumado e a relação com a industrialização.**

Antes de iniciarmos a análise é fundamental situar geograficamente a região. De acordo com os dados publicados pelo IBGE em 1958 o município de Brumado se localiza na Zona Fisiográfica da Serra Geral. A cidade situa-se no vale do rio de Contas. “Faz fronteira com os municípios de Caculé, Caetité, Livramento do Brumado, Ituaçu, Porções, Rio de Contas e Tremedal [...], partindo da Capital do Estado, da qual dista 352 km. em linha reta”.<sup>8</sup> O mapa seguinte permite uma melhor visualização:

---

<sup>8</sup> IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, IBGE, v. XX, p. 91, 1958.



**Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.**

**Figura I. Fonte: IBGE (1958, p. 91)**

Ao analisarmos a trajetória de Albertino Marques partimos do ano de 1954, encerrando em 1974. A sua chegada a Brumado se deu na década de 1940 em função da oferta de trabalho, em um contexto marcado por transformações decorrentes da instalação da indústria Magnesita na cidade<sup>9</sup>. Antes do deslocamento, Albertino Marques havia trabalhado

<sup>9</sup> No decorrer deste trabalho será utilizado a sigla MSA, sempre que for mencionado a Magnesita, conforme consta na fonte. Cf. *Jornal Magnesita Fratarinho* informa especial. Maio/88 – n. 27, p. 3.

como operário na empresa Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB). Nas entrevistas feitas com suas filhas – Marizete e Célia dos Santos Barreto – questionamos sobre o cargo que ele havia ocupado na empresa e as entrevistadas afirmaram que o pai exerceu primeiramente a função de maquinista. Marizete Santos assevera: “quando ele veio aqui pra Bahia, ele trabalhava na ferroviária, ele era maquinista”<sup>10</sup>. Ainda sobre o período em que Albertino Marques esteve na ferrovia, Marizete salientou que foi após sofrer um acidente, em uma das caldeiras da máquina que operava, ele foi transferido para a seção de tráfego da ferrovia, trabalhando, após o acidente, como telegrafista. Nas palavras da entrevistada:

[...] Aí ele queimou uma caldeira, por sinal ele tinha até o corpo assim todo rachadinho devido a queimadura, aí ele ficou aqui na Bahia, aí ele se tratou tudo né? Aí depois de um tempo é que ele se casou com minha mãe. E lá ele trabalha... mas era uma pessoa muito jovem quando ele veio pra cá... ele trabalhou na LESTE ele era aquele que trabalhava na maquina de taquigrafia né, que passam aqueles negocinhos assim, ele trabalhava, naquilo também [...] foi no tempo que ele sofreu o acidente e tudo que passou a trabalhar nesse negócio taquigrafia.<sup>11</sup>

A informação de que Albertino Marques tinha exercido as profissões de maquinista e posteriormente a de telegrafista na empresa VFFLB são dados relevantes, pois essas profissões, principalmente a de telegrafista, carregavam significativo prestígio<sup>12</sup>. Mesmo levando em consideração as décadas em que Albertino Marques foi operário (entre 1920 e 1930), período em que o sistema de transporte ferroviário apresentava sinais de declínio e estava em franco vigor o processo de desmonte dos ramais pelo Brasil, o posto de maquinista tinha significativa relevância, gerando um certo *status* entre os trabalhadores.

Não nos deteremos na análise do período anterior à chegada de Albertino Marques, fato que pode ser estudado de forma aprofundada em outro momento. Tendo em vista o curto tempo reservado para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado é quase, ou mesmo,

<sup>10</sup> BARRETO, Marizete Santos. Marizete Santos Barreto: depoimento [dez. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica. Sobre o trabalho de Albertino Marques antes da chegada a Brumado, é noticiada também pela outra filha, Célia dos Santos Barreto.

<sup>11</sup> LESTE é apropriação de forma coloquial do nome da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro Cf. Entrevista concedida por Marizete Santos Barreto, em 09 de dezembro de 2013. Quando a entrevistada se refere a taquigrafia, por meio de cruzamento de dados com outras entrevistas, ela se referia ao trabalho de Albertino Marques enquanto telegrafista, pois na entrevista de Célia dos Santos Barreto, em 09 de dezembro de 2013, menciona também que Albertino Marques era “[...] ferroviário ele trabalhava no telegrafo... ele era telegrafista no caso né? E depois ele veio pra Brumado.[...]”. Reafirmando que mesmo com diferentes nomes, estavam tratando do mesmo assunto.

<sup>12</sup> Sobre as questões de prestígios e hierarquia dentro das funções do trabalho ferroviário conferir: SOUZA, Robério Santos. “**Tudo pelo trabalho livre!**”: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011. p. 74.

impossível tratar de todas as questões da vida de um sujeito. Como dito anteriormente, não pretendemos desenvolver um estudo biográfico, mas de trajetória. Sendo assim, nessa dissertação optamos por analisar a trajetória de Albertino Marques na cidade de Brumado em um período de aproximadamente 20 anos. Portanto informações que auxiliariam a compreender melhor a atuação do sujeito, como por exemplo, a sua formação intelectual, ficaram no campo da inferência.

Por volta da década de 1940, período da chegada a Brumado, Albertino tinha aproximadamente 40 anos. Partindo dessa informação, presumimos que grande parte de sua formação educacional já havia acontecido. Consoante com essa premissa e sabendo do vínculo empregatício na empresa VFFLB, provavelmente a formação intelectual de Albertino Marques também perpassou os espaços de formação promovidos pela ferrovia.

Em se tratando de promoção de espaços educacionais pelas companhias ferroviárias, Rafaela Gonzaga Matos discutiu a legislação trabalhista e as experiências de trabalhadores ferroviários na Bahia, entre as décadas de 1930 a 1950, evidenciando o processo disciplinar e também de formação educacional dos operários das linhas férreas. A autora analisou as construções de escolas em Alagoinhas, vinculadas à companhia VFFLB, a exemplo do “[...] Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, [que] desempenhou funções assistencialistas, beneficentes, reivindicativa, e instrucional, pois mantinha uma escola para trabalhadores e filhos dos operários.”<sup>13</sup> Além desse estudo que esclarece como se dava a “disseminação das normas disciplinares”<sup>14</sup>, bem como aspectos relacionados à formação educacional dos operários, Robério Santos Souza investiu em um estudo que trilha caminhos similares, analisando a disciplina e a educação do operariado e a VFFLB. Nas palavras do autor: “a educação juntamente com o discurso da qualificação compôs o conjunto de dispositivos utilizados pelas empresas ferroviárias para estabelecer um maior controle e disciplina dos trabalhadores, favorecendo o avanço da exploração capitalista”.<sup>15</sup> Notamos, portanto, que a prática da educação como forma de controle e formação dos operários era uma constante no sistema ferroviário brasileiro.

<sup>13</sup> MATOS, Rafaela Gonzaga. **Experiências de ferroviários e legislação trabalhista na Bahia (1932-1952)**. 2011. 167 f. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011. p. 84.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 56.

<sup>15</sup> SOUZA, Robério Santos. **Dimensões do Labor Ferroviário na Bahia: Trabalho, Disciplina e Educação Profissional (1939-1942)**. Disponível em: <[http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_II/roberio\\_santos\\_souza.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/roberio_santos_souza.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.



Os dois estudos apresentam elementos relevantes sobre a empresa que Albertino Marques foi funcionário. É possível que a sua formação intelectual tenha acontecido também nos espaços de formação da VFFLB.

Após sofrer o acidente narrado linhas acima, Albertino Marques pediu demissão de sua função de operador de máquinas de trem, sobrevivendo a necessidade da procura de um novo emprego. Conforme informou, em entrevista, Érico Dias Lima<sup>16</sup>; Albertino Marques aceitou o convite de um residente da cidade de Brumado, que trabalhava na indústria Magnesita (MAS) e decidiu se mudar. Segundo Lima: “[...] ele apareceu aqui convidado por um rapaz da Magnesita [...]”, portanto, sua chegada estava vinculada à oferta de trabalho na recém-criada MSA.

A Magnesita foi instalada na cidade de Brumado após a descoberta, em 1939, na Serra das Éguas<sup>17</sup>, da presença do mineral óxido de magnésio, também conhecido por magnesita, daí o nome do empreendimento industrial. Esse minério teve significativa importância para o desenvolvimento da industrialização no país, por ser um material refratário que, depois de passar pelo processo de beneficiamento, se torna um produto que suporta altíssimas temperaturas, podendo, por isso, ser utilizado nas construções de fornos refratários nas indústrias de base.

No período de grande expansão industrial do Brasil e do mundo, a indústria MSA entrou no mercado mundial exportando Magnesita, colocando Brumado, região situada no sudoeste baiano, em relação com o contexto histórico mundial de expansão do capitalismo. Esse fato insere a pesquisa em dois momentos importantes na História recente do País: a expansão industrial e o desenvolvimento do meio de Transporte Ferroviário, pois a ferrovia chegou à região para suprir a necessidade de logística e infraestrutura necessárias ao desenvolvimento industrial no período.

A partir daí a instalação da indústria para a extração e posteriormente para o beneficiamento do mineral transformou intensamente o cotidiano da cidade. Houve um aumento populacional no meio urbano. Albertino Marques foi um dentre tantos outros trabalhadores que chegaram a Brumado atraídos pelas possibilidades de emprego na extração do minério e beneficiamento do produto refratário. Juntamente com isso, houve um processo de urbanização da cidade, trazendo novidades como: instalação da luz elétrica, pavimentação

---

<sup>16</sup> LIMA, Érico Dias. Érico Dias Lima: depoimento [fev. 2011]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2011. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.

<sup>17</sup> “A Serra das Éguas situa-se a 6 quilômetros da cidade de Brumado, trata-se de uma região rica em jazidas de ferro, esmeralda, opalas, topázios, turmalinas, mármore e grafite, tôdas [sic] inexploradas. Na mesma serra existem jazidas de magnesita e talco, grandemente exploradas pela empresa[sic].” IBGE, 1958, p.92.

e melhoramento das ruas, crescimento substancial de moradias, além de uma movimentação econômica significativa pois, até aquele momento, a atividade econômica na região se baseava principalmente na agricultura, cultivando especialmente o algodão. Com a chegada da MSA, Brumado passou a compor o roteiro da expansão industrial no País.

## **2.2 A implantação da Indústria Magnesita em Brumado e a relação com expansão industrial no Brasil.**

Durante o processo de industrialização, iniciado por volta da década de 1940, Brumado funcionou como um dos muitos pontos que se inter cruzam numa malha, pois as transformações ocorridas no cotidiano de uma pequena cidade no sudoeste baiano, ocasionada pelo referido movimento, é aqui diretamente ligada à conjuntura nacional. Falar da industrialização é retomar alguns acontecimentos como, por exemplo, a crise de 1929 nos Estados Unidos que posteriormente se espalhou para o resto do mundo. Essa crise também afetou o Brasil, e, conseqüentemente, influenciou o desenvolvimento e expansão industrial, inclusive em Brumado.

Antes da consolidação efetiva da industrialização no Brasil, sua economia dependia da situação favorável do preço do café no exterior. O país era eminentemente agroexportador e o café o produto de maior importância no comércio com outros países. A dependência com a exportação do café estava na acumulação de capital e aquecimento da economia e principalmente para o aumento do poder de importação, a princípio de produtos industrializados e depois, da grande maquinaria para a construção da indústria de base. Como o Brasil era um grande exportador de matéria-prima, ou – como é tratado no mercado econômico – de *commodities*, conseguia importar produtos industriais e industrializados. No momento em pauta, ocorreu a instalação da indústria Magnesita em Brumado, mais precisamente na década de 1940. Nesse sentido, a cidade se inseria na dinâmica nacional de desenvolvimento industrial.

Para compreendermos a formação do parque industrial brasileiro é necessário o recuo de algumas décadas. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teve papel crucial no desenvolvimento industrial nacional, pois o Brasil passou da condição prioritariamente de país importador, para país em franca expansão de indústrias de bens de consumo leves, impulsionado pelo grande conflito. As exportações de bens de consumo, sobretudo têxteis e alimentos, aos países envolvidos na guerra, permitiu um significativo aquecimento na

economia e uma proliferação das indústrias para suprir a demanda de países envolvidos no conflito. Nessa conjuntura o Brasil conseguiu “[...] contrair os preços da maioria das *commodities*, elevados [...]”.<sup>18</sup> Funcionado como moeda de troca, os *commodities* possibilitaram a importação de maquinários usados vindos da Europa que ainda estavam em bom estado de conservação a preços significativamente mais baixos, fato que contribuiu para desenvolver ainda mais a ampliação da indústria nacional.

Após a Primeira Guerra Mundial, outro momento impulsionou a nascente indústria de bens de capital, apesar das dificuldades iniciais: a Crise de 1929, que provocou desestabilização e colapso da economia cafeeira. A exportação do café, principalmente para os Estados Unidos, e a sua posterior crise gerou condições materiais para que o Brasil pudesse importar, primeiro, produtos industrializados e depois máquinas.

Os reflexos da Crise de 1929 despontavam no cenário nacional com o declínio da economia cafeeira. Para ilustrar os efeitos da Crise de 1929 na economia brasileira, “[...] basta dizer que os valores das nossas exportações diminuíram de 95 milhões de libras, em 1929, para 38 milhões, em 1931[...]”<sup>19</sup>. O país vivenciava uma tensão econômica oriunda da Grande Depressão. Como consequência, no cenário político os conflitos também se acentuavam, gerando uma crise na política do café-com-leite que, logo em seguida, foi o principal motor da Revolução de 1930,<sup>20</sup> que levou Getúlio Vargas ao poder. Ao chegar à frente do Estado, o governo Vargas adotou medidas para contornar os desafios da crise econômica, marcada pelas baixas do preço e pela superprodução do café, devido às “[...] enormes safras colhidas em 1929 e 1930, sem nenhuma possibilidade de venda em curto prazo,”<sup>21</sup>. Para solucionar os impasses enfrentados pelas oligarquias cafeeiras, o governo adotou algumas medidas como: suspensão do pagamento da dívida externa; compra de café das mãos dos produtores nacionais para o armazenamento e posterior destruição do estoque com o objetivo de controlar os preços; além da criação do Departamento Nacional do Café “[...], que controlava as safras e as suas saídas para o exterior, numa tentativa de socorrer igualmente a todos os produtores de café. [...]”<sup>22</sup>.

<sup>18</sup> CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: Transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.13, n.3b, p. 897-916. Set/dez 2012. p. 900.

<sup>19</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **A industrialização brasileira**. São Paulo, SP: Moderna, 2004. p. 46.

<sup>20</sup> Segundo Otávio Ianni a Revolução de 1930 representou uma ruptura política e, também econômica, social e cultural com o Estado oligárquico vigente nas décadas anteriores. IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil: (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p.18.

<sup>21</sup> MENDONÇA, Op. cit, p. 47.

<sup>22</sup> MENDONÇA, Op. cit. p. 48. A esse respeito ver também: MENDONÇA, 1986. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica a razão dualista**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

Ao mesmo tempo, também buscou traçar caminhos para um maior desenvolvimento do parque industrial brasileiro. A relação entre café e indústria era decisiva para o desenvolvimento do país, diante da emergência por industrializar-se frente à carestia dos preços de produtos importados, afinal era a primeira vez na história que a produção nacional era mais barata do que a estrangeira. Além do enfrentamento pelo Estado do problema da carestia de produtos importados, outro desafio era a contínua superprodução do café, que “[...] também sofria os desdobramentos da crise através da queda dos seus preços [...]”,<sup>23</sup> contribuindo para que o governo Vargas traçasse metas e medidas para adiantar o processo de efetivação e consolidação da indústria no país.

Vale salientar também que, além da intervenção do Estado na economia, precisamos considerar outro fator fundamental para o desenvolvimento e a expansão da indústria: o poder de barganha do empresariado brasileiro com as forças governistas, em decorrência de estarem mais organizados e, por conseguinte, tratar-se de uma classe com maior representatividade no governo, exigindo, por exemplo, a proibição de importações e investimento no setor industrial.

A função de Vargas como gestor do Estado brasileiro era a de gerenciar os desafios da industrialização com a corrente crise no cenário mundial e possibilitar condições favoráveis daquela situação quase antagônicas, buscando equilibrar posições entre o setor agrário-exportador e a nascente classe empresarial. Como já mencionado, existiu uma relação de dependência da industrialização com o setor agrário-exportador cafeeiro, fato que explica o investimento com a compra e estocagem do café, além da criação de subsídios que permitissem que esses produtores continuassem a cultivar o café e não chegassem à falência, tendo em vista que o desenvolvimento industrial brasileiro dependia intensamente do comércio com o exterior. Como afirma Sônia Regina de Mendonça:

[...] a nossa economia, a despeito da industrialização nascente, continuava a depender dos bons preços do café no exterior para manter-se em situação estável. Como a indústria, por sua vez, também dependia da economia cafeeira, o ritmo do nosso desenvolvimento fabril igualmente ficava ao sabor das flutuações do preço externo do produto.<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 25.

<sup>24</sup> MENDONÇA, 2004, p. 45.

Diante dos impactos causados ao Estado, não mudaram somente as perspectivas e rumos na economia brasileira com a aceleração do processo industrial, mas também a classe dominante desse mesmo Estado, pois o comprometimento e diretrizes direcionadas ao fomento do setor industrial levariam à conseqüente perda de poder das oligarquias agrárias no novo Estado, o qual viria se formar a partir de 1930.

Após Vargas alcançar o governo provisório, “[...] a indústria assumiria o papel de personagem central da recuperação e expansão da economia brasileira. [...]”<sup>25</sup> e com isso a quebra dos monopólios e autonomia das oligarquias regionais. O Estado, após a Revolução de 1930, em sua constituição se tornou nitidamente um Estado nacionalista, capitalista e burguês. Seguindo a mesma análise, Mendonça afirma:

Sem dúvida alguma a industrialização brasileira teve o seu “arranco” a partir das transformações ocorridas ao longo da década de 1930. Estabeleceram-se então os contornos iniciais da implantação de um núcleo de indústria de base, assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do polo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia.<sup>26</sup>

Ainda sobre o perfil do Estado depois da Revolução de 1930, Francisco de Oliveira apontou que aquele período foi o início de um novo ciclo na economia, com interesses voltados para “[...] predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. [...]”<sup>27</sup>. Fincado nessa nova estrutura econômica, visando o fomento à industrialização, visando acelerar a construção de um país industrial, o Estado tomou algumas medidas de controle. Novamente Mendonça nos dá subsídios para pensar o contexto quando elenca os pontos centrais “desenvolvimentistas” do governo.

[...] Delas destacaram-se as políticas de proteção tarifárias – rebaixando tarifas sobre bens e equipamentos industriais; as novas políticas de créditos, com taxas de juros muitas vezes favoráveis à industrialização; a abolição dos impostos interestaduais; a fixação de preços dos bens e serviços essenciais, bem como a distribuição de divisas monopolizadas pelo próprio Estado segundo critérios de prioridade que contemplavam a importação de equipamentos e combustíveis. Todo esse conjunto revela a primeira grande

---

<sup>25</sup> Ibid., p.49.

<sup>26</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: INHARES, Maria Yedda (Org.). **Historia geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 243-272. p.327.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, 1988, p.14.

diretriz da política econômica adotada no período: o controle dos fatores produtivos enquanto instrumento de acumulação industrial.<sup>28</sup>

A finalidade de todas essas ações tomadas pelo Estado brasileiro era facilitar a formação de um núcleo capitalista industrial no país, bem como possibilitar serviços e bens a baixo custo visando favorecer ao capital privado e assim enriquecer e formar uma classe burguesa industrial. Como os recursos privados eram escassos frente aos altos investimentos para a criação de Indústrias de Base nacional, e o Estado estava interessado em produzir maquinaria e subsídios que possibilitassem condições para o desenvolvimento da nascente indústria, em vez de importar, o governo Vargas investiu na criação das indústrias pesadas.

Nesse contexto específico inscreveu-se a opção pela empresa pública como alternativa de financiamento do novo padrão de acumulação, em uma conjuntura internacional de tecnologia altamente monopolizada. Setores como os do ferro e do aço, da energia elétrica, da química pesada e da produção de motores tiveram sua solução inicial com base no investimento estatal ou na forma de empresa de economia mista. A Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (1945) foram alguns exemplos.<sup>29</sup>

Entre 1930 e 1945 ocorreu um grande incentivo do Estado ao processo de industrialização. Como aponta Mendonça, na nova composição estatal inseria-se o “[...] “projeto” de industrialização pesada que, a despeito de limitado e inconcluso, foi a tônica de organização do próprio Estado”.<sup>30</sup> Portanto, esse período foi de importantes transformações não somente na expansão da indústria, mas também na formação do Estado capitalista de interesse de uma nova classe burguesa emergente e dirigente desse mesmo Estado. E em arremate ao posicionamento e postura do Estado diante da sua participação na economia e projeto de industrialização, Ianni em *Estado e planejamento econômico no Brasil: (1930-1970)* afirma que:

Nos anos de 1930 a 1945, o governo brasileiro, sob Getúlio Vargas, adotou uma série de medidas econômicas e realizou inovações institucionais que

---

<sup>28</sup> MENDONÇA, 1990, p.329.

<sup>29</sup> Ibid., p.331.

<sup>30</sup> Ibid., p.328.

assinalaram, de modo bastante claro, uma fase nova nas relações entre Estado e o sistema político-econômico.<sup>31</sup>

O surgimento da indústria MSA está relacionado a uma conjuntura de investimento/financiamento do Estado nas indústrias de base, pois a empresa em questão se posicionou no âmbito nacional enquanto indústria que proporcionou suporte para o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, pelo motivo de sua produção ter sido destinada principalmente para o mercado de bens de capital, no caso específico a produção de tijolos refratários para a construção de fornos.

A fundamentação da hipótese de que a empresa se relacionou com o capital estatal se baseia em diversos indícios. Desde os encontrados em fontes,<sup>32</sup> até a consideração do período em que a MSA foi fundada (período de grande incentivo do governo na industrialização do país). E ainda, seguindo na mesma perspectiva, também corrobora com tal ideia a relação de um dos fundadores da MSA, Paulino Affonso Chaves<sup>33</sup> com o Departamento Nacional da Produção Mineral, órgão do governo Vargas ligado à mineração, enviando solicitações de pedido de licenças para prospecção e extração de minério na cidade de Jequié, cidade onde residia o sujeito referenciado, portanto período anterior à descoberta do mineral em Brumado. Os documentos em resposta à solicitação de prospecção trazem informações que evidenciam o interesse do Estado na extração do mineral magnesita.

Outro vestígio de peso para tal hipótese foi o fato de o maior investidor da MSA, Antônio Mourão Guimarães, ter sido dono de bancos antes de investir na MSA, e por isso conhecedor dos trâmites de empréstimo junto ao governo. Também como outro fator que devemos considerar foram os empréstimos que a empresa adquiriu durante o ano de 1964<sup>34</sup>. Todos os indicativos permitem conjecturar que o surgimento da empresa MSA estava conectada ao que estava acontecendo no Brasil nessa fase de desenvolvimento industrial, sendo a investida do governo nas nascentes empresas do país.

<sup>31</sup> IANNI, 1971, p. 14.

<sup>32</sup> Tais fontes que fundamentaram essa assertiva, são desde o jornal produzido pela própria empresa, o *Jornal Magnesita Fratarinho informe especial*. Maio/88 – nº 27, como também, indícios em literatura de cordel e escritos de memorialistas e principalmente o “Diário Oficial da União”, disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=10992>>, <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2400075/pg-27-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-08-1940>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<sup>33</sup> RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto n. 21.486, de 7 de junho de 1932. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1932. Seção 1, p. 11155. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21486-7-junho-1932-524917-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<sup>34</sup> *Jornal Magnesita Fratarinho informe especial*, Brumado, p. 2-3, maio 1988, n. 27.

Feita essa incursão no contexto, cabe-nos agora elencar algumas considerações a respeito da Magnesita, a fim de destacar a importância do minério, bem como refletir sobre sua importância para as indústrias.

### 2.3 Breve relato histórico da Magnesita.

Os relatos do memorialista Gileno Otávio de Meira Mafra<sup>35</sup> nos possibilita trilhar os passos iniciais desse empreendimento industrial, bem como indica outras fontes que nos serviram de auxílio para conhecer mais da história da empresa. Quase de forma epopeica, Mafra inicia seu relato falando dos “bandeirantes” Paulino Affonso Chaves, Georges Louis Minivelle e Miguel Pierre Cahen,<sup>36</sup> responsáveis por “desbravar” o sertão e encontrar as jazidas do minério magnesita:

Uma vez três sonhadores saíram a procurar magnesita. Eram práticos em Geologia e eram muito corajosos, determinados e grandes sonhadores. O primeiro se chamava Paulino, o segundo se chamava Miviéle e o terceiro se chamava Caém.

Saíram da cidade de Jequié com destino a Vitória da Conquista pois [sic] tinham visto uma areia branca que era posta em garrafas onde aplicavam muitos desenhos.[...]

Chagando a Bom Jesus dos Meiras,<sup>37</sup> informaram da tal areia branca, que os perseguiram até em sonho, e tiveram uma vaga informação que ali na Serra das Éguas existia uma areia branca.<sup>38</sup>

Antes da saga pela procura do minério na região do Alto-Sertão, o senhor Paulino Affonso Chaves já havia iniciado o processo de prospecção de magnesita em sua propriedade

<sup>35</sup> Segundo biografia escrita por Antônio Novais Torres, Gileno Otávio de Meira Mafra, “[...] é poeta autodidata, dir-se-ia O Poeta da Caatinga, declamador, letrista e cantor, um versejador de sua produção literária e da de outros autores.[...]” e por isso foi um grande interessado por narrar suas memórias. Outro fator que o levou a escrever sobre a Magnesita foi por que “[...]Trabalhou também na Magnesita, no período de 1943 a 1944, em Bruhado [...]” TORRES, Antônio Novais. **Biografia Gileno e Eny Mafra**. 2015. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/biografias/5348257>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

<sup>36</sup> PIRES, J. W. **A epopeia da Magnesita S/A. de 1940 a 2007**. Bruhado Bahia: Gráfica Bandeirante, 2008. p.11.

<sup>37</sup> Bom Jesus dos Meiras era o antigo nome de Bruhado em sua formação inicial. Sobre a história do surgimento e desenvolvimento da Bom Jesus dos Meiras, existe uma obra clássica intitulado “Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo” do médico, professor e historiador Lycurgo Santos Filho, que será utilizada para pontuar algumas considerações sobre a história de Bruamdo. SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**: (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX). Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

<sup>38</sup> MAFRA, Gileno Otávio de Meira. Coletânea de contos e poesias. In: PIRES, J. W. **A epopeia da Magnesita S/A. de 1940 a 2007**. Bruhado Bahia: Gráfica Bandeirante, 2008. p.07.



e nos arredores de Jequié. Os rastros deixados pelo interesse na busca do minério são perceptíveis no decreto no Diário Oficial do Estado de número 3.683, de 01 de fevereiro de 1939, solicitando licença de pesquisa e pequena extração, sendo “[...] autorizados e submetido à aprovação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral [...]”<sup>39</sup>.

Aparece nesse documento o primeiro empenho de Paulino Affonso Chaves pela extração e pesquisa da magnesita. Compreendemos essa fonte como uma via de “mão dupla”, pois o pedido de autorização elucida o objetivo de Chaves em garimpar magnesita e da mesma maneira mostra que o Departamento Nacional da Produção Mineral conhecia a intenção de Chaves em garimpar o dito mineral; o que evidencia conhecimento do Estado pela nascente indústria MSA e reafirma a hipótese de que ele investiu na empresa.

O mais antigo Decreto, publicado em 07 de Junho de 1932, mostra que a hipótese sobre o investimento do Estado na implantação da MSA tem sentido. De acordo com os termos do decreto ficou estabelecido o seguinte:

Considerando que para a exploração industrial do subsolo da aludida propriedade carece de autorização do Governo, [...] do decreto n. 20.799, de 16 de dezembro de 1931; Considerando, ainda, que, uma vez acautelados os interesses da nação, é de toda a conveniência a exploração das riquezas minerais existentes no país, DECRETA: Art. 1º Fica autorizado Paulino Affonso Chaves, nos termos da parte final do art. 1º do decreto n. 20.799, de 16 de dezembro de 1931, a organizar uma sociedade com o fim de explorar as jazidas de ferro existentes em terras da sua fazenda denominada “Palmeiras”, no município de Jequié, no Estado da Bahia.<sup>40</sup>

O posicionamento do governo Vargas é revelador, na medida em que deu parecer favorável à primeira proposta apresentada por Paulino Affonso Chaves de criação de uma Companhia de extração de ferro. A companhia seria construída em uma de suas fazendas, denominada Palmeiras, com a pretensão de “organizar uma sociedade com o fim de explorar jazidas de ferro que possuem em terras da referida fazenda; [...]”<sup>41</sup>. O mais elucidativo é como o assunto foi tratado, sob os argumentos de que a iniciativa corresponderia aos interesses do país. É evidente que a aprovação e empenho na construção da companhia tem relação ao fato da matéria-prima a ser explorada, o ferro, ser primordial à indústria de base.

<sup>39</sup> SENADO FEDERAL. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=10992> > Acesso em: 18 jun. 2015.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> RIO DE JANEIRO (Estado), 1932, p. 11155.

O fragmento do decreto citado linhas acima “desnuda” o interesse do Estado pelo empreendimento proposto por Chaves, demonstrando claramente como o governo avaliou a exploração de minério relacionando-o diretamente ao desenvolvimento da economia do país. Quando analisamos de forma mais meticulosa o trecho “uma vez acautelados os interesses da nação”, percebemos uma reafirmação de como o Estado considerava a proposição. Ao final desse trecho, o decreto evidencia de forma mais explícita que o Estado era conveniente com a exploração das riquezas minerais existentes no país, por isso foi favorável ao estabelecimento da nascente empresa. Posição que não foi diferente quando do nascimento da indústria MSA, pois ainda que as fontes oficiais não explicitem que o capital de expansão da empresa era também capital do Estado, apostamos que os investimentos estatais, a exemplo de empréstimos, estavam por permear esse empreendimento industrial. Um dos indícios que nos leva a considerar positivamente tal hipótese está no *período* de fundação da empresa, que ocorreu após os pareceres e decretos publicados no Diário da Oficial da União.

No contexto de fundação da empresa, o governo Vargas, diante dos desafios e necessidade de industrializar o país, garantiu facilidades e incentivos para maior desenvolvimento das indústrias, como por exemplo, “[...] concessão de empréstimos aos empresários industriais com juros menores [...]”,<sup>42</sup>, além de outras medidas, como facilidades em aprovações de iniciativas industriais, entre outros. No caso específico da MAS, por ter sido fundada em um período de desenvolvimento industrial, entendemos que os seus fundadores se apropriaram desses meios e facilidades financeiras propostas pelo Estado para a expansão da empresa. Um fragmento do jornal comemorativo ao centenário do Dr. Antônio Mourão Guimarães, um dos investidores e fundadores da MSA Ltda, que situa a expedição pela procura do minério magnesita no contexto histórico mundial, é revelador. De acordo com o texto:

Em 1939, a iminência de uma guerra na Europa levou três brasileiros a procurarem uma fonte de minério do qual pudessem produzir o magnésio metálico, de grande valor estratégico na época. Partiram à procura do minério magnesita, o qual julgavam, equivocadamente, tratar-se (sic.) do minério indicado para aquela finalidade. Enfim, após a longa busca, encontraram na Bahia jazida de Magnesita e com isso criaram uma firma, chamada Magnesita Ltda.

---

<sup>42</sup>MENDONÇA, 2004, p. 52.

Nascia assim a organização que viria se tornar a maior produtora de refratário da América Latina.<sup>43</sup>

Antônio Mourão Guimarães, filho de Maria Ambrosina Guimarães e do coronel Benjamim Ferreira Guimarães, era de “[...] uma família abastada da pequena cidade de Bom Sucesso de Minas Gerais, tendo formação em farmácia, odontologia e medicina, além de ter sido Cônsul na Alemanha, Deputado Estadual, Secretário da Agricultura [...]”<sup>44</sup>. Provavelmente, as condições econômicas favoráveis de Antônio Mourão facilitaram a sua entrada na empresa. O seu poderio econômico e sua influência política valiam ainda mais a assertiva de que o Governo de Getúlio Vargas investiu no empreendimento industrial Magnesita, sendo que Dr. Antônio Mourão Guimarães se destacou enquanto financiador da Magnesita.

Nem todas as informações do fragmento do *Jornal Fratarinh* estão totalmente corretas. Primeiro, não se tratava de três brasileiros e sim um – o Paulino Chaves. Os outros dois eram franceses: Georges Minivelle e Miguel Cahen.<sup>45</sup> Ademais, o periódico estava equivocado a respeito das finalidades dos expedicionários em relação ao minério Magnesita. De acordo com o recorte do jornal, eles estavam à procura do minério para “produzir o magnésio metálico”. No entanto, o que se percebe, diante dos já apresentados documentos de autorização de prospecção e do intenso interesse em encontrar o minério magnesita, é que esses sujeitos estavam inteirados do que buscavam, inclusive sugerindo ainda o conhecimento do mineral e sua finalidade. Portanto, é pouco provável que houvesse algum equívoco.

Entretanto não se pode desconsiderar o trecho apresentado, pois ele nos remete à situação histórica mundial, que foi um dos impulsionadores do desenvolvimento brasileiro desde a expansão industrial, bem como a pequena expedição empreendida pelos três “desbravadores”. O fragmento nos auxilia ainda a perceber o destaque que a empresa iria ganhar com o correr dos anos, em “que viria se tornar a maior produtora de refratário da América Latina”<sup>46</sup>; fato que se constitui em um indício ainda mais forte de que a descoberta do minério não foi ao acaso, sendo, ao contrário, muito bem planejada e executada, especialmente quando avaliamos a expansão que a indústria ganharia mais tarde.

<sup>43</sup> Jornal Magnesita Fratarinho informa especial, 1988, p. 2.

<sup>44</sup> *Jornal Magnesita Fratarinho* informe especial, 1988, p. 2.

<sup>45</sup> Sobre a nacionalidade dos sujeitos envolvidos na busca pela magnesita se encontra no relato do memorialista Mafra quando ele narra a fundação da Magnesita. MAFRA, Gileno Otávio de Meira. A história que Paulo me contou. In: PIRES, J. W. **A epopeia da Magnesita S/A. De 1940 a 2007**. Brumado Bahia: Gráfica Bandeirante, 2008. p.05.

<sup>46</sup> *Jornal Magnesita Fratarinho* informa especial, op. cit., p. 2.

O memorialista Gileno Mafra assinalou que depois dos “[...] três sonhadores [...] Paulino, Miviéle e o Caém [...]” terem encontrado as jazidas do minério, ainda com poucos recursos iniciaram a abertura da firma com o nome de Magnesita Ltda. Mas esse empreendimento exigia maiores investimentos, pois seria necessária a compra de muitas propriedades e maquinários para extração, então resolveram “[...] ir a Minas Gerais, sabendo que lá era o Estado que havia grandes mineradoras e geólogos oriundos da grande corrida do ouro que dominou aquele Estado por anos [...]”<sup>47</sup>. Sabendo do interesse pela extração de minério da família Guimarães, “[...] família de boas condições financeiras e de grande prestígio político e que era entrosada em empreendimentos que tange a mineração [...]”<sup>48</sup>, foram ao encontro do então banqueiro “Dr. Antônio Mourão Guimarães”.

Como os três descobridores eram de pouca condição financeira, e encantados pela receptividade de um homem tão poderoso que tinha até Banco em Belo Horizonte resolveram elegê-lo Presidente da Companhia, com plenos poderes para resolver tudo que tangia aquele empreendimento.<sup>49</sup>

Essas informações colhidas do texto de Mafra sobre a entrada de Dr. Antônio Mourão Guimarães na sociedade empresarial MSA<sup>50</sup>, como também de seu interesse pela mineração e principalmente da influência política e econômica da família Guimarães, além de dados apresentados no jornal Magnesita Fratarinho, sobre o centenário de Dr. Antônio Mourão Guimarães, com sua trajetória de banqueiro<sup>51</sup>, permite-nos entrever que esse estreito vínculo de Mourão Guimarães com o setor bancário possibilitou-o conhecer as facilidades de aquisição de empréstimo a juros baixos concedidos pelo governo. Se constituem ainda em provas de que havia interesse do capital financeiro, nesse caso os bancos da família Guimarães, em empreendimento industrial voltado para indústria pesada, demonstrando que o mercado brasileiro já comportava investimentos deste tipo e que banqueiros estavam atentos a isso. Foi assim que o Brasil seguiu junto à concessão de apoio ao empreendimento em pauta.

<sup>47</sup> MAFRA, 2008, p. 09.

<sup>48</sup> Ibid., p. 09.

<sup>49</sup> Ibid., p. 09-10.

<sup>50</sup> “1940 – Demonstrando visão empresarial DR. ANTÔNIO MOURÃO GUIMARÃES integra-se ao grupo, associando com o Dr. Sócrates Mariani Bittencourt e forma a Magnesita S/A.” Jornal Magnesita Fratarinho informa especial, 1988, p.2. O nome de Dr. Sócrates Mariani Bittencourt, voltaremos a mencionar quando formos falar do crescimento da cidade de Brumado em consequência da implantação da indústria.

<sup>51</sup> “[...] fundador da Companhia de Seguros Minas Brasil e, juntamente com seu pai, coronel Benjamim Guimarães, fundador também do Banco de Crédito Predial (mais tarde, Banco Minas Gerais, hoje o Grupo BMG) [...]”. Jornal Magnesita Fratarinho informa especial, 1988, p. 2.

Ademais o prestígio político do Dr. Antônio Mourão Guimarães, certamente colocou-o em contato com homens influentes na política do país naquele contexto. Após a entrada de Guimarães na sociedade empresarial, ele então diretor da MSA, teve um encontro com personalidades políticas, registrado em fotografia datada de 1954. A foto – inserida abaixo – nos permite aludir sobre a relação da diretoria da empresa como o Estado.

A fotografia registou o encontro de Antônio Mourão Guimarães com Juscelino Kubitschek, que viria a se tornar o presidente da república um ano depois. Suspeitamos que essa não fosse uma atividade isolada desse período, é possível que tenha acontecido durante todo o processo de fundação e expansão da empresa. Os indícios encontrados levam-nos a crer que o capital aplicado por Antônio Guimarães na empresa, assim como os empréstimos adquiridos no banco dos Guimarães pelos fundadores, Georges Minivelle e Miguel Cahen, tinham procedência das facilidades de empréstimos de capital às nascentes indústrias pelo governo de Vargas.



**Figura II:** Antônio Mourão Guimarães com Juscelino Kubitschek. **Fonte:** Jornal *Magnesita Fratarinho* informa especial, 1988, p. 3. Como consta na própria descrição do Jornal *Magnesita Fratarinho*, retrata Antônio Mourão Guimarães (a mostra com um tijolo refratário em uma das mãos) em encontro na Magnesita S.A com Lucas Garcez e Juscelino Kubitschek, governadores de São Paulo e Minas Gerais respectivamente - 1954.

Com o objetivo de encerrar esse ponto da discussão, apresentaremos mais um fragmento do texto do jornal *Magnesita Fratarinho* que expõe a cronologia da empresa. Através dela, colhemos os dados sobre a expansão da empresa, considerando que esse dado é mais um indício que a MSA adquiriu verbas por meio de empréstimos do governo. O fragmento aponta que em 1964, o “[...] BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento –

concede à mas empréstimo para expansão [...]”<sup>52</sup>. Avaliamos que especialmente esse trecho seja um ponto referencial em nossa análise, pois mostra uma prática da empresa que supomos não ter ficado circunscrito somente à década de 1960. Diante dos dados apresentados até aqui, é muito provável que a empresa em seu nascedouro tenha utilizado dos recursos disponíveis para o seu desenvolvimento.

Este breve balanço histórico sobre a industrialização no país, correlacionando com a fundação da MAS, teve a finalidade demonstrar o objeto de pesquisa inserido no contexto histórico nacional, o que nos permite entender as motivações que levaram à chegada de Albertino Marques a Brumado, além de percebermos as mudanças históricas ocorridas no país e como tais mudanças refletiram na região de Brumado. As transformações que viriam a acontecer nessa pequena cidade estavam intrinsecamente relacionadas com o que estava ocorrendo no país. Na década de 1940, dentre as transformações ocorridas na cidade, destacamos a intensificação da migração de pessoas em busca de trabalho e melhores condições de vida. O movimento não ocorreu apenas em Brumado. Ao contrário, com a industrialização, outras cidades também foram atrativas para o êxodo rural. É interessante mencionar que a migração foi uma dentre as muitas transformações ocorridas em Brumado, tendo a implantação da indústria mudado completamente o cotidiano dessa cidade.

#### **2.4 Da Vila de Bom Jesus dos Meiras a Brumado.**

A necessidade e o desafio de situar o estudo da trajetória de Albertino Marques no contexto sócio histórico da cidade de Brumado nos fez perceber a existência de poucas produções historiográficas sobre a região. Até então possuímos algumas monografias<sup>53</sup> e um livro, cuja primeira edição é de 1956. O livro intitulado *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo – Aspectos da vida Patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*<sup>54</sup>, foi escrito pelo médico e historiador Lycurgo Santos Filho, descendente da família fundadora da

<sup>52</sup> Jornal Magnesita Fratarinho in forma especial, 1988, p.3.

<sup>53</sup> Acerca das produções catalogadas são essas: LIMA, 2014. SILVA, Laina M. de O. O Partido Social Democrático: atuação política no alto sertão da Bahia (Vila de Brumado 1930-1933). In: IX SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2014. p. 3760 - 3775. SILVA, Priscila Machado. **Miguel Lourenço de Almeida**: A Trajetória de um familiar do Santo Ofício no sertão da Bahia – século XVIII (1708-1785). 2011. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2011. MEIRA, Ângela dos Santos. **O cinema de brumado enquanto espaço de lazer e socialização**: o cine teatro Fátima. 2014. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História)- Universidade do Estado da Bahia, Caetité, Bahia, 2014.

<sup>54</sup> SANTOS Filho, Lycurgo. **Uma comunidade rural no Brasil antigo**: (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX). Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

Fazenda Campo Sêco<sup>55</sup>, responsável pela formação da vila Bom Jesus dos Meiras, a qual posteriormente veio a ser denominada Brumado, em 1931. O texto se tornou um clássico e referência obrigatória para os pesquisadores da história colonial baiana.

As terras pertencentes à futura fazenda do Campo Sêco foram adquiridas pelo português José de Souza Meira, da “[...] antiga e imensa sesmaria atribuída a Antônio Guedes de Brito [...]”<sup>56</sup>. A compra das terras e a instalação da sede foram o marco inicial do povoamento da qual viria a se tornar Bom Jesus dos Meiras. A história da ocupação dos arredores da fazenda tem muito da influência política e econômica dos coronéis que ocuparam o Sobrado do Brejo<sup>57</sup>, na mesma medida em que também influencia o contexto histórico colonial, como a mineração no rio das Contas e a criação de gado aos arredores. A análise empreendida por Santos Filho sobre a formação dessa “comunidade rural” tem como principal marco temporal a aquisição da fazenda em 1744 pelo Familiar do Santo Ofício, Miguel Lourenço de Almeida. Pela fazenda também passaram sujeitos de significativa influência política, como o coronel Exupério Pinheiro Canguçu, que esteve envolvido no cenário político da região.

No início do século XX, a cidade de Brumado era conhecida como Vila de Bom Jesus dos Meiras. O nome decorre da linhagem da família supracitada de predominância de coronéis<sup>58</sup> que dominaram a região por séculos. A mudança do nome ocorreu já no primeiro ano após a Revolução de 1930, encabeçada por Vargas. A suspeita é que a alteração tenha ocorrido para cumprir fins políticos. As fontes nos levam a conjecturar que a modificação do nome para Brumado tinha a intenção de retirar a assinatura “Meira”<sup>59</sup>, com o intuito de extirpar qualquer relação do poderio das famílias dos coronéis Canguçu e Meiras, ao a qual

<sup>55</sup> Pelo parentesco de Lycurgo Santos Filho com os últimos descendentes da família Canguçu, por isso teve condições de organizar a documentação proveniente da fazenda espalhado pelos estados do país, pois cada descendente carregou do Brejo do Campo Sêco, os documentos que os apeterceram.

<sup>56</sup> SANTOS FILHO, 2012, p. 4.

<sup>57</sup> Casarão construído na fazenda do Campo Sêco, entre os anos de 1808 a 1812, sob a gestão do então patriarca Antônio Pinheiro Pinto. Deixou um minucioso detalhamento dos gastos dessa construção no ‘Livro de Razão’, o qual permitiu a Santos Filho uma análise primorosa sobre o cotidiano de uma fazenda colonial, dedicando um capítulo para tratar do assunto, o “Cap. VI – O Sobrado do ‘Brejo’”. Ibid., 2012, p.78.

<sup>58</sup> Os Meira foram a família fundadora do Brejo do Campo Sêco e posteriormente por relações matrimoniais os Meira passam a ser “Canguçu” (mudança do nome de Pinheiro Pinto para Pinheiro Canguçu), que séculos depois, em decorrência povoamento aos arredores da mesma fazenda foi elevada à condição de Vila. Os descendentes do fundador José de Souza Meira dominaram a cena política local, mesmo após a elevação da Vila a condição de cidade. Sobre o acréscimo do Canguçu ao nome. SANTOS FILHO, 2012, p. 49.

<sup>59</sup> “Mudança do nome de Bom Jesus dos Meiras para Brumado – Era de Vargas: Foram nomeados interventores de 1930 a 1932 – Padre José Dias Ribeiro da Costa. Na sua gestão deu-se a mudança do nome Bom Jesus dos Meiras para Brumado em 1931. O Decreto Lei Estadual nº 7479 foi assinado em 8 de junho de 1932, quando o Dr. Bernardino de Souza, então Secretário de Justiça do Estado, entendeu, por sua livre vontade e arbítrio, e sem consultar o povo meirense de mudar esse nome histórico Bom Jesus para Brumado, um nome realmente inexpressivo, e sem anexo, sem histórico.” Disponível em: < <http://www.brumado.ba.gov.br/historia.php>>. Acesso: 02 ago. 2015. Conferir também em Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958. p. 91.

dominara por um longo período a região mencionada. Duas hipóteses podem sustentar a assertiva: uma é de que as referidas famílias podem não ter apoiado a Revolução de 1930, ao mesmo tempo, a ausência de apoio, pode ter gerado perseguição política do governo então implementado aos coronéis.

O primeiro ponto da composição dos vestígios que dão conta de fundamentar a hipótese de mudança de topônimo localiza-se no envolvimento de Exupério Pinheiro Canguçu, o último patriarca do Sobrado do Brejo, com o partido liberal e com os políticos civilistas. O que viria acontecer na Revolução de 1930 foi o envolvimento dos militares com o Estado. Trouxemos para esse ponto os dados encontrados em parte de uma correspondência de Exupério Canguçu ao Ruy Barbosa, então deputado da Assembleia da Corte. Essa correspondência, enviada em 28 de janeiro de 1882, tinha como finalidade o pedido de emprego para o seu filho mais velho, Antônio<sup>60</sup>. Abaixo, o fragmento da correspondência:

[...] fallando sobre meu filho e seu amigo Antonio Pinheiro Canguçu, quando estudante na Escola Polytechnica; agora que tem elle concluído seu curso, e tem de, no proximo mez de Março, receber o premio de seus trabalhos intellectuaes, espero que meu nobre Amigo o tome sob sua valiosa proteção, promovendo para elle um emprego condigno de suas fracas forças em Engenharia civil. [...]<sup>61</sup>

O trecho evidencia as relações políticas do Coronel Exupério com Ruy Barbosa, o civilista, validando ainda mais a suspeita de que a mudança de nome pode estar ligado à disputa política, pois a relação do patriarca como o citado deputado trouxe aos familiares benefícios, como o emprego do filho Antônio Canguçu na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Entendemos também que o período em análise se situa em relativa distância, pois a morte de Exupério foi “em 8//2/1900, aos 80 anos”<sup>62</sup>, portanto, o coronel já estava ausente do cenário político há 30 anos quando da chegada de Getúlio Vargas à presidência. Mas esse espaço de tempo não invalida a hipótese sobre a mudança do nome da cidade, pois as relações de compadrio não se desfizeram com relativa facilidade e rapidez. Dizemos isso levando em conta os benefícios recebidos pelos familiares do coronel que não apoiariam o novo governo instalado em 1930.

<sup>60</sup> Os registros apresentados por Lycurgo mostram que foi atendida essa solicitação de emprego, pois “[...] empregou-se na construção da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, contrariando a vontade do pai, que desejava investi-lo na direção da fábrica de ferro da Serra das Éguas [...]”. SANTOS FILHO, 2012, p. 59.

<sup>61</sup> Toda a descrição da correspondência consta no apêndice do capítulo cinco do referido trabalho de Lycurgo Santos Filho. Ibid., p. 74.

<sup>62</sup> SANTOS FILHO, 2012, p. 70



O trabalho de Luís Henrique Dias Tavares, intitulado *História da Bahia*,<sup>63</sup> nos oferece elementos para o entendimento do processo de transição do fim da Primeira República, com a deposição de Washington Luís, para o governo provisório de Vargas. Através do panorama do contexto histórico apresentado pelo autor, percebemos os sinais das disputas políticas que, em alguma medida, sustentam nossa hipótese.

Na eminência da deposição, 4 a 8 de outubro, o então presidente Washington Luís se comunicou com Pedro Lago, governador da Bahia, e com outros políticos baianos. No ensejo, “convocaram coronéis da Chapada Diamantina, do São Francisco e do Sudoeste a enviarem homens armados para engrossar as forças governistas sob o comando do general Santa Cruz. [...]”<sup>64</sup>. Não podemos desconsiderar esse fato, tampouco no que desembocaria posteriormente. Por conta do não apoio de parte considerável dos coronéis baianos ao futuro presidente Getúlio Vargas, vieram perseguição, julgamentos e prisões. Nas exposições de Tavares, o comando revolucionário, “[...] decidiu recolher o quanto de armamentos existisse na posse dos coronéis, detendo-os também para que fossem processados e julgados. [...]”<sup>65</sup>. Ao fim dessas ações tiveram uma significativa eficácia como demonstração de poder do governo de Vargas. Portanto, entendemos que o envolvimento do governo, no que concerne aos coronéis, deve sim ser levado em conta para a referida análise.

Sobre a convocação dos coronéis por Washington Luís, não temos condições de asseverar que tenha chegado aos residentes da Fazenda Campo Sêco ou que tenha havido apoio ao governo e contra Vargas, justificando assim a perseguição. Sabemos que durante a Revolução de 1930, Exupério Pinheiro Canguçu já havia morrido, mas a influência desse coronel ainda permanecia, pois como já mencionamos, além da cidade carregar o sobrenome de seus descendentes em seu topônimo, também os parentes de Canguçu ocupavam cargos na política na cidade. Como foi mencionado por Laina Mara de Oliveira Silva em sua pesquisa sobre a criação e atuação do Partido Social Democrático no início da década de 1930 na “vila de Brumado”, Pedro Ulisses Canguçu foi um dos integrantes da “cúpula local do partido”<sup>66</sup>.

A descrição e análises feitas até agora tiveram como finalidade referenciar os estudos sobre Brumado. Tais estudos nos ajuda nos ajuda a entender a formação e o povoamento da região, nos dando respaldo para tratar da transição do primeiro nome da cidade, Bom Jesus dos Meiras, para Brumado. A abordagem foi feita visando situar o(a) leitor(a) a respeito da

<sup>63</sup>TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

<sup>64</sup>Ibid., p. 386.

<sup>65</sup>Ibid., p. 386.

<sup>66</sup>SILVA, 2014, p. 3764.

região e algumas de suas peculiaridades, demonstrando assim uma urbe que foi impactada pelo processo industrial, tornando-se, por conta desse mesmo desenvolvimento, a responsável pela chegada de Albertino Marques.

Após esse percurso, cabe-nos analisar mais detidamente os impactos da industrialização na cidade de Brumado, o que será feito na seção a seguir, onde será apresentado as transformações da realidade local após a instalação da indústria mineradora.

## 2. 5. O cenário social de Brumado influenciado pela indústria de mineração.

O cenário social da cidade de Brumado passou por intensas transformações no pós-implantação da indústria. Tais mudanças aparecem refletidas no recenseamento feito em 1950 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>67</sup> O estudo foi publicado como uma coleção intitulada de Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, portanto aproximadamente após dez anos de funcionamento da MSA. O texto faz um apanhado das condições socioeconômicas da região, apontando a indústria como fator preponderante dessas transformações.

Antes de iniciarmos a análise das mudanças, cabe refletir sobre como era a cidade antes das alterações pós-industrialização. Para tanto, nos valemos da narrativa de um escritor de Brumado chamado Mário Rizério Leite. O autor, depois de ter se formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1937, mudou-se para Goiás para exercer a profissão<sup>68</sup> e por lá, em busca de rememorar sua cidade natal, escreveu alguns livros e em específico a obra *Xuruê: Lendas e Contos*. As páginas dessa obra abrem janelas que nos permite visualizar alguns “contornos nítidos” da conjuntura de Brumado antes da Magnesita.

Naquêle [sic] chão seco do antigo Bom Jesus dos Meiras, não havia de colhêr [sic] senão bulufas. A lavoura pouco e as vêzes [sic] nenhuma, conforme chovesse ou não. E falta de chuva alí era mato, até mosquito morria de sêde [sic]. Comércio naquela época, antes da Magnesita, nem era bom falar. Quatro casas de vender “morim”, vendas de cachaça na entrada e na saída, Raimundo Rabudo apregoando banana e só.<sup>69</sup>

<sup>67</sup> IBGE, 1958.

<sup>68</sup> TORRES, Antonio Novais. **Biografia Dr. Mário Rizério Leite**. 2013. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/biografias/4966137>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

<sup>69</sup> LEITE, Mário Rizério. **Xuruê: Lendas e contos**. Rio de Janeiro: Pondetti, 1970. p. 124.

As memórias de sua infância remetem-no a um lugar quase inóspito, com dificuldade de colheita por conta da escassez das chuvas, que ocasionava falta de água na região. No fragmento citado o que que mais nos interessa é justamente a descrição do comércio da cidade, quando o autor faz alusão à “época antes da Magnesita”. Pelas descrições presentes na obra, antes da industrialização a movimentação econômica da cidade era de pouco desenvolvimento. A atividade comercial era escassa. Em suas palavras, “nem era bom falar”, o comércio se resumindo a poucas lojas de vender cachaça, bananas e tecidos de algodão, como o exemplo do citado “morim”. Na sua descrição, percebemos o interesse do autor em mostrar o parco desenvolvimento econômico da região. Tratava-se de um comércio que funcionava para suprir as necessidades mais básicas da população. A “fotografia” da cidadela que o memorialista apresenta é justamente o que era corriqueiro e natural na época a uma pequena urbe no interior da Bahia. O que diferencia Brumado da maioria das cidades do interior baiano no mesmo contexto foram as mudanças ocasionadas pelo funcionamento de uma grande indústria.

A indústria começou a funcionar em 1940 depois dos acertos da empresa entre o banqueiro Dr. Antônio Mourão Guimarães e os dois franceses Georges Minivelle e Miguel Cahen, pois Paulino Affonso Chaves<sup>70</sup> havia vendido a sua parte da empresa já no início.<sup>71</sup> Depois houve a abertura das “frentes de serviços” para a extração do mineral. Com o processo da mineração, modificou-se o cotidiano da cidade, pois como qualquer outra indústria para o início de suas atividades de extração e produção, exigiu-se contratação de mão de obra e foi esse o mais significativo fator do aumento populacional. A região se tornou atrativa pelo crescente número de vagas de trabalho e com isso aumentou consideravelmente o número de visitantes e moradores.

O escritor José Walter Pires, quando conta a história da empresa por meio da literatura de cordel, indica que a oferta de trabalho contribuiu para atrair novos imigrantes à cidade. De acordo com suas palavras: “[...] sobre essa trajetória, ouvi muitas histórias, relatos, casos que marcaram a vida de abnegados trabalhadores, muitos dos quais vieram, atraídos pela boa-nova, dos mais distantes e diversos lugares [...]”<sup>72</sup>. Essa menção de Pires sobre o êxodo de trabalhadores para a cidade de Brumado é confirmada na publicação do IBGE. O recenseamento da cidade aponta para a composição da população por sexo, raça, e a que consideramos a principal, que é a situação do domicílio entre urbano e rural. Vejamos:

---

<sup>70</sup>MAFRA, 2008, p.05.

<sup>71</sup>Jornal Magnesita Fratarinho informa especial, 1988, p.2.

<sup>72</sup>PIRES, 2008, p.05.

A população do município recenseada em 1950 era de 36 631 habitantes, sendo 17 709 homens e 18 922 mulheres. Declaram-se brancos 18 828, pretos 3 516 e pardos 14 253. Do total da população, 88,29% se localizam na zona rural. [...] A população estimada para 1957 é de 45 629 habitantes.<sup>73</sup>

Uma análise apressada dos dados nos leva a supor que a realidade da cidade de Brumado não era muito diferente das outras cidades do interior da Bahia. Os dados mostram uma disparidade entre o rural e urbano, com 88,29% da população vivendo no campo,<sup>74</sup> contra 11,71% que residia nas cidades. Nesse sentido, esses dados só confirmam o que acontecia no interior do país: a maior concentração da população vivendo no meio rural<sup>75</sup>. No entanto, é importante colocar em evidência que em 1950 o número total de habitantes na cidade de Brumado era de 36.631, sendo uma população relativamente grande para a época. As cidades circunvizinhas que apresentavam atividades econômicas diferentes da de Brumado, como é o caso de Guanambi e Livramento, detinham números menores em sua composição demográfica.

Guardadas as devidas proporções com relação ao povoamento de cada formação dessas cidades, escolhemos para a comparação de densidade demográfica de Guanambi e Livramento, que são cidades mais próximas. Optamos por deixar de apresentar Caetité, mesmo sendo também uma das cidades também próximas, que dista a 100 quilômetros da sede de Brumado, não por descuido ou algo semelhante, mas por se tratar de um povoamento, juntamente com Rio de Contas, dos mais antigos da Bahia. Em função disso, sua densidade demográfica era superior a das cidades circunvizinhas, incluindo Brumado.

Quando analisamos a realidade de Guanambi e Livramento percebemos Guanambi possuía uma economia baseada principalmente na “agricultura pecuária e silvicultura”, “[...] a população do município era de 18 853 habitantes [...]”. Livramento de Nossa Senhora, por sua vez, apresentava-se com uma população, segundo o Recenseamento de 1950, de 26 898

<sup>73</sup> Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 92.

<sup>74</sup> “ATIVIDADE ECONÔMICA – De acordo com o Recenseamento de 1950, 34,21 % da população em idade ativa (10 anos e mais) do município dedicam-se ao ramo ‘agricultura, pecuária e silvicultura’”. *Ibid.*, p. 92.

<sup>75</sup> Em análise apresentada pelo IBGE, sobre um balanço da composição demográfica do país entre 1940 a 2000, intitulado: *Tendências demográficas no período de 1940/2000* fez um estudo minucioso da composição demográfica dos estados brasileiros, tendo como objeto principal da publicação, o crescimento populacional. Utilizando como forma comparativa o crescimento populacional entre o meio urbano e o rural e tendo como estatística e referência o censo realizado em 1940 e sobre o a concentração da população no meio urbano alude: “[...] Em 1940, com 2/3 da sua população concentrada nas áreas rurais, o País possuía características eminentemente agrícolas, com forte presença da agricultura de subsistência e do grande latifúndio.” Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/analise\\_populacao/1940\\_2000/comentarios.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2015. p.6.

habitantes. Entendemos que a disparidade populacional entre Brumado e os municípios está envolta nas questões do fluxo migratório influenciado pela indústria Magnesita.<sup>76</sup>

Percebemos que esses dados apresentados permitem traduzir o processo pelo qual a cidade passou com a chegada da industrialização, como o já citado aumento populacional e também a expansão da economia, elementos que contribuíram para o crescimento citadino, na medida em que houve o melhoramento da estrutura física, que tinha por objetivo proporcionar suporte e logística ao desenvolvimento da indústria. Outro ponto a destacar e que corrobora com as influências da intensa atividade da empresa e de correlação com o crescimento demográfico é a estimativa da população para os 7 anos seguintes, de 1950 a 1957, sendo aproximadamente um acréscimo de 9 mil habitantes.

Como reflexo do aumento populacional podemos mencionar o aparecimento de espaços sociais de habitação com características proletárias, como por exemplo, a criação e manutenção de uma vila operária nas mediações da empresa para abrigar funcionários profissionalmente qualificados. Um pouco mais distante da sede da indústria, ocorreu o crescimento desordenado de uma vila de nome Catiboaba, sem auxílio e com péssimas condições de sobrevivência.<sup>77</sup> este espaço foi ocupado por trabalhadores sem qualificação, que exercia atividades relacionadas à extração da mina. Para além dos problemas ocasionados pelo crescimento desordenado e das precárias condições de vida dos operários, cabe destacar a configuração do cenário social de Brumado, tendo como ponto de análise a economia da cidade.

O já mencionado *Jornal Fratarinho*, cuja publicação era de responsabilidade da empresa, faz alusão em sua “cronologia” da construção de fornos para a produção de tijolos refratários por volta de 1948, sendo “[...] montado em Brumado (BA) o 1º forno vertical para produção de síter de Magnesita [...]”. O periódico afirmou ainda que na cidade industrial em Minas Gerais, “[...] São produzidos os tijolos BRAMG, utilizando síter proveniente de Brumado [...]”<sup>78</sup>, do mesmo período. Percebemos que embora não constasse na referida fonte, a construção dos fornos em Brumado se deu antes de 1948. De acordo com o fragmento, a produção de “tijolos BRAMG” com produto síter de magnesita<sup>79</sup>, já beneficiado

<sup>76</sup> Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 243-395.

<sup>77</sup> Para um maior aprofundamento conferir o artigo, “**Estudos da produção espacial e a questão ambiental causados pela mineração no município de Brumado**”, da geógrafa Poliana Machado da Silva, disponível em: <[www.simpurb2013.com.br/wp-content/.../11/GT10-1585-Poliana.pdf](http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/.../11/GT10-1585-Poliana.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2014.

<sup>78</sup> Cf. *Jornal Magnesita Fratarinho* in forma especial, 1988, p.2.

<sup>79</sup> A síter é o produto resultante do processo de queima e beneficiamento do mineral natural de magnesita que era utilizado na construção dos tijolos refratários, por suporta altíssimas temperaturas. Disponível em: <<http://www.magnesita.com.br/minerais/sinter>> Acesso em: 04 out. 2015.

industrialmente proveniente de Brumado. Seguindo esse raciocínio, se a cidade industrial trabalhava com produto advindo de Brumado, logo, já funcionava a indústria na cidade.

Se isso é verdadeiro, notamos que a construção de fornos pela empresa nas proximidades da Vila Catiboaba, para beneficiamento do minério, impactou a economia da cidade já no início da década de 1940, o que leva a um significativo desenvolvimento da urbe para suprir a logística da indústria. Esse processo de montagem dos fornos é evidenciado pelo cordelista José Walter Pires quando narra em suas rimas: “[...] Um forno foi construído / Próximo à Mineração / Onde as ‘pedras’ extraídas / Sofriam a transformação / De um estado natural / Para a fase ‘industrial’ / Chamada calcinação [...]”<sup>80</sup>.

Após a intensa movimentação econômica na cidade, proveniente do impulso gerado pela MSA, ocorreram modificações na estrutura da urbe que impactaram de maneira significativa o cotidiano da pequena Brumado. Os registros dessas alterações indicam que houve pavimentação das ruas, aumento no número de construções residenciais e comerciais, como também o fornecimento de luz elétrica. É interessante fazer a leitura do fragmento seguinte, tendo como ponto de referência e comparação à primeira narrativa de Mário Rizério, pois o texto supracitado foi escrito na década de 1970 e retratava a ainda Bom Jesus dos Meiras na década de 1930. A narrativa apresenta uma pequena vila com um cotidiano pacato, quase um cenário rural, campestre. Já o texto da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros mostra o “retrato” de uma cidade com o início de um comércio em expansão.

Dos 15 logradouros existentes, 10 estão pavimentados, sendo 8 com pedras irregulares e 2 com paralelepípedos, 1 arborizado e 12 iluminados com luz elétrica. Existem 198 prédios servidos de luz elétrica. O consumo de energia elétrica, para fins de iluminação pública e particular, foi, em 1956, de 50 160 kWh.<sup>81</sup>

Se analisarmos a fala de Rizério retratando o cenário econômico da cidade em 1930 e a paisagem apresentada pelo IBGE em 1956, percebemos as modificações pelas quais passou a Vila de Bom Jesus dos Meiras. Para o autor, como vimos, o comércio da vila se resumia a “[...] quatro casas de vender ‘morim’, vendas de cachaça na entrada e na saída [...]”. De outro lado, o estudo do IBGE aponta a cidade em 1956: “[...] Há na sede 10 estabelecimentos atacadistas e 30 varejistas, tendo o giro comercial atingido em 1956 – 100 850 milhares de

<sup>80</sup>PIRES, 2008. p. 17.

<sup>81</sup>Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 94.

cruzeiros. [...]”<sup>82</sup>. Essas informações traduzem o quanto modificou o cenário social da urbe no período de aproximadamente 20 anos e conferimos que a indústria teve papel preponderante nesse processo, conforme é possível perceber a seguir “[...] Na sede funcionam dois estabelecimentos bancários: agência do Banco da Bahia S. A. e a agência do Banco Econômico da Bahia S. A., inaugurados em 13 de outubro de 1954 e 12 de março de 1953, respectivamente [...]”<sup>83</sup>. Essas informações, aludidas pelo IBGE sobre os bancos, evidenciam que essas agências tinham como principal função o atendimento ao grupo de empresários da referida MSA, pois as instalações foram posteriores ao funcionamento da indústria e motivadas pela mesma.

As alterações na urbe não ficaram restritas somente à instalação de duas agências bancárias ou mesmo ao acréscimo populacional, entre outros fatores mencionados anteriormente; mas também a questões de logística em decorrência do atendimento ao funcionamento da mineração na MSA. Pela necessidade do transporte dos funcionários ao local da mina e para suprir a demanda que surgia em decorrência da indústria, um dos moradores criou uma companhia de transportes, a frota de ônibus Viação Catarino. Ainda fazendo uso dos cordéis, Pires narra sobre a criação da empresa de transportes e a finalidade do empreendimento

[...] Em Brumado, a pioneira  
 No transporte de operários, [...]  
 Começou a sua lida  
 Na velha Magnesita,  
 Como modesto operário,  
 [...] Lá pelos anos cinquenta,  
 A Catarino nasceu.  
 Para glória de Brumado,  
 A empresa floresceu. [...]”<sup>84</sup>

No desenrolar do cordel, o autor apresenta mais detidamente como ocorreu a implantação da Viação Catarino e o funcionamento das linhas, das frotas e ao público que atendia, mas para o nosso propósito o recorte exposto é o que nos basta, por apresentar a época do surgimento e a sua finalidade, estando a empresa de transporte intrinsecamente ligada à expansão da indústria, com o transporte do operariado. Sendo que esse serviço não

<sup>82</sup> Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 94.

<sup>83</sup> Ibid., p. 94.

<sup>84</sup> PIRES, J. W. **História da Viação Catarino**. Salvador, fev. 2014. p.7-20.

ficou restrito somente à finalidade industrial, mas também o traslado dos moradores da cidade e das localidades vizinhas.

Ainda tratando sobre as questões de logística em atendimento a MSA, notamos que não ficaram circunscritas somente ao atendimento aos funcionários, bem como, as questões de transportes das cargas da produção, e o transporte aéreo, destinado à diretoria da empresa. Para isso construíram uma pista de pouso de aviões de pequeno porte<sup>85</sup> que recebeu o nome de Dr. Sócrates Mariani Bittencourt, homem que veio de Minas Gerais e que fez parte da sociedade no empreendimento com o Dr. Antônio Mourão Guimarães.

## **2.6 “Deem-nos estradas e em pouco tempo nosso estado apathico se transformará em robusto meio de progresso.”<sup>86</sup>**

Outro marco de transformações vivenciadas por Brumado foi a instalação do sistema ferroviário, que tinha por finalidade suprir a necessidade de logística de transporte dos produtos refratários, mas também a necessidade de transporte da população do município e seus distritos, na mesma medida em que tendia a suprir também a carência das cidades circunvizinhas.

No início dos anos de 1940 foi noticiada à população de Caetité, através do jornal *A Penna*,<sup>87</sup> a chegada da “locomotiva” a Brumado. A descrição do artigo do jornal concebe a chegada das linhas férreas à região como ideias de progresso, algo que traria benefícios. O argumento utilizado para tal afirmação mostra que o transporte ferroviário possibilitaria o fluxo de mercadorias e produtos de outros centros comerciais, como também as facilidades de locomoção da população, mais especificamente do alto sertão. Segundo o trecho do jornal: “a locomotiva com o seu alívio animador do progresso”<sup>88</sup>, indica que a época a construção de estradas e o encurtamento da distância entre a capital e o interior, por meio do transporte ferroviário, era interpretado como progresso. O dado é referenciado em outras fontes que retratam a implantação do sistema desse transporte. Nas palavras do memorialista Agnelo dos

<sup>85</sup> “Existe, ainda, um pequeno campo de pouso para aterrissagem de aviões teco-teco e médios.” Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958. p. 94.

<sup>86</sup> ESTRADAS. *Jornal A Penna*, Caetité, p. 1, 25 abr. 1940.

<sup>87</sup> A circulação desse jornal foi do período compreendido entre 1897 a 1942, ver mais informações sobre o jornal e os ideais de modernidade e progresso disseminado pelo jornal “A Penna”, no artigo das estudiosas Giane Araújo Pimentel Carneiro e Joseni Pereira Meira Reis, disponível em: <<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Giane-Pimentel-e-Joseni-ST-07.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015. Sobre a referência ao jornal, todos se encontram digitalizado no Arquivo Público Municipal de Caetité. ESTRADAS. *Jornal A Penna*, Caetité, p. 1, 25 abr. 1940.

<sup>88</sup> ESTRADAS. *Jornal A Penna*, Caetité, p. 1, 25 abr. 1940.



Santos Azevedo: “Em 1942, foi chegando o progresso na nossa região, com a construção da estrada de ferro, acompanhada por uma estrada de rodagem carroçal, onde meu pai, já nos seus últimos anos de vida, pegava esse transporte”.<sup>89</sup>

Portanto, visto como não teremos a dirá de vêr mais próxima a locomotiva com o seu alivio animador do progresso, que ella venha até Brumado, encurtando assim a distancia que nos liga à nossa Capital e já nos julgaremos muito mais felizes. Demais no andar em que vamos, uma vez que as communicações com o Sul estão cada vez mais intensas, nosso Estado perderá commercialmente, esta grande faixa alto sertaneja, o que não será muito agradável.<sup>90</sup>

Ainda sobre a noticiada chegada das linhas férreas à cidade de Brumado e a finalidade do atendimento dos ramais, trazemos para o diálogo os trechos do cordel de Pires. Levando em consideração que a percepção desse autor difere do olhar do supracitado escritor do *A Penna*, por esse último ter sido contemporâneo da implantação da ferrovia, consideramos válido mencionar esse registro por tratar de lembranças e o esforço de contar um momento histórico de uma época, além de trazer traços similares da primeira fonte apresentada, por abordar a que público atendia, além de citar transformações ocorridas no cenário social.

Essas linhas se estenderam  
 Não somente aos operários.  
 Serviram, nos seus ramais,  
 Aos diversos usuários  
 Um transporte alternativo,  
 Modificando cenários.<sup>91</sup>

A implantação desse novo meio de transporte pelo Brasil, em meados do século XIX, tinha predominância de investimento do capital estrangeiro e a Inglaterra era sua principal financiadora. Como todo empreendimento comercial, foi inserida como empresa para gerar lucro. Sua principal finalidade era garantir a circulação de mercadorias industrializadas advindas da Europa pelo interior do país. Como um mecanismo de mão dupla, também favoreceu o desenvolvimento da economia do país, como o escoamento da produção das grandes plantações agrícolas, a exemplo do café que foi, por muito tempo, o transporte mais

<sup>89</sup> AZEVEDO, Agnelo dos Santos. **Recordar é viver**. [S. l.: s.n.], 2007. p. 58.

<sup>90</sup> ESTRADAS. **Jornal A Penna**, Caiteté, p. 1, 25 abr. 1940.

<sup>91</sup> PIRES, 2014, p. 16.

eficiente e barato. Além do transporte da produção agrícola, também utilizaram desse serviço de transporte o setor industrial e o de mineração, como é o caso da MSA, que utilizou das ferrovias para o transporte do mineral magnesita advinda da mina em Brumado e o escoamento da produção beneficiada do refratário. Era por meio dos trilhos que o produto chegava aos portos para a exportação.

Para além dessas funções visíveis que o transporte ferroviário desempenhou no Brasil, como a circulação de produtos industrializados europeus e o transporte de bens e produtos brasileiros, o “[...] objetivo também [era] ocupar e integrar as áreas dos sertões, a ferrovia foi assim revestida de uma força simbólica, como se ela sozinha pudesse levar o progresso ao restante do país”.<sup>92</sup> Ainda pensando a ferrovia como meio de integração entre os estados brasileiros, retomaremos com o que já foi apresentado pelo jornal *A Penna*, sobre o encurtamento da distância entre o interior e a capital, servindo principalmente como o transporte mais cômodo para transitar pelo país. Cabe ainda salientar a importância desse empreendimento na mudança do cotidiano de uma pequena cidade do interior. Para expor um “desenho” desse cenário, escolhemos a escrita de Dilma Andrade de Paula, no texto “*Ferrovias e rodovias: O dualismo na política de transporte no Brasil*”. De acordo com a autora:

[...] as ferrovias desenvolveram um complexo ao seu redor, em muitas cidades: armazéns, oficinas, construção de carros, escritórios, escolas profissionais, armazéns, vila operárias, serviços postais e telegráficos, empresas imobiliárias, bancárias, comerciais, hotéis, lojas, transportes de *trollys*, jardineiras e carroças que serviam às estações, etc. Sem contar, é claro, com a movimentação de pessoas, de migrantes que chegavam em função da própria ferrovia e de atividades que surgiram em decorrência dela.<sup>93</sup>

A partir do acima exposto podemos compreender o quanto a instalação de um ramal da linha férrea em uma região pode modificar a dinâmica do cotidiano de uma pequena cidade, como não seria diferente no caso de Brumado, pois os processos de desenvolvimento, influenciados pela industrialização e pelo sistema ferroviário deu à urbe em questão o aspecto

<sup>92</sup> SILVA, Fabiana Machado da. **Trem das Grotas**: a ferrovia Leste Brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945). Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidades do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009. p. 59.

<sup>93</sup> PAULA, Dilma Andrade de. Ferrovias e rodovias: O dualismo na política de transporte no Brasil. In. MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2006. p. 209 – 230. p. 220- 201.

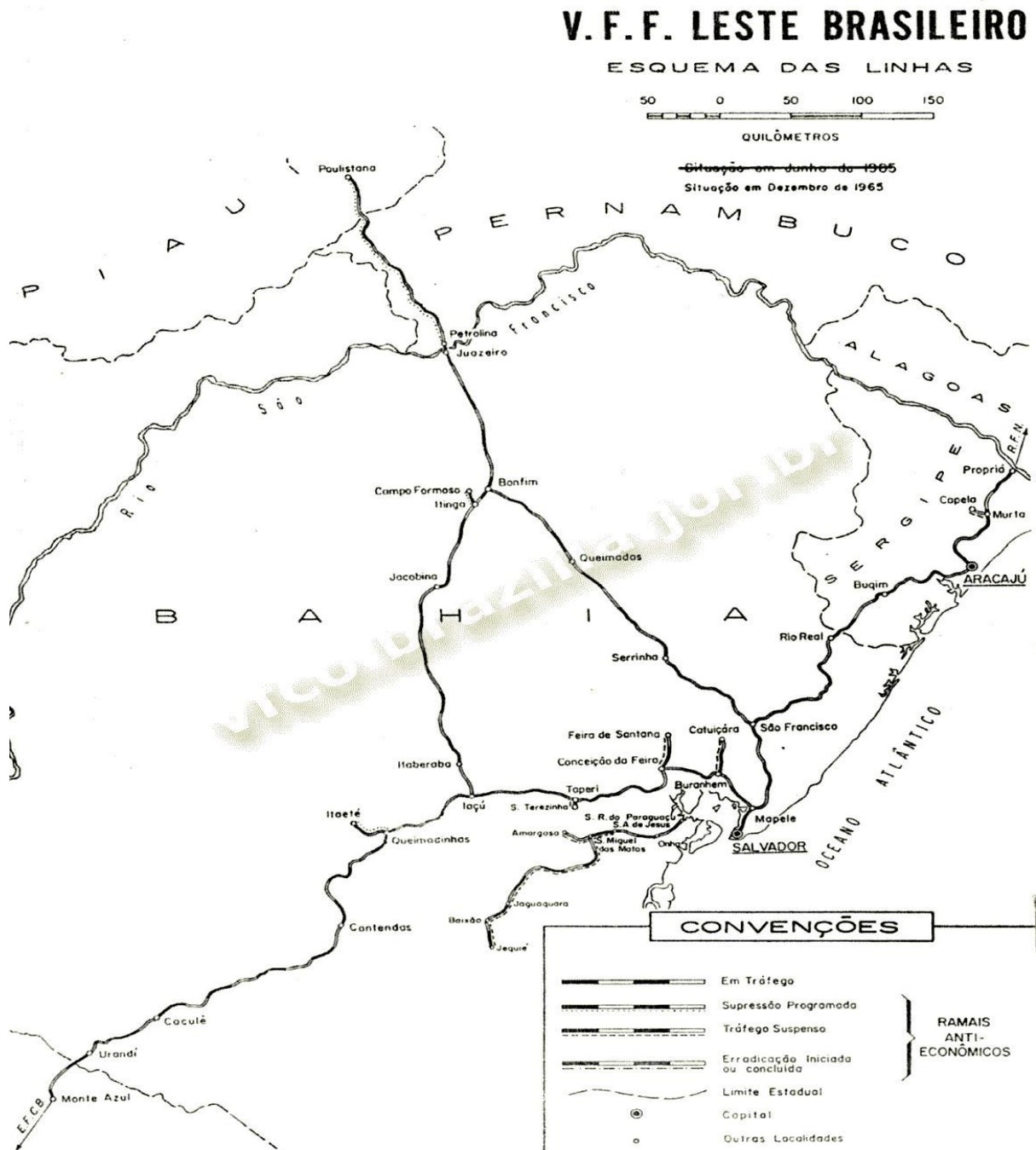
de polo aglutinador de novos moradores. A chegada da “locomotiva” nesse contexto de pós-implantação industrial é importante para a compreensão da cidade.

A empresa ferroviária que chegou até Brumado foi a *Viação Férrea Federal Leste Brasileiro* (VFFLB), que estava em funcionamento no estado da Bahia desde 1860, sendo que ocorreu a federalização da mesma em 1935<sup>94</sup>. É visível que houve ação estatal no processo da instalação da ferrovia na cidade de Brumado. Segundo o *Jornal a Penna*; “Fomos informados por varias pessôas [sic] que em breve o **governo federal** proseguirá [sic] com o serviço da estrada de ferro de Contendas a Brumado.”<sup>95</sup> Esse não foi um fato isolado que ocorreu somente com a empresa mencionada, pois no Brasil, em acordo com as empresas estrangeiras que vendiam o serviço de transporte, era estipulado um período de usufruto dos benefícios financeiros da prestação do serviço, mas, após o tempo acordado, o estado federalizava a companhia e a partir disso, era de responsabilidade do governo federal administrá-la.

---

<sup>94</sup> SILVA, 2009, p. 62.

<sup>95</sup> Grifo nosso. ESTRADAS. *Jornal A Penna*, Caiteté, p. 1, 25 abr. 1940.



**Figura III:** Mapa da Vição-Ferrea-Leste-Brasileiro. **Fonte:**

<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Viacao-Ferrea-Leste-Brasileiro.shtml>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

Diante da pouca assistência do Estado ao sistema de transporte ferroviário, já em decorrência da pressão política de frações da classe dominante, tendo em vista os parcos ganhos financeiros das ferrovias, em implicação da expansão do sistema de transporte rodoviário, houve uma campanha de desarticulação e propagandeando a incompatibilidade desse meio de transporte com o modelo vigente de capital, somado ao agravamento de muitas

companhias terem sucessivamente fechado os seus balanços anuais em déficit. Diante dos problemas enfrentados, a maioria dos ramais ferroviários foi desativado<sup>96</sup>. Como bem observou Silva, mesmo no início do século ocorreu crescimento dos ramais e em função dos prejuízos, o Estado ampliou maior controle sobre as várias ferrovias:

No início do século XX, ainda se observou e colocou-se em prática uma expansão da malha ferroviária brasileira, com o resgate e a construção de várias ferrovias, sendo o Estado obrigado a assumir o controle e prejuízos de várias empresas em dificuldades financeiras. A partir de Vargas e do pós-guerra, o ritmo de expansão diminuiu e ampliou-se o controle das empresas estatais.

Além do que foi apresentado, é preciso ainda analisarmos o processo de intensificação dos desmontes dos ramais ferroviários por volta de 1950. Os ramais considerados não estratégicos, como os ramais do interior dos estados em que o transporte de cargas era ínfimo, ou ainda as “linhas” que atendiam prioritariamente o transporte de passageiros foram desativadas porque não atendiam a demanda da nova “[...] configuração de um novo padrão de acumulação capitalista mundial, baseado na industrialização e na urbanização [...]”<sup>97</sup>, pois, diante do discurso de que o meio de transporte ferroviário estava obsoleto, ultrapassado é que “[...] o Estado brasileiro definiu novas áreas estratégicas no setor de transportes, priorizando o transporte rodoviário [...]”<sup>98</sup>

Todas essas “engrenagens” de desmonte apresentadas não afetaram as malhas ferroviárias que se destinavam ao transporte de minério, pois o mesmo possuía uma logística específica que o transporte rodoviário não contemplava por se tratar de transporte de grandes quantidades de rochas ou do resultado de seu beneficiamento que necessitava ser transportado por meio de vagões. Confirmando esse argumento da expansão e desenvolvimento das linhas férreas para o transporte específico de minério, em meio aos tempos de crise, é que se deu a implantação da *Viação Férrea Federal Leste Brasileiro*, mesmo com as investidas de

<sup>96</sup> Em sua dissertação de Mestrado Fabiana Machado da Silva fez um balanço do processo de implantação e do desenvolvimento da empresa ferroviária, até o ponto de desmonte de parte da malha ferroviária, desaguando na sua privatização, “[...] adquirida pela *Ferrovias Centro Atlântico S.A.* (FCA). Esta empresa buscou recuperar o transporte ferroviário no país a partir de projetos de restauração das antigas estações de trem e construção de museus para conservação e preservação do patrimônio da *Leste*”. SILVA, 2009, p. 71. Cabe mencionar, ainda, que durante sua exposição não é apontado sobre a estação ferroviária da companhia *Viação Férrea Federal Leste Brasileiro* presente na cidade de Brumado, sendo que, estação foi construída na cidade em 1946, portanto no recorte temporal da pesquisa supracitada. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p. 93-94.

<sup>97</sup> PAULA, Dilma Andrade de. Estado e Aparelho Privado de Hegemonia na Sucessão de Ramais Ferroviários. In. MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Estado Brasileiro: Agências e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005. p. 59-77. p.59.

<sup>98</sup> Ibid. p. 54.

desativação de tantas outras “linhas”. Como foi mencionado, o início da implantação das linhas em Brumado se deu por volta da década de 1940. O fato foi noticiado em uma matéria do *Jornal a Penna*, do mesmo ano. Sobre o andamento do desempenho das obras, o periódico destacou: “Que quanto mais breve possível sejam as obras de nossa estrada de ferro atacadas, pois pouco falta para o assentamento de trilhos até Brumado.”<sup>99</sup>

A estação ferroviária foi inaugurada em 11 de fevereiro de 1946. A implantação da ferrovia foi também noticiada pelo IBGE em 1958. Segundo o instituto: “A cidade é servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação foi inaugurada em 11 de fevereiro de 1946. Existem ainda no município estações desta ferrovia, nas localidades de Umburanas, Catiboaba e Malhada de Pedra”.<sup>100</sup> A inauguração da malha ferroviária na cidade se deu, como mencionado anteriormente, no período inicial do desmonte ferroviário no Brasil.



**Figura IV:** Inaugurada a estação ferroviária de Brumado. **Fonte:** <http://brumadohistoriaecultura.blogspot.com.br/2015/08/o-trem-que-nao-volta-mais-ha-pouco-mais.html>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

Em se tratando das malhas ferroviárias que escaparam do processo de desmonte, a ferrovia que atendia ao transporte de carga pesada e principalmente o minério permaneceu em atividade, pois era rentável e a produção de derivado do minério gerava quase que uma dependência ao sistema ferroviário, já que o transporte da matéria-prima até a indústria ou da indústria aos portos com os produtos dependia desse sistema. Nos caso da MSA, a empresa

<sup>99</sup> ESTRADAS. *Jornal A Penna*, Caiteté, p. 1, 25 abr. 1940.

<sup>100</sup> Instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1958, p.93-94. Confira em anexos, fotografia da estação.

utilizava a ferrovia para transportar tijolos refratários para os portos de embarque. Após esse destino, o produto era destinado ao comércio exterior, o que gerava divisas com as exportações para outros países além do consumo próprio do Brasil, com a já mencionada indústria de base. Como asseverou Paula, o “[...] principal ‘usuário’ da ferrovia era o grande produtor (de grãos, de minério etc.). O usuário-passageiro não constava das principais preocupações, tampouco conseguiu se organizar suficientemente para se fazer presente nas políticas do setor de transportes, em especial”.<sup>101</sup>

Ainda sobre a dependência entre ferrovia e mineração, a afirmação dessa relação na região estudada está nos textos da já apresentada Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, quando a mesma trata da exportação dos produtos “[...] para Salvador e Belo Horizonte algodão, magnesita e talco [...]”<sup>102</sup>. Estabelecendo uma conexão com o processo industrial pelo qual estava passando a Bahia naquele momento é que entendemos que a chegada de mais um meio de transporte para suprir as carências da logística de mercadorias. Ademais, o transporte da população possibilitou um maior desenvolvimento da economia da região estudada. As imagens abaixo revelam este movimento.



---

<sup>101</sup> PAULA, 2005, p. 75.

<sup>102</sup> Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958. p. 94.

**Figura V:** Transporte de carga da Magnesita em Brumado. **Fonte:** <https://www.facebook.com/brumado.brumado/photos/a.428722503830232.84669.425675304134952/900036316698846/?type=1&theater>. Acesso em 21 de agosto de 2015.



**Figura VI:** O trem chegando na Estação de Brumado. **Fonte:** <http://brumadohistoriaecultura.blogspot.com.br/2015/08/o-trem-que-nao-volta-mais-ha-pouco-mais.html>. Acesso em 21 de agosto de 2015.

O desenvolvimento econômico e industrial da Bahia dos últimos 50 anos, foi trabalhado por Oswaldo Guerra e Francisco Teixeira em um artigo publicado na revista *Bahia Análise e Dados* da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Mesmo que o foco desse estudo tenha girado, principalmente, em torno das cidades litorâneas e próximas a Salvador, capital do estado, minimamente situa o desenvolvimento industrial no interior do estado. O texto traz considerações que auxiliam a percepção das dificuldades enfrentadas pelo estado baiano na economia, sendo que os problemas de desenvolvimento e expansão industrial “[...] eram agravados pelas condições de sua infraestrutura. As estradas, por exemplo, eram poucas e de baixa qualidade, impedindo a integração dos mercados criados pelo crescimento populacional das cidades interioranas [...]”<sup>103</sup>.

A partir do contexto apresentado, percebemos que o cenário social da cidade de Brumado era diferente da descrição apresentada pelos autores. Naquele contexto, Brumado

<sup>103</sup> GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia: Análise&Dados*. Salvador, v. 10, n. 01, p. 87- 98, jun. 2000. p.88.



havia acabado de passar pelas transformações decorridas da implantação da indústria e da estação ferroviária<sup>104</sup>. Toda essa conjuntura foi parte de um processo que se desenrolava em nível nacional. Foi nesse cenário que se deu a trajetória de Albertino Marques.

Ainda com o intuito de encerrar o ponto das mudanças na pequena urbe, achamos apropriada a exposição de Lycurgo quando narra a sua última viagem a Brumado, tendo como ponto de comparação a antiga Bom Jesus dos Meiras, pesquisada por ele com a finalidade de publicar um livro. O autor, por meio de sua percepção de pesquisador, elabora uma narrativa de alguém admirado pela cidade. Assinala: A Brumado “[...] por mim visitada e percorrida em 1951 – onde o rádio, o avião e o automóvel vem imprimindo uma acelerada metamorfose”<sup>105</sup>. Consideramos pertinente essas poucas palavras por pontuar o que estava ocorrendo em Brumado, que começava a conviver com novidades que iam desde a inserção de novos meios de comunicação, até o fluxo de automóveis e aviões.

Feita a abordagem sobre as novidades vivenciadas na cidade de Brumado no período pesquisa, cabe-nos agora encerrar o capítulo acentuando alguns aspectos da trajetória de Albertino Marques, indivíduo que nos interessa mais diretamente. O panorama traçado acerca do tempo e espaço no qual este sujeito se inseriu é fundamental para compreendermos os caminhos percorridos por ele.

## **2.7. Prelúdio de uma trajetória.**

Tecer as considerações finais desse capítulo é necessariamente um retorno à trajetória de Albertino Marques, pois é preciso ambientar a chegada e a permanência do sujeito à cidade e assim perceber as relações de sociabilidade construídas por Albertino Marques, além do papel que a religião desempenharia em suas vivências.

No início de nossa exposição, apresentamos fontes que versavam sobre a chegada de Albertino Marques a Brumado, motivada pela oferta de emprego na empresa MSA. Apesar desse interesse inicial, o casamento com Maria Rosa dos Santos serviu como aspecto primordial para que ele se firmasse na urbe. Diferentemente do que se espera, não foi na “mina” que Albertino Marques fincou os “seus pés” sendo operário, mas na administração de

---

<sup>104</sup> Difere nos sentidos já apresentados e os registros do IBGE trás o acesso as capitais por meio das rodovias e também pela ferrovia, ceteros também que as condições das rodovias no interior baiano não eram a das melhores. Segue a descrição: “[...] A cidade de Brumado liga-se A Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas, pelos seguintes meios de transportes: à Capital Federal, rodovia 1 346 km e ferrovia 1 599 km, à

Capital do Estado, rodovia 684 km e ferrovia 630 km; [...]” Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1958, p.93.

<sup>105</sup> SANTOS FILHO, 2012, p. XIX.

uma padaria. Esse empreendimento já estava sobre a posse da família Santos, e foi com o interesse de estabilidade e sobrevivência do recente casal, que o sogro concedeu a Albertino Marques e Maria Rosa, agora Maria Rosa dos Santos Barreto, a referida padaria. Como asseverou Célia Brito, “[...] depois meu avô deu uma padaria pra minha mãe... minha mãe ficou tomando conta da padaria e ele também ajudando [...]”<sup>106</sup>

O nome de Maria Rosa dos Santos Barreto consta com frequência nas fontes que tratam do funcionamento das atividades do Centro Espírita Fraternidade (CEF), primeiro centro espírita da cidade. Portanto, notamos que juntamente com as relações construídas através do CEF, o já mencionado casamento com Maria Rosa e o trabalho de Albertino Marques na padaria possibilitaram-no a construção de relevantes redes de sociabilidade. Nesse momento, nos concerne a urgência de afirmar que o centro espírita funcionou como “porta” de entrada de Albertino Marques à comunidade recém-chegada.

A fundação do Centro Espírita Fraternidade tem importância substancial para esta pesquisa, pois foi através da documentação institucional que tivemos contato com as ações e “projetos” do sujeito em estudo. Além disso, foi através dessas fontes que tivemos as primeiras apreciações de suas ações.

Companheiros que comungavam dos ideais espíritas e com o objetivo de divulgação e prática da Doutrina Espírita na cidade, reuniram-se no dia 31 de janeiro de 1954, na residência do senhor Albino Viana. Da reunião participaram: “[...] Albino Viana, Albertino Marques Barreto, Antônio Mário dos Santos, Alvais Silveira Torres, Floriano Peixoto Ribas, Nélcio Contrin Rizério, Nelson Lula (Dr.), Aureliano Lima Amorim, Valter Gomes, para tratar do seguinte: Pelo confrade Albertino Marques Barreto foi explicado os fins da presente reunião,[...]”<sup>107</sup> “[...] Foi ... aí começou na casa de seu Beninho, aí seu Beninho, a pronto, aí ó depois meu pai... é... meu avô doou o terreno que hoje é o centro espírita [...]”<sup>108</sup>. Durante a atividade Albertino Marques falou sobre o interesse da fundação de um centro espírita. O fragmento do estatuto que se segue, expõe exatamente o objetivo da criação do que viria a ser o Centro Espírita Fraternidade.

<sup>106</sup> BRITO, Celia dos Santos Barreto. Celia dos Santos Barreto Brito: depoimento [dez. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.

<sup>107</sup> Trecho retirado da ata de Reuniões de Diretoria do Centro Espírita Fraternidade, e nesse fragmento é notório a participação de uma quantidade significativa de pessoas que nutria o mesmo interesse em fundar um Centro em Brumado. Ainda é relevante aqui mencionar que quem propôs a fundação do Centro, foi Albertino Marques Barreto. **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 1.**

<sup>108</sup> Celia dos Santos Barreto Brito: depoimento [dez. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica. Beninho, como era conhecido Albino Viana na cidade.

Art. 1º O Centro Espírita Fraternidade, nêstes estatutos também denominado de Centro, é uma sociedade civil e religiosa, fundada a 31 de janeiro de 1954, na cidade de Brumado e aí terá seu domicílio e sede, para execução do seguinte programa:

§ 1º O estudo do Espiritismo e a propagação de seus ensinamentos doutrinários, por todos os meios que oferece a palavra escrita, falada e exemplificada;

§ 2º A prática da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios a seu alcance;<sup>109</sup>.

Visando cumprir a mesma finalidade de qualquer outra “sociedade religiosa” espírita, o interesse principal do CEF era o estudo e divulgação dos preceitos e ensinamentos do Espiritismo. Como está posto em seu programa de funcionamento, o interesse era divulgar o “ensinamento doutrinário” espírita e a prática da caridade<sup>110</sup>. Mas o que diferenciava o CEF do que era comum aos outros espaços diz respeito às práticas de Albertino Marques, utilizando do espaço do CEF como meio pelo qual executaria as ideias de um “projeto” de sociedade baseada na educação, fato que será analisado nos capítulos seguintes.

---

<sup>109</sup> Este documento se encontra no Cartório de Registro de Título e Documentos e Pessoas Jurídicas no Fórum Duarte Muniz em Brumado. Livro A 1, ano 1955, nº de ordem 6 p. 29.

<sup>110</sup> A caridade em especial na doutrina espírita tem função basilar, pois um dos seus ensinamentos preponderante e mais divulgados, os espíritas conferem o maior ensinamento, onde “Fora da caridade não há salvação.” KARDEC, Allan. **O evangelho Segundo o Espiritismo**. Araras, SP: IDE, 2008, p. 149.

### 3. CAPÍTULO II – OS CAMINHOS DE ALBERTINO MARQUES BARRÊTO: DA ATUAÇÃO NO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE AO EXERCÍCIO LEGISLATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO.

#### 3.1 A caridade como função norteadora na trajetória de Albertino Marques.

Para analisar a trajetória de Albertino Marques Barrêto na cidade de Brumado, precisamos entender as motivações que o levaram ao trânsito pela cidade e as execuções de ações e projetos no que tange ao atendimento social – ou como consta no estatuto do Centro Espírita Fraternidade (CEF): “Assistência aos necessitados”<sup>111</sup>. É o que analisaremos no decorrer deste capítulo.

A atuação de Albertino Marques foi empreendida na cidade de Brumado de formas múltiplas e também em diferentes lugares. Tal atuação perpassou questões educacionais e o mais singular e corriqueiro no Espiritismo, foi neste campo que se desenvolveram as ações caritativas.

Em 1954 foi fundado o Centro Espírita Fraternidade. Concomitantemente, ocorreu a “fundação de dois cursos noturnos de alfabetização de adultos”<sup>112</sup>, ambos funcionaram nas imediações da instituição. Ainda se tratando de educação, através da participação enquanto vereador na Câmara de Vereadores de Brumado, entre o período de 1965 a 1971, apresentou projetos de leis que tinham como finalidade o fomento ao ensino no município<sup>113</sup>. Albertino Marques, ainda na Câmara, empenhou grandes esforços no que diz respeito ao atendimento aos mais necessitados. O que não foi diferente quanto ao funcionamento do CEF no período pesquisado.

Além do já mencionado curso de alfabetização, utilizou das atividades do Centro para prestar atendimentos aos desabrigados, aos famintos, aos doentes, dentre outros. Localizamos, por exemplo, a criação do “Ambulatório médico – dentário Dr. Bezerra de Menêzes”<sup>114</sup>, que

<sup>111</sup> Cf. Estatuto do Centro Espírita Fraternidade de 1955. Livro de registro ano 1955, número da ordem 6, mês março, dia 8. fl.30. A título de informação essa fonte se encontra no arquivo do Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas. Fórum Duarte Muniz, Brumado-Ba.

<sup>112</sup> **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v.** Disponíveis para consulta no arquivo do Centro Espírita Fraternidade.

<sup>113</sup> Conferir Livros de atas números 06, 07, 08 no período compreendido entre 1965 a 1971 disponíveis no arquivo da Câmara Municipal de Brumado.

<sup>114</sup> **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 10.v.**

tinha como intuito prestar atendimentos médicos e odontológicos gratuitos à comunidade, em uma época que ainda não existia um sistema de saúde na região, visto que não constava nenhum ponto de atendimento médico, principalmente para os mais pobres.

Diante do contato com as fontes e a percepção das nuances de suas práticas, foi recorrente o seguinte questionamento: quais os interesses de Albertino Marques em desempenhar tais ações que visavam minorar as mazelas sociais? Quais foram suas motivações ou em que estava pautado os seus ideais e modelo de sociedade?

É comum no meio espírita, principalmente em centros espíritas brasileiros, o desenvolvimento de atividades similares<sup>115</sup>, como as que foram desenvolvidas por Albertino Marques no CEF em Brumado. Mas então, o que diferenciou suas práticas de outros espíritas? As respostas para esses questionamentos caminham por entre possibilidades, mas ficam inicialmente em um argumento mais aparente e que não necessitou de grandes aprofundamentos. Porém tal argumento se faz fundamental para o entendimento do sujeito em pauta, pois as ações desempenhadas por Albertino Marques não ficaram circunscritas somente ao ambiente religioso do CEF, extrapolando em todas as direções por onde transitou, desde a Câmara de Vereadores até o Núcleo da Legião da Boa Vontade – LBV<sup>116</sup>. Em nosso entendimento, suas ações não foram aleatórias e deixaram pistas que nos permitem vislumbrar que suas atividades configuram um “Projeto”. Essa hipótese se tornou cada vez mais crível através da análise do momento em que um desses projetos (no âmbito da educação) tornou-se um programa de governo da gestão municipal; condição que diferencia tais atos das recorrentes atuações em outros centros espíritas pelo Brasil.

No que tange ao exercício da caridade, tomamos como escopo de análise para compreensão da trajetória de Albertino Marques, a comparação da filantropia exercida pelo CEF com outros centros espíritas em território nacional. E, para isso, aportamos no estudo de Marion Aubrée e François Laplantine, quando se propõem a examinar a gênese do Espiritismo na França e a sua expansão e desenvolvimento no Brasil. Os autores propõem uma interpretação do Espiritismo à brasileira apontando que o “sistema de representação e prática do espiritismo” está pautado nos eixos da mediunidade, estudo e caridade. Esse último é referenciado pelos autores como sendo um meio de difusão da doutrina e, também, como uma proposta de atuação na sociedade que está inserido. Ao fiel, o exercício da caridade

<sup>115</sup> Cf. AUBRÉE, Marion. **A mesa, o livro e os espíritos**: gêneses, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: Edufal, 2009. p. 225 – 251.

<sup>116</sup> A LBV foi fundada em 30 de Junho 1964, tendo Albertino Marques, como um dos principais idealizadores. **NÚCLEO DA LEGIAO DA BOA VONTADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro único, fl. 1.**

caminha entre duas possibilidades, a reforma íntima através das ações caritativas e a redução das mazelas sociais e dos sofrimentos dos seus semelhantes.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades filantrópicas exercida pelos espíritas, notamos que elas são desenvolvidas em diversas áreas, como as que ocorreram no Centro Espírita Fraternidade, quais sejam, alfabetização, tratamento hospitalar, atendimento as mulheres em período de gestação, dentre outros. Foram dedicados, na referida obra de Aubrée e Laplantine dois capítulos – *Os sistemas de representação e práticas do espiritismo brasileiro contemporâneo: o eixo da mediunidade e a Difusão da doutrina e obras sociais* – que tratam, respectivamente, da formação de quem pratica a caridade (os espíritas) e das obras assistências que os Centros desenvolvem, apontando, assim, uma similaridade entre as instituições espíritas analisadas.<sup>117</sup> Era aos movimentos espíritas se organizarem em torno da caridade. Para além desta constatação, o esforço empreendido durante a pesquisa foi o de compreender o que é singular à formação das convicções e crenças de Albertino Marques, através do Espiritismo.

Para uma análise mais detida quanto aos questionamentos apresentados acima, recorreremos aos estudos de Antonio Gramsci no que tange ao entendimento do que seja a concepção de “visão de mundo”. Entendemos que esse conceito pode ser mobilizado como categoria de análise para a nossa pesquisa, na medida em que nos possibilita o exame e compreensão das práticas de Albertino Marques na cidade de Brumado. Partimos da perspectiva de que o sujeito pode, de forma acrítica “[...]‘participar’ de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...]”<sup>118</sup>, ou ser agente da produção da concepção de mundo, elaborando de “[...] maneira crítica e consciente e, portanto, [...] escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade”<sup>119</sup>.

Dito isto e seguindo a mesma linha de raciocínio de Gramsci, entendemos que Albertino Marques, quando se propôs a pensar de forma crítica a sociedade em que estava inserido e por meio da análise das problemáticas que envolvia a cidade, promoveu

---

<sup>117</sup> Cf. AUBRÉE, 2009, p. 225 – 251.

<sup>118</sup> GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.12.

<sup>119</sup> Ibid., p.12.

intervenções, nas áreas da educação, saúde e esporte, dentre outros. Portanto, a sua atuação esteve pautada de maneira consciente em uma determinada “visão de mundo”.

Tomada essa premissa como norteadora, seguem os questionamentos referentes à concepção de mundo e ao projeto de atuação de Albertino Marques na sociedade e de onde nascem as influências para tal. Pensando nas influências advindas da aquisição de conhecimento através da leitura, cabe-nos inquirir sobre quais leituras de produções intelectuais foram feitas por Albertino e, posteriormente, as leituras de mundo que o sujeito pesquisado teve acesso. O que teria sido fundamental no processo de construção da sua própria “visão de mundo”?

Em se tratando do estudo de uma trajetória, tínhamos em mente a convicção de que as leituras efetuadas pelo sujeito dizem muito sobre o seu comportamento, sobretudo da formação de sua visão de mundo. Com essa certeza, fomos a campo em busca de investigar os livros que tinha auxiliado a formar a concepção de mundo de Albertino Marques. Mas a princípio foi uma empreitada frustrada, pois a biblioteca do sujeito em um determinado momento de sua vida foi agregada à biblioteca do Centro Espírita Fraternidade. Ademais, em função da ação do tempo, bem como da infiltração e ataques de insetos, os livros não resistiram. Mesmo sem acesso à biblioteca de Albertino Marques, não a pesquisa não foi inviabilizada, na medida em que temos convicção de que o espiritismo foi a principal influência de sua formação. Assim, recorremos ao Sardo novamente para entender como o indivíduo estudado sistematizou os conhecimentos que foi adquirindo ao longo de sua trajetória, desde o período embrionário do processo até a passagem para os atos políticos.

[...] As ideias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade [...].<sup>120</sup>

As ideias e opiniões, o centro de formação e irradiação, que posteriormente viria a se transformar no projeto de sociedade no pensamento de Albertino Marques, estavam presentes nas concepções teológicas/doutrinárias do Espiritismo. O corpo doutrinário do Espiritismo denominado de “Pentateuco Espírita” é composto pelos livros,<sup>121</sup> sendo que “[...] Ninguém

<sup>120</sup> GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cáceres**. 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3. p.83.

<sup>121</sup> É assim chamado as cinco obras que compõe o corpo doutrinário do Espiritismo, sendo “O Livro dos Espíritos (1857), O Livro dos Médiuns (1861), O Evangélico Segundo o Espiritismo (1864), O Céu e o Inferno (1865) e A Gênese (1862)” Cf. DAMAZIO, Sylvania F. **Da elite ao povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 47.

torna-se espírita sem esforço, sem trabalho, e é, **em primeiro lugar, a leitura que tem como objetivo disciplinar e orientar a vida de cada um.**<sup>122</sup> Entendendo que a leitura das obras espíritas tem preponderância na formação do convertido ao Espiritismo, então essas obras dizem muito sobre a trajetória do sujeito em discussão.

Em sua atuação no início das atividades do CEF ficou visível que os primeiros “passos” de sr. Albertino Marques tiveram como objetivo central o atendimento aos mais pobres, tendo inclusive no próprio estatuto da entidade, no segundo parágrafo, um dos principais programas de execução na cidade no tocante à caridade. O Estatuto esclarece que “[...] a prática da caridade espiritual, moral e material, por todos os meios a seu alcance; [...]”<sup>123</sup> portanto, não difere dos demais centros pelo Brasil, a caridade também tem função norteadora no CEF. Assim, elencamos para análise central desse capítulo, referenciado nas leituras e formação de Albertino Marques, a máxima “*Fora da caridade não há salvação*”,<sup>124</sup> presente em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. A referida “máxima” encontra-se presente em toda a formulação doutrinária do Espiritismo, pois a caridade tem função central na teologia. Portanto, as questões relacionadas à caridade são entendidas aqui como o eixo norteador para a compreensão da trajetória de Albertino Marques.

Como o termo “caridade” é recorrente nas fontes, faz-se necessário ser melhor trabalhado. Primeiramente, precisamos analisar como está exposto na doutrina espírita e em literatura que verse sobre o Espiritismo e, em seguida, compreender como a filantropia é inserido no trânsito de Albertino Marques e como essa prática influenciou o seu trajeto. Para isso, recorreremos a *O Livro dos Espíritos*,<sup>125</sup> na questão 886, quando é redarguido aos Espíritos<sup>126</sup> qual o sentido da palavra:

Qual é o verdadeiro sentido da palavra caridade como a entendia Jesus?  
– Benevolência para com todos, indulgência para com as imperfeições alheias, perdão das ofensas.

<sup>122</sup> Grifo nosso. Cf. AUBRÉE, 2009, p. 235.

<sup>123</sup> Estatuto do Centro Espírita Fraternidade de 1955. Livro de registro ano 1955, número da ordem 6, mês março, dia 8. Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas. Fórum Duarte Muniz, Brumado-Ba. fl. 29.

<sup>124</sup> Cf. KARDEC, Allan, *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Araras, SP: IDE, 2008. p.149.

<sup>125</sup> Esse livro marca o seguimento do Espiritismo na França. “A primeira e fundamental obra que deu ao público a nova doutrina, *O Livro dos Espíritos*, em 1857, foi o resultado de um grande esforço de Allan Kardec no sentido de organizar e dotar de coerência interna o enorme acervo de informações obtidas de ‘Espíritos de Luz’, através de comunicações orais e de mensagens escritas”. Cf. DAMAZIO, 1994, p. 11.

<sup>126</sup> Adotaremos nesse trabalho a palavra espírito com grafia diferente, com letra inicial em maiúscula, por se tratar de uma das crenças do Espiritismo que está pautada em torno da comunicabilidade com os Espíritos. Não cabe aqui juízo de valor, nem questionamento de tal crença, por isso adotamos em proceder como consta nos livros da doutrina, perguntas destinadas aos Espíritos e as respostas dos mesmos. Sobre a comunicabilidade com os Espíritos, Cf. AUBRÉE, 2009, p. 61.



O amor e a caridade são o complemento da lei de justiça, porque amar ao próximo é fazer-lhe todo que está ao nosso alcance e que gostaríamos nos fosse feito a nós mesmos. Tal é o sentido das palavras de Jesus: **Amai-vos uns aos outros, como irmãos.**<sup>127</sup>

Seguindo a concepção espírita, a ideia de caridade é enxergar o próximo como a um irmão, sendo benevolente, indulgente e tendo o amor a todos os seus iguais como exercício assertivo em sociedade, além de a caridade ser entendida como uma extensão da lei de justiça, onde o que é justo para um é também para o seu próximo, como bem definido no texto supracitado.

Ainda sobre a doutrina da caridade, *O Evangelho Segundo o Espiritismo* traz o seguinte trecho quando o define “[...] ‘Amar o próximo como a si mesmo: fazer para os outros o que quereríamos que os outros fizessem por nós’ é a mais completa expressão da caridade, porque resume todos os deveres para com o próximo. [...]”<sup>128</sup>. Então, o que podemos presumir da função social da caridade? É que todos tenham as condições mínimas de sobrevivência, agindo sobre as consequências do sofrimento, como fome, frio, doenças, dentre outras mazelas que assolam os seres humanos. E quanto ao sistema capitalista, as bases econômicas da exploração e opressão que promovem a miséria? Não existe uma crítica no corpo doutrinário espírita. A doutrina versa sobre a situação econômica, condena a fortuna dos homens, se essa não servir como meio de facilitar a vida de quem é mais pobre<sup>129</sup>, mas nunca apresenta uma crítica direta ao sistema capitalista.

Quando *O Evangelho Segundo o Espiritismo* trata das questões da fortuna, não considera o modo de produção que foi responsável pela aquisição da mesma fortuna, sendo a pobreza e a riqueza uma questão meritocrática e não de exploração. “[...] Por que todos os homens não são igualmente ricos? Não o são por uma razão muito simples: é que eles não são igualmente inteligentes, ativos e laboriosos para adquirir, nem moderados e previdentes para conservar. [...]”<sup>130</sup>

O espiritismo nasceu em meio as revoluções burguesas, então fruto de um contexto histórico burguês. Seu conteúdo doutrinário reproduz o discurso legitimador, ideológico, que faz a desigualdade decorrer de atributos individuais – é o indivíduo como explicação da riqueza e da sociedade. Nesse sentido, a doutrina espírita é imbuída do modo burguês e individualista de ver o mundo.

<sup>127</sup> KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Araras, SP: IDE, 2009.p. 275.

<sup>128</sup> KARDEC, 2008, p.110.

<sup>129</sup> Ibid., p.162.

<sup>130</sup> Idem, p.159.

Por que a importância de referenciar a acriticidade do espiritismo ao sistema capitalista? Acreditamos ser importante destacar na medida em desvela elementos importantes para pensarmos a função social da caridade no Espiritismo brasileiro e, por extensão, do exercício de Albertino Marques na cidade. Quanto ao sistema espírita caritativo aqui no Brasil, Aubrée e Laplantine o consideram em três categorias, sendo estas:

[...] as obras sociais do movimento Kardecista brasileiro vêm lembrar o que ele foi na França em suas origens e difundir benefícios no conjunto do território, pelo menos nas grandes cidades. Tais obras filantrópicas podem ser apuradas em três categorias:

- As obras assistenciais (distribuição gratuita de alimentos, roupas e medicamentos).
- As obras e estabelecimentos sanitários (berçários, creches, dispensários, hospitais gerais e psiquiátricos, centros para toxicômanos, asilos de velhos, etc.).
- As obras e estabelecimentos de educação e aprendizagem (alfabetização, escolas maternas e secundárias, orfanatos, cursos profissionalizantes e formação universitária).<sup>131</sup>

A classificação das obras filantrópicas dos grupos espíritas brasileiros pelos autores supracitados não difere quanto ao que ocorreu em Brumado. Dentre todos os eixos mencionados, o CEF desenvolveu algumas das atividades elencadas e a atuação espírita local segue as mesmas categorizações. Durante o texto, serão elencadas “as obras assistenciais”, a exemplo da “Comissão de Assistência (sic.) Social”<sup>132</sup> desenvolvidas por Albertino Marques junto à diretoria da instituição, no que concerne os atendimentos sociais “aos necessitados”<sup>133</sup>. Quanto às “obras e estabelecimentos sanitários”, como já foi mencionado, o Centro desempenhou atividades relacionadas à saúde no município, tais como o funcionamento do ambulatório. Por fim, no que se refere aos trabalhos de Albertino Marques relacionados “às obras e estabelecimentos de educação e aprendizagem”, abordaremos no último capítulo. Baseado nessa reflexão das categorias da filantropia brasileira, por conseguinte da comparação com outros centros, é possível constatarmos de forma ainda mais evidente as influências do Espiritismo na formação de “visão de mundo” do sujeito pesquisado, como bem advertiu Aubrée.

<sup>131</sup> Cf. AUBRÉE, 2009, p.239.

<sup>132</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl.7.

<sup>133</sup> Estatuto do Centro Espírita Fraternidade de 1955. Livro de registro ano 1955, número da ordem 6, mês março, dia 8. fl. 30.

Em vez de deixar a esperança numa humanidade regenerada para o fim dos tempos, lançam-se ao trabalho, criam orfanatos, creches, sociedades de assistência. Militam, como outros grupos sociais, em prol da igualdade de direitos do homem e da mulher, do sufrágio universal, do ensino leigo, gratuito e obrigatório.<sup>134</sup>

Como salientou a referida autora, a crença no Espiritismo não coloca no porvir a expectativa de um mundo melhor, de uma sociedade mais aprazível, pois os adeptos têm como meta da existência o melhoramento do mundo em que vivem. Por isso, as atividades caritativas têm uma presença tão efetiva nos centros espíritas. Essa proposta de “mundo de regeneração”<sup>135</sup> juntamente com a “lei da reencarnação”<sup>136</sup> são princípios doutrinários que fundamentam as ações filantrópicas dos espíritas. Sendo para os adeptos do Espiritismo uma Doutrina composta pelo tríplice aspecto: filosófico, científico e religioso<sup>137</sup>. Diferentemente da França, aqui no Brasil, o último aspecto ganhou uma grande notoriedade e desenvolvimento, e isso explica a relevância que a caridade ganhou em centros espíritas brasileiros, que tinham na prática da caridade um sentido religioso. O interesse de abordar sobre o que foi elencado sobre “a esperança numa humanidade regenerada”, tem como propósito referenciar a formação da concepção de mundo do sujeito em questão.

### 3. 2 Comissão de assistência social: a execução do projeto de Caridade.

A reunião de fundação do Centro Espírita Fraternidade (CEF), em Brumado, ocorreu em 31 de janeiro de 1954 e logo depois, em 13 de junho de 1954, iniciou o funcionamento do curso de alfabetização, passando-se aproximadamente seis meses de atividades no recém-fundado Centro Espírita. A primeira atividade executada foi o “curso noturno de alfabetização de adultos”<sup>138</sup>, pois a “Comissão de Assistência Social”,<sup>139</sup> que posteriormente iria gerenciar e desenvolver atividades relacionadas à caridade, somente foi criada em 31 de janeiro de 1956. Tomando as datas como parâmetro de análise, a de fundação do CEF e a do funcionamento dos cursos, fica evidente o protagonismo do projeto educacional para a cidade e que existia uma urgência de Albertino Marques no que tange às mudanças por meio da educação.

<sup>134</sup> Cf. AUBRÉE, 2009, p. 22.

<sup>135</sup> Cf. KARDEC, 2008, p. 42.

<sup>136</sup> Cf. KARDEC, 2009, p. 97.

<sup>137</sup> TRÍPLICE aspecto do espiritismo. 2012. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/blog/geral/columnistas/triplice-aspecto-do-espiritismo-2/>> Acesso em: 01 jul. 2016.

<sup>138</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl.4 v.

<sup>139</sup> Ibid., fl.7.

Mas para além da preocupação com a educação, a segunda via de atuação de Albertino Marques na cidade de Brumado estava relacionada à caridade. Como já desenvolvemos anteriormente o conceito e a função que tal prática tem no interior do movimento espírita, agora cabe “trilhar” a trajetória de Albertino Marques no que concerne às obras de assistência social.

No estatuto, o primeiro documento que oficializou o funcionamento do Centro junto às leis municipais, como também explicita a regulamentação do funcionamento das atividades do que viriam a ser as atividades filantrópicas do CEF, foi registrado em cartório em 08 de março de 1955<sup>140</sup>, portanto aproximadamente após um ano e dois meses de exercício da referida instituição. É provável que o período compreendido entre a fundação da instituição e o registro do estatuto tenha sido utilizado para discussão e amadurecimento da construção do texto em reuniões de diretoria ocorridas no Centro. Nossa presunção se apoia na diversidade de temas apresentados e discutidos no que diz respeito ao funcionamento do CEF. Em suas diretrizes de trabalho, o estatuto menciona a necessidade da criação da “Comissão de Assistência Social” ao qual se destinaria ao plano de atuação na cidade no tocante à caridade, fato que foi efetivado em 31 de janeiro de 1956, em reunião de assembleia com a composição da diretoria encarregada pela execução de trabalhos referentes à assistência aos mais pobres ou como consta nas fontes “aos necessitados”.<sup>141</sup> Ainda de acordo com a documentação, os responsáveis pela comissão foram: Floriano Ribas, Manoel Joaquim dos Santos Carvalho, Olfávio da Silveira Tôres.<sup>142</sup>

Quanto à descrição no referido estatuto, sobre a Comissão de Assistência Social, o artigo quinto apresenta que o CEF “manterá uma Assistência aos necessitados, a qual será superintendida por uma Comissão”<sup>143</sup> e que seria executada essa proposta estatutária quando o Centro encontrasse condições de estrutura e financiamento para a manutenção da mesma. Quanto à administração, seria feita por meio eletivo de uma diretoria, sendo preferível a rotatividade dos cargos, incluindo o cargo de presidente. Tecendo sobre quais ações deveriam desempenhar, consta no estatuto o seguinte trecho, “[...] distribuição gratuita de medicamentos, de alimentos, de peças de vestiário e de auxílio em dinheiro pelos que elas

<sup>140</sup> Cf. Estatuto do Centro Espírita Fraternidade Livro A 1, ano 1955, nº de ordem 6. fl. 29

<sup>141</sup> Cf. Estatuto do Centro Espírita Fraternidade Livro A 1, ano 1955, nº de ordem 6. fl. 30.

<sup>142</sup> Esses mesmos nomes aparecem na primeira reunião de fundação do Centro, portanto são espíritas que acompanharam as atividades de Albertino Marques. **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 7.**

<sup>143</sup> Estatuto do Centro Espírita Fraternidade Livro A 1, ano 1955, nº de ordem 6. fl. 30.

recorram e mereçam recebe-los [...]”<sup>144</sup>. O que se observa é a aproximação com as categorizações que os autores Aubrée e Laplantine fizeram para definirem os sistemas filantrópicos do Espiritismo brasileiro, anteriormente mencionados. Buscando entender ainda mais as similaridades das práticas caritativas em torno do Espiritismo e a trajetória de Albertino Marques, cabe retomarmos as análises dos autores franceses que se coadunam com os esforços de compreensão das ações do referido sujeito no CEF.

Percebe-se que os kardecistas se mobilizam para trabalhar ativamente em todas as frentes da miséria e da infelicidade. Mas, se o fazem com tanto fervor e boa vontade, é porque em seu sistema há uma crença indefectível na melhoria do mundo por meio da **evolução** dos Espíritos.<sup>145</sup>

Portanto, a constante prática da caridade, do auxílio ao próximo, acaba por ser no Espiritismo um preceito, um ensinamento, uma regra a ser seguida, pois, embasado no corpo doutrinário, como bem lembram os autores, a melhoria do mundo passa também, via de regra, pela evolução espiritual. É entendido que a assistência aos mais necessitados e a prática da caridade são meios pelos quais se conseguem o adiantamento moral, alcançando-se assim a evolução espiritual. Vista por outro prisma, pelo caminho de quem recebe a dádiva, segue a mesma lógica da evolução, pois no ideário espírita, minimizar as mazelas do seu próximo era também melhorar o mundo em que vivem, por isso a caridade era uma constante nos centros espíritas brasileiros<sup>146</sup>, o que não foi diferente do Centro Espírita comandado por Albertino Marques.

No trecho selecionado acima, é mencionado pelos autores o termo evolução, não como uma palavra despida de seu significado original, muito pelo contrário, é justamente para expressar literalmente o seu conceito, como um processo de evoluir<sup>147</sup>, de galgar etapas mais avançadas, de progresso, que é utilizada para desvelar os interesses do Espiritismo.

<sup>144</sup> Ibid., fl. 30.

<sup>145</sup> Grifo nosso. Cf. AUBRÉE, 2009, p.247.

<sup>146</sup> Como exemplo, podemos citar o recente trabalho de Chablik Morgado, onde dedica um capítulo de sua dissertação, *Em socorro da “humanidade sofredora”: filantropia e Espiritismo em Feira de Santana*, para tratar da filantropia desenvolvida pelo movimento espírita feirense, analisando o Lar do Irmão Velho, como também o papel da LBV núcleo de Feira de Santana, no desempenho da caridade espírita. Cf. MORGADO, Chablik de Oliveira. **O vôo do pássaro e seu canto**: trajetória de um espírita e do Espiritismo em Feira de Santana (1940-1960). 2015. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2015. p. 94.

<sup>147</sup> “Essa palavra ainda conserva o sentido genérico de *desenvolvimento* (v.), mas, com mais frequência, é usado para designar uma doutrina particular que se chama “teoria da E.”. Ora, por essa expressão podem ser entendidas duas coisas diferentes: 1.<sup>a</sup> teoria biológica da transformação das espécies vivas umas nas outras, que é a hipótese fundamental adotado pelas disciplinas biológicas a partir da segunda metade do século XIX; 2.<sup>a</sup> teoria metafísica do desenvolvimento progressivo do universo em sua totalidade, que é uma hipótese admitida ou pressuposta por muitas doutrinas filosóficas modernas e contemporâneas. Embora esses dois significados tenham interagido ao

O conceito de Evolução na “doutrina espírita” acaba por fazer parte integrante e significativa em sua cosmogonia, sendo elemento fundamental nas suas explicações sobre o mundo. Por entender que a trajetória de Albertino Marques se dá em diálogo, entremeadado pelo ideário espírita, cabe, mesmo que de forma tangencial, tecer considerações ao corpo doutrinário e as questões ligadas à evolução e assim, com mais segurança, apontar aproximações das influências no decorrer das análises com a prática do sujeito em estudo. Antes de abordar sobre como está descrita e entendida a evolução para o Espiritismo, cabe apreender em que contexto histórico a doutrina surgiu e quais as influências daquela época em seu compêndio.

Para falar do Espiritismo é impreterível entender o seu nascedouro, pois o mesmo tornou-se conhecido na França e no mundo após a publicação de *O Livro dos Espíritos*, em abril de 1857. De acordo com Sylvia Damazio, o livro foi resultado

[...] de um grande esforço de Allan Kardec no sentido de organizar e dotar de coerência interna o enorme acervo de informações obtidas de ‘Espíritos de Luz’, através das comunicações orais e de mensagens escritas. Kardec fez por bem assinalar que as respostas dessas entidades às questões que colocava eram fruto do conhecimento daqueles que respondiam e que, por isso, variavam de acordo com o conhecimento daquelas que respondiam e com a época em que vivera cada um. [...] <sup>148</sup>

*O Livro dos Espíritos* foi publicado dois anos antes da publicação da obra *A Origem das Espécies*, do naturalista britânico Charles Darwin <sup>149</sup>. Isso já abre um flanco de discussões, pois *O Livro dos Espíritos* é anterior à obra que marca a história do evolucionismo e já está permeada do sentido de evolução, apresentando uma concepção semelhante as ideias que, mais tarde, viria a ser tratado nas Ciências Sociais como darwinismo social. Notamos, portanto, as ideias do processo evolutivo já se encontravam presentes no meio social antes do nascimento do darwinismo.

O Espiritismo “brotou” no terreno fértil de influências do Iluminismo, não somente as questões de evolução vão fazer parte de sua miríade de ensinamentos, mas também de tantas outras, como o racionalismo presente no século XIX, “[...] herdeiros que foi dos séculos imediatamente anteriores, quando o dogma racional da imutabilidade das leis naturais esvaziou a fé no sobrenatural [...]” <sup>150</sup> e foi justamente essa descrença no sobrenatural, e a

---

longo da história da filosofia, é oportuno mantê-los separados.” ABBA GNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 458 - 459.

<sup>148</sup> Cf. DAMAZIO, 1994, p.11.

<sup>149</sup> Cf. AUBRÉE, 2009, p.75.

<sup>150</sup> Cf. DAMAZIO, 1994, p.29.

valorização da razão em detrimento da fé, que o pedagogo Denizard-Hippolyte-Léon Rivail, futuro Allan Kardec, “decodificador” da doutrina espírita, se apropriará das ferramentas científicas da época e proporá uma “fé raciocinada”<sup>151</sup>, com o que viria se tornar mais tarde no Espiritismo.

A princípio, o trabalho de Allan Kardec foi com as mesas girantes, fenômeno ocorrido nos salões da burguesia francesa, que consistia em reuniões em volta de mesas, onde, por meio de batidas, uma espécie de Código Morse, a mesa respondia às perguntas feitas pelos presentes. Posteriormente, com as investigações de Kardec, descobriu-se que se tratava de um princípio inteligente agindo sobre a mesa, o que se designou como sendo os Espíritos de pessoas que já teriam vivido na terra<sup>152</sup>. Com o trabalho e a pesquisa de Allan Kardec, materializou-se a sistematização desses conhecimentos, não mais sendo necessárias as pancadas nas mesas. As informações passaram a ser ditadas pelos Espíritos e recebidas por médiuns.

Para o Espiritismo, a mediunidade ganha a seguinte conotação, que todo “[...] aquele que sente, num grau qualquer, a influência dos Espíritos é, por esse fato, médium. Essa faculdade é inerente ao homem; não constitui, portanto, um privilégio exclusivo. [...] Pode, pois, dizer-se que todos são mais ou menos médiuns. [...]”<sup>153</sup>.

Depois de “codificado”, o Espiritismo foi apresentando “[...] deliberadamente científico pelo método: reconhecer, observar, e experimentar ‘fatos espíritas’[...]”<sup>154</sup>. Por isso, os seus adeptos consideram uma doutrina baseada nos tríplices aspectos, composto pela religião, ciência e filosofia. Dando uma preponderância no requisito ciência, os adeptos do Espiritismo consideram que a metodologia proposta por Kardec baseava-se em experimentação pelo meio da mediunidade, por isso, seria uma doutrina religiosa que tinha como base de sustentação a ciência.

O Espiritismo também vem permeado pelas ideias do positivismo de Augusto Comte, da presença do entendimento de progresso de Kant, quando “[...] desenvolveu uma concepção da história em que o progresso não se restringia apenas ao crescimento científico-tecnológico, mas englobava o aperfeiçoamento moral do homem [...]”<sup>155</sup>.

<sup>151</sup> KARDEC, 2008, p. 28.

<sup>152</sup> FERNANDES, P. C. C. **As origens do espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p.

<sup>153</sup> Cf. KARDEC, Allan, **O livro dos médiuns, ou, Guia dos médiuns e dos evocadores: espiritismo experimental**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2003, p. 234.

<sup>154</sup> Cf. AUBRÉE, 2009, p.79.

<sup>155</sup> Cf. DAMAZIO, 1994, p.20.

“[...] Na busca dos indícios irrefutáveis das comunicações do Além, Kardec e seus sucessores valem-se da ciência da mesma forma que os positivistas da segunda metade do século XIX. Toda referência ao sagrado, e qualquer representação do sagrado é totalmente banida, como para melhor se convencer da cientificidade da atitude adotada [...]”<sup>156</sup>

Conjugando com os princípios evolucionistas reinantes na época e com o diálogo com o progresso, tomado de empréstimo de Kant, Allan Kardec no Pentateuco Espírita se apropria da “[...] noção de progresso do mundo social foi extrapolada para o mundo dos espíritos, que deveria passar por várias etapas antes de tornarem-se ‘Espíritos de Luz’[...]”<sup>157</sup>. O processo evolutivo que o Espírito é destinado a passar define os maiores preceitos doutrinário do Espiritismo, que é a imortalidade da alma e conseqüentemente a reencarnação.

*O Livro dos Espíritos* pode ser lido como uma tentativa de sistematizar um universo alheio aos ideais da razão iluminista. **A teoria da evolução espiritual** traduz, assim, a ideologia do progresso tal qual ela se encarna nos escritos de Condorcet ou de Augusto Comte. Da mesma maneira que as sociedades, para se civilizarem, devem passar por etapas evolutivas, da mais simples à mais complexa, o discurso religioso prescreve o caminho progressivo dos espíritos de uma condição inferior a outra superior. [...] <sup>158</sup>

Conforme os autores salientaram, as teorias que buscaram explicar as fases de desenvolvimento das sociedades, de um estágio inferior para a superior, foram resignificadas para as concepções religiosas do Espiritismo, caminhando na mesma direção de estágios evolutivos. A crença na reencarnação encerra em si, a teoria do progresso e da evolução espiritual, que para os adeptos do Espiritismo consiste em crer que “[...] A reencarnação é o retorno da alma, ou Espírito, à vida corporal, mas em outro corpo novamente formado para ela, e que nada tem de comum com o antigo [...]”<sup>159</sup>. Portanto, sendo o espírito imortal, a marcha do progresso é encarada como uma necessidade de evolução. O retorno à Terra carrega o objetivo de aprimoramento moral e intelectual e como um processo de superação de etapas, livrar-se da ignorância dos vícios, do orgulho e egoísmo que o ser carrega das existências anteriores. Todo esse conjunto de fatores da Doutrina Espírita elucida como as ações

<sup>156</sup> Cf. Cf. AUBRÉE, 2009, p. 79.

<sup>157</sup> Cf. DAMAZIO, 1994, p. 11.

<sup>158</sup> Grifo nosso. Cf. AUBRÉE, 2009, p.18.

<sup>159</sup> Cf. KARDEC, 2008, p.45.



caritativas e educativas, marcam profundamente os interesses de atuação dos espaços espíritas. E, conseqüentemente, salvo as peculiaridades do sujeito em estudo, influenciaram a trajetória de Albertino Marques.

Entende-se que o retorno ao surgimento do Espiritismo, na França do século XIX, e das influências do referido contexto histórico presente no “corpo” doutrinário espírita, fez-se necessário para um maior entendimento da visão de mundo do da trajetória do indivíduo pesquisado.

Retomando a atuação da Comissão de Assistência Social do Centro Espírita Fraternidade, nas atas das reuniões e em especial a ata do dia 31 de janeiro de 1963, apareceu a mudança de Comissão para Departamento de Assistência. O real sentido dessa mudança não fica evidente nas fontes, não constando nenhum registro da discussão nas atas referente a essa alteração. É muito provável que tenha sido pela dimensão que ganhou o trabalho de assistência. Como exemplo da expansão dos trabalhos do Centro e a relação com os Departamentos, há uma solicitação de Albertino Marques, enquanto presidente do CEF no ano de 1967. O líder espírita solicitou junto à diretoria da Instituição, “[...] a necessidade de ser organizado os departamentos: Cultural, Assistência Social e Espiri [fl28] Espiritual e dar-se um cunho orgânico a esses departamentos através [sic.] de uma regulamentação.[...]”<sup>160</sup> Nessa mesma reunião foi apresentado o Departamento Cultural como responsável pela “[...] Biblioteca Popular Espírita de Brumado, Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado”[...]”<sup>161</sup>. Não subscreve a atuação dos departamentos somente no que tange à assistência materiais aos sujeitos, como alimentação, roupas e ajudas em dinheiro, mas indo além também com outras atuações, como a educação.

Na referida reunião do dia 31 de janeiro de 1963, foi mencionado um balanço das atividades desenvolvidas pelo Centro no ano anterior, com os aludidos Departamentos. Quanto ao de Assistência Social, pontuou-se o que foi executável no “[...] que estava dentro das possibilidades do Centro [...]”<sup>162</sup>. Não aparecendo números de pessoas que foram atendidos e nem quais ações foram realizadas. Como a descrição apresentada, expõe certa fragilidade financeira do Centro, sendo que essas atividades do CEF dependiam efetivamente das condições econômicas da instituição para a manutenção dos trabalhos, o que aparenta é que foram poucos atendimentos ao social.

<sup>160</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 27 v. - 28.

<sup>161</sup> Ibid., fl. 28.

<sup>162</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl.18.

Mas em continuação com o balanço, a diretoria apresentou o resultados dos trabalhos realizados pelo “Departamento de Assistência Espiritual”, o departamento responsável pelas atividades em torno da própria Doutrina Espírita, como os estudos dos preceitos do Espiritismo e o meio de divulgação da doutrina, para isso naquele ano foi apresentado que o citado departamento, “[...] foi o que mais trabalho executou [atividades] verificando-se ter realizado noventa e seis sessões de Estudos e Doutrinárias com uma frequência de seis mil novecentos e quarenta pessoas adultas e cerca de mil e tantas pessoas residentes em localidades diferentes [...]”<sup>163</sup>. Esse fragmento não somente é importante por mostrar o número considerável de frequentadores das reuniões do Centro, mas também pela menção que faz aos frequentadores de outras cidades. O documento evidencia, portanto, o prestígio galgado por Albertino Marques na região por meio dos atos caritativos como também a notoriedade do CEF no que concerne ao Espiritismo e a propagação da doutrina.

### **3.3 A Legião da Boa Vontade – LBV Núcleo de Brumado: extensão do projeto caritativo desenvolvido por Albertino Marques.**

O percurso percorrido até o momento, feito na intenção de situar a trajetória de Albertino Marques, teve como objetivo identificar a relação entre suas práticas e sua “visão de mundo”, e como tal perceber em seu caminho as influências de sua formação enquanto espírita. Entendemos que suas ações de caridade tinham a finalidade de minimizar as mazelas sociais da cidade de Brumado.

Dentre as atividades que tinham por finalidade o “atendimento aos necessitados” destaca-se a instalação, em 30 de junho de 1964, do núcleo da Legião da Boa Vontade (LBV), iniciativa que está inserida nas mesmas perspectivas de análises sobre as questões caritativas. A proposição que a instalação da Legião da Boa Vontade (LBV) em Brumado se aproxima do mesmo crivo de análise das atividades caritativas desenvolvidas por Albertino Marques no CEF não se apoia somente em obviedades. Albertino Marques se envolveu com a implantação do núcleo e foi um dos principais fomentadores das ações da LBV na cidade, ações estas que, como vem sendo demonstrado, tem intensas influências do Espiritismo e de seu sistema caritativo.

---

<sup>163</sup> Ibid., fl. 18.

A Legião da Boa Vontade surgiu “no primeiro dia de janeiro de 1950, [...] fundada por Alziro Abraão Elias David Zarur [...]”,<sup>164</sup> que ficou conhecido por Zarur. A aproximação com o Espiritismo já vinha da própria crença do criador da LBV, pois o mesmo se considerava a reencarnação do próprio Allan Kardec<sup>165</sup>, decodificador da Doutrina Espírita. A mencionada crença de Zarur diz muito sobre o próprio sujeito enquanto organizador da referida “associação civil de direito privado”<sup>166</sup>, pois a fé na reencarnação, um dos princípios básicos do Espiritismo, como também a adoção da caridade como ação principal de intervenção na sociedade, têm uma relação direta com o Espiritismo. A LBV “[...] teve como objetivo a promoção do diálogo inter-religioso, visando, [...] o ecumenismo; daí que propunha e buscava a adesões de padres, pastores, líderes espíritas e de outras religiões, a chamada Cruzada de Religiões Irmanadas”.<sup>167</sup>

A LBV nasceu como uma associação civil de direito privado, beneficente, filantrópica, educacional, cultural, filosófica, apolítica, apartidária, anti-sectária, irrestritamente ecumênica, universalista e altruísta, de âmbito internacional, sem fins lucrativos – obra que se autodenominou de solidariedade universal. A Instituição se propunha a exercer suas atividades sem quaisquer preconceito de religião, condição social, raça ou cor. Centrava sua prática em obras sócio-educacionais, como creches, lares de idosos, escolas, distribuição de alimentos (que ficou conhecida como “a sopa do Zarur”) e de vários gêneros e objetos doados a ela. [...]<sup>168</sup>

O autor Reynaldo Mello em *Economia da esmola e subdesenvolvimento sustentável. A Legião da Boa vontade (1950-2001)* indica que a apropriação da esmola de forma institucional e “[...] estruturada por uma organização religiosa, ela se torna um *fim* para a entidade que a utiliza como instrumento de sustentação: surge a economia da esmola, com uma finalidade essencialmente econômica”<sup>169</sup>. O autor analisou a história da Legião da Boa Vontade, tendo como base analítica a economia da esmola e a consequência de sua relação econômica com a miséria, apontando o enriquecimento da LBV.

<sup>164</sup>“Zarur nasceu no Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1914, tendo falecido em 21 de outubro de 1979. Profissionalmente, atuou como jornalista, radialista, sendo poeta e escritor. Participou da chamada “Era de Ouro” do rádio brasileiro. [...] E, 1949, estreou um programa religioso na Rádio Globo, gênero que não havia praticado até então, obtendo grande sucesso de audiência.” MELLO, Reynaldo França Lins de. **Economia da esmola e subdesenvolvimento sustentável: A Legião da Boa vontade (1950-2001)**. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 43-44.

<sup>165</sup> Ibid., p.11.

<sup>166</sup> Ibid., p.44.

<sup>167</sup> Ibid., p.44.

<sup>168</sup> O autor constrói o texto, tendo como base o estatuto da Legião da Boa Vontade Cf. MELLO, 2008, p. 44.

<sup>169</sup> MELLO, 2008, p.3.

Ao aprofundar nas questões da LBV, o autor estaca que o fundador, Alziro Zarur, descumpriu 3 votos que fizera no início de seu empreendimento, o de pobreza, celibato e castidade. Além disso, não respeitou o mais incisivo, na medida em que descumpriu o estatuto da entidade, a exemplo de dois pontos, como “sem fins lucrativos e apartidária”. Alziro Zarur enriqueceu com a apropriação dos bens arrecadados, que seriam destinados aos pobres e também se envolveu com a política, candidatando-se a cargos públicos ao longo da vida.

A tentativa por Alziro Zarur de entrar na política, primeiro como governador do Rio de Janeiro, depois como presidente do Brasil [...], desnuda sua sede pelo poder laico; embora dissesse que nada queria com política, vivia perseguindo-a: não bastava ser líder religioso, gozar de prestígio sagrado se ser um “enviado de Deus”.<sup>170</sup>

Em visita a Brumado, em 30 de junho 1964, o “[...] Irm. Nagilo Salomão Jamel Edir – Embaixador da L.B.V., sede central do Estado da Guanabara [...]”, em reunião com a finalidade de efetivar a criação do núcleo-Brumado da LBV, presentes na sede do CEF “[...]os senhores: Walter Alves Castro, Albino Viana, Albertino Marques Barreto, Luiz Edson da Silva Gouvêa [...]”<sup>171</sup>, deu-se início à LBV. A reunião de criação da LBV ocorreu no Centro Espírita Fraternidade e Albertino Marques, um dos fundadores, era presidente do Centro nesse período. No entanto, na prática não existia de forma oficializada uma relação entre as duas intuições. Essa relação só se concretizou formalmente em 12 de setembro de 1965, quando em reunião de assembleia da LBV, o “[...] Irmão Diretor Responsável do Núcleo da L.B.V. Dr. Walter Alves de Castro [...]”, que também era espírita, apresentou a solução tomada junto à diretoria do Centro quanto à manutenção das atividades no que concerne ao contingente de pessoas para o trabalho de prestação de auxílio à comunidade e também custeio financeiro dessas ações.

[fl. 6] [...] Venho neste momento levar ao vosso conhecimento que, a Diretoria do Centro Espírita “Fraternidade”, em sua reunião dia dez do andante, tomou a seguinte resolução. Apoiar as medidas assistenciais que vem desenvolvendo o Nucleo da L.B.V., de Brumado, criando em sua sede social a distribuição (sic.) da **sopa dos pobres** aos domingos entre as 11 e doze horas, para isso, deseja com [fl. 6 v.] com o apoio dos irmãos legionários, uma vez reconhecer impossível o fracionamento de trabalho,

<sup>170</sup> Ibid., p.12.

<sup>171</sup> NÚCLEO DA LEGIÃO DA BOA VONTADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro único, fl. 1.

especialmente quanto a esse trabalho que demanda recurso e emprego de pessoas para a execução dessa benemérita tarefa. [fl. 6 v.]<sup>172</sup>

O registro apresentado menciona que a reunião com a diretoria do CEF ocorreu em 10 de setembro de 1964, quando houve a oficialização entre as diretorias das respectivas entidades. O caminho de conferência, nas atas do CEF, foi feito visando constatar a discussão desse ponto de pauta e apropriar da maior quantidade de informações possível sobre a referida união. Mas, ao averiguar esses registros, constatamos que existe uma lacuna entre esse período apresentado, pois o último registro do ano de 1965 foi em 9 de junho<sup>173</sup> somente retornando as menções em janeiro de 1967. Portanto dentre esse espaço temporal não ocorreu registro em atas do CEF.

Ainda sobre esse fragmento, é necessário fazer referência à distribuição da “sopa do pobre” aos domingos. Essa menção caminha na mesma direção dos trabalhos desenvolvidos por Alziro Zarur na cidade do Rio de Janeiro pela atuação da LBV, após ter ganhado notoriedade com o trabalho filantrópico, a distribuição de sopa ganha um apelido de “a sopa do Zarur”,<sup>174</sup>. Considerando o caso em questão, é notório um padrão de atuação que segue a LBV pelo Brasil, como é o caso em estudo e também o mesmo direcionamento da distribuição de sopa aos moradores de rua.

Também é intrigante o que foi discutido em umas das reuniões da diretoria. Depois de aproximadamente dois anos de distribuição da “sopa dos pobres”, em uma reunião em 13 de fevereiro de 1966, “[...] falou-se sobre (sic.) a sopa dos pobres, que está sendo mal compreendida, pois ela visa beneficiar, material e espiritualmente todos aqueles que se utilizou [...]”<sup>175</sup>. Sobre a referida crítica à atividade assistencialista, não apareceu mais detalhes nas fontes de onde partiram e nem quais foram essas críticas. Os moradores não estavam indiferentes ao que acontecia na cidade ou é provável que tenha sido uma crítica destinada a Albertino Marque, em decorrência do mesmo ter se tornado um homem que conquistou notoriedade e prestígio com ações também ligadas à filantropia. Além disso, também é possível que a crítica tenha partido de representantes da Igreja Católica<sup>176</sup>, incomodados com o fato da “sopa dos pobres” ser servida no Centro Espírita, fato que

<sup>172</sup> NÚCLEO DA LEGIÃO DA BOA VONTADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro único, fl. 6 - 6 v.

<sup>173</sup> Grifo nosso. CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 25 v.

<sup>174</sup> Cf. MELLO, 2008, p.44.

<sup>175</sup> NÚCLEO DA LEGIÃO DA BOA VONTADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro único, fl. 8 v.

<sup>176</sup> Acerca da desqualificação e perseguição da Igreja Católica aos movimentos de filantropia executado pelos membros ligados ao Espiritismo, em específico o Centro Espírita Jesus de Nazaré na cidade de Feira de Santana, consultar MORGADO, 2015, p. 97.

contribuiu para o aumento de visitantes e posteriormente fiéis. Estas questões, por hora, não serão aprofundadas, pois ainda não é possível obtermos uma resposta satisfatória.

Como foi mencionado, a notoriedade e prestígio que Albertino Marques tem relação com o trabalho filantrópico desenvolvido no CEF e em seguida na Câmara de Vereadores de Brumado, onde executou projetos similares aos desenvolvidos no Centro, pois tinha como base a noção de caridade apreendido dos preceitos espíritas. Buscando situar a questão do prestígio no âmbito teórico é que aportamos na definição de “poder simbólico” elaborado por Pierre Bourdieu, por considerar que em se tratando da trajetória de Albertino Marques, um sujeito que desenvolveu atividades no que concerne a religião, nada mais apropriado do que utilizar um autor que teve como mote de análise das questões relacionadas ao “Campo Religioso”. Bourdieu, quando se propõe à abordagem sobre o especialista, pontua de forma tangencial o conceito de “carisma”, com a finalidade de desenvolver o conceito de “poder simbólico” e relacionar com a prática religiosa. O autor considera, enquanto especialista, que os sujeitos inseridos dentro do campo religioso, adquire e sistematiza o “saber religioso já acumulado”, como também é “incumbidos da gestão dos bens de salvação”<sup>177</sup>. Assim, Bourdieu define “[...] o nome *carisma* para designar as propriedades simbólicas [...] que se agregam aos agentes religiosos na medida em que aderem à ideologia do carisma, isto é, o poder simbólico que lhes confere o fato de acreditarem em seu próprio poder simbólico”.<sup>178</sup> Tal definição contempla as questões que surgiram acerca da influência religiosa e política do sujeito na cidade de Brumado. De acordo a definição do autor, o poder que o mesmo obteve foi em consequência também das atribuições de outros indivíduos, que o reconheceram enquanto especialista, portador do “capital religioso”.

Capital religioso vão corresponder [...] de um lado, o *domínio prático* de um conjunto de esquemas de pensamento e de ação *objetivamente* sistemáticos, adquiridos em estado implícito por simples familiarização, e portanto comuns a todos os membros do grupo e praticado segundo a moralidade pré-reflexiva e, de outro lado, o *domínio erudito* de um *corpus* de normas e conhecimentos explícita e deliberadamente sistematizados por especialistas pertencentes a uma instituição socialmente incumbida de reproduzir o capital religioso por uma ação pedagógica expressa [...].<sup>179</sup>

<sup>177</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo, Perspectiva, 2005. p. 35 - 38.

<sup>178</sup> Ibid., p. 55.

<sup>179</sup> Ibid., p. 40.

Diante do que foi apresentado sobre o poder simbólico, o qual está intrinsicamente relacionado ao “capital religioso”, entende-se que na ótica bourdieusiana, Albertino Marques congregou a função de “especialista”, por ter se apropriado do conhecimento Espírita acumulado, como também, teve o domínio desse mesmo corpo doutrinário ao passo de liderar o CEF e reproduzir, de forma pedagógica, os esquemas de pensamento da Doutrina Espírita, através das palestras, ou com é conhecido no CEF “Doutrinárias”<sup>180</sup>. Então é imprescindível também que desenvolvamos o conceito de “Campo Religioso”, por compreender que é possível identificar, na trajetória de Albertino Marques, o trânsito entre o Centro Espírita Fraternidade e a Câmara de Vereadores, evidências e demarcadores da proposta conceitual do autor, que permite a aplicabilidade do conceito, a exemplo da,

[...] monopolização da gestão dos bens de salvação por um *corpo de especialistas* religiosos, socialmente reconhecidos como os detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um ‘*corpus*’ *deliberadamente organizado* de conhecimentos secretos (e portanto raros) [...].<sup>181</sup>

Na composição dos argumentos que Bourdieu fundamenta o “campo religioso”, o autor observa: “[...] a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em *leigos* (ou *profanos*, no duplo sentido do termo) destituídos de *capital religioso* [...]”<sup>182</sup> Assim sendo, podemos nos apropriar das proposições de Bourdieu para entendermos a trajetória do sujeito estudado, pois o próprio Albertino Marques e também Antonio Mário dos Santos, um dos membros fundadores do CEF e participante das atividades de Diretoria, constituem o que Bourdieu denominou de um *corpo de especialistas religiosos* que compõem o campo. O “‘*corpus*’ *deliberadamente organizado* de conhecimentos” da Doutrina Espírita que Albertino Marques se apropriou, possibilitou a ele o “capital religioso”, o que agrega mais uma evidência de confirmação do “campo religioso”. Também por conta de ser o especialista religioso, dono do “poder simbólico” o qual lhe foi conferido, existiu uma massa de sujeitos que o procuravam como líder religioso, por serem desapropriados, destituídos desse mesmo “capital religioso”, ocorrendo uma divisão entre o especialista de um lado e os leigos do outro. Para finalizar nossa “pintura” de Albertino Marques com as “tintas” de Bourdieu, vale destacar que a “[...] autonomia do campo religioso afirma-se na tendência dos especialistas de

<sup>180</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. *Arquivo do CEF*. Ata. Livro 01, fl.18.

<sup>181</sup> Cf. BOURDIEU, 2005, p. 39.

<sup>182</sup> Ibid., p. 39.

fecharem-se na referência autárquica ao saber religioso já acumulado e no esoterismo de uma produção quase acumulativa de início destinada aos produtores [...]”<sup>183</sup>. Nessa descrição, fica evidente a desenvolvura do sujeito enquanto representante do CEF na cidade de Brumado, gerenciando em sua prática religiosa com o conhecimento acumulado do Espiritismo.

Depois de situado a que campo teórico estamos ancorados, cabe retomar a análise do trabalho filantrópico desenvolvido através da LBV. Na reunião de 12 de junho de 1966, Albertino Marques, que ocupava o cargo na LBV de “Diretor Secretário” para os trabalhos daquele ano, mas na impossibilidade da presença do “Direto Responsável”, Dr. Valter Alves de Castro, por questões de trabalho, aquele assumiu o cargo de diretor interino. No decorrer da reunião, Albertino Marques faz uma exposição das atividades que o núcleo vinha desenvolvendo na cidade e retomou o assunto “sopa dos pobres”. Logo em seguida, apresentou estratégia de continuidade dos trabalhos, propondo um maior projeto de divulgação. Nas palavras do diretor interino “[...] dependendo de um mais amplo trabalho de divulgação, inclusive a organização de [fl. 9 v.] de um programa rádiôfônico (sic.) para despertar a população depois de fazer um histórico geral [...]”<sup>184</sup> Creditamos o motivo da fala de Albertino Marques no interesse de divulgar e esclarecer à cidade, por meio de uma programa de rádio, as críticas recebidas no que diz respeito à distribuição da sopa e os trabalhos assistenciais que a equipe da LBV vinha desenvolvendo na cidade.

Durante as reuniões de diretoria do CEF ocorria quase sempre prestação de contas do que cada comissão havia desenvolvido de trabalho entre o período de uma reunião a outra, que nem sempre era mensal. Numa dessas reuniões, a prestação de contas do responsável pela assistência social elucida em muitos pontos a quem era destinado o atendimento prestado pelos legionários<sup>185</sup> na comunidade brumadense. Na descrição da ata segue que, “[...] O irmão Diretor de Assistência Social, o irmão fez um relato sobre os trabalhos realizados durante o mês, constando distribuição de gêneros alimentícios, roupas e dez mil e duzentos cruzeiros em dinheiro. [...]”<sup>186</sup> Importante também ressaltar que – além do que foi mencionado no fragmento – é posto em apreciação para a aprovação da criação do “Posto Familiar”<sup>187</sup>, que consistia no ponto de apoio funcionando na residência de alguns dos integrantes da LBV, serviria como uma extensão dos atendimentos que ocorriam na sede do CEF, que tinha por

<sup>183</sup> Ibid., p.38.

<sup>184</sup> **NÚCLEO DA LEGIÃO DA BOA VONTADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro único, fl.9 -9 v.**

<sup>185</sup> Tratamento entre os sujeitos participante do núcleo da Legião da Boa Vontade.

<sup>186</sup> Ibid., fl.3 v.

<sup>187</sup> Ibid., fl. 3.



objetivo facilitar o atendimento de pessoas que procurassem os legionários em busca de auxílio, a exemplo de ajuda financeira.

Como foi apresentado anteriormente, essas ações desenvolvidas por Albertino Marques não estão isentas de sentidos e intencionalidades. Sabe-se que a LBV caminhou *pari passu* com alguns preceitos do Espiritismo, e isso se confirma ainda mais como é aludida em uma das atas do Núcleo de Brumado quando lê-se que “[...] o principal objetivo da L.B.V. é a Caridade em diversos aspectos [...].”<sup>188</sup> Sendo a caridade um dos principais fundamentos da Doutrina Espírita, esse aspecto do objetivo filantrópico elucida a aproximação que Albertino Marques propôs entre o CEF e a LBV. O seu empenho no desenvolvimento das atividades da LBV reafirma a análise acerca de que a sua visão de mundo foi pautada pelas influências do Espiritismo, na crença em um mundo melhor onde as modificações da sociedade perpassavam pela caridade. Mas também o interesse no desenvolvimento das atividades da LBV se apresentam como mecanismo de obtenção de prestígio ou “poder simbólico” do sujeito em estudo.

É sabido que a entrada de Albertino Marques na Câmara de Vereadores ocorreu pela suplente de um vereador que se ausentou dos trabalhos da casa legislativa em 1965, no mesmo período de funcionamento da LBV. Posteriormente, em 1966, houve as eleições na qual Albertino Marques saiu eleito, cumprindo o mandato até 31 de janeiro de 1971. Diante dos indícios apresentados, não descartamos as influências de que as conquistas nas eleições estiveram impregnadas do “poder simbólico” adquirido com as atividades filantrópicas desenvolvidas tanto no CEF como na LBV.

O interesse em ter mencionado algumas questões levantadas pelo autor Renynaldo Mello, dentre elas o enriquecimento indevido de Alziro Zarur e o descumprimento de alguns votos e normas estatutárias, foi feito por acreditarmos a causa do desligamento do Centro Espírita Fraternidade ao apoio a Legião da Boa Vontade. A reunião em que foi discutida a proposta de desligamento ocorreu em 23 de janeiro de 1967, sugerido por Albertino Marques e elencado de forma superficial os fatores que o levaram a solicitar em assembleia o rompimento do vínculo institucional.

O irmão presidente comunicou que, tendo a Diretoria deste Centro, em setembro de 1965, dado apoio ao Nucleo da *L.B.V.* no trabalho que o mesmo vem desenvolvendo em beneficio dos pobres. E que últimamente vem a *L.B.V.*, **distanciando-se dos objetivos traçados para a sua existencia**, e, pela leitura de uma entrevista dada pelo ex-conselheiro da

<sup>188</sup> NÚCLEO DA LEGIÃO DA BOA VONTADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro único, fl. 2 v.

L.B.V. o jornalista Zair Cansado, confirmando pelos fatos ultimamente constatados, julgava conveniente retirar esse apoio por lhe parecer o caminho certo, retirando o Centro Espírita “Fraternidade” dessa situação desagradável e que poderá até trazer aborrecimentos no futuro. Os diretores presentes, concordaram, contudo, não negaria a sede do Centro para a distribuição da sopa dos pobres, pelo menos enquanto não for organizado outro local.<sup>189</sup>

Não foi possível saber do que se tratava a entrevista cedida pelo “ex-conselheiro da LBV” referenciado por Albertino Marques, pois nesse trecho faltam informações que dificultaram a pesquisa como, por exemplo, o nome do jornal ou a data de sua publicação. É possível que a publicação tenha sido anterior ao ano de rompimento do Centro com a LBV, porque, em conferência nas atas no Núcleo de Brumado, o registro de funcionamento das atividades indica que elas foram suspensas antes da reunião da diretoria do CEF. No livro de ata da LBV o último registro é 14 de agosto de 1966<sup>190</sup>. Fizemos pesquisa por meio do cotejamento de informações com o nome do jornalista Zair Cansado, mas mesmo assim não foi possível encontrar a referida matéria. Deduz-se que estava ligado justamente com as informações apresentadas pelo autor Renynaldo Mello, pois Albertino Marques mencionou em sua fala sobre o distanciamento do propósito de existência da LBV, que era a prática da caridade.

No entanto, para além das relações entre o Centro e a LBV, cabe-nos refletir sobre as outras práticas de caridade empreendidas por Albertino Marques. A análise segue no próximo tópico.

### **3.4 Ambulatório Bezerra de Menezes: inspirado no atendimento do “médico dos pobres” para os pobres de Brumado.**

A inspiração do nome do “Ambulatório médico – dentário, Dr. Bezerra de Menêzes” é em decorrência da influência do médico Adolfo Bezerra de Menezes para o Espiritismo brasileiro. Bezerra de Menêses foi um médico renomado, político, abolicionista que professou publicamente sua crença ao Espiritismo quando era deputado no Império. Em implicação de sua conversão pública, ganhou uma conotação referencial para a história do Espiritismo nos trópicos.

Em se tratando brevemente da trajetória de Bezerra de Menezes, a obtenção do seu diploma de medicina foi pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro em 1856 e “se torna

<sup>189</sup> Grifo nosso. CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 25 v.

<sup>190</sup> NÚCLEO DA LEGIÃO DA BOA VONTADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro único, fl. 9.

membro da Academia Imperial de Medicina um ano mais tarde”.<sup>191</sup> Trabalhou no exército como tenente-cirurgião e sensibilizado “[...] pela pobreza e pela miséria física de alguns meios populares, fazia visitas gratuitas aos bairros para velar pela saúde de alguns dos menos aquinhoados de seus concidadãos [...]”.<sup>192</sup> Em função da sua aproximação com os mais pobres e dos atendimentos médicos prestados, quando espírita, ficou conhecido como o “médico dos pobres”. Para além da prática da caridade, ele se envolveu com a política, exercendo a função de deputado do Rio de Janeiro, em 1867. No ínterim de seu mandato, teve contato com *O Livro dos Espíritos*. Após estudos e pesquisa sobre a nova doutrina, se converteu e anunciou publicamente a sua religião. Principalmente pela repercussão do ocorrido, Bezerra de Menezes se tornou referência para o movimento Espírita brasileiro e depois de criada a Federação Espírita Brasileira (FEB), foi eleito, mais de uma vez, presidente da FEB e participado ativamente de outras organizações do Espiritismo<sup>193</sup>.

Depois de entender de onde vem a inspiração do nome do Ambulatório, ligado intrinsecamente às questões da caridade, cabe retomar a categorização que os autores, Marion Aubrée e François Laplantine, fizeram sobre o sistema caritativo espírita brasileiro, por entender que a proposta de interpretação de ambos pode ser utilizada como mote interpretativo sobre a trajetória de Albertino Marques, já que a sua prática cotidiana no Centro Espírita em Brumado se delineou em atuações que se inserem nas mesmas discussões apresentadas pelos estudiosos. No que se refere à categorização proposta pelos autores: “[...] obras e estabelecimentos sanitários (berçários, creches, dispensários, hospitais gerais e psiquiátricos, centros para toxicômanos, asilos de velhos, [...]”<sup>194</sup> dão conta de explicar esse tópico, que circundará a análise em torno da fundação e manutenção do “Ambulatório médico – dentário, Dr. Bezerra de Menêzes”, pelo CEF. Mas para essa abordagem, precisamos verificar como estava o sistema de saúde do município de Brumado.

A “MENSAGEM com que o Prefeito Municipal de Brumado, Dr. JURACY PIRES GOMES anuncia (sic.) o seu primeiro ano de governo, dirigida à Câmara de Vereadores do Município de Brumado”,<sup>195</sup> em 7 de abril de 1968, concede-nos uma noção de como estava as demandas relacionadas ao atendimento de saúde no município. Mesmo que tenha se

<sup>191</sup> Cf. AUBRÉE, 2009, p. 150.

<sup>192</sup> Ibid., p. 150.

<sup>193</sup> Informações colhidas no trabalho de Marion Aubrée e François Laplantine, que dá conta de um balanço histórico, antropológico do Espiritismo entre França e Brasil. Cf. AUBRÉE, 2009.

<sup>194</sup> Ibid., p. 239.

<sup>195</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

passado cinco anos após o fechamento do “Ambulatório médico Bezerra de Menêzes”<sup>196</sup>, ainda é válido observar a prestação de contas do mandato do Prefeito sobre o sistema de saúde da cidade, pois nesse ínterim não ocorreram significativas mudanças no que tange ao referido tema. Além disso, o que foi exposto pelo “Dr. Juracy Pires Gomes” desvela um panorama histórico das condições de vida da cidade.

Quando o aludido prefeito apresentou à Câmara o trabalho desenvolvido acerca do projeto de construção de um hospital e a criação da “Fundação Hospitalar de Brumado”, órgão que ficaria responsável pela execução da empreitada, é notória a precariedade do sistema de saúde da cidade.

Assumimos para com o povo o compromisso de construir-nos (sic.) um hospital nesta cidade. O nosso primeiro projeto enviado à Câmara relacionou-se com a Fundação Hospitalar de Brumado que foi criada pela lei municipal nº 325, de 22 de maio de 1967. [...] O seu Conselho Deliberativo já instalou um ambulatório que está prestando serviços de sua especialidade a pessoas pobres que o procuram, diariamente. (sic)<sup>197</sup>

Na descrição de Dr. Juracy Pires Gomes, fica visível que estava nos planos daquela gestão de 1967 a construção de um hospital, como também a instalação de um ambulatório. Portanto, é evidente que antes desse período nenhum ponto de atendimento foi disponibilizado pelo Estado, principalmente, como desnuda o fragmento, aos moradores mais pobres. Quem detinha melhores condições financeiras, enfrentando problema de saúde, procurava atendimento em outros centros urbanos, como Vitória da Conquista e Salvador. Portanto, em face de um problema estrutural de responsabilidade do Estado, que negligenciou em oferecer serviços primordiais à população, como o caso em pauta, Albertino Marques, sendo respaldado pela logística que o CEF o concedia, com o intuito de suprir a demanda de necessidades dos moradores mais pobres, fundou, por volta do ano de 1956, o Ambulatório médico – dentário Dr. Bezerra de Menêzes.

Em 2 de fevereiro de 1957 foi notificada nas atas da reunião de diretoria do CEF as atividades desenvolvidas pelo “Ambulatório médico – dentário Dr. Bezerra de Menêzes”. As atas trazem um balanço dos trabalhos desenvolvidos “[...] durante o período administrativo de

---

<sup>196</sup> Faz se essa ressalva, referente aos cinco anos sem o Ambulatório, por nosso objeto ser o funcionamento do mesmo e não a Fundação Hospitalar de Brumado. É anunciado o encerramento das atividades hospitalares e odontológica em reunião de diretoria do CEF em 31 de janeiro de 1963. **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 18 v.**

<sup>197</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

1º de fevereiro a 31 de dezembro de 1956 [...]”. No entanto, as atas dos anos anteriores não mencionaram nem a instalação nem funcionamento do Ambulatório. Por isso, deduzimos, pelo constado no balanço apresentado em 1957, que já havia um ano de atendimento à cidade, o que indica que a fundação do estabelecimento foi em fevereiro de 1956, dois anos após a instalação do CEF. A descrição que segue do número de atendimentos no referido período indica que foi bem expressivo, levando em conta que era uma instituição de saúde organizada por uma instituição religiosa. Segue o trecho da ata que faz o referido relatório.

[...] o irmão Vice-presidente, Albertino Marques Barreto, que descreveu sobre a ação administrativa do Centro e do Ambulatório médico – dentário, Dr. Bezerra de Menêzes, da gestão anterior. Aludiu êle que, durante o período administrativo de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 1956, foram atendidos pelo Ambulatório (184) cento e oitenta e quatro indigentes, dos quais (16) dezesseis hospitalizados, com uma despesa aproximada de vinte e seis mil e quatro centos cruzeiro, despendidos com o serviço de hospitalização, ou seja: alimentação, medicamentos e roupas.<sup>198</sup>

A descrição é bem esclarecedora quanto ao funcionamento e a importância desse Ambulatório para a cidade. A relatoria dos atendimentos efetuados no período indica um número de cento e oitenta e quatro pacientes, dentre estes, dezesseis ficaram hospitalizados. Esse número, além de mostrar a quantidade significativa de pacientes, é relevante também por mostrar o tipo de atendimento desempenhado. A descrição evidencia uma estrutura hospitalar de significativo porte, pois oferecia internação, o que significa o funcionamento ininterrupto, dia e noite.

Na mesma reunião, Albertino Marques “[...] lançou a campanha por mais leitos para o Ambulatório, de vez que o número de dez, atualmente existente, é insuficiente”.<sup>199</sup> Esse trecho revela o quanto era expressivo os atendimentos, com dez leitos e em prosseguimento de campanha para expandir os serviços de saúde. Retomando ao fragmento da ata apresentado acima, já ao final, quando expõe o montante financeiro e a descrição das despesas registradas no período aludido, vem o questionamento de onde partiram os recursos financeiros para manter em funcionamento a dita instituição?

A primeira resposta a essa questão fica mais evidente: parte do financiamento das despesas do Ambulatório era bancada pelo próprio CEF. As atividades desenvolvidas pela instituição de saúde eram componentes integrantes do trabalho desenvolvido pelo Centro, o que acabou contribuindo para que a responsabilidade da manutenção do serviço coubesse à

<sup>198</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 10 v.

<sup>199</sup> Ibid., fl.11.

diretoria do CEF. Também não devemos deixar de mencionar as doações dos espíritas com auxílio monetário e também trabalho voluntário, não perdendo de vista as influências da máxima que rege o Espiritismo: “Fora da Caridade não há Salvação”<sup>200</sup>. Enfrentamos dificuldade em tratar sobre o financiamento por parte do CEF em função dos poucos registros encontrados. Não sabemos precisar, por exemplo, se a força de trabalho empregada era somente voluntária ou se parte era assalariada. Como foi apresentado anteriormente, o relatório do desempenho das atividades não aparece especificado como foi empregado o dinheiro, sendo possível perceber que ocorreu em “serviço de hospitalização, ou seja: alimentação, medicamentos e roupas”<sup>201</sup>, mas os pagamentos de funcionários não foram mencionados, por isso, é possível a predominância do trabalho voluntário.

Um registro fotográfico feito no período de funcionamento do Ambulatório, entre 1956 a 1963, minimiza um pouco as dúvidas quanto ao trabalho empregado, como podemos visualizar abaixo. Aparece na fotografia, em frente ao Ambulatório, ao centro da foto Albertino Marques Barrêto e sua esposa Maria dos Santos Barreto e distribuídas, aos lados, oito mulheres em trajes de trabalho se assemelhando as vestimentas de pessoas que trabalham na enfermaria. Esse registro apresenta a equipe de trabalho, pois Albertino Marques e sua esposa trabalhavam também no Ambulatório. Esses indícios, como o número significativo de trabalhadores, juntamente com a não especificação de pagamentos de funcionários levam a crer que tenham sido trabalhos voluntários.

---

<sup>200</sup> KARDEC, 2008, p.149.

<sup>201</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 10 v.



**Figura VII:** Ambulatório médico – dentário, Dr. Bezerra de Menêzes. **Fonte:** Arquivo pessoal de Valfrido Carvalho.

A complementação dessa resposta necessita um pouco mais de atenção, pois em vista do trabalho desenvolvido na comunidade, Albertino Marques – em busca de fomento aos trabalhos do “Dr. Bezerra de Menezes” – em virtude das altas despesas para manutenção da função desempenhada, foi em busca de subsídio dos órgãos municipais e do Estado.

A primeira presença de indícios nas fontes que aponta o financiamento da Prefeitura Municipal de Brumado no funcionamento do Ambulatório, foi em uma reunião da diretoria do CEF em 2 de março de 1958, quando Albertino Marques traz ao conhecimento dos diretores o teor de um documento enviado ao então prefeito “Sr. Armino dos Santos Azevedo”, solicitando aumento do valor do subsídio que a prefeitura disponibilizava para o desenvolvimento dos trabalhos do Ambulatório. Não se sabe quando iniciou a parceria entre Centro e Prefeitura, pois somente ficou visível a participação dos órgãos municipais no referido empreendimento quando apontadas dificuldades em manutenção dos serviços prestados. Anterior a isso, as atas pouco informam sobre a instituição. Segue o fragmento que esclarece essa relação:

[...] Levando ao conhecimento dos demais diretores o teor do ofício dirigido ao Sr. Prefeito, solicitando aumento da subvenção anual que vem sendo dada ao Centro como auxílio para a manutenção do Ambulatório Médico “Dr. Bezerra de Menezes”, cuja subvenção vem sendo aplicada exclusivamente nos pagamentos dos alugueis do prédio onde está funcionando o dito Ambulatório. Ficando resolvido que se aguarde a resposta do Sr. Prefeito.<sup>202</sup>

O fragmento da ata esclarece o valor que o Estado concedia ao Ambulatório. A verba era destinada, como consta na redação, “exclusivamente nos pagamentos dos alugueis do prédio”. Apresenta-se, portanto, mais um indício que reafirma a hipótese de que grande parte dos gastos com o serviço do Ambulatório era custeado pelo CEF. A dificuldade de manutenção das atividades reaparece em ata em 31 de janeiro de 1963, quando novamente Albertino Marques, enquanto responsável pelo Ambulatório, explica aos presentes da reunião de Diretoria do CEF que “[...] por cujo motivo se viu na contingência de cerrar as portas [do ‘Ambulatório Médico Dr. Bezerra de Menezes’] aos nossos irmãos menos favorecidos.”<sup>203</sup> A princípio, os motivos elencados como sendo responsáveis pelo fechamento foram as dificuldades com os atrasos e também do não pagamento das parcelas que seriam responsabilidade da Prefeitura. O “[...] o Sr. Prefeito Armindo dos Santos Azevêdo, [...] alegava falta de recursos da Prefeitura. [...]”<sup>204</sup>. A situação se agravou quando houve as eleições para o mandato seguinte. Após as eleições “[...] assumiu a Prefeitura, por ter sido eleito, o Sr. Manoel Fernandes dos Santos, o qual, manteve o propósito de não determinar os pagamentos das subvenções anuais e constantes dos Orçamentos, a que tem direito o Centro Espírita ‘Fraternidade’ [...]”<sup>205</sup> para serem empregados no “Ambulatório Médico Dr. Bezerra de Menezes”.

O fechamento do Ambulatório marcou de forma incisiva a posição de Albertino Marques frente às necessidades de representação do CEF no âmbito da sociedade política, uma vez que o fracasso da continuidade do projeto “Ambulatório Médico Dr. Bezerra de Menezes” também foi uma derrota no campo político, sendo que ele – enquanto o intelectual representante de seu grupo – não conseguiu manter a sua função, enquanto sistematizador e organizador dos projetos desenvolvidos pelo CEF.

A luta pela manutenção de um espaço que tinha como objetivo o atendimento gratuito aos “irmãos menos favorecidos”<sup>206</sup> despertou em Albertino Marques a possibilidade de travar

<sup>202</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 12 v.

<sup>203</sup> Ibid., fl. 18 v.

<sup>204</sup> Ibid., fl. 18 v.

<sup>205</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 18 v.

<sup>206</sup> Ibid., fl. 18 v.



a luta pela disputa de direitos na arena política. Dito isto, a seguir segue a análise dos aspectos de análise de sua trajetória.

### **3.5 O homem público na vida política: Albertino Marques vereador (1965 - 1971).**

Diante do que já foi exposto, notamos que as dificuldades enfrentadas por Albertino Marques frente à representação de um projeto de sociedade pautada principalmente nas influências do Espiritismo e utilizando o CEF como “veículo” de execução, certamente foram motivadas pelos entraves apresentados acima. O encerramento das atividades do Ambulatório ocorrem em decorrência da falta de investimento do poder público, fato que levou o sujeito em estudo a expandir a sua atuação para além do Centro, indo em direção a disputas de espaços e representatividade. Partindo desse ponto, iniciamos a exposição de sua participação enquanto vereador no cenário político brumadense.

O “Ambulatório Médico Dr. Bezerra de Menezes” foi oficialmente apresentado na reunião de diretoria do CEF como fechado em janeiro de 1963 e a entrada de Albertino Marques na Câmara de Vereadores como “3º suplente da legenda da União Democrática Nacional” ocorreu em 7 de outubro de 1965. O intervalo entre encerramento das atividades do Ambulatório e a entrada na Câmara, são indícios utilizados aqui para fundamentar a hipótese de que a participação no Estado foi motivada em decorrência das dificuldades enfrentadas, portanto foi uma participação intencional, com planejamento. Isso fica visível na prática de Albertino Marques enquanto vereador.

Retomando a questão da suplência, o vereador que ocupava o cargo como representante eleito da legenda da União Democrática Nacional (UDN), solicitou junto à diretoria da Câmara um afastamento de 60 dias e o “[...] 1º e 2º titulares dessa suplência se escusaram de atender à respectiva convocação [...]”,<sup>207</sup> sendo Albertino Marques o próximo na lista da suplência “[...] se encontrava no recinto em virtude dos rumores de que os referidos titulares suplentes deixariam de comparecer [...]”,<sup>208</sup> assim foi empossado ao cargo e iniciava a sua participação na política partidária.

A primeira aparição nas atas da Câmara de Vereadores da participação de Albertino Marques foi em 4 de novembro de 1965, apresentando um projeto que visava beneficiar, em

<sup>207</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 11 v.

<sup>208</sup> Ibid., fl. 11 v.

forma de auxílio financeiro, A “**Liga Desportiva Brumadense**”<sup>209</sup>. Essa iniciativa só confirmou o que aconteceu ao longo de sua trajetória, quanto aos interesses pelas questões esportivas, além de sinalizar a sua aproximação com os trabalhadores da cidade. Posteriormente, o vereador apresentou mais dois projetos de leis. Tanto um quanto outro foram destinados a auxílio financeiro a instituições que ele manteve vínculo. O primeiro, “Projeto de Lei nº 45/65” tinha por finalidade a concessão permanente de “[...] um auxílio anual de Cr\$ 120,000 (cento e vinte mil cruzeiros) em favor da Sociedade “Luiza de Marillac”, entidade filantrópica instalada nesta cidade, para o custeio de suas finalidades, a contar do dia 1º de janeiro de 1966 [...]”<sup>210</sup>. A entidade funciona ainda hoje como atendimento a idosos, gerenciada por uma diretoria composta por pessoas espíritas que exerceram atividade no CEF. Portanto é notório o interesse de Albertino Marques em apresentar e aprovar um projeto com essa finalidade e era visível seu vínculo religioso com o projeto em discussão.

Em continuidade com a exposição da atuação de Albertino Marques, referente à execução da função de representante do CEF, é que o segundo projeto de lei apresentado em outubro de 1966 levou à aprovação e a Câmara Municipal decretou “[...] Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 300,000(trezentos mil cruzeiros), destinados a auxiliar o ‘Centro Espírita Fraternidade’, de Brumado, na ampliação de seus serviços assistenciais [...]”<sup>211</sup>. Não fica dúvida que o que motivou Albertino Marques a ocupar esse espaço de disputa foi o seu lugar de líder espírita. A consecutiva apresentação de projetos que tinham por objetivo beneficiar o lugar ao qual ele era representante sinalizam muito bem para tal interesse.

O fragmento que se segue traz informações que auxiliam a compreensão da permanência de Albertino Marques na Câmara de Vereadores após o término do período da licença. Em ata da reunião de 14 de fevereiro de 1966, o sujeito em estudo foi referenciado acerca de desempenho nos trabalhos legislativos. Como é sabido, a sua estada na Câmara de Vereadores foi por meio da suplência de outro vereador em licença. Acompanhado a cronologia, a posse do cargo foi em 7 de outubro de 1965, o prazo previsto para o retorno do vereador titular do partido UDN seria por volta de 5 de janeiro de 1966, no entanto não foi o que aconteceu, pois o fragmento em pauta é datado de fevereiro de 1966. O que se observa é que já havia extrapolado os 60 dias da permanência de Albertino Marques na suplência e o

---

<sup>209</sup> Ibid., fl.23.

<sup>210</sup> Ibid., fl. 29 v.

<sup>211</sup> Ibid., fl. 84 v.

licenciado ao cargo não retornou. O suplente permaneceu atuando como vereador até as eleições, quando foi eleito.

A seguir também pediu a palavra o vereador Albertino Marquês Barreto e, com a sua vocação parlamentar que o credencia a tomar parte, não somente em Câmeras Municipais Legislativas do Estado e até mesmo no Parlamento Nacional, e discursou longamente tecendo considerações muito sensatas e oportunas em derredor da matéria em pauta.<sup>212</sup>

Antes de seguir com a análise do fragmento, cabe-nos uma breve ressalva. Tendo em vista que a redação das atas era executada por funcionários da Câmara de Vereadores, era comum que as considerações elogiosas sobre os vereadores fossem muito mais formalidades de tratamento, de promoção do trabalho dos edis, dos que realmente uma preocupação com a verossimilhança dos fatos. Mas durante a leitura das atas percebemos que não consta nos textos situações similares de exaltação de qualidades dos vereadores. Sendo assim, devemos considerar o referente fragmento apresentado para a análise. É provável que elogios da participação de Albertino Marques no legislativo tenham sim uma conotação de preconização de sua desenvoltura enquanto vereador. A congratulação muito provavelmente foi feita sob influência de dois motivos; o primeiro, por Albertino Marques ter constantes participações nas reuniões, tanto apresentando projetos de sua autoria, como defendendo projetos de seus pares ao qual considerava pertinente. O segundo foi decorrente de sua facilidade e desenvoltura enquanto orador, provavelmente devido a experiência acumulada em sua participação no CEF, não somente como dirigente da instituição mas, sobretudo, como divulgador da Doutrina Espírita. Enquanto líder espírita, enfrentava semanalmente as reuniões “doutrinárias” do Espiritismo tendo que estudar e falar em público. Essas questões apresentadas fazem sentido com o resultado favorável do pleito eleitoral de 15 de novembro de 1966, quando Albertino Marques, sendo candidato da ARENA foi eleito para o mandato 1967-70.

Sendo que a candidatura de Albertino Marques pelo partido ARENA não pode ser considerada como mudança de partido de sua parte. Antes das eleições de 1966, quando ele esteve vereador, assumindo a suplência na Câmara, o partido a qual pertencia era a UDN. Mas a troca de partido não foi mudança ideológica partidária, porque a troca se deu devido à imposição da Ditadura Civil-militar com o bipartidarismo. No primeiro ano da Ditadura a UDN apoiou os militares. Com a implantação do bipartidarismo, o ARENA tornou-se o

<sup>212</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 48.

partido da situação. Portanto, não ocorreu alterações significativa no programa do novo partido, por isso ocorreu quase que uma migração dos integrantes de um para o outro.<sup>213</sup>

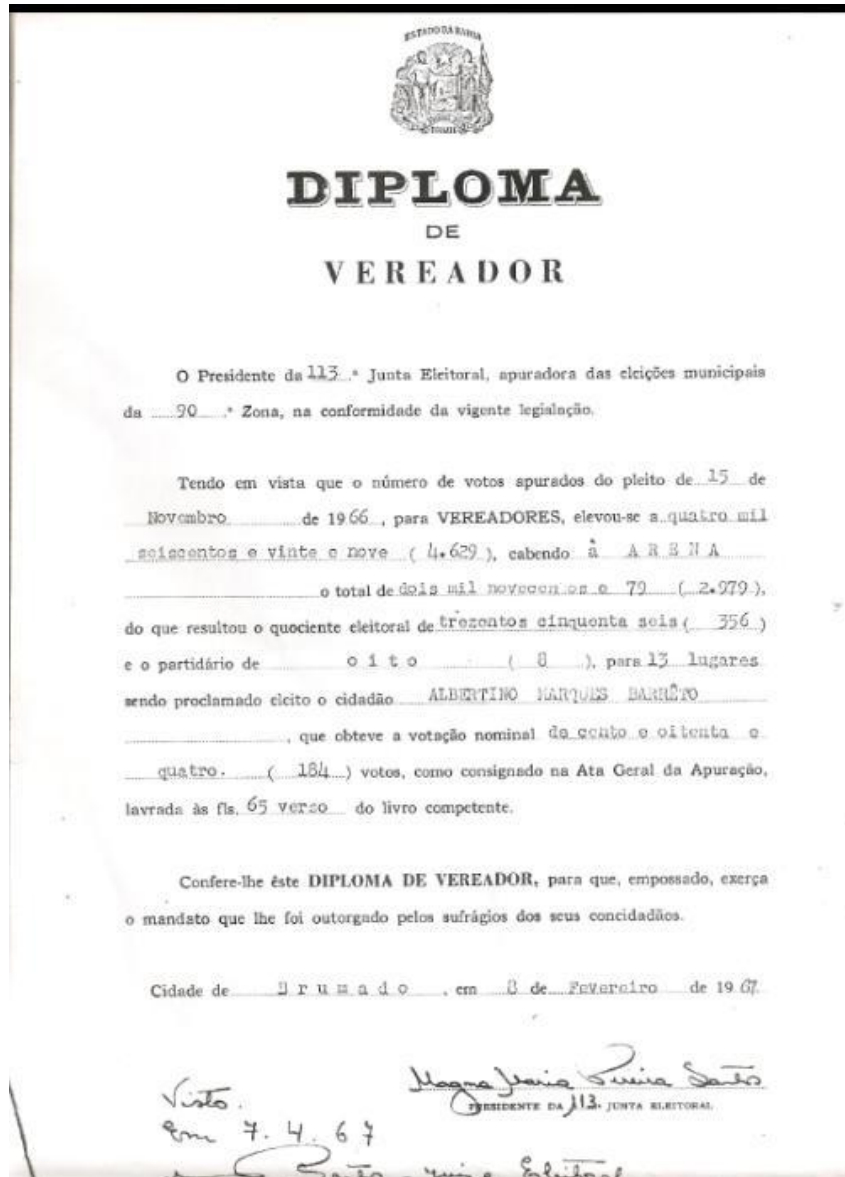
O documento de Diploma de Vereador reproduzido abaixo apresenta dados que esclarece algumas questões, como por exemplo, o coeficiente eleitoral na época em Brumado. No pleito eleitoral de 15 de novembro de 1966, o número de votos conferidos foi de 4629. Se levarmos em conta que para votar era necessário ser alfabetizado, este número é significativo, considerando as taxas de alfabetização da época. Dentre esses votos, foram destinados ao partido ARENA 2979 votos, com um coeficiente eleitoral de 356. O partido elegeu 8 vereadores, dentre eles Albertino, com 184 votos. Fazendo uma análise superficial referente ao número de votantes, percebemos que foi expressivo o número de votos destinado ao sujeito estudado.<sup>214</sup>

Quando nos referimos à trajetória de um indivíduo que transitou por entre muitos lugares e desempenhou diferentes funções, como no caso de Albertino Marques, que exerceu atividades e acumulou papéis como líder religioso, intelectual, político, educador, dentre outros, não podemos, enquanto historiadores, analisarmos sua trajetória de forma descuidada, categorizando o sujeito como quem desempenhou uma função isolada em cada repartição ao qual atuou. Assim, no CEF ele não foi apenas o religioso, deixando de lado política. Do mesmo modo, enquanto vereador ele não deve ser compreendido apenas como agente da política pública.. Esse reducionismo para o estudo da trajetória de um sujeito é extremamente prejudicial, na medida em que um indivíduo é multifacetado. Desse modo, o pensamento displicente que percebe as estruturas de forma rígida limitam torna a análise demasiadamente restritiva. Foi justamente o cuidado de pensar o indivíduo dentro de uma multiplicidade de papéis que adotamos na pesquisa na pesquisa. Buscamos perceber as interfaces de sua atuação entre os diferentes espaços. Percebemos, neste sentido, que o homem religioso “atravessava” as diferentes ações, não ficando circunscrito ao “campo religioso”. A partir do que já foi apresentado até aqui, notamos que na Câmara Albertino Marques representou o grupo religioso que ele fazia parte. Os “rastros” nas fontes confirmam que o político não deixou de ser religioso e vice-versa.

---

<sup>213</sup> Para um estudo aprofundado do bipartidarismo e da formação dos quadros da ARENA na Bahia, ver: DIAS, José A. **Rumo ao palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>214</sup> Conferir figura VIII.



**Figura VIII:** Diploma de vereador. **Fonte:** Arquivo pessoal de Celia Barreto.

Depois de eleito, antes mesmo da reunião de posse do quadro político, agendado a cerimônia de posse “dos Sr. Prefeito e Vereadores”<sup>215</sup> para o dia 7 de abril 1967<sup>216</sup>, Albertino Marques, em reunião de diretoria do CEF no dia dois do corrente mês, “[...] julgava conveniente que não se realizasse a reunião [doutrinária no Centro Espirita], mesmo porque, a Diretoria deveria comparecer incorporada aquela solenidade, o que todos concordaram

<sup>215</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 29 v.

<sup>216</sup> O registro da posse consta registrado, confirmando o que foi exposto nas atas do CEF, em atas da Reunião 07 de Abril de 1967. CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 128 - 128 v. - 129.

[...]”.<sup>217</sup> É explícito nessa passagem que as atividades do CEF foram interrompidas para que todos prestigiassem o momento da posse de Albertino Marques na Câmara, momento de grande importância para o CEF. Portanto, esse trânsito da influência das funções do político e religioso se dava com frequência, como ocorreu o inverso, quando Albertino Marques utilizou o espaço da Câmara para divulgar os eventos realizados pelo CEF. Um dos registros ocorreu em 2 de setembro de 1968, quando ocupou a “[...] tribuna para comunicar à casa que no dia 8 do corrente, realizar-se-á no Centro Espírita Fraternidade, nesta cidade, a 1ª Concentração Espírita [...]”<sup>218</sup>, e foi feito o convite para que todos da Câmara comparecessem à solenidade e principalmente a Sra. Ester Trindade Serra, Presidente do Legislativo a época. Esses indícios apresentados confirmam o trânsito que configurou as múltiplas faces da atuação do sujeito.

Como qualquer trajetória política, a de Albertino Marques não foi isenta de conflitos. Dentre alguns enfrentados durante a sua atuação na Câmara, apresentaremos a seguir o primeiro dos desentendimentos, que não ficaram restritos a esse que será trabalhado, mesmo porque surgiram outros que acabaram por desembocar mais tarde, já ao fim do mandato de legislativo, em um de grande porte, não mais com os integrantes da Câmara, mas também com o administrador do município “Dr. Juracy Pires Gomes – Prefeito”.

Em meados de abril de 1969, foi apresentado a bancada da Câmara um requerimento de autoria de Antônio Miranda Machado para que fosse solicitado junto à instituição de acolhimento a idosos Luiza Marilac “[...] cópia do relatório da Diretoria na gestão de 1968, com discriminação em separado do imprego (sic.) da subvenção recebida [...]”<sup>219</sup> A cobrança feita a instituição se referia à prestação de contas do “Projeto de Lei nº 45/65”<sup>220</sup>, originalmente apresentado por Albertino Marques e aprovado pela Câmara em 4 de novembro de 1965, no início de sua atuação no Legislativo, como foi apresentado anteriormente. O projeto tinha como finalidade conceder de forma interrupta o auxílio financeiro para manutenção e continuidade das atividades da referida instituição. Posteriormente, Albertino Marques também solicitou “[...] aumento de subvenção para as **Luizas de Marillac**, de N 120,00, para N 2.400,00 [...]”<sup>221</sup>. Sendo assim, Antônio Miranda Machado, “[...] achando de justiça [saber] onde e como tem sido empregado os recursos adquiridos pela mesma entidade

<sup>217</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 29 v.

<sup>218</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 45.

<sup>219</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970. Requerimento de autoria de Antônio Miranda Machado em 16 de abril de 1969.

<sup>220</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 29 v.

<sup>221</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970. Requerimento de autoria de Antônio Miranda Machado em 16 de abril de 1969.

especialmente, como foram gastos os recursos da subvenção concedida por esta Câmara [...]”<sup>222</sup>.

O teor desse requerimento desvela informação que ajuda a compreender melhor as relações entre os vereadores, entre um possível terreno de disputa. Pois como está exposto no documento, foi direcionada uma cobrança a um projeto apresentado por Albertino Marques e essa atitude não foi feita exclusivamente pela prestação de contas de um projeto, pois no período estudado isso foi pouco usual, ocorrendo somente na referida passagem. Acreditamos que não esteja isenta de intenções, pois analisando o referido documento de solicitação de cobrança apresentado por Machado, o que se observa é que Albertino Marques não era conhecedor, porque não havia sua assinatura. Esses indícios nos permitem visualizar o início de um conflito e disputas entre Albertino Marques e parte dos vereadores de Brumado.

Quando destacamos que foi parte dos vereadores, não foi de forma aleatório, pois Albertino Marques, como já referimos, teve significativa desenvoltura na atuação nos trabalhos da Câmara. Depois que foi eleito pela legenda partidária “Aliança Renovadora Nacional – ARENA”, não deixou de ser escolhido como líder do partido, pelos vereadores, durante os anos que se seguiram. As indicações não foram por unanimidade, pois dentre os oito vereadores eleitos os indicativos eram feitas de “[...] autoria de cinco vereadores da Arena, designando o Vereador Albertino Marques Barreto, **para seu líder**, por considerá-lo digno de confiança e credenciado para esta alta missão [...]”<sup>223</sup>, portanto dois da mesma legenda partidária não comungavam com a ideia. Para as indicações da escolha de líder partidário eram apresentados ofícios pela “[...] bancada da Arena, comunicamos a titular da Presidência haver sido escolhido por seus companheiros de Legenda o **Albertino Marques Barrêto para líder dessa bancada**. [...]”<sup>224</sup> E o mesmo se repetiu durante todo o período do mandato. Só não no último ano, por conta de frequentes conflitos e excessivas ausências dos vereadores. Cabe ainda apresentar parte de seu discurso proferido pela ocasião de agradecimento à confiança das indicações e comprometimento com o trabalho.

Franqueada a palavra, ocuparam a tribuna os Vereadores Albertino Marques Barrêto para falar sobre sua indicação como **líder da Arena**, dizendo que na função que lhe havia sido conferida, procuraria pautar-se com [fl. 147] com

<sup>222</sup> Ibid.

<sup>223</sup> Grifo nosso. CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl.146 v.

<sup>224</sup> Grifo nosso. Ibid., fl. 42 - 42 v.

serenidade, dentro de uma conduta democrática condizente com a sua condição de vereador e de líder, [...] <sup>225</sup>

É perceptível, portanto, que a permanência de Albertino Marques na Câmara foi atravessada por desafios. Mas, mesmo em conflito dentro do próprio partido Arena, como foi o caso das eleições para a presidência da Câmara, Albertino Marques era um dos candidatos que disputou o cargo, juntamente com outra arenista, Ester Trindade Serra, por isso também a divisão do partido. Ainda assim ele foi eleito o líder arenista. Seu desempenho não esteve livre de interesses, não na instância do financeiro em benefício próprio, como o salário, pois à época os vereadores do município não recebiam salários. Isso fica evidente quando se discute na Câmara a quantidade de convocações de reuniões para o mês e foi abordado sobre as questões de pagamento, segue o trecho referenciando o assunto:

[...] ao máximo de 4 prevista na convocação porque os Vereadores deste Município não percebem remuneração, não estando, portanto, não estão sujeitos ao que dispõe o art. 5º da Constituição de 27 de Janeiro de 1967, que somente proíbe a realização de mais de três sessões extraordinária, quando remunerados. <sup>226</sup>

A exposição sobre a não remuneração dos vereadores, que foi referenciado em atas da Câmara Municipal de Brumado, é confirmada na Constituição Federal de 1967, onde consta que os vereadores somente seriam remunerados, se o número populacional da cidade chegasse à quantidade de trezentos mil habitantes, <sup>227</sup> o que não era o caso de uma pequena cidade do interior baiano. Outro momento que é mencionado as questões de remuneração do trabalho de vereador foi na entrevista concedida por Carvalho, quando ele, associando a história do seu pai na Câmara com a atuação de Albertino Marques.

Eu me lembro a casa de seu Albertino, vivia cheia, a esposa dele reclamava, minha mãe também reclamava que eles eram tão solícitos com as pessoas carentes, que elas iam buscar ajuda na casa, e almoço pra não sei quantas pessoas e café, dinheiro para remédio tudo do próprio bolso naquele tempo político ficava pobre, né ficava pobre porque dava, não recebia, não tinha verba nenhuma, ai então eles foram dessa época, [...]. <sup>228</sup>

<sup>225</sup> Grifo nosso. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 146 v. – 147.**

<sup>226</sup> Ibid., fl.183.

<sup>227</sup> BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1967. p.349.

<sup>228</sup> CARVALHO, Valfrido Figueiredo de. Valfrido Figueiredo de Carvalho: depoimento [mar. 2011]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2011. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.



Levando em consideração a ausência de salário, percebemos que os interesses estavam pautados principalmente enquanto representante do CEF e também em uma escala maior no que viria a se delinear como um projeto de sociedade, influenciado pela sua formação quando era operário da ferrovia e também como espírita.

### **3.6 Albertino Marques enquanto fomentador das políticas públicas: planejamento urbano, os trabalhadores e os projetos socialmente desenvolvidos com base na Caridade Espírita.**

Nas averiguações da trajetória de Albertino Marques na Câmara de Vereadores de Brumado, foi notório em seus pronunciamentos apresentações de projetos e apreciações frente à assuntos e debates dentre diversos temas com posicionamentos um tanto progressistas. Por acreditar que se faz necessário uma discussão sobre o ponto, com objetivo da maior compreensão de suas práticas, elencaremos momentos em que Albertino Marques, em sua atuação, delineou a sua concepção de progresso. Julgamos que essa noção tenha sido tomada de empréstimo principalmente do Espiritismo, embora tendo consciência que não foi a única matriz de aquisição do entendimento dessas ideias. Foi constantemente presente nas publicações de periódicos locais ou os jornais de grande alcance, nos quais abordavam matérias que tratavam de diversos assuntos, trazendo em suas “entranhas” o que era considerado à época como progresso. Como exemplo, é importante retomarmos o que já foi já apresentado no capítulo anterior a respeito da chegada da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB) à cidade de Brumado. O jornal *A Penna*, de publicação em Caetité e circulação regional, pontuou que a chegada da “locomotiva” era muito mais como uma transportadora do próprio progresso, pela chegada máquina à região e por encurtar a distância da capital Salvador. No mencionado trecho, “[...] a locomotiva com o seu alívio animador do **progresso**, que ella (sic.) venha até Brumado, encurtando assim a distância que nos liga à nossa Capital e já nos julgaremos muito mais felizes.”<sup>229</sup>

Além do que já foi mencionado sobre as ideias de progresso e de suas influências nos homens que compunham aquela conjuntura, também não se pode descartar que o Espiritismo, herdeiro da França iluminista, tenha pautado os ideários de mundo de Albertino Marques. Não significa assim que os ensinamentos espíritas tenham “engessado” o modo como o sujeito

<sup>229</sup> Grifo nosso. ESTRADAS. *Jornal A Penna*, Caetité, p. 1, 25 abr. 1940.

pesquisado pensava o mundo. Ao contrário, é peculiar sua trajetória justamente por ser uma individualidade que dialogou com diversas formações, tanto profissional quanto intelectual, por onde transitou como o que desempenhou no CEF, no Ambulatório, na Câmara de Vereadores, na Liga Desportiva Brumadense e no Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Como a reencarnação e a caridade, o “progresso” tem uma presença muito marcante e constante no Espiritismo, pois o compêndio doutrinário aborda o progresso como uma das suas leis, “A Lei do Progresso”<sup>230</sup>, que na interpretação espírita, rege a vida espiritual do ser em contínuo processo evolutivo nas sucessivas reencarnações. Como está presente no Livro dos Espíritos, quando Allan Kardec questiona os Espíritos “Qual é o objetivo da reencarnação? - Expição, **aprimoramento progressivo** da Humanidade, sem o que, onde estaria a justiça?”<sup>231</sup> A própria reencarnação se explica através da Lei do Progresso, pois o objetivo de renascer sucessivas vezes é a busca incessante pelo progresso intelectual e moral,<sup>232</sup> assim é o meio pelo qual se alcança a condição de espírito puro, de angelitude. Em suma, segundo *O Livro dos Espíritos* “O progresso, sendo uma condição da natureza humana, não está ao alcance de ninguém a ele se opor. É uma **força viva**, que as más leis podem retardar, mas não sufocar”.<sup>233</sup>

O progresso é encarado no Espiritismo como uma lei, como aborda o fragmento, uma “força viva”, portanto uma marcha inexorável na evolução da Terra e do ser humano. A formação intelectual de Albertino Marques perpassou pelos estudos do Pentateuco Espírita, por ter sido um dos divulgadores da Doutrina Espírita na região e ter estado frente às atividades do CEF como palestrante nas doutrinárias. Assim, tornou-se um conhecedor de teor espírita, nas palavras de Pierre Bourdieu, um “especialista religioso” possuidor de um “capital religioso”<sup>234</sup>. Impregnado da concepção de progresso do Espiritismo, seu trajeto esteve permeado desses posicionamentos progressistas, fato que influenciou as propostas de modificações na cidade que apresentou na Câmara Legislativa de Brumado.

Voltando a atuação de Albertino Marques e buscando no momento analisar sua prática enquanto sistematizador do planejamento da cidade, inserindo Brumado em um processo de urbanização, notamos que as suas ações perpassavam principalmente em apresentar projetos de leis que tinham como objetivo interferir no espaço urbano e das municipalidades, como também ocupou cargos na Câmara e desempenhou funções que dialogavam com o espaço e

<sup>230</sup> Cf. KARDEC, 2009, p. 244.

<sup>231</sup> Grifo nosso. Ibid., p. 82.

<sup>232</sup> Ibid., p.245.

<sup>233</sup> Ibid., p. 245.

<sup>234</sup> Cf. BOURDIEU, 2005, p. 39.

com as leis municipais, demonstrando ser um conhecedor dessas quando se tratava, por exemplo, da organização do convívio social. O espírita também trabalhou para suprir as demandas de uma população que lhe reivindicava projetos.

Elencamos momentos em que aparecem nas fontes de forma mais evidente o seu posicionamento vinculado ao progresso, reservamos pronunciamentos de Albertino Marques quando menciona leituras feitas “no vespertino ‘A Tarde’”. Um dos discursos proferidos em 18 de maio de 1967, tinha como análise os “[...] métodos anticoncepcionais adotados por alguns médicos especializados em ginecologia, e nota essa que talvez estivesse sendo mal interpretada pela opinião pública [...]”.<sup>235</sup> Não que seja progressista somente por ter tratado sobre os métodos contraceptivos, mas foi muito mais pela preocupação com a opinião pública acerca dos pensamentos equivocados dos leitores sobre a matéria, ou ainda, pelo que é possível fazer referência, ao que foi comum entre espíritas desde o surgimento do Espiritismo na França, dos posicionamentos a favor da igualdade de direitos entre mulheres e homens, como por exemplo, a luta pelo sufrágio universal.<sup>236</sup> Sem dúvida, a preocupação com as questões da taxa de natalidade leva ao posicionamento a favor dos direitos da mulher em não querer procriar. E por isso, relacionado com o assunto em pauta, que se dão os posicionamentos de Albertino Marques contendo um forte teor das influências progressistas do Espiritismo.

Outro momento em que aparece o pronunciamento de Albertino Marques sobre o jornal “A Tarde”, foi em 02 de junho de 1970, quando apresentado um requerimento de sua autoria, solicitando junto à “Mesa que nos dirige os trabalhos [que fosse registrado] nos Anais da Casa o oportuno artigo de autoria do Dr. Rizério Leite,<sup>237</sup> sob o título “Escalada contra a Distância [...]”.<sup>238</sup> A matéria aborda a construção de um novo trajeto com destino a Salvador partindo de Brumado a Milagres. O artigo apresentou um estudo minucioso “[...] com um respectivo gráfico – como podemos visualizar abaixo – mostrando o traçado da Rodovia de Brumado a Milagres, economizando-se cento e sessenta e cinco quilômetros.”<sup>239</sup> À época, os novos meios de transportes, ou mesmo o acesso por vias mais rápidas aos centros comerciais com “encurtamento da distância”, era visto também como a chegada do progresso à região,

<sup>235</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DEBRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 150.**

<sup>236</sup> Cf. AUBRÉE, 2009, p. 96.

<sup>237</sup> Já utilizamos as produções literárias de Mário Rizério Leite, quando no primeiro capítulo, trabalhamos a cidade de Brumado anterior a indústria.

<sup>238</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DEBRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 45.**

<sup>239</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DEBRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 45 v.**

perpassando principalmente o desenvolvimento econômico, ou mesmo como aborda o artigo: “O alto-sertão não poderá fincar à margem de qualquer projeto estadual de desenvolvimento econômico. E será imprescindível uma infra-estrutura (sic.) várias de apoio (sic.) às linhas-fôrça (sic.) de modernização.”<sup>240</sup>

A apresentação desses posicionamentos de Albertino Marques sobre leituras que havia efetuado e, através delas, expor o que acreditava ser a chegada do progresso à cidade, relacionado também como desenvolvimento econômico, traz indícios que nos permite uma análise quanto à sua atuação na Câmara, com apresentações de projetos que tinham como objetivos sistematizar uma logística de planejamento urbano para a cidade. Entendemos que sua atuação na Câmara foi perpassada pelo viés do progresso.

---

<sup>240</sup> LEITE, Mário Rizério. Escalada contra a distância. **Jornal A Tarde**, Salvador, 29 maio 1970.



A Câmara de Vereadores, no dia 13 de abril de 1967 em cumprimento à “Lei Orgânica dos Municípios” de ordem estadual, sendo o “[...] art.56 da Lei nº 140 de 22 de Dezembro de 1948 [...]”,<sup>241</sup>, designou que “[...] a mesa diretora dos trabalhos desta câmara, passaria a proceder à eleição nas diversas **comissões permanentes** que deverão ficar constituídas de acordo como que preceitua o art.57<sup>242</sup> do citado diploma [...]”,<sup>243</sup> Depois de compostas as comissões e efetuada as eleições, Albertino Marques assumiu as seguintes: a “[...] **2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis:** [fl. 131 v.] [e a] 5ª Comissão de Educação, Higiene e Estatística [...]”,<sup>244</sup> Desde então, essas duas comissões foram ocupadas pelo mesmo, de forma interrupta, durante todo o mandato. Esse posicionamento diz muito sobre o sujeito pesquisado, pois além da “Comissão de Educação” – que iremos abordar no último capítulo – a comissão que se relaciona com a redação de justiça explica, por exemplo, a crítica feita por ele direcionada ao Código de Posturas, antes mesmo da entrada na referida Comissão, demonstrando ser um conhecedor das leis municipais.

Sobre a crítica, apresenta indicação solicitando ao Prefeito a reformulação do “[...] **Código de Posturas** (lei nº 44), que, apesar de votado há mais de 40 anos, está ainda em plena vigência; [...]”<sup>245</sup> Interessante de se observar que depois da referida indicação em dia 1º de dezembro de 1966, sobre a impossibilidade de manter em vigência um Código de Postura do Município, considerada por ele como sendo “anacrônico” e causador de “incalculáveis prejuízos”, foi votado e aprovado no dia 13 de dezembro de 1966 o novo Código de Postura para o Município. O que leva a crer que foram as cobranças efetuadas pelo sujeito em estudo que impulsionaram a reformulação de tal código de leis que instituiu as normas para o funcionamento da cidade. Albertino Marques percebeu-se enquanto integrante de uma escala social ainda maior, sendo a partir dessas ações que entende o poder de transformação o qual repousa sobre a função do cargo de Vereador. Ele iniciou as apresentações de diversos projetos, que tinha por finalidade prestações de serviços públicos a comunidade ou ainda, uma sistematização organizacional para a urbe.

---

<sup>241</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 131.**

<sup>242</sup> Como consta no “Art. 57 - As comissões permanentes, encarregadas do exame e estudo dos assuntos submetidos à deliberação da Câmara, serão constituídas de três ou cinco membros, atendendo-se tanto quanto possível, à representação proporcional das correntes partidárias.” BRASIL. Decreto-lei nº140, de 22 de dezembro de 1948. Lei orgânica dos municípios. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 22 dez.1948. Disponível em:< <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85487/lei-140-48>> Acesso em: 27 jan. 2016

<sup>243</sup> Grifo nosso. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 131.**

<sup>244</sup> Grifo nosso. Ibid., fl. 131 – 131 v.

<sup>245</sup> Grifo nosso. Ibid., fl. 102.

Ainda sobre o assunto leis e as questões de normas de condutas de vivências na cidade, Albertino Marques apresentou um requerimento à Câmara em 15 de maio de 1968, “[...] no sentido de que seja oficiado ao Exmº Sr. Chefe do Poder Executivo, solicitando que seja posto em execução o disposto do Art. 48 capítulo IV, da Lei nº 317, de 13 dezembro de 1966 (Código de Posturas dos Municípios), pelo que justificou da tribuna [...]”<sup>246</sup> Em conferência ao Código de Posturas mencionado no requerimento. O capítulo IV normatizou a higiene da alimentação e o artigo 48 vetou o consumo carne fresca de bovinos, suínos ou caprinos que não tenham sido abatidos em matadouro sujeito à fiscalização.<sup>247</sup>

Mesmo que os assuntos referentes à alimentação como o consumo de carnes seja matéria que se deva destinar esforço no sentido de controle de qualidade, pois é uma questão de saúde coletiva, por isso justifica a apresentação do requerimento. Mas essa postura de investigação está para além de preocupações com a saúde coletiva, pois foi com esse posicionamento que Albertino Marques iniciou o processo de cobranças ao trabalho do Prefeito, o que desembocaria em conflitos, caracterizando o seu mandato, como também uma relação direta com a exequibilidade do Código de Posturas dos Municípios, do qual ele foi um dos principais fomentadores na aprovação e por isso do empenho em por em prática na cidade de Brumado.

Quanto a atuação de Albertino Marques destinada ao planejamento urbano, pode-se elencar “Projetos de Leis” não somente destinados à urbanização da cidade mas também projetos que estiveram pautados na organização e logística do espaço urbano, a exemplo do comércio. No período do mandato, entre 1965 a 1971, foram encontrados registros, a exemplo da apresentação de “indicação” com o interesse de sugerir ao Poder Executivo “[...] a necessidade de criação do cargo de **Chefe Dos Serviços Urbanos**, aproveitando-se nessa função pessoa possuidora de capacidade compatível com o cargo, mediante contrato por tempo determinado e com o salário mínimo vigente na região [...]”<sup>248</sup> A sugestão tinha por objetivo a contratação de um funcionário especializado em organização do projeto de urbanização, alegando que “[...] o crescimento de nossa Cidade está a exigir um tratamento mais condigno por parte dos Poderes Públicos Municipais [...]”<sup>249</sup> Na mesma perspectiva, em decorrência do desenvolvimento econômico e crescimento da cidade, a questão da

<sup>246</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 160 – 160 v.

<sup>247</sup> Código de Posturas do Município de Brumado. Lei Nº 317, de 13 de Dezembro de 1966, p. 7.

<sup>248</sup> Indicação apresentada em 11 de julho de 1967. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>249</sup> Ibid.

funcionalidade do Mercado Municipal, com “[...] a construção de um sanitário Público, no pateo (sic.) externo do mercado municipal, [...]”<sup>250</sup> ou no que concerne a higienização do espaço “[...] solicitando-lhe providências que estão sendo exigida (sic.) pela higiene, no sentido de que seja feito com a possível urgência, o saneamento do pateo (sic.) do Mercado Municipal desta Cidade, através de calçamento com peralepipedos (sic.) [...]”,<sup>251</sup> que mesmo sendo tratado por ele no requerimento como sendo questão de higiene, não deixa de ser também referente à logística e beneficiamento do ambiente de trabalho.

Ainda sobre o planejamento urbano, Albertino Marques apresentou “indicação” a respeito da “necessidade da imediata estruturação”<sup>252</sup> do sistema de iluminação pública. Como sempre a sua petição estava embasado nas leis vigentes no País, mencionando artigos da Constituição e também decretos municipais para justificar sua cobrança, mostrando ser um conhecedor e leitor das leis. Com “[...] a aquisição de 3 novos motores para o serviço de iluminação [...]”,<sup>253</sup> pela administração do Prefeito *Dr. Juracy Pires Gomes*, Albertino Marques endereçou a cobrança ao executivo, sugerindo que “[...] seja organizada aquele setor, como órgão autônomo, com quadro de pessoal e remuneração próprios [...]”.<sup>254</sup> Como fica visível sua interferência não se restringia somente nas questões da pura cobrança de funcionamento e agilidade na prestação do serviço que já existiam condições para tal, mas também, em propor autonomia no sistema de administração, como a sugestão da criação de um setor destinado exclusivamente para a iluminação.

Ao trilhar os “rastros” deixados pela trajetória de Albertino Marques, ficou evidente que a sua atuação foi múltipla. Ele se envolveu com diversos projetos, ocupou muitos espaços. Sua participação na Câmara não foi diferente, já que propôs projetos em distintas áreas para a cidade, como a que se segue. Em decorrência da vinculação com A Liga Desportiva Brumadense (LDB), Albertino Marques propôs, junto ao “Chefe de Executivo Municipal “[...] no sentido que [fosse] pleiteada ao Governo de Estado, uma Estação Rodoviária, no terreno anteriormente destinados aos jogos esportivos, por motivo de estar sendo construído um novo Estádio no bairro do ‘Campo da Aviação’ [...]”.<sup>255</sup> A sugestão da

<sup>250</sup> Projeto de Lei nº 67/66, apresentado a Câmara em 13 de Outubro de 1966. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 84.**

<sup>251</sup> Requerimento apresentado, em 14 de Novembro de 1967. Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>252</sup> Indicação apresentada em 22 de Abril de 1968. Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa:

<sup>253</sup> Ibid.

<sup>254</sup> Ibid.

<sup>255</sup> A apresentação da indicação ocorreu em 26 de maio de 1970. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 42 v. – 43.**



construção de uma Estação Rodoviária só foi possível pelo seu envolvimento com a LDB<sup>256</sup>. Ele esteve atento às possibilidades da construção de um novo estádio e à transferência do local para a prática do esportes. Nas palavras do próprio Albertino Marques, “[...] com a transferência do local de nossos jogos esportivos, ficará vago o atual campo”.<sup>257</sup> Assim, recomendou que fosse destinado para outra função, tendo em vista a logística e o transporte rodoviário priorizando o fluxo de pessoas e a comunicação com outras cidades vizinhas. Não perdendo de vista que todo o envolvimento de Albertino Marques com o planejamento urbano também está perpassado pelas ideias de progresso discutidos anteriormente.

A preocupação de Albertino Marques referente ao planejamento urbano não ficou restrito somente a Brumado, também direcionou sua atenção às demandas aos distritos, como no caso das vilas, onde teve uma atenção maior nas construções de escolas, a qual comporá o mote de análise do último capítulo. Voltando ao tema planejamento, não ficaram de fora questões estruturais das vilas, a exemplo o “Projeto de lei nº 75/66” que autorizava crédito a ser “[...] destinados aos reparos do mercado e cemitério municipais na sede do distrito de Ubiraçaba [...]”.<sup>258</sup> É possível que esse afinco e comprometimento com projetos dessa ordem sejam também pela procura dos próprios moradores desses lugares. Levando em consideração as dificuldades de acesso a essas regiões à época, Albertino Marques provavelmente não pôde visitar todos os lugares que lhe almejava assistência no período do mandato.

Caminhando na mesma linha, para o espaço urbano, Albertino Marques também apresentou uma “indicação” solicitando ao Prefeito a “construção de novo (sic) cemitério nesta cidade”. A solicitação é importante por se tratar de um documento que usou como justificativa do pedido uma análise do contingente populacional da cidade. Segue o argumento; “[...] o cemitério municipal desta cidade foi construído há cerca de meio século, quando não contávamos aqui nem mil habitantes; [...] ao ser a mesma cidade habitada por calculadamente vinte mil pessoas, continua sendo utilizada a mesma necrópole [...]”.<sup>259</sup> A menção feita por Albertino Marques da construção de um novo cemitério está relacionada à análise do planejamento urbano em sintonia com o número de habitantes para o período.

---

<sup>256</sup> Sobre a Liga Desportiva Brumadense, retomaremos posteriormente referendando a participação de Albertino Marques nesse órgão.

<sup>257</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>258</sup> Projeto apresentado em 27 de Outubro de 1966. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 85 v.**

<sup>259</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

Em 12 de novembro de 1968, Albertino Marques apresentou uma indicação de número 64/68 que tinha como objetivo a criação de um programa de rádio com a finalidade de possibilitar o diálogo com a população, utilizando o serviço de alto-falantes já existente na urbe. Inicia o seu texto com a justificativa de que a cidade de Brumado “[...] pelo seu grande desenvolvimento, aumenta também os problemas administrativos [...].” O trecho reafirma o que foi salientado anteriormente sobre a expansão da cidade, advindo da mineração e da indústria, constatado o desenvolvimento da cidade. A argumentação em defesa da proposição do programa de “[...] Informações e Reclamações Públicas através do serviço de alto-falante ‘Divulgadora de Brumado’ [...]”<sup>260</sup> é interessante pois nos permite observar que o sujeito em estudo esteve envolvido e preocupado com a inexistência de comunicação do Poder Executivo com a população. Em suas palavras, o “[...] Poder Executivo não pode continuar divorciado do nosso povo, mormente daqueles que sufragaram o nome do ilustre Chefe do Poder Executivo, Dr. Juracy Pires Gomes [...]”<sup>261</sup>

É notório que a crítica velada, mas um tanto ácida, foi endereçada ao governo vigente. Mesmo que a redação da “Indicação” não chegasse ao Prefeito, sendo somente destinada ao Poder Executivo, a redação depois de passada pela Câmara, provavelmente não foi conhecida pelo Prefeito. Em continuidade com o argumento, completa; “[...] tal situação não pode perdurar, de vez que, assim acontecendo, faz distanciar o Poder Executivo dos seus munícipes [...]”<sup>262</sup> Entende-se que em razão do projeto de conceder voz ao povo perante a administração pública é também encarado nessa pesquisa como outra maneira que Albertino Marques encontrou de expor sua insatisfação com o Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes. Segue o fragmento com a explicação do “serviço de alto-falantes ‘A Divulgadôra de Brumado’”.

[...] finalmente, que a solução estará na organização de uma seção de Informações e Reclamações Pública, para cuja execução se compromete o edil Albertino Marques Barrêto, em caráter gracioso, êste é, sem nenhuma remuneração, para através do serviço de **auto-falantes**. “**A Divulgadôra de Brumado**”, no horário que é facultativo à Prefeitura Municipal de Brumado, responder as **consultas** como também encaminhar ao Sr. Dr. Prefeito, as **reclamações** que se apresentarem para as necessárias providências; contando para isso com a colaboração da Secretaria da Prefeitura, através do seu setor de Relações Públicas.<sup>263</sup>

<sup>260</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 104 -104 v.

<sup>261</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>262</sup> Ibid.

<sup>263</sup> Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970. .

Diante do que ficou visível da atuação de Albertino Marques enquanto político, essa proposta do programa de comunicação entre o poder público e o povo não soou estranho ou destoante de sua prática, pois durante todo o seu mandato o trabalhador e os mais pobres estiveram presentes na representação de seus projetos. Foi esse serviço que possibilitou consultas como também reivindicações dos direitos, mostrou também do empenho e disponibilidade em estar a serviço da população. Mostra, ainda, o exercício da filantropia e o cuidado com os pobres de um político comprometido com a visão de mundo espírita.

Ante as múltiplas funções que Albertino Marques exerceu não ficou de fora na Câmara a retomada da problemática saúde do município. Retomada, por anteriormente em companhia da diretoria do CEF desenvolveu ações no que tange ao assunto, o já apresentado “Ambulatório Médico Dr. Bezerra de Menezes”. A interferência de Albertino Marques se deu também na Fundação Hospitalar de Brumado, que tinha por incumbência a administração da construção do hospital no município, advinda dos “louros” colhidos da viagem a Brasília do Prefeito, Dr. Juracy Pires Gomes, com a aquisição de apoio e fundos para a execução do sistema de saúde do município.

[...] alegando que tendo encontrado as obras do hospital paralisadas por falta de verbas, resolveu com outros companheiros organizar no campo esportivo, algumas competições em benefício da Fundação Hospitalar para que se consiga pelo menos pôr em funcionamento um pavilhão, evitando desta forma a deterioração (sic.) completa do que já está pronto [...].<sup>264</sup>

Devido à falta de verbas, a construção do hospital foi paralisada e Albertino Marques tinha como interesse o término da construção da Fundação Hospitalar. Segundo as fontes, ele retomou o seu projeto inicial de melhoria no atendimento de saúde à população da cidade, como foi o funcionamento do Ambulatório Médico Bezerra de Menezes, vinculado ao Centro, que havia encerrado as atividades em 31 de janeiro de 1963. Mas o cenário que se apresentou foi completamente diferente do de outrora, mesmo que não seja a retomada de seu projeto original, com vínculo do CEF, caminhou no mesmo campo de atuação, a saúde.

O cenário se modificou porque, se valendo de outras relações, depois de ter ocupado espaços de poder e galgado influência com a sua atuação, ele conseguiu utilizar de outros meios, além da Câmara, para executar suas propostas. Não é explicitamente exposto no fragmento qual instituição esteve envolvida com a organização do “campeonato esportivo”

---

<sup>264</sup> Comunicado feito por Albertino Marques na reunião em 05 de maio de 1970. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 33.**

com a finalidade de arrecadar verba para a Fundação Hospitalar de Brumado, mas em contato com as atas da “Liga Desportiva Brumadense” notamos que houve o evento foi realizado. Portanto, o que ficou evidente é que Albertino Marques, diferentemente do resultado anterior de finalização do projeto do Ambulatório, utilizou todos os meios para desenvolver o seu “projeto de mundo”.

#### 4. CAPÍTULO III – DA LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES AO CONFLITO ENTRE SEUS ADVERSÁRIOS POLÍTICOS EM DEFESA DO ESTADO DE EXCEÇÃO

##### 4.1 A Liga Desportiva Brumadense.

Iniciamos o capítulo analisando o envolvimento de Albertino Marques com a classe trabalhadora de Brumado, assim como os mecanismos que ele utilizou para alcançar tal segmento da população da cidade. Buscamos vislumbrar sua atuação na Liga Desportiva Brumadense (LDB), que tinha como finalidade tanto o lazer e a recreação dos trabalhadores, quanto atuar como instrumento de luta para a conquista de melhores condições de vida.

Analisaremos, ainda, o empenho de Albertino Marques em sua atuação na Câmara de Vereadores, onde procurou aprovar projetos voltados às demandas dos trabalhadores. Para entender essa motivação, precisamos considerar a época antes da chegada de Albertino Marques a Brumado, quando ainda era funcionário da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro;<sup>265</sup> este período da trajetória de Albertino Marques será aqui esboçado em associação com o conceito de “experiência” do historiador E. P. Thompson.

Para Thompson, a “[...] ‘experiência’ [...] foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, estruturada em termos de classe e, conseqüentemente, o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’[...].”<sup>266</sup> O autor explica que a consciência de classe se constrói a partir da experiência do indivíduo, nas vivências e necessidades materiais do grupo ao qual se insere. Portanto, a consciência de classe nasce das condições materiais.

No caso da formação da consciência de classe dos trabalhadores de Brumado, provavelmente se forjou em função das necessidades dos operários da ferrovia de se organizarem em luta por aquisições de direitos que lhes foram cerceados. Portanto, é possível entender que a interação de Albertino Marques com a classe trabalhadora da cidade adveio

---

<sup>265</sup> Sobre o trabalho de Albertino Marques na ferrovia, esclarecemos que em se tratando do período anterior a década de 1940, momento em que o sujeito havia sido operário das linhas férreas, tivemos pouco contato e conhecimento das fontes, senão através da metodologia da História Oral, noticiado pelos entrevistados que Albertino Marques havia passado grande parte de sua vida trabalhando na Ferrovia “Leste” e como tal, na condição de trabalhador, manteve contato com a classe de ferroviários, o que possibilitou as vivências e “experiência” da vida de operário.

<sup>266</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 189.

das suas experiências do momento em que no seu espaço de luta surgiam necessidades.

Thompson esclarece ainda:

[...] Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.<sup>267</sup>

O fragmento apresentado esclarece muito do posicionamento de Albertino Marques em sua trajetória, pois como a formação intelectual e moral do sujeito é anterior à sua chegada à cidade, isso lhe proporcionou um cabedal de conhecimentos, interesses e motivações. Dito isso, é provável que em seu trânsito por espaços de poder, a exemplo da Câmara de Vereadores, valendo-se do “poder simbólico” adquirido em decorrência da sua prática enquanto homem religioso, como também da experiência outrora pertencente à classe de ferroviários, tenha estimulado a tomada para si da responsabilidade de suprir as necessidades da classe trabalhadora brumadense, aprovando projetos, lutando por direitos e organizando interesses comuns. E é por isso que utilizamos aqui esse conceito, pois a experimentação da experiência vivida por Albertino Marques é a todo o momento em sua trajetória apresentado em forma de ações.

Cumprido esclarecer que a abordagem da participação de Albertino Marques na Liga Desportiva Brumadense (LDB) será aqui associada à sua atuação na Câmara de Vereadores de Brumado, por entender que o trânsito pela LDB, em algumas situações, passou a ser extensão da Câmara e vice-versa.

Conforme relatado em capítulo anterior, o primeiro “Projeto de Lei”<sup>268</sup> apresentado à Câmara por Albertino Marques foi destinado à LDB, evidenciando a prioridade e o seu envolvimento com essa instituição. Mas, antes de um aprofundamento do desempenho de Albertino Marques na Liga,<sup>269</sup> apresentaremos, de forma breve, como funcionava essa instituição.

<sup>267</sup> THOMPSON, 1981, p. 189.

<sup>268</sup> Projeto de Lei nº 40/65, apresentado em 4 de novembro de 1965. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 23.**

<sup>269</sup> Optamos no decorrer do texto tratar a Liga Desportiva Brumadense (LDB), somente por Liga, em busca de facilitar a leitura.

A instituição congregava reuniões de clubes de futebol, com significativa frequência. Ela era administrada por um sistema organizativo de composição de chapas que, por meio de eleições, disputava os cargos da diretoria, ao qual se ocupava da promoção dos trabalhos referentes à prática esportiva. Assim sendo, as constantes pautas de reuniões giravam em torno dos seguintes temas: promoção de campeonatos, os resultados, a formação do quadro de arbitragem, como também as eleições das chapas e as bandeiras de luta da entidade, a exemplo a aquisição de um estádio. A Liga era majoritariamente composta por trabalhadores autônomos e operários, a exemplo da composição organizativa, as chapas para disputas das eleições, como o Clube Magnesita E.C. (Magnesita Esporte Clube),<sup>270</sup> portanto o time de futebol era formado por operários que trabalhavam na indústria.

A chapa apresentada para a eleição do dia 16 de março de 1966 foi organizada pelo Clube Magnesita E.C e composta pelos “[...] seguintes nomes: Para presidente, Pedro Amaral Silva, para vice-presidente Albertino Marques Barrêto [...]”<sup>271</sup> Ainda que o sujeito em estudo nunca tivesse sido operário da Magnesita, esteve na composição da chapa do clube da empresa, concorrendo à vice-presidência. Mesmo não pertencendo organicamente ao Clube, a formação da diretoria não dependia necessariamente do pertencimento; tanto é assim que nas eleições de 19 de junho de 1966, Albertino Marques também disputou, compondo somente a Chapa 2,<sup>272</sup> sem vinculação com um Clube específico. A diretoria era apenas uma formalidade do funcionamento da organização, sem caráter partidário.

Nessa primeira eleição representando o Clube Magnesita E.C., Albertino Marques se elegeu vice-presidente, mas acabou por “[...] **renunciar o cargo de vice-presidente** por motivos que expôs de modo geral, inclusive de **está (sic.) sendo acusado de obstáculo para o bom andamento do esporte em nossa terra** [...]”<sup>273</sup> Não aparece quem foram os acusadores nem quais foram os motivos das acusações. O fato é que houve manifestações dos “[...] Srs. representantes dos Clubes ali presentes, mostrando-se completa discordância, entretanto o orador, que mantinha o seu pedido de renúncia, declarou ser irrevogável [...]”<sup>274</sup> O que deveria se desenrolar posteriormente era o afastamento do sujeito em questão, tendo em vista que ele considerava “irrevogável” a sua decisão. No entanto, nas reuniões subsequentes,

<sup>270</sup> Este clube, ainda hoje existe. Não mais tendo a Liga como aparelho organizativo, mas ainda promovem alguns campeonatos entre regiões circunvizinhas. Não fugindo a regra, continua sendo campeonatos promovidos pela classe trabalhadores para a classe trabalhadora.

<sup>271</sup> **LIGA DESPORTIVA BRUMADENSE. Arquivo pessoal de Antônio Torres. Ata. Livro único, fl. 10**

<sup>272</sup> Ibid., fl. 17 v.

<sup>273</sup> Grifo nosso. Ibid., fl. 10 v.

<sup>274</sup> Ibid., fl. 10 v

Albertino Marques acabou por assumir a Presidência da Liga por impossibilidade do candidato eleito permanecer no cargo.

Nas eleições de 20 de dezembro de 1967, “[...] procedida a votação e logo depois a apuração, constataram-se os seguintes resultados: Para Presidente, o Sr. Albertino Marques Barrêto [...]”<sup>275</sup>

Diante do envolvimento da personagem nos cargos da diretoria da Liga, percebemos que além do interesse pela prática do esporte e da interação com os trabalhadores, a Liga também se tornou um espaço de disputa. Tendo em vista o certame pela nova diretoria em 28 de Abril de 1968, concorrendo para a presidência da Liga, “[...] Ludgero Da França Ribeiro, com quatro votos: Albertino M. Barrêto, um voto. [...]” Ludgero Ribeiro venceu o pleito. Ele também era vereador pelo partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB),<sup>276</sup> portanto adversário de Albertino Marques na Câmara.

Ludgero Ribeiro não foi o único vereador a concorrer ao cargo de Vice-Presidente. Ary Castro, que obteve três votos e D. Ester Trindade, com um voto<sup>277</sup> também pleitearam o cargo. Ester Trindade Serra, que não venceu a disputa, à época era “Vice-Presidente” na Câmara de Vereadores de Brumado, e posteriormente veio a ser eleita Presidente da Câmara, sendo esse um dos motivos de conflitos entre ela e Albertino Marques. Diante desses antecedentes, é possível perceber que a tentativa em ocupar os cargos da diretoria da Liga era também disputa por poder e representatividade, não somente na LDB, mas principalmente no âmbito da política partidária.

Albertino Marques utilizou as atividades da Liga para arrecadar fundos para a construção e posterior manutenção da Fundação Hospitalar de Brumado e do sistema de saúde do município. Fechando a discussão referente à atuação de Albertino Marques na Liga, segue o registro em ata da reunião em 28 de Abril de 1968, na qual apresenta os preparativos para a execução das “competições em benefício da Fundação Hospitalar,”<sup>278</sup> sendo anunciado que o empenho seria “[...] para atender o compromisso de se realizar uma temporada esportiva, com jogos inter-municipais revertendo as rendas em benefício da Fundação Hospitalar de Brumado, instituição esta, que merece todo o nosso apoio [...]”<sup>279</sup> Ficando evidente que o

<sup>275</sup> Ibid., fl. 20.

<sup>276</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 139.

<sup>277</sup> Ibid., p. 139.

<sup>278</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 33.

<sup>279</sup> LIGA DESPORTIVA BRUMADENSE. Arquivo pessoal de Antônio Torres. Ata. Livro único, fl. 21 v. -



empenho em disponibilizar para a população um sistema de saúde adequado, reflete um interesse político do apoio do Estado ao hospital, mas também perpassa pelo desejo pessoal, bem como interesses eleitorais.

É “trilhando” a trajetória de Albertino Marques que percebemos que os seus atos estavam entrelaçados com o seu “projeto de mundo”, almejado com os fortes contornos do Espiritismo, já salientado anteriormente quando abordamos a categorização do trabalho espírita.

#### **4.2 O exercício legislativo de Albertino Marques e os projetos em benefício dos trabalhadores: “caberá a nós, legítimos representantes do povo”.**<sup>280</sup>

O contato de Albertino Marques com a classe trabalhadora brumadense se intensificou com a Liga, como já foi apresentado anteriormente e permaneceu durante todo o período que esteve exercendo o cargo de vereador. Muito dessa aproximação adveio de quando ele trabalhava na Leste, antes de sua chegada à cidade. Podemos conjecturar que a sua participação na Câmara é indissociável dos operários pela frequência com que eram apresentados projetos os quais tinham por objetivo melhores condições de trabalho, como aumento salarial, melhoramento das condições de trabalho, revisão do quadro funcional, dentre outros interesses. Lembrando que, em geral, as questões trabalhistas levantadas diziam respeito ao quadro funcional dos operários públicos, que mantinham estreita relação com a Câmara de Vereadores e de responsabilidade do Poder Executivo.

Sobre a atuação de Albertino Marques junto à classe trabalhadora, partiremos do geral para o particular, pois a ampliação da escala de análise permite-nos perceber que sua formação, no que tange ao assunto, ultrapassou a situação específica referente à cidade. A análise dos casos isolados demonstra que sua atuação esteve pautada no conhecimento das leis trabalhistas no âmbito federal. Como dito, Albertino Marques foi membro por interruptas vezes da Comissão de Constituição de Justiça e Redação de Leis. Como representante da comissão “[...] profériu (sic.) uma longa e interessante explanação sôbre (sic.) a complexidade de uma matéria, em face de sua **conflituação** (sic.) com **as leis trabalhistas**, de âmbito

---

<sup>280</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

federal sugerindo em vez de emenda, um substantivo a proposição [...].”<sup>281</sup> Depois dessa menção nas atas, não aparece qual foi o assunto que Albertino Marques fez as tais elucubrações, mas mesmo assim a alusão é válida, pois o sujeito fez referência e demonstrou conhecimento dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora de Brumado.

A preocupação com o operariado de Brumado esteve em suas atividades na Câmara, desde situações pontuais, tendo em suas demandas junto ao poder público desde reivindicações que tinham por finalidade as questões de preservação da integridade física do trabalhador, até questões mais amplas, de caráter estrutural, a exemplo da proposição de uma reforma no quadro funcional da Prefeitura.

Em 7 de dezembro de 1966, Albertino Marques apresentou o primeiro projeto relacionado às demandas dos trabalhadores de Brumado, requerendo “[...] gratificação, adicionais por tempo de serviços e abono de Natal [...].”<sup>282</sup> Notamos um forte vínculo com as influências do Espiritismo e as questões caritativas, pois como já foi evidenciado ao longo da dissertação, o sujeito não deixou de ser religioso somente por ter se tornado político, muito pelo contrário. Albertino Marques, independentemente do tempo de permanência na Câmara, não deixou de desenvolver projetos que tivessem o trabalhador como pauta, ao mesmo tempo em que apresentavam fortes características filantrópicas.

O abaixo assinado Vereador [Albertino Marques Barrêto], com assento nesta Egrégia Câmara, contando que não podem participar do Abono de Natal, os trabalhadores da Limpeza Pública requer à Mesa que dirige os nossos trabalhos, ouvido magnânimo plenário, que seja oficiado com urgência ao Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Chefe do Poder Executivo, encarecendo-lhe o desejo dêste colegiado, no sentido de ser fornecido aos humildes trabalhadores, como prêmio de Natal, **um uniforme completo, como sejam: Calça, Blusões e botinas para uso dos mesmos em serviço.**<sup>283</sup>

O “Requerimento” foi apresentado à Câmara em 10 de dezembro de 1968, ou seja, aproximadamente três anos de estada à frente do trabalho no Legislativo, Albertino Marques apresentava a solicitação em pauta por acreditar que as melhores condições de trabalho se davam também com o mínimo de assistência material. A petição se inseria, ainda, no sentimento de caridade espírita presente em seu pensamento.

<sup>281</sup> Grifo nosso. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 173 v. – 174.**

<sup>282</sup> Projeto de Resolução Nº 4/66. Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>283</sup> Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

Em continuidade às questões ao atendimento a classe trabalhadora, em dois momentos Albertino Marques saiu em defesa de operários a serviço do poder público. O primeiro, em 6 de Julho de 1967, quando questionou as ações do Poder Executivo quanto “[...] ao Guarda Noturno, Antônio José Agripino, admitido ao serviço em 1º de abril de 1954 [...]”<sup>284</sup> e que tinha sofrido “[...] afastamento dos serviços da referida Guarda Noturna Municipal [...]”<sup>285</sup> Como era de procedimento comum de Albertino Marques, sempre quando apresentava algum requerimento, projeto, indicação ou solicitação de averiguação de algum caso, os documentos eram construídos com muito embasamento e cuidado. Não foi diferente nesse caso, pois apresentou a data de contratação do operários e solicitou que fosse explicado os motivos do afastamento..

O segundo momento refere-se ao documento apresentando em específico ao caso do “funcionário desta Prefeitura Sr. MIGUEL GOMES LEITE”<sup>286</sup> da junta de serviço militar, ao qual, pelo tempo e dedicação ao serviço, deveria receber uma gratificação em seu salário. De acordo com o documento: “[...] há mais de cinco anos funcionando destacado na JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, deste Município sempre obtendo elogios dos seus superiores pela sua capacidade e esmero nos serviços a seu cargo [...]”<sup>287</sup> É utilizado como argumentação em favor do operário, além dos elogios, o trabalho noturno, destacando-se que, quando não podia, “pagou pelo seu bolso” para que outro assumisse o seu lugar. Albertino Marques questionou ao Prefeito o porquê de a gratificação ter sido suspensa de um projeto outrora apresentado por ele e dirigido à Mesa que coordenava os trabalhos da Câmara no sentido de “[...] que seja oficiado ao Exmº. Sr. Dr. Chefe do Poder Executivo, encarecendo-lhe (sic.) a necessidade de revisão do quadro funcional, para que, com JUSTIÇA e equidade, seja o mesmo funcionário elevado ao padrão 14 do quadro de funcionários desta Prefeitura [...]”<sup>288</sup>

As duas situações elencadas referenciam a atuação de Albertino Marques, marcada por ações em defesa dos direitos adquiridos por funcionários do poder público. Nesse sentido, fica claro a luta empreendida pelo sujeito estudado em garantir os direitos dos trabalhadores. Além dos dois episódios citados em que Albertino Marques reivindicou direitos para trabalhadores específicos, o vereador também reivindicou direitos para a coletividade dos trabalhadores de Brumado. O exemplo que segue é de um requerimento que tinha como público alvo os

---

<sup>284</sup> Grifo nosso. Ibid.

<sup>285</sup> Ibid.

<sup>286</sup> Redação como no original na abordagem da exposição de todo o documento. Data da redação do documento em 29 de maio de 1969. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>287</sup> Ibid.

<sup>288</sup> Ibid.

operários da limpeza pública. Nesse caso em foco, foi a solicitação junto ao Prefeito que por “[...] medida humanitária de pagar semanalmente aos servidores da Limpeza Pública os seus salários parciais equivalentes a sete dias trabalhados, para que assim possam prover às suas mais prementes necessidades e de suas famílias, cujo pagamento deve ter preferência a qualquer outro [...]”.<sup>289</sup> Aparentemente, o documento se constituía em uma petição que tinha por simples objetivo questões salariais, mesmo que a mudança de que o pagamento seja feita semanalmente tenha impacto significativo nas vidas dos trabalhadores. Mas o aspecto mais importante está na redação de Albertino Marques do mencionado Requerimento, pois mais uma vez aparece de forma evidente a prática permeada pelo sentimento de caridade.

Tomando conhecimento da situação aflitiva e de vexames que vêm passando os **serventuários da limpeza pública**, sujeitos a **adquirirem doenças** em consequência da natureza do serviço que executam, os quais, constantemente, ficam sem receberem o **abono semanal**, para atenderem às suas necessidades mais prementes, Requeremos à Mesa que nos dirige os trabalhos, ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmº Sr. Dr. Prefeito Municipal, encarecendo-lhe (sic.) a necessidade de ser dado **prioridade** no funcionamento de abono semanal aos referidos serventuários [...].<sup>290</sup>

Como ficou evidente, a reivindicação salarial foi o mote de uma discussão maior, por denunciar as péssimas condições de trabalho dos operários da limpeza pública, relatando ser um trabalho com periculosidade e que o mínimo a ser feito nas condições desses trabalhadores era prioridade no pagamento dos honorários. Mais um fragmento mostra como chegava a Albertino Marques essas demandas: “[...] assistimos os serventuários da limpeza pública se queixarem se não ter recebido o abono semanal [...]”.<sup>291</sup> Diante do exposto e levando em consideração o contexto em Albertino Marques foi trabalhador da ferrovia, vivenciando as “experiências” enquanto operário, é que fundamentamos a hipótese de que as reclamações dos operários possivelmente foram acolhidas por Albertino Marques nos próprios círculos dos trabalhadores, reuniões de operários que o mesmo frequentava. Além de demonstrar com sua prática uma tomada de responsabilidade sobre a classe trabalhadora, também direcionou ao documento as constantes críticas feitas ao Poder Executivo. Em suas palavras; “[...] ao nossa ver, com pouco de interesse por parte de quem compete distribuir a

<sup>289</sup> Posto em pauta de discussão na reunião do dia 16 de abril de 1968. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 42.**

<sup>290</sup> Requerimento datado em 16 de abril de 1968. Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>291</sup> Ibid.

aplicação das rendas da Prefeitura, possa atender esses pobres servidores, com justiça [...].”<sup>292</sup> Como ficou exposto, o autor critica o descaso e a falta de interesse do poder público em atender as demandas dos trabalhadores.

Selecionamos, para encerrar o tópico, duas situações na Câmara em que Albertino Marques buscou aprovações de projetos de leis que tinham por objetivo a melhoria da condição de existência do trabalhador. A primeira foi em 30 de maio de 1968, sendo o seu objeto de atuação o fardamento para o trabalho; “[...] ganhando o mínimo que pais de famílias podem adquirir para viverem, sem possibilidades mais âmplos, (sic.) pois registrarem-se os seus ganhos as necessidades alimentícias, achamos justo ampará-los no concernente a indumentária para o trabalho diário [...].”<sup>293</sup> Quando fez a reivindicação em busca da aprovação do “Projeto Nº 150/68”, questionou os salários recebidos pelos trabalhadores. Por isso, como forma compensatória a tal condição requereu as roupas para o trabalho.

O segundo caso em que Albertino Marques solicitou “[...] com urgência encarecendo-lhe (sic.) a adoção das seguintes providências que são consideradas inadiáveis: remessa a esta Casa de mensagem sobre (sic.) o justo aumento para os servidores. Através de diversos considerados [...].”<sup>294</sup> Na “seguinte matéria”, Albertino Marques defendeu a adoção do aumento salarial para todos os servidores do município, apresentando como questão de resolução emergencial, visto que em seu trabalho na Câmara tratou as questões trabalhistas sempre como prioridade.

Recorremos à redação completa do documento para perceber as nuances de suas considerações sobre o ponto em pauta, em que defende que o “[...] funcionalismo municipal, [...] vem percebendo vencimentos instituídos ainda pela lei de reclassificação de 1966 [...].”<sup>295</sup> Observamos que Albertino Marques buscou o embasamento nas leis municipais, tecendo crítica no congelamento salarial desde a “reclassificação” advinda da aprovação do Código de Postura do Município, trabalhado anteriormente. Ele também se cerca de informações no âmbito nacional quando afirma que “[...] os Governos da União e do Estado já estudam um aumento de vencimentos dos seus servidores, visando a atender-lhes a justa reivindicações [...].”<sup>296</sup> Por fim, Albertino Marques situa o lócus do problema no município, mostrando como

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>294</sup> Indicação nº 96/69, apresentada em 2 de dezembro de 1969. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 11 v. – 12.**

<sup>295</sup> Redação do documento em 2 de dezembro de 1969. Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado –

<sup>296</sup> Ibid.

“[...] a laboriosa classe vem enfrentando sérios problemas, diante de tão baixa remuneração [...]”<sup>297</sup>

Ao observarmos suas considerações sobre a reivindicações por melhores salários para o “funcionalismo municipal”, notamos o mesmo empenho observado no período em estudo quando o assunto eram questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores. Entendemos que também sejam reivindicações das próprias organizações dos trabalhadores, por Albertino Marques ter se tornado, ao longo de seu mandato, o representante da classe trabalhadora. Mais uma vez reafirmamos que é possível que tais demandas tenham sido colhidas em contato com os movimentos dos trabalhadores. Tais motivações se justificam pelo envolvimento contínuo de Albertino Marques com o ideal Espírita de caridade e também influenciado pela “experiência” com o movimento operário vivenciada outrora.

#### **4.3 A influência da Caridade Espírita no atendimento ao social.**

Como foi salientado anteriormente, Albertino Marques não “despiu-se” de suas crenças quando estava exercendo a função de político, pois como qualquer outro indivíduo a sua persona foi composta por suas experiências e existências. Não nomeamos a sua trajetória como política, religiosa ou mesmo intelectual, pois sua caracterização ficaria demasiada estreita e restritiva. Por isso foi mais eficiente pensar a trajetória de forma mais ampla, principalmente por Albertino Marques ter transitado por muitos lugares e ocupado diversos espaços na cidade de Brumado. Mesmo estando na Câmara, o projeto caritativo que desempenhou no CEF, reapareceu em suas atividades de vereador.

Em 23 de maio de 1967, Albertino Marques apresentou à Câmara uma indicação que tinha por finalidade sugerir ao Prefeito “[...] a necessidade de construir um **albergue noturno** nesta cidade [...]”<sup>298</sup> Novamente, com o intuito de compreender as motivações que levaram a apresentar a indicação e ter acesso aos argumentos utilizados para justificar a proposta, analisaremos o documento.

Albertino Marques apresentou dados referentes à cidade que nos auxiliam a ter uma ideia de como estava a urbe. No documento faz menção ao crescimento populacional como fundamentação para o que se propunha, dizendo “[...] que nossa cidade, já com cêrca de 15

---

<sup>297</sup> Ibid.

<sup>298</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 151.

mil habitantes, não possui ainda um albergue **para os necessitados** [...].”<sup>299</sup> Além de tecer uma análise sobre a localização geográfica, entendendo que a cidade se beneficiava economicamente por ser um ponto de convergência sobre o desenvolvimento proporcionado pela indústria e o transporte das linhas férreas. “[...] Considerando, finalmente, que Brumado, por se constituir um centro de convergência, conta grande número de indigentes, com tendência a aumentar [...].”<sup>300</sup> Para Albertino Marques, a causa do grande número de mendicantes pelas ruas estava associada à localização de Brumado na zona de convergência de várias vias de acesso das cidades vizinhas e com destino à capital Salvador. Além de destacar as causas do problema populacional, também sugeriu uma solução, qual seja, a construção do albergue.

O projeto apresentado à Câmara pode ser entendido como uma espécie de continuidade do projeto caritativo desenvolvido no Centro. O próprio vocábulo utilizado é significativo neste sentido. No documento, a justificativa para a construção do albergue é elaborada a partir da palavra “os necessitados”, aproximando-se bastante do sentido que era utilizado no CEF. Mas, além disso, também é interessante observar o trecho em que aborda o que estava ocorrendo na cidade, como um problema que devia ser resolvido. Segue o fragmento da fonte: “[...] Considerando que compete ao poder público, e particularmente a todos os cristãos, procurar uma solução para tão sério problema [...].”<sup>301</sup> Entendemos que essa era também uma tentativa de diminuir um problema social, a qual afetava a cidade, como a mendicância e a vadiagem pelas ruas da cidade. Portanto, para além do sentido religioso da dádiva, o projeto visava também o controle social.

Com o intuito de encerrar a discussão desse ponto, cabe apresentar uma mobilização que Albertino Marques empenhou em prol da intuição de caridade em funcionamento na cidade. Em reunião do dia 17 de dezembro de 1968, “[...] ocupou a tribuna para trazer ao conhecimento da Câmara que estava na iminência de ser fechada a **instituição ‘Bom Jesus da Caridade’** [...].”<sup>302</sup> Asseverando que seria de grande perda para os mais “necessitados” o fim das atividades da instituição. Como era comum em seus posicionamentos, encontramos a descrição do que estava levando ao encerramento dos trabalhos; “[...] porque, estando o prédio onde a mesma funciona em ruínas, não há mais condições de sua continuidade, pois

<sup>299</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>300</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>301</sup> Ibid.

<sup>302</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 117.**

sob alegação de não ter sido consentido o seu funcionamento no prédio da Rua Marcolino Moura, sua diretoria está resolvida a dissolvê-la [...].”<sup>303</sup> Com o problema estrutural apresentado e na impossibilidade da mudança de local, a eminência de findar a instituição era quase certa. Mas ainda existia uma esperança que era depositada no sujeito em estudo, pois em seu posicionamento na Câmara ficou evidente que a diretoria “[...] embora estivesse credenciado pela mesma [instituição ‘Bom Jesus da Caridade’] a apresentar o plano de aplicação, não o fazia hoje, pelo fato acima mencionado [...].”<sup>304</sup> O fato mencionado na fonte se tratava do não consenso entre os diretores da relocação da instituição para outro endereço. Assim, buscavam possíveis soluções que poderiam ser adotadas a partir daquela reunião. Também ficou evidente que a explanação de todo o caso confirma o encontro de Albertino Marques com a diretoria da instituição. E o próximo passo adotado pelos seus pares foi marcar uma nova reunião entre os responsáveis pela instituição ‘Bom Jesus da Caridade’.

A reunião aconteceu no dia posterior com a presença do representante da instituição a “[...] Presidente Prof.ª Stela dos Santos Azevedo [...].”<sup>305</sup> Também constou no ponto de pauta a formação de uma Comissão responsável pelas decisões a serem tomadas, a qual Albertino Marques também fazia parte por conta de seu envolvimento. Diante do problema, foi questionado a Stela Azevedo quais os trabalhos desenvolvidos e também quais os problemas enfrentados. Diante da narrativa da presidente, ficou aparente que a instituição exercia trabalhos destinados à internação de pessoas doentes para repouso e tratamentos. E dentre os problemas apresentados, para além do risco de desabamento do prédio em que funcionava, também contava com a insatisfação da população quando “[...] os vizinhos reclamavam contra o funcionamento da Instituição, alegando o receio de lhes ser transmitido moléstias contagiosas [...].”<sup>306</sup> Diante da função que exercia a Instituição “Bom Jesus da Caridade”, que se faz entender o interesse em que Albertino Marques nutria em não permitir o encerramento das atividades, pois se insere nas mesmas preocupações do atendimento à saúde do município. Isto é, sem dúvida, a composição do que seria para o sujeito em estudo os meios de minorar as dificuldades enfrentadas pelos pobres da cidade e assim colocar em exercício o que ele acreditava ser um projeto de sociedade mais justa.

No contexto em que estamos transitando, o que mais nos interessa é justamente perceber como Albertino Marques era visto na cidade. A senhora Stela Azevedo, que

<sup>303</sup> Ibid., fl. 117 v.

<sup>304</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 117.v.**

<sup>305</sup> Ibid., fl. 119.

<sup>306</sup> Ibid., fl. 119.



aparentemente não mantinha nenhum vínculo com o sujeito em estudo, mencionou em seu pronunciamento que havia “[...] pensado em depositar os seus destinos nas mãos do ilustre vereador que lhe interrogava, pois que já tenho êle (sic.) dirigido por quatro anos um ambulatório e sendo pessoa de espírito elevado era quem estava melhor indicado para dirigir a Instituição ‘Bom Jesus da Caridade’ [...]”<sup>307</sup> O “destino” mencionado pela Presidente esteve relacionado com o futuro do estabelecimento e pela experiência de Albertino Marques como o Ambulatório médico – dentário, Dr. Bezerra de Menêzes, estava depositando a administração do caso. O que não foi aceito, fazendo suas considerações sobre a indicação que foi feita a ele.

O Vereador Albertino Marques Barrêto, após tecer grandes elogios à Srta. Stela por sua atuação a frente da Casa de Caridade, disse não ter condições para assumir a sua direção, mas que aguardava a vinda do Prefeito, para ver o que resolveria, afim de que não fôsse (sic.) extinta uma obra que tantos serviços vinha prestando a pobreza.<sup>308</sup>

Novamente é visível o posicionamento de Albertino Marques frente às mazelas sociais. Retomando a questão levantada anteriormente, o sujeito em estudo continuou a exercer o projeto de caridade que vinha desempenhando no Centro, com a diferença do alargamento da escala de atuação, agora não mais circunscrito ao “campo religioso”, com um alcance maior a toda a cidade. Quanto ao resultado da Comissão e da dita reunião, não foi possível perceber se gerou resultados a movimentação provocada por Albertino Marques, pois não foi encontrado fontes que versassem sobre o posicionamento do Prefeito e a continuidade dos trabalhos da Instituição “Bom Jesus da Caridade”.

#### **4.4. O Estado: espaço de disputa.**

O que percebemos durante a exposição das propostas de Albertino Marques na Câmara de indicação ou requerimentos endereçados ao Poder Executivo é que foram sempre acompanhados de críticas, demonstrando uma insatisfação com o gerenciamento do município. Em decorrência das constantes disputas dentro da Câmara com seus pares, posteriormente vindo a ganhar uma proporção ainda maior com um desentendimento com o Prefeito, é que destinamos nesse capítulo um espaço onde discutiremos as questões de disputa

---

<sup>307</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl.

119.v

<sup>308</sup> Ibid., fl. 120.

no Estado. E iniciaremos apresentando Albertino Marques como um estrategista no espaço político; político *stricto sensu*.

Em 31 de agosto de 1967, o vereador Paulo Afonso Valverde Chaves e seus pares se juntaram “[...] para dando integral apoio à moção de confiança a Dr. Juracy Pires Gomes, de autoria do Vereador Albertino Marques Barreto, sugerio (sic.) que acrescentasse a essa merecida homenagem de se conferir ao homenageado [...] o título de Cidadão de Brumado.”<sup>309</sup> A estratégia era propor uma moção de confiança no mesmo dia em que apresentou um Requerimento com o objetivo de que “[...] officie ao Sr. Dr. Prefeito Municipal, solicitando-lhe que seja fornecido por cópia do contrato de serviço feito entre a Prefeitura Municipal de Brumado, e o Sr. Dernival Vieira Dantas.”<sup>310</sup> O documento afirmava confiança ao trabalho do Prefeito. No entanto, de imediato requeria uma prestação de contas com a finalidade de averiguar um contrato de serviço entre a Prefeitura e um sujeito prestador do serviço, porém não se sabe do que se tratava desta relação contratual. Mas, no mínimo, é uma situação contraditória e é por isso que visualizamos Albertino Marques enquanto um jogador, estrategista. Fazia um jogo de conveniências. Devemos considerar, ainda, que em decorrência desse posicionamento na Câmara, sua atuação político-partidária lhe rendeu também um título de cidadão brumadense.

Em vista de já ter proposto uma investigação das ações do Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes, Albertino Marques encontrou resistência entre os seus pares vereadores aos seus projetos apresentados à Câmara. A situação se agravou ainda mais, ficando perceptível após o pedido da prestação de contas, a exemplo do ocorrido em 21 de setembro de 1967 quando o mesmo “[...] não só ofereceu **emenda a proposição como ao substitutivo** da Comissão de Constituição Justiça e Redação de Leis de que é relator [...]”<sup>311</sup> Cabe-nos salientar que as atas não apresentam de forma clara do que se tratava a ementa substitutiva de Lei, mas mesmo faltando as “peças” que compõem “o mosaico”, está sendo utilizado aqui por trazer informações pertinentes sobre a atuação do sujeito na Câmara e também o quanto era inteirado com o que era concernente a redações de leis. Índícios apontam que se tratava do artigo 88 do Código de Postura do Município, pois o artigo foi mencionado sem ser referenciado em reunião posterior e que tinha como redação a proibição do depósito de

---

<sup>309</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl.172.

<sup>310</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>311</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl.180.

qualquer material (entulho) de modo a possibilitar obstrução de vias públicas.<sup>312</sup> Provavelmente Albertino Marques buscava flexibilizar esse artigo por alguma necessidade e/ou demanda, mas por conta do clima de conflito, foi vetado pelos vereadores.

No documento Albertino Marques aparece não só propondo a ementa, como também justificado sua defesa; “[...] discutindo com proficiência (sic.) e objetividade o assunto em causa e não obstante o espírito público das suas considerações em benefícios dos interesses (sic.) da Comarca [...].”<sup>313</sup> O que foram rejeitadas pelo Plenário “[...] por seis votos contra um, ficando assim, aprovado em segunda discussão o Projeto, o que motivou ao Vereador derrotado levantar verbalmente em protesto contra o comportamento do mencionado Plenário prometendo fazê-lo por escrito a próxima sessão [...].”<sup>314</sup> É notória o conflito que se estabeleceu no espaço da Câmara, o que nos leva a perceber que nem sempre a participação de Albertino Marques no Legislativo foi de consenso e clima amistoso.

Em outra sessão, ocorrida em dia 26 de setembro, não foi apresentado o protesto que Albertino Marques havia se proposto a fazer. Mas o que ocorreu foi que, por falta do segundo secretário que compunha a Mesa para a direção dos trabalhos, foi convocado a assumir o lugar o vereador Albertino Marques, causando novamente desacordo por parte do vereador Libânio da Silva Milhazes, alegando que “[...] assinaria a ata da aludida sessão, dando-lhe sua aprovação, mas pedia que constasse desta o seu protesto contra a irregularidade, verificadas nas sessões anteriores [...].”<sup>315</sup> A irregularidade foi o posicionamento de Albertino Marques quanto à mudança da Lei. O que seguiu desse fragmento apresentou a contestação da convocação do mesmo para o mencionado cargo naquela reunião. A argumentação utilizado por Libânio da Silva Milhazes contra a ocupação do cargo por Albertino Marques foi que quem deveria assumir seria o mais velho do recinto ou o mais bem votado e o mesmo não se enquadrava em nenhum dos pontos. Esse foi o cenário que se seguiu por muito tempo, até o fim do mandato em 1971.

Na seguinte reunião do dia 28, Albertino Marques se posicionou contra a aprovação de uma modificação na Lei 371 de 13/12/1966, sobre a mudança de horário de funcionamento do comércio local alimentício, das 8:00 às 18:00 para às 07:00 às 20:00 ferindo a lei federal. O Projeto que estava sendo contestado foi apresentado por Antônio Miranda Machado, no dia 31

<sup>312</sup> A redação no original. “Art. 88 – Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.” Código de Posturas do Município de Brumado. Lei Nº 317, de 13 de Dezembro de 1966, p. 13.

<sup>313</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 180.**

<sup>314</sup> Ibid., fl. 180.

<sup>315</sup> Ibid., fl. 181.

de agosto de 1967. Como era de costume, o referendo de Albertino Marques vinha embasado em leis que estavam vigentes à época: “[...] mostrou entre outras irregularidades que desaconselhavam a sua aprovação, o conflito da emenda esposada pela maioria da Câmara com determinados dispositivos do Código Tributário, cujas normas de origem federal não podiam ser revogadas [...]”<sup>316</sup> com a tramitação de uma lei de âmbito municipal, como era o caso em pauta. Diante dos conflitos que se seguiram, o que se observou das atividades da Câmara foi uma constante ausência das reuniões e seguidos pedidos de afastamento das atividades, alegando que seria “para tratar de interesses particulares”<sup>317</sup>. Por isso, esse pedido de afastamento se tratava muito mais de uma fuga dos trabalhos da Câmara, do que do aquilo que era alegado, pois foi comum os pedidos sucessivos de dispensa em divergências anteriores.

Duas indicações de autoria de Albertino Marques evidenciam o quanto era incisiva a redação dos documentos quando se tratava de cobrança ao Prefeito, além de sistematizar informações que permitem compreender as nuances da prática e entender um pouco mais acerca do sujeito em estudo. A primeira matéria consistia em cobrar do Poder Executivo a criação da “[...] instituição do cadastro geral de contribuintes [...]”<sup>318</sup> que tinha por finalidade arrecadação tributária do município.

O Cadastro Geral de Contribuintes, que ficou conhecido pela sigla CGC, foi instituído pelo governo da Ditadura Civil-militar em 1º de dezembro de 1964, entrando em vigor somente em 23 de novembro de 1965 com a publicação do decreto de número 57.307.<sup>319</sup> Foi um instrumento de transparência na arrecadação de tributos de pessoa jurídica nos estados brasileiros. Quanto à justificativa apresentada por Albertino Marques para a instalação da “instituição”, seguiu uma sequência de posicionamento demonstrando ser conhecedor do que se tratava e apelando sempre para as questões econômicas, afirmando que “[...] não mais se justifica o adiamento do problema [...]”, que a procrastinação em solucionar a demanda, nas palavras de Albertino Marques traria “[...] considerável prejuízo à municipalidade brumadense [...]”<sup>320</sup> E por fim, mostrando ser um conhecedor do assunto em pauta, ditou as

---

<sup>316</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl.183.**

<sup>317</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl.4 v.**

<sup>318</sup> Datação da indicação em 10 de outubro de 1968. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>319</sup> Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/71399-aprova-o-regulamento-do-cadastro-geral-de-contribuintes-em-relauo-us-pessoas-jurudicas.html>> Acesso em: 23 jul. 2016.

<sup>320</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

diretrizes para o trabalho da administração do Prefeito; “[...] sugerindo-lhe determinar a elaboração, pela setor competente, no prazo improrrogável de 30 dias, do cadastro geral de contribuintes, com discriminação de nome, endereço, (sic.) atividade comercial, início e nº do último conhecimento de pagamento de licença.”<sup>321</sup>

Na sequência, outro documento apresentado na mesma reunião da Câmara, sendo um complemento da primeira “Indicação” e seguindo o mesmo viés de cobrança a administração municipal, apresentou uma análise de como estava a situação econômica da cidade. Albertino Marques escreveu que “[...] o nosso município, pelo grande desenvolvimento econômico-financeiro que vem alcançando, requer uma efetiva assistência no âmbito fiscal [...]”<sup>322</sup> E com o objetivo de dar suporte ao funcionamento da “instituição do cadastro geral de contribuintes” e conseqüentemente o desenvolvimento econômico, continua defendendo sua proposição afirmando que “[...] a solução do problema estará na contratação de pessoa capaz para o provimento do cargo de Fiscal de Rendas do Município, cuja criação se impõe [...]”<sup>323</sup> O Fiscal de Rendas era responsável pela arrecadação dos impostos e por investigar que fosse equânime as cobranças, sem favorecimentos ou perseguições. Nesse posicionamento, fica perceptível que Albertino Marques argumentou a partir da racionalidade administrativa burguesa contra o patriarcalismo, sendo uma cidade do interior baiano, portanto recorrente do mandonismo exercido pelos descendentes de coronéis de outrora.

O sujeito em estudo tinha uma visão macro da administração da comuna, demonstrando ser um conhecedor não somente do desenvolvimento do município, como também das leis. A partir das fontes de pesquisa, ficou visível que dentre os vereadores de sua época, as proposições, as indicações e requerimentos foram superiores a dos seus pares. Nossa afirmação está embasada na pesquisa executada compreendendo sua atuação na Câmara, como também tomamos como parâmetro o Ofício Nº 112/68 de 4 de novembro de 1968, onde das cinco ementas apresentadas à Câmara, Albertino Marques ausentou-se apenas em uma, sendo duas dessas ementas de leis de autoria do mesmo sujeito.<sup>324</sup> Quanto à gestão do Prefeito, Dr. Juracy Pires Gomes, Albertino Marques teceu críticas referentes ao sistema

<sup>321</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>322</sup> Ibid.

<sup>323</sup> Indicação apresentada a Câmara em 10 de outubro de 1968. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>324</sup> Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

tributário do município, em discussão um tanto quanto contundente. Segue: “Considerando que não pode continuar **acéfalo** um dos setores mais importantes da administração.”<sup>325</sup>

Pela recorrência de dados nas fontes referentes às incisivas cobranças de Albertino Marques ao Prefeito, anteciparemos os embates que se seguiram motivados pelo descontentamento causado pelos requerimentos de autoria do mesmo nos estudos feitos sobre a administração da Prefeitura. Em 16 de outubro de 1969, foi apresentado à Mesa que coordenava os trabalhos da Casa Legislativa, um documento “[...] solicitando à Presidência no sentido de que fôsse (sic.) oficiado com urgência ao Prefeito Municipal, pedindo cópias e diversas informações sobre (sic.) atos do prefeito a partir de 7 de abril de 1967 [...]”<sup>326</sup> Se essa informação, que foi transcrita em ata, já causaria desconforto entre a relação já apresentada por conta da investigação do período de governo, o texto na íntegra foi mais incisivo, pois Albertino Marques não se conteve quanto às exigências feitas ao Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno, à Mesa que nos dirige os trabalhos, ouvido o plenário, se digne de oficialar ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando-lhe, com urgência, o seguinte:

- 1) – informação sobre (sic.) o custo do trator recentemente adquirido pela Municipalidade, indicando a firma vendedora;
- 2) – cópia de tôdas (sic.) as concorrências públicas e coletas de preços acaso realizadas a partir de 7 de abril de 1967, especificando as firmas vencedoras;
- 3) – cópia do ato que delegou poderes ao Sr. Secretário da Prefeitura para assinar ou visar cheques bancários;
- 4) – cópias das declarações de bens ao funcionários que exerçam cargos de confiança ou chefia.

Vale lembrar a implantação da recusa ao atendimento da presente solicitação: responsabilidade prevista no Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, art. 1º, XV combinado com o art. 4º, III.<sup>327</sup>

Como podemos observar no requerimento transcrito, Albertino Marques, no primeiro ponto, solicitou informação sobre a compra do trator, pedindo esclarecimentos quanto às contas e licitações da transação econômica. Mas para além desse processo, a fonte indica como andava acirrado o empenho em averiguar as relações econômicas da gestão do Município. É visível que existia uma desconfiança quanto à lisura do governo. Lendo as entrelinhas do documento percebemos que, muito provavelmente, havia um processo de

<sup>325</sup> Grifo nosso. Ibid.

<sup>326</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl.189**

<sup>327</sup> Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

corrupção por parte do Chefe do Executivo. Certamente, o pedido de averiguação feito por Albertino Marques, que solicitou ao prefeito declaração dos bens dos funcionários que exerciam cargos de confiança, não foi aleatório. Albertino Marques visivelmente estava confrontando poderes com o Prefeito e bancando uma ameaça.

Seguindo a indicação que o mesmo referencia em busca de respaldar a obrigatoriedade do envio do que é requerido, são notórias as ameaças e de como eram graves as acusações endereçadas ao Executivo, pois as leis mencionadas consideram a não prestação de contas como crime. Segundo o artigo primeiro, “[...] crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores [...]”.<sup>328</sup> Conjugando com o parágrafo que também é apresentado onde deixar “[...] de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei [...]”.<sup>329</sup> Ao fim, Albertino Marques, arrematando seu posicionamento frente à solicitação de investigação, mencionado o artigo quarto, abordou que as infrações estariam sujeitas à julgamento com a “cassação do mandato”. Portanto, não foi uma situação de contornos muitos fáceis após a investida contra o Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes. A situação apresentada mobilizou a Câmara em favor do Prefeito.

Depois de apresentado o requerimento, o documento chegou ao conhecimento do Prefeito, que se posicionou escrevendo um ofício destinado a responder as insinuações feitas por Albertino Marques quando solicitou esclarecimentos, como foi apresentado acima. Como de hábito, o vereador não compareceu à reunião em que foi endereçada a resposta das acusações que foram feitas implicitamente. Em contrapartida, oito vereadores, dentre eles três pertencentes ao Partido ARENA, o mesmo partido de Albertino Marques, apresentaram uma “moção de confiança” ao Dr. Juracy Pires Gomes.

[...] inspirados no mais sadio propósito, vêm prestar ao ilustre homem público Dr. Juracy Pires Gomes - Prefeito dêste (sic.) Município, cuja probidade e capacidade administrativa o povo já bem conhece, uma sincera homenagem de solidariedade e confiança na sua excepcional atuação à frente dos destinos desta terra salientando que acima do mérito de bom administrador, sobressai (sic.) a sua honestidade inatacável, no gerir a coisa pública.<sup>330</sup>

<sup>328</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências. **Decreto-lei**, Brasília, 24 de fevereiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0201.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0201.htm)> Acesso em: 17 maio 2015.

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> A votação da moção foi em reunião do dia 21 de outubro de 1969. Sendo os seguintes nomes que assinam o documento: “Adherbal Pereira da Silva [Arena], Paulo Afonso Valverde Chaves, Abdias Vieira Gomes, Ludgero

A repercussão do episódio supracitado foi significativa, tendo em vista a redação do documento destinado ao Prefeito. Entendemos que a elaboração do documento não foi espontânea, mas impulsionada e influenciada pelo próprio ofício de autoria do Chefe do Executivo. Os dois documentos foram apresentados na mesma reunião, sendo a moção apresentada anteriormente, na ordem de pauta. Ademais, é provável que Ester Trindade Serra, que à época era Presidente da Câmara, e no período da legislatura se desentendeu com Albertino Marques, tenha contribuído e motivado o empenho na construção da “Moção de solidariedade e Confiança”. Além, obviamente, da Presidente ter tido acesso em primeira mão ao referido ofício, reunindo outros vereadores para assinarem e endereçarem as homenagens e apoio ao Prefeito.

Como foi dito, o Prefeito, Dr. Juracy Pires Gomes, respondeu todas as inquirições feitas ao governo em se tratando das questões de administração econômica, com o “Ofício N° 117/69, datado de 21 de outubro de 1969”. Abordou todos os pontos solicitados, afirmando que já havia prestado contas no que tange a compra do trator, atendendo uma “solicitação do Vereador Antônio Miranda Machado”. Com veemência as “ameaças” de Albertino Marques foram rebatidas em ofício onde retrucava dizendo que a “[...] Prefeitura não viesse atender à sua solicitação, devo esclarecer que o Prefeito [...] não teme ameaças desta natureza e não vai atender, de agora por diante, a solicitação que venha por finalidade subverter a ordem administrativa, como é o caso do vereador solicitante. [...]”<sup>331</sup> A resposta elaborada na intenção do vereador tinha a finalidade de acusa-lo de subversão. Na redação o prefeito subscreveu o texto, possivelmente não o tenha redigido o documento, mas em continuidade desenvolveu seu argumento também embasado em lei federal, que não é somente o Prefeito que esteve sujeito à investigação e punição.

Porque, hoje, o Prefeito é criticado sistematicamente, é caluniado e injuriado, mas, os mesmos que hoje assim procedem já foram os primeiros a elogiar-lo, como consta dos anais desta Casa. Para outro lado, não é só o Prefeito que está sujeito a ser responsabilizado pelos seus atos. Também o Vereador solicitante, pela sua má fé nessa Casa, ao assumir contra o Prefeito, a atitude que assumiu, por despeito e por outros motivos inconfessáveis, está sujeito a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e

---

da França Ribeiro, Antônio Miranda Machado, Miguel da Mata Dias [Arena], Erico dos Santos Amorim e Ester Trindade Serra [Arena].” **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 191 - 191 v.**

<sup>331</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 191 v. – 192.**



poderá também perder o seu mandato dentro do mandamento [...] que o obriga a sujeitar-se a orientação dos órgãos de direção partidária, dos casos que forem estabelecidos pelo Diretório da Arena, por cuja legenda foi eleito, em decisão que adotar a maneira de seus membros.<sup>332</sup>

O fragmento acima faz referência ao elogio feito ao Dr. Juracy Pires Gomes, sobre a moção de confiança outrora apresentado à Câmara. O documento foi de autoria do próprio Albertino Marques ao Prefeito. Mas, como já foi elucidado, como estratégia do vereador em cobrar esclarecimento das contas do governo antes mesmo do conflito aberto, mostrando que o processo de investigação foi bem construído. Quanto ao restante do fragmento, a construção seguiu as mesmas linhas de posicionamentos que Albertino Marques fazia, embasado nas leis vigentes, esclarecendo, e de alguma forma, ameaçando que não era somente o Prefeito quem esteve sujeito à investigações e punições. E ainda acusa Albertino Marques de obstrução do andamento das atividades administrativas, ameaçando tomar providências junto à Diretoria do Partido ARENA.

Antes do conflito supracitado, Albertino Marques já demonstrava insatisfação com o andamento da gerência dos trabalhos da Câmara. O processo de eleições da diretoria evidencia esta insatisfação, quando em reunião do dia 13 de abril de 1967 Albertino Marques solicitou, por meio de requerimento, o registro em ata dos resultados das eleições para a presidência da Casa, sendo que nesse pleito ele havia concorrido ao cargo de 1º secretário,<sup>333</sup> não vencendo. Esse posicionamento de Albertino Marques de exigir o registro em ata foi uma forma que ele encontrou de protestar contra os resultados. Na eleição seguinte, de 7 de abril de 1969, o vereador voltou a pleitear a direção da Casa Legislativa, com a diferença que, naquele ano, disputou juntamente com Esther Trindade Serra, não alcançando vitória novamente. Nessa ocasião, o pleito foi marcado pela apresentação de duas chapas representantes do Partido Arena, observando-se que antes mesmo do embate de Albertino Marques com o Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes, o conflito entres os “signatários” do mesmo partido (ARENA) já existia. Na reunião do dia seguinte, o “[...] expediente constou da leitura do seguinte documento abaixo transcrito:

Os signatários da pesente, (sic.) representado dois têrços (sic.) da bancada da ARENA. Nesta Casa, vêm através dêste documento, externar o seu mais

<sup>332</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 191 v. – 192..

<sup>333</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 131 – 131 v.

veemente repúdio à aliança espúria, que a minoria, representada por **3 falsos arenistas**,<sup>334</sup> ainda uma vez teima em pactuar com declarados adversários da Revolução, estimulados pela conviência do Sr. Prefeito Municipal, aliança essa manifestada pelo eleição da Mesa, ontem realizada. Entre nós os defensores da Revolução patriótica, não há lugar para os inimigos, que sob o patrocínio de duvidosos correligionários, buscam refugiar-se na Arena. Sala das Sessões, 8 de abril de 1969. Assinados: **Albertino Marques Barrêto, Alcebino Souza Machado, Cotulino José de Souza, Libânio da Silva Milhazes e Odetino de Oliveira Meira.**<sup>335</sup>

O documento apresentado na reunião por parte da bancada “arenista” foi redigido por Albertino Marques e traz muitas informações sobre ele. Primeiro concernente ao tratamento agressivo aos três integrantes do partido que disputaram as eleições. Albertino Marques considerou a aliança entre a chapa adversária e o Prefeito como sendo espúria. Sobre esse pleito eleitoral, pelo que consta nos registros, venceu com uma diferença a mais de três votos. O “descontentamento e revolta” de Albertino Marques se deram, também, em função “[da] reeleição de três membros da mesa e – de maneira mais incisiva – por ter sido eleito para a segunda secretaria um membro do movimento Democrático Brasileiro o Vereador João Pires Gama [...]”<sup>336</sup> Quanto ao vereador João Pires Gama, ele ganhou visibilidade, incomodando Albertino Marques, por esse vereador ter pertencido ao partido do Prefeito (MDB). Diante dos embates de outrora, agudava-se ainda mais o conflito existente entre os membros do ARENA. Alegou Albertino Marques que a proximidade dos “falsos arenistas” com Dr. Juracy Pites Gomes, considerado por ele como “declarado adversário da Revolução”, tornavam todos inimigos da “Revolução patriótica”.

Encontramos, ainda, na redação original<sup>337</sup> do referido documento, dentre os nomes descritos no registro, o de Antônio Miranda Machado, outro arenista que não consta no fragmento supracitado e foi o único que não assinou o documento, provavelmente por não compactuar mais com os posicionamentos de Albertino Marques. Por fim, cabe-nos trazer para a apreciação o parecer de Albertino Marques sobre a auto intitulação de “defensores da Revolução patriótica”. A Revolução, abordada por ele, era como chamava a Ditadura Militar.

<sup>334</sup> Sendo pertencentes ao partido Arena e também composição da chapa para as eleições da Diretoria da Câmara o seguintes nomes: “Para presidente, Esther Trindade Serra, vice-Presidente – Adherbal Pereira da Silva, 1º Secretário – Miguel da Mata Dias”. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 136.**

<sup>335</sup> Grifo nosso. Ibid., fl. 138.

<sup>336</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 138 - 138 v.**

<sup>337</sup> Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

Em tempo, ressaltamos que enfrentando esse “terreno” de disputa na Câmara, Albertino Marques, do final de 1969 até o ano de 1970, apresentou junto à diretoria da casa legislativa 04 pedidos de licença, cerca de 30 dias cada, portanto 4 meses de licença. Mas quando averiguamos a sua presença nos registros das atas das reuniões durante o ano de 1970, percebemos a pouca assiduidade nos trabalhos da Câmara. Entre fevereiro e dezembro de 1970 consta que das 41 reuniões realizadas pela Câmara nesse período, Albertino Marques esteve presente em somente 12, aproximadamente 30% de frequência. Esses dados dizem muito sobre o distanciamento e a desistência de atuação nos trabalhos da Câmara. Após os constantes embates ocorreu também uma desmobilização no que se refere aos assuntos do Estado.

#### **4.5 Comunista ou apoiador da Ditadura Civil-militar?**

##### **4.5.1 “Ele era um comunista! Não era extremista, né? [...] Mais moderado, né?”<sup>338</sup>**

O fragmento que intitula o tópico sintetiza o contundente conflito entre Albertino Marques e outros integrantes da ARENA. A partir deste tópico será dada mais ênfase e tratado mais detidamente o posicionamento dele no que se refere ao apoio dado à Ditadura Civil-militar. Como já ficou visível no que foi apresentado até aqui, Albertino Marques concordou com o golpe de Estado dado pelos militares em 01 de abril de 1964. Para ele, o golpe teve um caráter salvacionista, sendo uma “Revolução patriótica”.<sup>339</sup> Além da mencionada posição visivelmente favorável de Albertino, também é de se considerar as ameaças endereçadas aos seus pares vereadores e ao Prefeito, pois, repetidas vezes nos desentendimentos na Câmara de Vereadores, Albertino Marques acusou os seus adversários de serem inimigos do que ele considerava como Revolução.

No entanto, durante as entrevistas realizadas foi mencionado por mais de um entrevistado que Albertino Marques era comunista, o que não se comprova nos pareceres, requerimentos e atas do Legislativo.

Dentre os nomes mencionados, deparamo-nos com a alusão a Érico Dias Lima, que era frequentemente mencionado como uma pessoa que deveria ser entrevistado em função de

<sup>338</sup> LIMA, Érico Dias. Érico Dias Lima: depoimento [fev. 2011]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2011. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.

<sup>339</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 138.

sua amizade com Albertino Marques e também pelo seu envolvimento com o Espiritismo. A entrevista foi realizada quando Érico Dias Lima tinha 93 anos. Apesar da idade avançada, o entrevistado relatou, de forma lúcida, a sua história de vida apresentando a sua longa jornada com a educação e sua experiência com o Espiritismo, mostrando que conheceu a doutrina espírita em suas andanças no período de sua formação educacional, portanto antes da chegada de Albertino Marques a Brumado, logo, antes da fundação do CEF. Expôs uma detalhada narrativa sobre Albertino Marques e uma relação de amizade e de encontros em sua casa com longas conversas.

Através de perguntas diretas, tais quais, “Quem foi Seu Albertino? O que ele fazia antes de chegar a Brumado?”<sup>340</sup>, sugerimos a Érico Dias que falasse sobre o seu amigo. As respostas foram meio vacilantes. Ainda recorrendo às memórias, Érico Dias afirmou: “Albertino foi um. Ele veio da, da. Ele era comunista, né?”<sup>341</sup> Com o intuito de confirmar e também averiguar o significado daquela resposta, foi questionado: “Comunista?”. E o que se segue são informações que, durante o período da pesquisa iria ser explicada, confirmadas ou refutadas no percurso de outras entrevistas e também **no** confronto com outras fontes.

Ele se dizia comunista, naquele tempo. E na época ele era mato-grossense, era mato-grossense. E lá, foram, fugiu pra Bolívia né? Acho que era Bolívia. Faz parte do Mato Grosso. [...] Não Mato Grosso do Sul, Mato Grosso. Divisa! É ali é divisa! Passou lá. Quando aquilo melhorou, é que veio e tal. Quando o Brasil voltou a normalidade, Dutra foi o primeiro Presidente. (inaudível) Dutra, aquela cambada toda, né? E ele apareceu aqui. Convidado por um rapaz da Magnesita. Ele era padeiro.<sup>342</sup>

No início do fragmento, o entrevistado expôs uma informação um tanto contundente e instigante, tendo em vista o arcabouço de conhecimentos que foi apresentado ao longo da narrativa da trajetória de Albertino Marques. Também é de considerar que quando realizamos a entrevista não havíamos encontrado fontes que coadunavam com o que tinha sido exposto por Érico Dias. Segundo o depoente, o próprio Albertino Marques se autodeclarava comunista, ponto ao qual retomaremos a seguir. Quanto a outros dados, como a referência de que Albertino Marques vivia em Mato Grosso, as entrevistas concedidas pelas duas filhas<sup>343</sup>, bem como o documento de identidade do sujeito confirmam como o que já referenciado

---

<sup>340</sup> LIMA, 2011.

<sup>341</sup> Ibid.

<sup>342</sup> Ibid.

<sup>343</sup> Foi referenciado anteriormente sobre as entrevistas realizadas com as duas filhas de Albertino Marques Barrêto, Marizete dos Santos Barreto de Oliveira, 58 anos e Celia dos Santos Barreto Brito, 54 anos.

anteriormente: que sua naturalidade era de Ladário (MT), corroborando com os dados apresentados por Érico Dias, sendo uma cidade que fazia divisa com a Bolívia, pois realmente é uma cidade que dista 12 Km da fronteira do referido país<sup>344</sup>, o que teria facilitado a “fuga” de Albertino Marques. Cabe salientar ainda que Érico Dias sugeriu que a aproximação maior de Albertino Marques com ideais do comunismo ocorreu na Bolívia, quando lá esteve exilado, no entanto, as demais fontes não confirmem tal assertiva sobre o exílio.

A informação que Érico Dias apresentou sobre a estada de Albertino Marques na Bolívia apareceu também nas entrevistas das duas filhas. Quando Marizete Barreto versou sobre a inteligência do pai, ela afirmou que Albertino Marques falava outra língua, que ficou evidente em sua exposição que era o espanhol. “Ele falava... ele falava aquela língua... acho paraguaio... ele falava, sei que ele fala pra gente... bastante enrolado aquela língua lá [...]”<sup>345</sup> O que Marizete Barreto traz é mais um indício confirmando que o sujeito ficou um tempo fora do País. Mas também não podemos deixar de considerar que seja possível que convívio de Albertino Marques com o idioma espanhol tenha sido pelo contato com paraguaios ou bolivianos, já que ele nasceu e cresceu na fronteira com esses países, refutando essa evidência. A outra filha, Célia dos Santos Barreto Brito, apresentou informações mais consistentes, desviando um pouco do que Érico Dias mencionou sobre a saída do país por fuga ou exílio motivada pela perseguição aos comunistas, ela apresenta uma versão, “[...] minha mãe contou o seguinte, que ele foi fazer um treinamento na Bolívia, aí que ele ficou, eu acho que ele não chegou ficar um ano não.[...]”<sup>346</sup> No desenrolar da entrevista, o treinamento é explicado como sendo em função do trabalho na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, antes mesmo da chegada a Brumado.

Desde a Revolução Russa em 1917 havia uma preocupação entre os setores mais conservadores da sociedade brasileira com a suposta ameaça comunista, ainda que, como afirma Rodrigo Patto Sá Motta, durante esse período os segmentos anticomunistas vissem o fenômeno do comunismo como algo distante da realidade brasileira. Ainda de acordo com Motta, o primeiro momento de anticomunismo agudo na história política do Brasil se deu após o “Levante de 1935”, sendo, portanto, o período que vai de 1935 a 1937. Não por acaso,

<sup>344</sup> Conferir essa informação no site da prefeitura de Ladário. Disponível em: <<http://www.ladario.ms.gov.br/pagina/historia>>. Acesso em: 27 fev. 2016.

<sup>345</sup> BARRETO, Marizete Santos. Marizete Santos Barreto: depoimento [dez. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.

<sup>346</sup> BRITO, Celia dos Santos Barreto. Celia dos Santos Barreto Brito: depoimento [fev. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.

o anticomunismo serviu como elemento justificador para o Golpe do Estado Novo desferido por Getúlio Vargas em 1937.<sup>347</sup>

Além disso, devemos levar em conta que as perseguições políticas também se direcionavam aos inimigos políticos, ainda que os sujeitos não tivessem vinculação alguma com o comunismo. A onda anticomunista passou a taxar de comunista qualquer um que se opusesse ao Governo. Diante do que Érico Dias expôs, a estadia de Albertino na Bolívia poderia ter ocorrido por conta das perseguições aos comunistas, mas outras fontes indicam que é pouco provável o exílio de Albertino Marques tenha se dado em função das investidas do Estado. O entrevistado situou o retorno de Albertino Marques ao Brasil, e posteriormente a chegada a Brumado, no período em que o Brasil voltou a “normalidade” institucional, quando da ocorrência das eleições de 02 de dezembro de 1945, as quais elegeram o general Eurico Gaspar Dutra Presidente da República. Lembrando que a entrevista de Érico Dias notifica também o período de chegada de Albertino à cidade por volta da década de 1940.

Se analisarmos a construção argumentativa de Érico Dias de maneira aligeirada, diante do arcabouço de informações apresentadas a respeito de Albertino Marques e da contextualização histórica, dentre outros dados, chegaríamos à afirmação precipitada de que o sujeito em estudo era de fato comunista. No entanto, não podemos desconsiderar a composição de outros indícios que figuram esse cenário histórico. Em sua narrativa, Érico Dias complementa que Albertino Marques havia sido vereador – lembrando que essa informação acerca da atuação enquanto vereador estava sendo o primeiro contato no percurso da pesquisa, e quando questionado se exercia as ideias comunistas em sua prática enquanto vereador, a resposta de Érico Dias transitou entre negação para a função de vereador, mas continuou insistindo que dentro de outros espaços transitados por Albertino Marques, o mesmo era comunista, a exemplo de como referiu aos trabalhos desenvolvidos no CEF.

Agora... A palestra dele era toda baseado nisso. No bem das pessoas, né? Ele também levou a alfabetização, ele é! Ele acha tudo. Ajuda mesmo! Tinha que dava também. Tinha o ponto de ajuda, de auxílio. (pausa em consulta da memória) Não aí já foi. Ele associava, ele levava. Não era só a parte Espírita.

O fragmento expõe o que Érico Dias acreditava acerca do questionamento feito durante a entrevista, qual seja, se Albertino Marques proferia os ideais socialistas e se o colocava em prática através das ações dentro do CEF. Diante da pergunta, disse que, através

<sup>347</sup> MOTTA, Rodrigo Patta Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. Introdução XXI.

das palestras semanais realizadas no Centro, o diálogo do sujeito com os frequentadores extrapolava os preceitos doutrinários do Espiritismo. Segundo ele, em suas palestras Albertino Marques professava os princípios do comunismo. O entrevistado mencionou, ainda, a realização do curso de alfabetização. Por fim, fez referência à assistência/caridade aos necessitados prestada por Albertino Marques por meio do CEF. É muito provável que as afirmações de Érico Dias queiram indicar que o sujeito era um “comunista moderado”, na medida em que correlacionou a prática da caridade espírita com os ideais socialistas.

Quanto à réplica de Érico Dias sobre o que foi interpelado acerca da atuação como comunista, sua fala também foi um tanto vaga e vacilante, pois foram intermitentes, com hesitações em afirmações. Afirmou, por exemplo, que Albertino Marques, na Câmara, não exerceu o posicionamento político ideológico de comunista. “Não, não. Aí não! Aí ele era mais, ele já sabia se fosse... Tinha de fato, se tinha aqui [...]”<sup>348</sup> Essa justaposição de frases só é entendida com a compreensão da ideia central do argumento apresentada pelo entrevistado. Diante do que desenrola na entrevista acerca da influência que o espiritismo exerceu em Albertino Marques, o entrevistado expõe que: “Ele tinha a visão, que ele já era Espirita, né? Ele tinha, ele era um comunista socialista. Era mais ligado as coisas mais do socialismo.”<sup>349</sup> Ou ainda, na mesma linha de pensamento, o entrevistado sugeriu um comedido posicionamento de Albertino Marques frente ao comunismo, e com uma definição mais concisa, afirmando que se dava porque era um “comunista mais moderado, né? Ele era um comunista! Não era extremista”.<sup>350</sup>

Quando analisamos a frase de Érico Dias em que este “pincela” assuntos que iriam ser abordados mas, de maneira inesperada, esquiva-se interrompendo a construção da oração, optamos por reescrevê-las colocando as possíveis ideias, diante dos indícios e pistas deixados durante a entrevista. O recurso contribuiu para auxiliar a compreensão da entrevista. Não devemos esquecer que justamente essas interrupções e moldagem da memória dizem muito sobre o processo de rememorar, como também do não-dito.<sup>351</sup> Adotaremos aqui a compreensão de memória elaborada por Michael Pollak, para quem:

<sup>348</sup> LIMA, 2011.

<sup>349</sup> Ibid.

<sup>350</sup> Ibid.

<sup>351</sup> “Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.” Cf. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. p. 8.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.<sup>352</sup>

Sendo assim, retomamos a frase de Érico Dias que informa: “Aí [na Câmara] ele era mais [contido]” ou pode ser substituído por moderado, como ele acabou afirmando no decorrer da entrevista. E continua: “[...] ele já sabia se fosse” [comunista] em exercício do cargo de vereador enfrentaria problemas, por conta das ações anticomunistas e as repressões exercidas pelos militares. E quando faz uma afirmação “[...] Tinha de fato [...]”, é possível que estivesse se referindo à existência do Partido Comunista em Brumado, ou de alguma organização com vinculação ao comunismo em que fosse possibilitado o contato de Albertino Marques. Mas de imediato na mesma frase, insere a possibilidade da dúvida, usando a partícula *se*, “[...] se tinha aqui [...]”.

Como bem considerou Michael Pollak, analisando o processo de intermitência, silêncio e interferência no relato da memória, “[...] há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos”.<sup>353</sup> O relato de Érico Dias evidencia a possibilidade da moldagem e interferência do que foi apreendido em sua memória, e é o que pressupomos ocorrer com o entrevistado quando vacila nas afirmações acerca da prática comunista de Albertino Marques na Câmara, remetendo a relação do que foi vivido e o que foi apreendido e aí circunda as interrupções nas afirmações. O entrevistado iria fazer uma afirmação sobre o pertencimento ao Partido Comunista, mas o que aprendeu com suas vivências mostra que o partido, à época em que estava se referindo, estava na ilegalidade e também pessoas estavam sendo perseguidas por vinculação ao comunismo. No âmbito do município não há indícios de existência de instalações da célula do Partido Comunista na cidade, portanto é pouco provável que tenha havido vínculo entre Albertino Marques e o PCB. Por isso, entendemos as intermitências e as paradas na fala funcionaram como meio de refazer a organização mental da frase, inserindo a negação.

---

<sup>352</sup> Ibid., p. 9.

<sup>353</sup> Ibid., p. 8 – 9.



Outro entrevistado que agregou mais indícios sobre a relação de Albertino Marques com o comunismo foi Valfrido Figueiredo de Carvalho.<sup>354</sup> A escolha desse entrevistado para compor o conjunto de fontes na pesquisa se deve ao fato de Carvalho ter sido o continuador do Espiritismo em Brumado, após a morte de Albertino Marques. No relato de sua participação como o novo responsável pelas atividades espíritas da cidade, o depoente enfatizou o protagonismo de seu exercício, quando tratou do esvaziamento do Centro e da possibilidade de fechamento das atividades, sendo assim Carvalho afirmou: “[...] então eu me senti no dever de trazer alguma coisa, me comprometi publicamente até em uma reunião doutrinária que as pessoas não ficassem apreensivas que a gente não iria fazer com certeza um trabalho a altura que seu Albertino vinha fazendo [...]”<sup>355</sup> Quando mencionou o “dever em trazer alguma coisa”, o entrevistado referiu-se a viagens que fizera antes de assumir a diretoria do CEF, com o intuito de visitar alguns Centros Espíritas pelo Brasil, com o objetivo de aquisição de conhecimento no que tange à administração de uma sociedade espírita como a que estava em pauta: o Centro Espírita Fraternidade.

Quando o assunto se estreitou, no sentido de tratar sobre a personalidade Albertino Marques, Carvalho, no processo de rememorar, trouxe novamente para suas memórias afetivas, narrando como foi e o que ocorreu quando os assuntos se relacionavam aos trabalhos desenvolvidos quando dirigiu o Centro após a morte de Albertino Marques. Relatou que o conhecimento da trajetória de Marques se deu por meio da relação de seu pai com o fundador do centro. Para entender de onde Carvalho fala, além do lugar de dirigente religioso, também é necessária a compreensão do contexto dessa aproximação entre o pai, Walfrido Vieira de Carvalho e Albertino. Quando Albertino Marques assumiu a suplência do cargo de vereador na Câmara em 1965, estava sendo o último ano do mandato de Walfrido Vieira de Carvalho.<sup>356</sup>

Novamente o comunismo voltou à pauta quando Carvalho abordou a relação de amizade de seu pai com Albertino Marques, afirmando “[...] e meu pai ainda lúcido me falou que ele era comunista, seu Albertino né, que os dois se davam muito bem tinham ideias socialistas, muito próxima, muito parecidas.”<sup>357</sup> O entrevistado comentou que os dois “foram perseguidos”.<sup>358</sup> Retoma a história de seu pai dizendo que Walfrido Vieira de Carvalho havia

---

<sup>354</sup>CARVALHO, 2011.

<sup>355</sup>Ibid.

<sup>356</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 12 v.

<sup>357</sup>CARVALHO, 2011.

<sup>358</sup>Ibid.

sido investigado pela Polícia Federal por ter participado como “[...] um dos fundadores do sindicato que tem hoje em Brumado né, que é ligado à Magnesita, sindicato dos mineradores [...],”<sup>359</sup> e pela participação com as atividades no sindicato era um nome que estava presente em “[...] um dossiê, [da Polícia Federal] tentando localizar o meu pai, achavam que ele já tava morto, que na lista lá do pessoal que perseguia, ele era uns dos que deveria morrer [...].”<sup>360</sup> Asseverou, ainda, que a família só teve conhecimento do que se tratava o documento posteriormente. Quando questionado o conteúdo e a finalidade do dossiê, Carvalho esclareceu: “[...] esse dossiê estava tentando mostrar assim, das pessoas marcadas para morrer, que eles tidas como comunistas [...].”<sup>361</sup>

Na narrativa de Carvalho, a menção do que tinha ocorrido com o seu pai, Walfrido Vieira de Carvalho, compunha o mesmo cenário pelo qual passou Albertino Marques, portanto as duas trajetórias estavam imbricadas, entrelaçadas pela forma do tratamento da memória dada por Carvalho. Como mencionado, ele relacionou as memórias sobre Albertino Marques com as suas próprias memórias afetivas. No desenrolar da entrevista, apresentou outra informação instigante, quando disse que havia encontrado uma “[...] carta de Carlos Prestes pra ele, [Albertino Marques Barrêto] eles se comunicavam frequentemente [...] E seu Albertino... Agora não lembro onde foi parar essa carta [...].”<sup>362</sup> A referida carta foi encontrada por Carvalho após ter assumido as atividades do CEF. A suposta carta, que poderia ser um documento importante para a nossa análise, desapareceu, segundo depoimento do Érico Dias.

Apesar da ausência física do comento, questionamos Dias acerca do conteúdo da missiva, ao que respondeu: “[...] Ah... ah! O teor assim de amabilidade né, hum... De assim idealista comunicando entre si né, tudo assim de confrades né, de pessoas que estavam assim buscando o ideal né, todos os comunistas eram profundamente idealistas [...].”<sup>363</sup> Sem muitas possibilidades de análises quanto a essa fonte, pelo acima exposto, fica na condição de mais um indício que fomenta a possibilidade de interpretação de uma aproximação de Albertino Marques com o comunismo, pois não á como não problematizarmos quais os motivos e interesses de trocas de cartas entre Albertino Marques e Carlos Prestes, caso a carta tenha realmente existido.

Diferentemente dos outros entrevistados, que foram elencados para as entrevistas por de algum modo terem mantido contato com Albertino Marques, seja por meio de relações de

---

<sup>359</sup> Ibid.

<sup>360</sup> Ibid.

<sup>361</sup> Ibid.

<sup>362</sup> Ibid.

<sup>363</sup> CARVALHO, 2011.

amizades ou como frequentadores do CEF, nosso próximo entrevistado <sup>364</sup> não manteve contato com Albertino Marques. Apesar da falta de proximidade, seu depoimento tem importância significativa, especialmente por se tratar de uma memória diferente das outras e não ter sido influenciado pela afetividade, pois foi alguém que se manteve distante e que o conhecia pelo espaço de sociabilidade do comércio da cidade. Segundo o relato: “[...] Albertino é porque, vamos dizer eu ... a senhora dele tinha uma padaria vizinho a minha loja, onde eu trabalhava, mas naquela praça de lá... então eu sempre via [...].” Na conversa transpareceu que o entrevistado não gostava muito do Espiritismo, por afirmar diversas vezes que era católico e não frequentava centros espíritas. Também aparentou não nutrir nenhuma afinidade por Albertino Marques. É válido ressaltar que o encontro com José se deu por intermédio de Antônio Torres, escritor de biografias de um jornal local, citado anteriormente.

A entrevista foi marcada por algumas exigências por parte do entrevistado. Ele não autorizou a utilização do seu nome de registro, por isso usamos nome fictício. Entendemos que essa postura foi motivada pelo fato do entrevistado usar um tom de maledicência ou denúncia, posicionamento que transpareceu em sua fala. O entrevistado salientou, “[...] eu sempre via assim as pessoas procurar, conversar com ele e ele até às vezes falava muito alto ele gostava de fazer para todo mundo ouvir [...]”. Quando José expôs que Albertino Marques apreciava ter plateia, não se caracterizava de forma elogiosa o apreço por público, transpareceu mais como uma crítica à necessidade de ser escutado.

Antônio Torres, ao lembrar da trajetória de Albertino Marques, mencionou-o como candidato a deputado estadual pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). “[...] Segundo informações, que podem não ser verossímeis, também foi candidato pelo PCB à disputa estadual, quando residia em Urandi, localidade onde trabalhou.”<sup>365</sup> Cabe considerar a hesitação do autor que chama a atenção que essa informação pode não ser verossímil, fato que merece ser levado em conta em nossa análise <sup>366</sup> Diante do conhecimento dessa leitura e em conversa com Torres, ele esclareceu que essa informação foi cedida por José. No instante da entrevista, demonstrou estar desconfortável em ceder o seu depoimento, mas depois de uma conversa explicando a finalidade de tal ação ele se dispôs a terminá-la. Quando interpelado sobre o vínculo de Albertino Marques ao comunismo, obtivemos a seguinte resposta: “O que

<sup>364</sup> O sujeito entrevistado, daremos pseudônimo de José, por não ter permitido que revelássemos sua identidade na exposição dos resultados da pesquisa.

<sup>365</sup> Disponível em: < <http://www.recantodasletras.com.br/biografias/4951486> >. Acesso 03 de mar. 2016.

<sup>366</sup> Uma pesquisa mais detalhada, como a visitas e consultas de arquivos do Partido Comunista do Brasil - PCB, referente a registro da possível candidatura de Albertino Marques a deputado, será feito a posteriori, em outro momento da pesquisa.

eu sei é o seguinte, no auge do comunismo, do partido, foi quando ele veio pra Brumado”. O que foi exposto pelo depoente sobre o período em que Albertino Marques chegou à cidade nos indica, como já mencionado anteriormente, que se tratava do período de acomodação da urbe, que em Brumado se deu por volta da década de 1940. Naquele contexto, o PCB passava por um momento de significativo crescimento, tornando-se um “partido de massas”, com um grande número de filiados e simpatizantes em várias partes do país. Portanto cabe situar as atividades do Partido, tendo em vista que o próprio entrevistado fez referência ao “auge” do PCB à época.

Em se tratando do “auge” do PCB, cabe lembrar que desde a precipitada Revolução de 1935,<sup>367</sup> o partido estava na ilegalidade e os comunistas perseguidos e presos pela ditadura varguista. Somente durante a Segunda Guerra Mundial, o movimento pelas ruas do Brasil em defesa da *União Nacional* e contra o nazi-fascismo foi encampado principalmente pelos integrantes do PCB. O partido, ainda na clandestinidade, passou a se reunir dentro da organização de luta antifascista e teve aí o início das reuniões dentro do próprio movimento de massas, possibilitando assim o prelúdio da saída da ilegalidade, logrando espaço e saindo “parcialmente da clandestinidade”.<sup>368</sup> Dentre o período de 1942 a 1945 foi uma instabilidade em torno da situação de legalidade, tendo momentos em que comunistas foram presos, organizações foram fechadas, a exemplo da sede da Revista *Seiva*.<sup>369</sup>

Em decorrência dos embates das organizações em torno da *União Nacional*, que exigiam do Governo Vargas o envio da força expedicionária do exército para a guerra, representando os interesses democráticos, contra os regimes totalitários do nazi-fascismo. Naquele contexto houve uma “[...] aproximação de Getúlio com as massas trabalhadoras significava, também, uma aproximação com os comunistas e a perspectiva de manutenção do autoritarismo de ‘sinal trocado’[...]”.<sup>370</sup> Como consequência com essa proximidade com as camadas populares, ocorreu um receio e perda de apoio por parte da burguesia, principalmente de bases governistas do interior. Resultou que a base aliada ao Governo do Estado de Minas Gerais publicou, em outubro de 1943, o “Manifesto do Povo Mineiro”, com

<sup>367</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia**: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936 – 1948. São Paulo: Annablume, 2009. p. 206.

<sup>368</sup> Ibid., p. 146.

<sup>369</sup> Sena Júnior faz um trabalho minucioso sobre a reorganização do PCB, tendo como foco central as organizações baianas. Para mais informações ver. SENA JÚNIOR, 2009. E para maior aprofundamento sobre a Revista *Seiva* consultar a dissertação de Daniela de Jesus Ferreira. Cf. FERREIRA, Daniela de Jesus. **Tempos de lutas e esperanças**: a materialização da revista *Seiva* (1938-1943). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2012.

<sup>370</sup> SENA JÚNIOR, 2009, p. 200.

o objetivo de ser um documento pela democracia, portanto questionando o Governo ditatorial do Estado Novo. Como saída, “[...] Vargas optou por lançar uma ponte em direção aos trabalhadores e às massas urbanas através da aliança com o PCB [...]”,<sup>371</sup> De forma estratégica, buscando sanar os conflitos de insatisfação da burguesia com seu governo, prometeu, ao fim da guerra, realizar de forma democrática o pleito eleitoral, saindo assim da contradição de lutar contra o totalitarismo na Europa tendo um governo ditatorial.

Em outubro ainda de 1945 o PCB retornou à legalidade, obtendo seu registro eleitoral. O enorme prestígio desfrutado pela União Soviética após o fim da Segunda Guerra Mundial contribuiu para que o partido obtivesse expressivo crescimento. [...] Votação semelhante recebeu a chapa do partido para a Assembléia Nacional Constituinte, tendo sido eleitos 14 deputados federais. No Distrito Federal, Prestes foi eleito senador com enorme votação. O bom desempenho do partido na capital federal seria confirmado nas eleições municipais de 1947, quando os comunistas conquistaram a maior bancada na Câmara Municipal. [...] A legalidade do PCB, porém, não duraria muito. Em abril de 1947, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cancelou seu registro argumentando que o partido era um instrumento da intervenção soviética no país. No ano seguinte, os parlamentares eleitos pela legenda do PCB perderam seus mandatos. Começava assim um novo e longo período na clandestinidade.<sup>372</sup>

Portanto, cabe salientar que o recurso utilizado por José em situar a sua narrativa no contexto histórico nacional trazendo informações quanto às condições de status do PCB foi bem condizente com o que estava ocorrendo no cenário político do país. Retomando a descrição de José, após as referências ao contexto nacional, ele relatou o que conhecia sobre a relação de Albertino Marques com o comunismo. Com o mencionado tom de denúncia, expõe que o sujeito em pauta costumava promover “comício em pontas de rua, ele era desse ‘bolo’.”<sup>373</sup> O significado de “bolo” exposto aqui tem o sentido de tipo, qualidade, característica do sujeito, ou também na condição de aglomeração de pessoas em torno do “comício”. Tomando essas afirmações como prováveis e analisando a composição completa da entrevista é que percebemos que durante a exposição ficou evidente na fala de José que

<sup>371</sup> Ibid., p. 201.

<sup>372</sup> Sobre o percurso de atuação do Partido Comunista do Brasil ver texto produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/QuestaoSocial/Partido Comunista](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/QuestaoSocial/Partido%20Comunista)>. Acesso em: 04 mar. 2016.

<sup>373</sup> JOSÉ, José: depoimento [fev. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.

essas reuniões se tratavam do relato de sua candidatura ao cargo de deputado pelo Partido Comunista e era também o momento de professar as suas crenças ideológicas.

É... aquele comício de ponta de rua ele era desse “bolo” então chegou a meu ouvido de ele era candidato a deputado pelo Partido Comunista, eu conheci ele como sendo candidato a deputado estadual pelo Partido Comunista, quando ele chegou praqui logo depois ele arranhou esse negócio com dona Maria, né? E ficava lá na padaria, mas aí ele já não fala no comunismo mais não, mas quando chegou aqui, é o que todo mundo sabe é que ele era candidato a deputado estadual pelo Partido Comunista [...]<sup>374</sup>

Tendo em vista a análise da fonte oral com o mesmo cuidado que se empregou com os relatos das pessoas que eram próximas a Albertino Marques, a exposição da memória pode estar permeada de sentimento de deferência, de certa dose de “paixão” ao falecido, como também os relatos podem ter sido influenciados pelo contexto por eles vivenciados, a exemplo da invasão promovida pelo Inquéritos Policial-Militares (IPMs),<sup>375</sup> ou mesmo, como lembrou Carvalho, pela “Polícia Federal”<sup>376</sup> à casa de Albertino Marques, em busca de material subversivo criando no imaginário da população da cidade a ideia de que ele era comunista, mesmo sendo possível que não o tenha sido propriamente comunista. Devemos adotar o mesmo cuidado quando se trata de um ponto de vista oposto, apresentando um sentimento de veneração. No caso, o sentido de alguém que não comungava com tais ideais, como já foi pontuado da não empatia de José com o Espiritismo e com Albertino Marques, principalmente quando se tratava do comunismo, a aceção do entrevistado era negativa, de acusação. Na visão do entrevistado, aparentou ser uma qualificação depreciativa ao sujeito ser chamado de comunista, justificando assim a proibição da publicação de seu nome na entrevista.

É curioso notar que a vinculação partidária de Albertino Marques ao PCB não tenha sido mencionada por outros entrevistados. Além disso não encontramos outro tipo de fonte que dialogasse com essa afirmação. No campo da probabilidade, consideramos também a animosidade de José em relação a Albertino Marques, que possivelmente foi influenciado por algum desentendimento, que ainda não é de nosso conhecimento. Talvez isso explique a veemência em afirmar que Albertino Marques era comunista.

<sup>374</sup> Ibid.

<sup>375</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985. p.57.

<sup>376</sup> CARVALHO, 2011.

Diante do que foi apresentado, em se tratando da análise dessas questões de vinculação ao comunismo, é prudente que tenhamos cautela em não afirmarmos apressadamente que o sujeito era comunista. Também não nos cabe negar categoricamente a afirmação. Mas precisamos considerar que o mais comum no período da Ditadura Civil-militar era condenar sujeitos alegando que os mesmos eram comunistas, ainda que não o fossem, simplesmente por destoarem politicamente do que estava posto pelo Governo, sem ter propriamente uma vinculação de esquerda. Como bem salientou Rodrigo Patto Sá Motta, criou-se de uma “Indústria Anticomunista”,<sup>377</sup> tendo como objetivo a instituição de uma “máquina” de denúncia e perseguição de sujeitos que mantinham vínculo com o comunismo, mas também da utilização desse suporte em benefício de interesses próprios, a exemplo da utilização da “Indústria Anticomunista” como meio de limar adversários políticos.

#### **4.5.2 “Entre nós os defensores da Revolução Patriótica, não há lugar para os inimigos”<sup>378</sup>**

Conforme apontado anteriormente, embora as fontes orais nos dessem indícios de uma possível vinculação de Albertino com o comunismo, o que observamos, a partir da análise de documentos da Câmara de Vereadores de Brumado é o outro lado, tendo em vista que Albertino se destacou como um irrestrito apoiador do regime implantado com o golpe civil militar. As questões que suscitaram foram: Albertino Marques era comunista, e o posicionamento na Câmara de Vereadores era somente uma estratégia de permanência? Ou, Albertino Marques nunca foi comunista, o que foi especulado a seu respeito do vínculo com o comunismo estava na formação de uma memória coletiva, ele era mesmo um apoiador convicto da Ditadura Civil-militar, por acreditar que realmente, em suas palavras, tratava-se da “Revolução Patriótica”? Diante dessas questões, cabe situar a trajetória de Albertino Marques durante os momentos em que aparece o apoio a Ditadura e, ao fim, propor hipóteses de interpretações a esse respeito.

Antes de apresentar de forma mais incisiva e sistemática os vestígios que apontam Albertino Marques tecendo considerações favoráveis e sendo um defensor do Golpe de 1964, cabe primeiramente situar os sinais conjunturais menos evidentes, que já no início de seu

<sup>377</sup> “[...] Industriais do anticomunismo seriam aqueles manipuladores que visavam tirar proveito do temor ao comunismo”. Cf. MOTTA, 2002, p.161.

<sup>378</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl.138.

percurso na política da Câmara aponta para um total oposto do que apresentaram os entrevistados, que afirmaram que ele era um sujeito com fortes vínculos com o comunismo.

Diante do pedido de afastamento do vereador Mário Joaquim Martins da legenda partidária UDN dos trabalhos da Casa Legislativa, assumiu “[...] o vereador Albertino Marquês Barreto, 3º suplente da legenda da União Democrática Nacional, cujos 1º e 2º titulares dessa suplência se escusaram de atender à respectiva convocação [...]”<sup>379</sup> Cabe salientar ainda que esse momento se configurou como imprevisível, pois a desistência de um vereador de seu cargo e a recusa de dois outros indivíduos de assumirem-no, foi uma condição casual. No entanto, é perceptível que houve da parte de Albertino Marques a predisposição à função de vereador pelo partido UDN.

O “Manifesto dos Mineiros”, publicado em 1943, foi um elemento de pressão das forças anti-varguistas em prol da “redemocratização”. “[...] Tendo se convertido num importante pólo de articulação do *demoliberalismo* no País que confluiria, em 1945, para a formação da União Democrática Nacional (UDN) [...]”<sup>380</sup> Grande parcela daqueles que assinaram o manifesto vincularam-se à UDN em 1945, partido que, conforme apontou Maria Victoria de Mesquita Benevides, caracterizou-se pela ambiguidade entre um discurso liberal, ao mesmo tempo em que teve uma atuação política golpista, o udenismo.<sup>381</sup> Sendo assim, não é de se estranhar que Albertino, na condição de partidário da UDN, tenha devotado o seu apoio aos militares em 1964, bem como se filiado ao partido situacionista – ARENA – e ainda assumido o cargo de Vereador na Câmara Municipal de Brumado.

Como se sabe, com o objetivo de controlar as “rédeas” do país após o golpe de Estado, o então presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, sancionou e colocou em vigor, através do “[...] artigo 18, do Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, o bipartidarismo, extinguindo os trezes partidos políticos existentes e transferindo, através do Ato Complementar nº 4, aos deputados federais e senadores, à atribuição de criar os novos partidos, [...]”<sup>382</sup>, criando-se dois partidos: AREBA e MDM. O primeiro era o partido da situação e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se inseria como partido adversário ao Governo. Sendo, como bem salientou José Alves Dias, referente à UDN, que “[...] permite

<sup>379</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 11

v.

<sup>380</sup> SENA JÚNIOR, 2009, p.200.

<sup>381</sup> BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

<sup>382</sup> DIAS, José A. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 73.



considerar os fatores programáticos e ideológicos como diferencial dos partidos brasileiros que precederam a ARENA.”<sup>383</sup> Portanto, é possível avaliarmos que o processo da extinção da UDN, tratando de forma grosseira, foi quase uma mudança de siglas de um partido a outro, por manterem estrutura partidária similares, tendo em consideração a composição dos integrantes da legenda, a exemplo das elites oligárquica e industrial do país. Acabou pela proibição do decreto, ocorrendo à migração quase que unânime do quadro de filhados do UDN para a recém-criada ARENA, “[...] é possível constatar que cerca de 90% dos deputados da UDN filiaram-se à ARENA [...]”<sup>384</sup>

Dito isso, é notório que não houve dissonância na atuação de Albertino Marques quanto à mudança de partido no período de sua vereança, de 1965 a 1971, seguindo a mesma linha política de vínculo aos partidos que manteve apoio ao Estado. A UDN, ao prelúdio e execução do golpe, deu total aprovação aos militares, ao tempo do primeiro ano de ditadura era umas das legendas da situação ao Governo. E foi a UDN que Albertino Marques se filiou quando assumiu o cargo de vereador em 1965. Posterior à mudança para o bipartidarismo, com a entrada em cena da ARENA, em se tratando do partido criado pela própria ditadura que possibilitou a estrutura de sustentação ao Estado, Albertino Marques se manteve dentro da organização partidária, exercendo a função de liderança durante todo o mandato. No que diz respeito à política municipal de Brumado, era possível que um comunista usasse como estratégia para conquista e/ou permanência no poder legislativo, com o objetivo maior da execução dos projetos de uma vontade coletiva, a filiação a esses dois órgãos políticos, pois a trajetória real de homens e mulheres nem sempre segue a coerência ideológica ou política que os estudiosos/historiadores perseguem.

Depois de pontuar sobre as questões das relações de Albertino Marques com os partidos na Câmara, cabe-nos visitar as situações mais contundentes de seu apoio à Ditadura Civil-militar. Em 18 de julho de 1967, a vereadora e Presidente da Câmara, “D. Ester Trindade Serra”, ocupou a tribuna, relatando sobre o “[...] trágico desastre aviatório ocorrido sob os céus de Fortaleza, no Ceará, em que perderam a vida os ilustres brasileiros Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ex-Presidente da República [...]” O posicionamento da Presidente foi de comoção pela morte de citado marechal. E em continuidade às prestadas palavras de comoção e luto, foi “[...] franqueada a palavra, também assumiu a tribuna o

---

<sup>383</sup> Ibid., p. 71.

<sup>384</sup> Ibid., p. 72.

vereador Albertino Marques Barreto [...]”<sup>385</sup> que, para além do que se poderia pensar que seu pronunciamento estava ligado aos sentimentos de humanidade que se deve nutrir pelo próximo, o que se observa em sua fala também é o posicionamento político de apoio ao governo militar.

[...] requereu se inserisse na ata da presente sessão um comovido voto de pesar pelo acontecimento sobre que já se manifestaram os colegas que anteriormente se fizeram ouvir, em merecida homenagem póstuma deste colegiado ao **eminente estadista que o Brasil acaba de perder**, bem como solicitando à mesa que, uma vez aprovado o seu requerimento, se oficiasse ao Exmo. Sr. Ministro do Exército, dando-lhe conhecimento da realização desta homenagem.<sup>386</sup>

A elogiosa declaração de Albertino Marques não é isenta de interesse, dando ao falecido o adjetivo de estadista, além é claro de endereçar as homenagens ao alto escalão do Exército. Como veremos a seguir, esse apoio irrestrito ao golpe proporcionou benefícios, como o trabalho no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brumado (STRB). Sendo que o ocorrido acidente aéreo matou um dos homens influentes na situação político-econômica do País, estavam tratando “[...] do personagem e dos primeiros atos desse cenário histórico. O general Castelo Branco foi um dos articuladores do golpe, que destituiu o presidente João Goulart e, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu como primeiro presidente militar do Brasil em 15 de abril de 1964 [...]”<sup>387</sup> Sua morte foi noticiada na Câmara em Brumado no mesmo dia do ocorrido.

Outro indício que compõe os vestígios nas atas e documentos da Câmara de Vereadores de Brumado permite afirmar que, estrategicamente ou não, Albertino Marques manteve-se em contínuo apoio aos militares à frente do Estado. Não por acaso, foi ele quem redigiu é o Parecer ao Projeto de Resolução nº 12/68, apresentados aos trabalhos do Legislativo em 30 de maio de 1968, que concedia o título de “[...] CIDADANIA

<sup>385</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 166.

<sup>386</sup> Ibid., fl. 166.

<sup>387</sup> “Nascido em Fortaleza, Ceará, obteve sua formação no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada, na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aviação Militar. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi à Itália acompanhando a Força Expedicionária Brasileira junto à Seção de Planejamento e Operações. Durante sua carreira foi subchefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), comandante da Escola de Estado-Maior e diretor do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1962, foi nomeado comandante do IV Exército, em Recife, após ser promovido a general-de-exército, cargo no qual ficou até o ano seguinte quando passou a chefe do Estado-Maior do Exército, onde conspirou contra o governo João Goulart.” DIAS, 2009, p. 23.

BRUMADENSE ao General José Pinto Sombra [...]”<sup>388</sup> Mesmo que tenha sido proposto por outro arenista, Ludgero da França Ribeiro, também membro da “Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis”, não podemos desconsiderar o protagonismo de que Albertino Marques na redação do texto. Há de se levar em conta que a construção elogiosa da redação do parecer era de autoria de Albertino Marques e estava contido no parecer o que ele organizou mentalmente, portanto diz muito sobre sua postura diante do cenário político do momento. No documento transparece os “contornos” de sua personalidade, portanto a autoria do fragmento tratava de um assunto que era o principal projeto de sua vida:

[...] concede a CIDADANIA DE BRUMADENSE ao General José Pinto Sombra, organizador e administrador do serviço de Alimentação Escolar, em nosso país, cujo serviço, vem prestando à infância escolar grande benefícios, portanto, justa é esta homenagem, concedendo a CIDADANIA a um ilustre general do nosso glorioso exército, que tem sido sempre as suas vistas voltada aos irmãos menos afortunados.  
Como Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, opino pela sua aprovação pelo plenário dêste (sic.) Colegiado.<sup>389</sup>

A ressalva que é feita quanto ao fato de Albertino ser somente redator no projeto dá-se porque no dia em que o parecer foi apresentado ao plenário da Câmara ele não estava presente na reunião.<sup>390</sup> O que não isenta sua participação no parecer, pois é a sua redação que está em pauta, concedendo ao General a credibilidade pelo “bom serviço prestado ao País”, em se tratando da alimentação escolar nas séries iniciais. Importante destacar o tratamento dado ao Governo, sendo adjetivado por Albertino Marques como “nosso glorioso exército”. Quando nos deparamos com tais afirmações, percebemos ser pouco provável a hipótese de que ele foi um comunista infiltrado dentro do Estado, tendo como objetivo maior a aprovação e custeio de seus projetos.

É interessante ressaltar que embora Albertino Marques estivesse afastado das atividades da Câmara devido aos conflitos e disputas entre os seus adversários políticos, dentre os pedidos de licenças aprovados elencamos o de 3 de fevereiro de 1970 quando “[...] Albertino Marques Barrêto, também solicitando a esta Presidência da Câmara, 30 (trinta) dias de licença, para tratar de seus interesses particulares [...]”<sup>391</sup> Mas em 10 de março do mesmo

<sup>388</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>389</sup> Ibid.

<sup>390</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 63 v.

<sup>391</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 17.

ano, passado duas sessões posteriores ao afastamento, “[...] realizou-se uma sessão solene para a entrega ao General José Pinto Sombra o título de Cidadania que fora conferido por esta Câmara através da Resolução nº 169/69 [...]”.<sup>392</sup> Mesmo afastado, o registro da assinaturas de Albertino Marques Barrêto consta na ata de presença, atestando que ele esteve presente para prestigiar a solenidade.

O comparecimento à reunião de entrega do título, principalmente porque esteve afastado dos trabalhos, diz muito sobre o sujeito, pois demonstra ainda mais as suspeitas de seu posicionamento de apoio irrestrito à Ditadura. Desse modo, sendo apoiador do sistema de governo vigente à época, deve-se considerar que Albertino dava significativa importância à política, tendo em vista sua presença num importante evento em que uma das autoridades do alto escalão do Governo esteve em Brumado para homenagem da Casa Legislativa, sendo a ocasião uma oportunidade para o estreitamento dos “laços” com o Estado e assim a aquisição de influência em benefícios destinados aos projetos encampados por ele.

Por ter mencionado os conflitos da Câmara entre Albertino Marques e parte dos vereadores do seu próprio partido, como também com o Prefeito Juracy Pires Gomes, é importante percebermos estes casos como parte integrante da composição do emaranhado de vestígios que o designam enquanto apoiador do Governo Militar. Para citar um dos episódios, a contestação por parte de Albertino Marques do resultado das eleições para presidência da Câmara, a qual veio a chamar os componentes da chapa concorrente; “[...] presidente, Esther Trindade Serra, vice-Presidente – Adherbal Pereira da Silva, 1º Secretário – Miguel da Mata Érico Dias [...]”<sup>393</sup> dos “3 falsos arenistas” e caracterizou a aliança de seus adversários ao Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes como sendo uma “aliança espúria”. Referindo na redação do documento que “[...] ainda uma vez teima em pactuar com declarados adversários da Revolução, estimulados pela convivência do Sr. Prefeito Municipal [...]”,<sup>394</sup> percebemos algumas evidências que não deixam dúvidas quanto ao questionamento se Albertino Marques era comunista ou apoiador da Ditadura Civil-militar, pois na sua fala, fazendo uma analogia, o “pêndulo” tende a aproximar-se sempre para um apoio irrestrito aos militares.

Ao final do mencionado documento, Albertino Marques concedeu o título de “[...] os defensores da Revolução patriótica [...]”<sup>395</sup> a ele e aos os outros integrantes do ARENA.

<sup>392</sup> Ibid., fl. 20.

<sup>393</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 138.

<sup>394</sup> Ibid., fl. 138.

<sup>395</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 138.

Importante também salientarmos que depois de se reafirmar apoiador e defensor do governo militar, ao mesmo tempo, teceu ameaças aos “3 falsos arenistas” que “[...] não há lugar para os inimigos, que sob o patrocínio de duvidosos correligionários, buscam refugiar-se na Arena [...],”<sup>396</sup> por ter mantido aliança com Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes, pertencente ao partido MDB, tido por Albertino Marques como opositor ao Governo Militar.

Diante do constante apelo da palavra “Revolução” utilizada por Albertino Marques, em referência à “[...] intervenção militar que depôs o presidente João Goulart [...]”<sup>397</sup> cabe aqui investigar a origem e apropriação do termo. Tendo em vista os constantes indícios que evidenciam o posicionamento político de apoio de Albertino Marques à Ditadura, chegamos ao Ato Institucional (Nº 1), em que se definem o que o Governo Militar entendia por Revolução.

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, **é uma autêntica revolução.**

**A revolução** se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.<sup>398</sup>

A dedução de que a apropriação de termo tenha sido feita por Albertino Marques se dá pelos próprios documentos expedidos pelo governo ditatorial: é assim feita pela composição sistemática dos já apresentados posicionamentos favoráveis ao Golpe e ameaças destinadas aos seus adversários, como também por ter se autodenominado defensor da Revolução. Agregamos a isso a redação de um documento feito por Albertino Marques de uma indicação de 29 de maio de 1969 que solicitou auxílio ao Prefeito para que se tomasse providência em relação ao déficit orçamentário da Fundação Educacional de Brumado, representado pelas condições críticas financeiras do Ginásio. Quando faz a justificativa do pedido, transpareceu ao sua opinião sobre o Governo: “CONSIDERANDO, finalmente que **a patriótica Revolução de 31 de Março de 1964** tem, como um de seus objetivos fundamentais, incentivar e apoiar o importante setor do ensino; e a nós, como seus fiéis defensores, cabe segui-la.”<sup>399</sup> Não resta

<sup>396</sup> Ibid., fl. 138.

<sup>397</sup> DIAS, 2009, p.16.

<sup>398</sup> Grifo nosso. BRASIL. Ato institucional (Nº 1), de 31 de janeiro de 1966. **Ato institucional (Nº 1)**, Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964. Disponível em: < [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo\\_norma=AIT&data=19640409&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1&tipo_norma=AIT&data=19640409&link=s)>. Acesso em: 17 fev. 2016. p. 1.

<sup>399</sup> Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

dúvida de que, além de se considerar enquanto defensor fiel do golpe militar e a convicção que o golpe foi uma Revolução, também concedeu créditos ao Governo, pois como estava sendo implementado a administração do sistema de ensino, aquela era a solução para o sistema educacional brasileiro, como apontou o fragmento.

Reservamos para conclusão do debate proposto nesse tópico à entrevista concedida por Marizete Barreto, pois mesmo que seja o posicionamento da filha de Albertino, portanto passível que em sua fala esteja munida de defesa, silêncios ou até mesmo interferência em decorrência da ligação parental, a exemplo de uma possível negação em relação às questões levantadas sobre o comunismo, por considerar um comunista como sendo algo ruim ou pejorativo. Mas, precavendo dos cuidados metodológicos, a entrevista de Marizete Barreto traz evidências que sanam muitas dúvidas sobre esse problema na trajetória de Albertino Marques como comunista ou apoiador da Ditadura Civil-militar, ou ambas as possibilidades.

Quando questionada sobre a participação de Albertino Marques na Câmara de Vereadores, Marizete Barreto, em sua primeira memória, menciona os embates travados com Ester Trindade Serra, relatando que havia sido “[...] perseguição você sabe como é que é político contra político né? Ele queria fazer a milhora (sic.) e os outro achavam que não... igual ele teve mais dona Ester, ele teve problema né? [...]”<sup>400</sup> Nesse trecho, observamos o que anteriormente chamamos a atenção em se tratando de um depoimento de filha, que está contido do vínculo sentimental, sendo extremamente natural que ela enxergue o outro como o inimigo. Não por acaso, fez referência à vereadora Ester Trindade como a perseguidora. Não há imparcialidade pelo que já mencionamos, e a importância com o diálogo com outros tipos de fontes dá condição de analisar o fato histórico com as múltiplas visões do ocorrido. O que Marizete Barreto interpreta como perseguição foram as disputas políticas em torno dos interesses políticos entre ambos os edis.

Além do que foi apresentado sobre as múltiplas visões na análise do fato histórico, o que mais chamou atenção sobre a entrevista foi justamente o relato das perseguições políticas, o que pode explicar um leque de acontecimentos. Continuemos com a fala de Marizete Barreto, quando ela diz: “[...] Ele queria uma coisa e dona Ester queria derrubar... ela achava que ela era melhor (sic.) do que ele então essas perseguições políticas assim... nesse sentido, né? [...]”<sup>401</sup> Agregado a essa ideia de perseguição e de “derrubar”, também é válido lembrarmos o que já foi mencionado linhas acima sobre os conflitos entre Albertino Marques, como foi por ele próprio nomeado, com os “3 falsos arenistas”. O que estava em

---

<sup>400</sup> BARRETO, 2013.

<sup>401</sup> BARRETO, 2013.

disputa era mais poder, era ter maior influência na Câmara e aprovar os projetos que lhe apetecesse. E é isso que nos leva a crer em possíveis respostas para a invasão da casa, pelos militares, em busca de material subversivo; e, por dedução, não tenha havido uma vinculação efetiva de Albertino Marques com o comunismo ou o PCB.

O relato da filha sobre a perseguição fundamenta nossa hipótese de que as investigações ao sujeito podem ter ocorrido pelo que aconteceu pelo Brasil nas épocas de intensas ondas do anticomunismo, por “[...] motivações para rotular um desafeto de comunista não precisava ser necessariamente política. Houve muitos casos em que cidadãos “se tornavam” comunistas devido à quereelas de natureza pessoal”.<sup>402</sup>

É provável que diante dos muitos desentendimentos ocorridos na Câmara levaram seus adversários a denunciar Albertino Marques como comunista aos militares para, de alguma forma, livrarem das interferências causadas por ele nas decisões do Legislativo, pois é sabido das facilidades do processo de denúncia disponibilizado pelo aparato criado pela Ditadura Civil-militar que permitisse tais ações. A exemplo dessa prática, o Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha como objetivos camuflados a busca de maior controle e coibição de movimentos políticos adversários ao Governo. Vejamos o que Maria Helena Moreira Alves diz sobre esse órgão.

O SNI [Serviço Nacional de Informações] foi formalmente criado pelo Decreto-Lei N° 4.341, de 13 de junho de 1964. Seria um órgão de assessoramento do Executivo, responsável não perante o Congresso Nacional, mas perante o Conselho de Segurança Nacional e o Presidente da República. A lei determinava explicitamente que o SNI deveria colaborar com o Conselho de Segurança Nacional em “todas as questões afetas à Segurança Nacional”. Declarava que seu principal objetivo seria “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”.<sup>403</sup>

Segundo a autora, o SNI “seria um órgão de assessoramento do Executivo”, além dos termos que se seguem na citação. Mas, na prática, funcionou como um órgão de espionagem. Segundo a autora, o principal objetivo de SNI era a investigação de insubordinações internas por meio das delações, justamente o que suspeitamos que tenha ocorrido com Albertino Marques. E para execução dos mandados de averiguação das denúncias colhidas pelo SNI, a Ditadura se equipou de uma polícia especializada para o exercício, sendo os Inquéritos

---

<sup>402</sup> Cf. MOTTA, 2002, p. 164.

<sup>403</sup> Cf. ALVES, 1985, p. 72.

PoliciaI-Militares (IPMs).<sup>404</sup> É provável, pela descrição da filha Marizete Barreto, que tenham sido os IPMs que estiveram à casa de sua família. No decorrer da entrevista, a memória que remeteu ao assunto da invasão à sua casa foi surgida na espontaneidade do relato, pois primeiramente se inquiriu sobre a relação de seu pai, Albertino Marques, com o PCB e no desenvolver da narrativa o tema da invasão foi colocado por ela na pauta da conversa.

- Partido Comunista, não teve, só que ele foi perseguido como se ele fosse comunista e chegaram a invadir lá em casa, a gente era pequeno, eu sei que jogaram tudo fora tiraram livro, papel, sabe... tudo pra ver ... porque denunciaram ele dizendo que era um comunista, mas meu pai nunca foi comunista... eu sei que tiraram tudo de lá de casa e eu sei que não encontraram nada aí eu sei que nessa parte pararam de perseguir ele, porque quando ele veio aqui... ele é mato grossense, [...] Não sei se foi a policia Federal, não sei quem foi não, só sei que veio de fora... é ... eu não posso te falar porque eu era pequena né? Não sei mesmo... só sei que invadiram lá em casa pegaram as coisas tudo do armário e jogaram tudo no chão mexeram no guarda roupa, mexeram tudo, então eu não sei se era documento se era alguma coisa que eles procuravam e não acharam, mas eu acho que era mais motivos de políticos mesmo, porque ele nunca foi envolvido com isso. Nunca mesmo porque ele veio mexer com política aqui, né?<sup>405</sup>

A entrevista de Marizete Barreto é rica em detalhes. Desde a afirmação de que Albertino Marques não havia sido filiado ao PCB, que tinha sido “perseguido como se ele fosse comunista”, referindo-se ao que foi dito antes sobre Ester Trindade Serra. Quando relatou a invasão, como foi uma memória traumática que marcou a sua vida na infância, traz muitas informações que compõem uma ideia parcial de quem foi Albertino Marques e de sua atuação política. O que ficou mais visível, além da busca pelos militares de materiais subversivo, que o ligasse efetivamente ao comunismo em decorrência da denúncia, foi também a confirmação da suspeita de que a delação foi executada pelos seus adversários políticos. Quando Marizete Barreto afirmou, “[...] mas eu acho que era mais motivos de políticos mesmo [...]”,<sup>406</sup> ela estava referindo às questões de disputas políticas que seu pai havia empreendido durante sua vereança. Sendo válido de citar novamente parte do fragmento que mostra o posicionamento da filha sobre o ocorrido, “[...] denunciaram ele dizendo que era um comunista, mas meu pai nunca foi comunista [...].” O que foi dito por ela corrobora com a

<sup>404</sup> “[...] Os IPMs [Inquiridos Policial-Militares] vieram também a servir de interesses políticos locais. Certos políticos da UDN que frequentemente perdiam eleições passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas”, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada.” Cf. ALVES, 1985, p. 57.

<sup>405</sup> BARRETO, 2013.

<sup>406</sup> Ibid.



ideia de que a delação e a posterior invasão tenham sido promovidas como uma possibilidade de mantê-lo fora do cenário político. Outro ponto esclarecedor circunda em torno do fim das perseguições por parte da IPMs, pois se fosse encontrado qualquer vestígio de vínculo com o comunismo, Albertino Marques teria sido preso e isso conta com mais um dos indícios de que o sujeito não tenha se envolvido com o comunismo durante sua trajetória.

Em vista da apresentada questão histórica sobre as possíveis interpretações da atuação política de Albertino Marques na Câmara, seu posicionamento foi de um homem que fez acordos, apoiou a Ditadura Civil-militar acreditando que era realmente o melhor governo à época, chamada por ele de “Revolução Patriótica”, o que facilitou na busca de apoio e benefícios para os seus projetos. Do outro lado, estão as pessoas que vivenciaram sua atuação no CEF e na Câmara e viam-no como comunista ou, no mínimo, como “Comunista moderado”. Diante desse empasse de visões buscamos, ao logo do texto, demonstrar as evidências encontradas durante a pesquisa que desse conta de testar as duas hipóteses, bem como trazer um embasamento teórico que permita compreender a formação da memória que atribuiu a Albertino Marques o rótulo de comunista.

Alessandro Portelli, revisitando os relatos de memórias do massacre de Civitella destacou que houve a formação de duas memórias distintas acerca do mesmo episódio. De um lado a memória da Resistência, que em conflito contra os soldados nazistas acabaram matando dois dos soldados do exército. Em retaliação ao ataque, o exército dizimou parte da população da vila Civitella Val di Chiana. Do outro lado, a memória dos sobreviventes ao ataque nazista, de maioria mulheres viúvas que deixaram entrever em suas falas que só houve retaliações devido às mortes dos soldados, causado pela Resistência e por isso repartem de forma desigual a culpa. Não exime o protagonismo dos soldados nazistas, mas os coloca em segundo plano, pois o forte na representação dos fatos é o rancor contra a Resistência. Partindo da análise, o autor situa que no processo de construção da memória coletiva, como no caso de Civitella, ocorre moldagens nas formulações das memórias. O autor elenca fatores que contribuíram para a formação da memória, a exemplo do tempo – no caso apresentado, o massacre ocorreu em 1944, e os registros das memórias foram feitos a *posteriori* e por isso, a perda da importância política dos membros da Resistência e advindo também uma intensificação e centralidade em culpá-los pelo acontecido e uma minimização do protagonismo dos soldados. Outro fator de influência foi o espaço – que interfere nesse processo de rememorar, pois, segundo Portelli, outro caso de massacre em outra localidade na

mesma época e, em decorrência, a mesma retaliação, mas a culpabilização aos membros da Resistência não foi mencionado, não apareceu nos registros de memórias.

Seguindo as proposições de Portelli, no caso da nossa pesquisa, devemos levar em consideração o contexto dos acontecimentos anteriores às narrativas dos sujeitos que consideraram Albertino Marques como comunista. A invasão dos IPMs à casa de Albertino Marques, em busca de material revolucionário, levou a representação do fato, a exemplo de Érico Dias, de conceder a Albertino Marques o papel de comunista. Foi muito mais a recriação de uma imagem da repressão anticomunista criada pela invasão, do que propriamente o vínculo com o comunismo. O autor trabalha com as representações de fatos no campo da subjetividade na História Oral.

Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegas que *são* fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envolvidos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstituídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.<sup>407</sup>

Depois de entender que é possível, em se tratando de história oral, que na “reconstituição” da memória de um fato e pelo mesmo não ser uma “esfera isolada” em si, possa ocorrer a intersecção com a representação do fato, ou até a reformulação ou justaposição em criar algo completamente novo, diferentemente do ocorrido. Em se tratando de subjetividade da metodologia de história oral, são riscos que se correm quando a sua fonte é o sujeito munido de sentimentos e vivências. Por isso, é bem provável, apropriando do termo de representação de Portelli, que a caracterização imagética de Albertino Marques como comunista tenha acontecido pelos indícios já apresentado.

Com o objetivo de encerrar a discussão acerca do Comunismo *versus* Ditadura Civil-militar, trazendo mais um indício do apoio a Ditadura, como também encerrar o recorte temporal da trajetória de Albertino Marques, apresentaremos a seguir o seu envolvimento com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brumado (STRB). Para isso, cabe primeiramente

---

<sup>407</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 111.

entender como se situavam os sindicatos rurais no contexto do governo ditatorial no período em estudo, para depois construir o argumento de que o trabalho de Albertino Marques, na condição de funcionário do STRB, foi consequência das implicações com as relações mantidas com o Governo.

O Governo, em luta contra as organizações de trabalhadores rurais que reivindicavam melhores condições de trabalho e o direito à posse da terra da tão desejada reforma agrária, como também se precavendo do “fantasma” comunista das Ligas Camponesas que outrora assombraram os latifundiários e governos anteriores ao golpe de 1964, mantinha sob vigilância e sob sua direção, na medida do possível, os sindicatos de trabalhadores rurais. A intenção era controlar as organizações de trabalhadores rurais e também o combater as Ligas Camponesas, que têm história acidentada e de muita perseguição. O surgimento das Ligas se deu por volta de “[...] 1945 após o fim do governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), as primeiras Ligas Camponesas sob a direção do recém legalizado Partido Comunista Brasileiro – PCB [...]”<sup>408</sup> E as Ligas permaneceram em atividade na legalidade por pouco tempo, pois “[...] foram desmobilizadas durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em função de terem seu principal articulador político – o PCB – posto novamente em 1947 na ilegalidade [...]”<sup>409</sup> Visto que não foi diferente na Ditadura Civil-militar, tendo continuidade nas perseguições a qualquer movimento de trabalhadores rurais que rondassem a suspeita de organizações comunistas. Vejamos as considerações de Moreira Alves sobre o assunto:

[...] As ligas eram Associações Independentes de Camponesas, com o objetivo principal de conquistar títulos de propriedade de terra e outros direitos para os trabalhadores rurais. Compreendiam um sistema de sindicatos rurais que também lutavam pela reforma agrária e por uma distribuição mais equânime das terras. O governo estava convencido de que a Ligas Camponesas se haviam infiltrado de comunistas, e tratou de desmantelá-las; seus líderes e muitos membros foram detidos e indiciados em IPMs. A estrutura dos sindicatos rurais foi remodelada e submetida à jurisdição da CLT, ficando o movimento rural independente sob controle corporativo do Ministério do Trabalho.<sup>410</sup>

<sup>408</sup> SILVA, Thiago Moreira Melo. **A presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste**. In: XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, 2009, São Paulo, p. 2- 29. Disponível em: < [http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva\\_TMM.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_TMM.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2016.

<sup>409</sup> Ibid., p.3.

<sup>410</sup> Cf. ALVES, 1985, p. 69.

Portanto, indubitavelmente, o STRB seguiu a mesma lógica imposta pelo Governo de controle e jurisdição corporativista dentre os sindicatos pelo Brasil, esta foi a maneira encontrada de manter os movimentos rurais com vínculo ao Ministério do Trabalho e sob vigilância constante do Estado. Diante do desempenho de Albertino Marques na Câmara em favor do Governo foi possível um vínculo empregatício no já citado Sindicato. O registro das fontes do STRB aponta a inserção de Albertino Marques como funcionário, informação presente na ata do dia 30 de março de 1974. O registro foi de uma reunião que tratava da inauguração de um Ambulatório Médico para atendimento dos trabalhadores rurais. É notória a similaridade com as ações desenvolvidas por Albertino Marques nos espaços em que ele atuou, a exemplo do “Ambulatório médico – dentário Dr. Bezerra de Menêzes” ou das campanhas empreendidas na Câmara em torno da “Fundação Hospitalar de Brumado”. É bem provável que a presença de Albertino Marques no STRB seja anterior a data em que ele lavrou a ata.

Após, o companheiro presidente, declarou inaugurado o Ambulatório Médico, com a presença de 106 (Cento e seis) pessoas (sic.) que haviam assinado o livro de presença. A seguir assumiu a direção do Ambulatório Médico, o Dr. Ivan Meira de Castro Gomes, Diretor Responsável pelo serviço, Nada mais havendo a tratar o companheiro presidente, agradeceu a presença de todos, encerrando a solenidade, sendo por mim Albertino Marques Barreto, Acessor da Diretoria, servindo de Secretário. Brumado, 30 de Março de 1974.<sup>411</sup>

O contingente de pessoas que compareceu à reunião de inauguração do Ambulatório Médico foi bem expressivo, evidenciando um Sindicato bem estruturado em termos de filiação. À época, o sindicato já funcionava há quatro anos. Mais precisamente, foi fundado em 18 de abril de 1971. Mas retomando os indícios de que fundamentam a chegada de Albertino Marques ao trabalho remunerado no STRB tenha ocorrido pela sua relação com a Ditadura e as entrevistas com as filhas, Marizete e Celia dos Santos Barreto, trazem indicativos que acabam por enfraquecer a hipótese de que Albertino Marques tenha sido um comunista infiltrado na política municipal, utilizando da permanência na ARENA e nas atividades legislativas como estratégia para aprovar os projetos de interesse de um coletivo,. Marizete Barreto esclarece sobre o trabalho de Albertino Marques no STRB.

---

<sup>411</sup> SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DEBRUMADO. Arquivo do Sindicato. Ata. Livro 1, fl. 4.

- Ele foi convidado pra trabalhar lá quando foi fundado o sindicato... ele foi como as pessoas do presidente, que não tinha tanta experiência, ele foi convidado para trabalhar lá com eles lá no sindicato... ele que resolvia os problemas do sindicato de associados, de reuniões, ele que fazia as atas, ele que fazia tudo lá no sindicato e ele trabalhou muitos anos, muitos anos ele trabalhou no sindicato, trabalhou no sindicato... ele fazia tudo ele (...) aqueles negócios tudo, resolver tudo os problemas do sindicato... advogado, ele conseguia fazer coisa de advogado... o advogado vinha de Salvador resolver essas pessoas, ele ia participando de tudo isso... trouxe dentista, trouxe médico, tudo qual foi pelo sindicato... o sindicato aqui antigamente era uma casinha que não tinha nada, né? Aí ele conversou lá com o presidente vice tesoureiro a evoluir o sindicato, ele trouxe, advogado, tinha advogado, tinha médico, tinha dentista, tinha tudo, tudo mesmo...<sup>412</sup>

Como já mencionado anteriormente, quando da contratação de Albertino Marques para o trabalho no STRB, Marizete Barreto afirmou que o pai trabalhou desde a criação no Sindicato, mas os registros em atas do STRB mostram que ele iniciou suas atividades no sindicato bem depois da fundação. Ainda que saibamos que é provável que ele tenha entrado no sindicato antes da reunião de inauguração do Ambulatório Médico, o recuo não deve ser tão longo, pois não existiu nenhum vestígio em atas que nos permite afirmar que Albertino esteve desde a sua fundação, como afirmou a filha.

Quando Marizete Barreto relatou a experiência do pai como organizador das atividades do Sindicato e das questões burocráticas do funcionamento do órgão, ela não estava concedendo um elogio ao pai a qual ele não fosse merecedor, já que o tempo de trabalho no CEF e na Câmara de Vereadores, possibilitaram a ele conhecer o funcionamento de instituições que têm como finalidade o atendimento ao público. A exemplo da habilidade com esse tipo de trabalho, cabe destacarmos as soluções que ele encontrou para suprir, por exemplo, a falta de sujeitos letrados nas reuniões de eleição da nova diretoria, em 07 de dezembro de 1974. A mesa precisava ser composta por pessoas que registrassem as atas de cada pleito eletivo. As atas lavras no período indicam que as filhas de Albertino Marques e pessoas de seu convívio no CEF supriram tal necessidade. “[...] Com a presença Sra. Zelinda de Castro Cardoso, Tereza Lopes Caíres e **Sheila Santos Barreto**, respectivamente, Presidente, 1ª e 2ª secretários, em virtude do não comparecimento de **Marizete dos Santos Barreto** e Maria da **Glória Spinola Costa** [...]”<sup>413</sup> No fragmento mencionado, os nomes citados em grifo são suas duas filhas e uma integrante do CEF, respectivamente. Mesmo

<sup>412</sup> BARRETO, 2013.

<sup>413</sup> Grifo nosso. SINDICATO DE TRABALHADORES RURAIS DE BRUMADO. Arquivo do Sindicato. Ata. Livro 1, fl. 4.

quando aponta que houve ausência de dois nomes mencionados, esse procedimento se repetiu em outras reuniões, indicando o comparecimento de filhos e pessoas de seu convívio social. De alguma forma, além da solução do problema dos registros das atas das reuniões de escolha da diretoria, enxergamos também uma possibilidade de educar através da prática, pois suas filhas tiveram acesso ao processo democrático da eleição do STRB.

Ao fim do fragmento, Marizete Barreto expôs as mudanças pelas quais passou o Sindicato, depois da entrada de Albertino Marques. Sendo que a primeira informação apresentada informa que “Ele foi convidado pra trabalhar lá quando foi fundado o sindicato”, mas é contestado pela própria entrevistada ao final de seu argumento, quando disse que “o sindicato aqui antigamente era uma casinha que não tinha nada, né?” Como é que Albertino Marques trabalhou no STRB desde o princípio, e existiu uma antes e depois dele? Que o Sindicato anterior a sua chegada não era nada, se ele esteve presente desde a fundação? Mas as informações apresentadas por Marizete Barreto, mesmo que evidenciando uma contradição em suas memórias, só faz reafirmar e corroborar com o que foi esboçado anteriormente no texto, sobre o seu tempo de trabalho no Sindicato, pois nas “brechas” da memória estão contidas as sutilezas necessárias para entender o acontecimento.

Ainda sobre o trabalho de Albertino Marques no STRB e de como ele chegou a ocupar um cargo vinculado ao Estado, recebendo remuneração é que apresentaremos a seguir um fragmento da entrevista de Celia dos Santos Barreto, com o objetivo de propor possíveis interpretações sobre o apoio à Ditadura Civil-militar e também finalizar a discussão em pauta e partir para o último capítulo. Vale ainda ressaltar que essa foi à primeira vez em sua trajetória na cidade de Brumado que Albertino Marques recebeu financeiramente pelo trabalho intelectual prestado, pois como já foi dito, o trabalho na Câmara não era remunerado. Finalizaremos com a entrevista de outra filha, Celia dos Santos Barreto, que confirma o que Marizete Barreto havia sinalizado sobre o desempenho do seu pai em exercício nas atividades no STRB, como também traz novos indícios que complementam o arcabouço de vestígios sobre o apoio ao Governo.

Aí pronto, aí ele saiu, da, da ferrovia, trabalhou no sindicato daqui de Brumado, sindicato rural, que foi ele que legalizou a situação através de um tio meu que mora em Brasília, né [...] era grande lá dentro, né? Então conseguiu isso... é... registrar o sindicato rural daqui de Brumado... [...]<sup>414</sup>

---

<sup>414</sup>BRITO, 2013.

Célia Barreto seguiu o mesmo estilo de narrativa da irmã Marizete Barreto, abordando sobre quando Albertino Marques iniciou o trabalho no STRB, fazendo uma conexão com o antigo trabalho na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. A associação foi feita, justamente, por ter sido outro vínculo empregatício do pai. Depois a entrevistada argumentou acerca do desempenho do trabalho de Albertino Marques no STRB, “que foi ele que legalizou a situação [do Sindicato]”. Ademais, agregou mais uma informação que pode explicar não só a questão do registro burocrático do STRB, que é o mais evidente na fala de Célia Barreto, mas principalmente o que repousa nas entrelinhas. Se a família de Maria dos Santos Barreto, a esposa de Albertino Marques, tinha um tio em Brasília, como anunciou Célia Barreto, e como sugeriu na entrevista que “era grande lá dentro”, então é possível que o próprio trabalho de Albertino Marques no STRB tenha sido um arranjo político desse mencionado tio, que por estar em Brasília e ser influente na política, equivale a um sujeito envolvido com os militares ou até fazendo parte do próprio Governo. E essa especulação pode trazer esclarecimentos sobre muitas questões da trajetória de Albertino Marques, a exemplo do insistente apoio à Ditadura Civil-militar, por conseguinte o trabalho no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brumado, além de evidenciar o apoio ao Governo Militar.

Chegado ao fim da discussão sobre a possibilidade – que parece cada vez mais remota – de Albertino Marques ser Comunista, concluímos, diante dos indícios apresentados, que Albertino Marques nunca foi comunista. Ao contrário, ele apoiou a Ditadura Civil-Militar. A formação de uma memória coletiva do sujeito enquanto comunista esteve pautada pelos fatos apresentados, a exemplo da invasão a sua casa pelos IMPs e pela perseguição política de seus adversários. A hipótese de que Albertino Marques, efetivamente, apoiou a Ditadura ficou ainda mais comprovável quando analisamos os seus pronunciamentos da Câmara de Vereadores, quando demonstrou um irrestrito apoio ao Governo Militar, a exemplo da moção de pesar por Castelo Branco, elogios reiterados à “Revolução”, filiação à UDN e posteriormente à ARENA.

Os indícios apresentados demonstram que tal atitude não representou apenas uma estratégia para permanecer na Câmara e dar continuidade aos seus projetos sociais. É razoável considerar que se Albertino Marques tivesse tido sido algum envolvimento com grupos de esquerda, em algum momento de sua trajetória teria aparecido indícios de sua aproximação com as leituras do marxismo, como foi com a Doutrina Espírita. Mas tudo o que foi apresentado evidencia o quão o Regime não se baseou somente na força, na tortura; ele tinha,

também, capacidade de atração hegemônica e poder de convencimento de que, naquele momento, era o melhor governo.



## 5. CAPÍTULO IV – “TODOS QUANTOS PROCURAM SAIR DAS TREVAS DA IGNORÂNCIA PARA ALCANÇAR A LUZ DIVINA DO SABER”

### 5.1. Os primeiros passos de Albertino Marques nos caminhos da Educação: O Centro Espírita Fraternidade e o Curso Noturno de Alfabetização de Crianças e Adultos.

Após aproximadamente cinco meses da fundação do Centro Espírita Fraternidade, delineavam-se os primeiros contornos do principal projeto da trajetória de Albertino Marques, tendo como base as questões educacionais para a cidade de Brumado. Dentre os diversos projetos desenvolvidos por ele, no Centro Espírita ou na Câmara de Vereadores, esse é considerado por nós o de maior relevância para o estudo da trajetória dessa personalidade. Consideramos que – dentre outros motivos – o principal é o de situar sua atuação no desenvolvimento de um visível projeto de sociedade, baseado principalmente no que consideramos, por meio da investigação e análise das fontes, da formação do “homem novo”, como abordou Carlota Boto.<sup>415</sup> Entendemos que foi justamente por esse objetivo que existiu uma constante movimentação e envolvimento do sujeito no que tange a ininterrupta atuação em relação a temas e situações que envolviam as questões educacionais do município. Diante da constância de sua atuação, é visível que Albertino Marques depositou na educação o meio para a execução de sua proposta de interferência no meio social.

Em 13 de junho de 1954, foi apresentado e discutido em assembleia de diretoria do CEF “[...] a ideia da fundação de dois curso [sic.] noturnos de **alfabetização de adultos**, um de caráter elementar e o outro primário complementar ambos de duração de uma hora [...]”<sup>416</sup> a funcionar nas “sede provisória do Centro Espírita ‘Fraternidade’”. Após a aprovação do funcionamento dos cursos, a aula inaugural e “[...] de instalação dos cursos de alfabetização do Centro Espírita “fraternidade” [aconteceu às] vinte horas do dia treze de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro [...]”<sup>417</sup> Como era uma proposta encampada por Albertino Marques, enquanto secretário da diretoria do CEF, ficou ele e o Presidente da instituição à

---

<sup>415</sup> BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: Ente o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

<sup>416</sup> Grifo nosso. **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE**. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v.

<sup>417</sup> Ibid., fl. 4v.

época, o senhor Antônio Mário dos Santos, responsáveis por ministrarem as aulas. Foi registrada, nessa aula, a presença de dez alunos “inicialmente matriculados”.<sup>418</sup>

A ata de registro da aula foi o momento de formalizarem as diretrizes que seguiriam as atividades de alfabetização mantidas pelo Centro. De acordo com as descrições do documento, os cursos em funcionamento eram “[...] em cumprimento estatutário desta instituição [...]”.<sup>419</sup> No entanto, cabe pontuar que o estatuto do CEF ainda não havia sido oficialmente registrado em cartório, o que somente ocorreu em 8 de março de 1955.<sup>420</sup> É possível que a discussão e aprovação tenham ocorrido antes da data do registro em Cartório de Registro de Títulos, como também antes da instalação dos cursos. Mas consideramos que é pouco provável, pois não consta nas atas das reuniões de diretoria menção alguma sobre a discussão do mencionado documento. É provável que Albertino Marques tenha feito a referência à implantação dos cursos seguindo a orientação estatutária, cumprindo uma formalidade de instalação, do que realmente estivesse seguindo as diretrizes do estatuto. A aprovação e registro foram feitos posteriormente, com a seguinte pauta sobre educação; “[...] O Centro fundará também, quando seus recursos o permitirem, uma escola de ensino primário para crianças ou adultos, de ambos os sexo, sócios e filhos de sócios ou não. [...]”.<sup>421</sup> Retomaremos a seguir a proposta da criação da escola de ensino primário mencionada no fragmento.

Seguem algumas posições apontadas na ata sobre o funcionamento do curso de alfabetização: “[...] Ficou estabelecido que estes cursos funcionarão, (sic.) até outras deliberações às terças, quintas e sábado, das vinte às vinte e uma horas e trinta minutos [...]”.<sup>422</sup> Como é evidente pela descrição e pelo o horário noturno proposto para o funcionamento das aulas que os cursos eram destinados a um público específico, a “alfabetização de adultos”. O horário escolhido para as aulas, justifica-se, justamente, por serem destinados aos trabalhadores, que por conta das ocupações diárias só lhes restavam a noite para os estudos. Mas também não limitaram a oferta somente aos adultos. Foi destinado também os menores que não estivessem matriculados no sistema de ensino do município. O registro aponta a presença de dez alunos matriculados; é desconhecida a composição socioeconômica dos alunos, por não terem sido preservados os materiais didáticos, as listas de

<sup>418</sup> Ibid., fl. 4v.

<sup>419</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v.

<sup>420</sup> Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas. Fórum Duarte Muniz, Brumado-Ba. Estatuto do Centro Espírita Fraternidade de 1955. Livro de registro ano 1955, mês março, dia 8, número da ordem 6, fl.29.

<sup>421</sup> Ibid., fl.30.

<sup>422</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v.

presença ou qualquer outro tipo de documento que permitissem ter conhecimento de tais informações. Por essa dificuldade enfrentada, trabalharemos na perspectiva de suposições, observando as minúcias e vestígios que dão conta de responder a algumas lacunas por falta de fontes. As fontes que tratam do projeto de educação promovido por Albertino Marques através do Centro são as atas que registram reuniões das diretorias e o texto do estatuto, que tratam sobre as diretrizes normativas de funcionamento do Centro.

Ao analisarmos as diretrizes reguladoras da proposta do curso de alfabetização do CEF, expressa na ata de instalação, sugerimos uma condição que define a qual público era destinado o curso e a que orientações pedagógicas iriam seguir. Essa referência diz muito acerca de que tipo de orientação educacional que se tinha em vista para o “projeto” de educação que seria implantado no Centro. Como afirma na ata; “[...] Terão caráter preferencial a matrículas daqueles candidatos que não estejam matriculados em curso de alfabetização vigentes no município [...]”<sup>423</sup> É visível que o “curso de alfabetização para adultos” vinha numa perspectiva de suprir uma deficiência do sistema do ensino municipal e, por isso, a prioridade era para quem não estivesse frequentando escolas na cidade.

No decorrer do texto, a ata deixa mais evidente qual a orientação pedagógica que pretendiam para o curso, sendo que os “[...] cursos serão orientados de acordo com os métodos (sic.) e recomendações do sistema pedagógico adotado pelas instituições de ensino oficial do país [...]”<sup>424</sup> Essa afirmação já demarca em qual “terreno” pedagógico que situava o projeto de educação iniciado no Centro. Também, associando a essa consideração, ao fim do documento é apontado um imperativo acerca da incumbência de noticiar junto à Prefeitura Municipal de Brumado, a seu órgão responsável pelas atividades de ensino supletivo, o funcionamento do curso. Segue a transcrição, “[...] foi pelo Sr. Antonio Mário dos Santos Presidente autorizada a oficiar à Inspectora do Ensino Supletivo, neste Município, sobre (sic.) a instalação dos referidos cursos e ao seu funcionamento. Brumado, 13 de Julho de 1954 [...]”<sup>425</sup> Portanto, a descrição evidencia que esse curso não teria orientação religiosa, como as escolas dominicais dos protestantes, ou no caso do Espiritismo, as chamadas “Escolas de Evangelização”, que exercem a pregação da doutrina.

No sentido de averiguar com a maior quantidade de indícios que dessem conta de vislumbrar a orientação pedagógica do curso, já que é desconhecida a documentação que permite tal análise, foi empreendido esforço em encontrar registros que noticiassem também o

---

<sup>423</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4 v..

<sup>424</sup> Ibid., fl.4v – 5.

<sup>425</sup> Ibid., fl.5.

envolvimento dos integrantes da diretoria do CEF com outra modalidade de ensino, no sentido do proselitismo, que é o caso da “Escola de Evangelização”; e assim poder traçar um paralelo de que existiram as duas modalidades, uma que seguia “os métodos e recomendação do sistema pedagógico”<sup>426</sup> de ensino oficial do País, a exemplo dos citados “cursos noturnos de alfabetização de adultos” e o outro com a prática doutrinária do Espiritismo, a evangelização. Esse último formato de ensino também se aproxima de atividades educativas laicas, por trabalhar no intuito de alfabetizar, sendo que para se tornar um espírita, necessariamente, exige a leitura e conhecimento das obras básicas da Doutrina, o que só uma pessoa letrada poderia fazer.

Em confirmação da suspeita que o Centro também manteve atividades de evangelização para além dos cursos de alfabetização, é que encontramos nas atas do dia 11 de junho de 1965 a primeira menção acerca de atividades similares, quando Albertino Marques cobrou junto à diretoria do CEF a necessidade de criação “[...] do Departamento de Assistência (sic.) Social, Departamento da Mocidade Cristã e a Escola de Evangelização para a infância, sendo que essas tarefas dependiam da aprovação da Assembléia Geral, o que será feita oportunamente [...]”<sup>427</sup> A criação desses departamentos tinha a finalidade de organizar as atividades desenvolvidas pelo CEF, ou as que ainda não existiam, como era o caso da escola de evangelização. Os mesmos departamentos ficariam a cargo de criá-las e mantê-las.

Assim foi feito, passado algum tempo, aos “[...] dezoito dias do mês de Junho de 1967, pelas quatorze horas, na sede do Centro Espírita ‘Fraternidade’ [...]”<sup>428</sup> na referida época o CEF já possuía sua sede própria, o “[...] irmão presidente [Albertino Marques] recitou as preces usuais, declarando instalada a **Escola Infantil Irmã Aurelina**, em homenagem à progenitora do irmão Antônio Mário dos Santos, fundador desse Centro espírita [...]”<sup>429</sup> Importante ressaltarmos que ao fim do registro sobre a instalação da Escola de Evangelização, aparece uma descrição das orientações da mesma, apontando que “[...] a Escola Infantil [Irmã Aurelina], irá ministrar aos filhos dos irmãos, o conhecimento do Evangelho e da salutar Doutrina de Jesus, conforme vem determinar o Departamento da Juventude Espírita da Federação Espírita Brasileira [...]”<sup>430</sup> Fica evidente qual o objetivo da escola de evangelização, qual seja, ministrar aos filhos dos frequentadores do Centro o ensino

<sup>426</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 5. <sup>427</sup> Ibid.,

fl. 24 v.

<sup>428</sup> Ibid., fl. 31.

<sup>429</sup> Grifo nosso. Ibid., fl. 31.

<sup>430</sup> Ibid., fl. 31.

doutrinário do Espiritismo, embasado pelas diretrizes da Federação Espírita Brasileira. Albertino Marques seguiu o mesmo procedimento adotado na abertura do Curso de Alfabetização, apontando, já na ata de instalação da Escola, a que proposta pedagógica seriam adotadas.

O texto da ata de inauguração do curso de alfabetização informa que “[...] são inteiramente gratuitos a eles está franqueado a matrícula a todos aqueles menores ou adultos de ambos os sexos, sem destinação de classe, credo, côr (sic.) ou quaisquer outras diferenças sociais [...]”<sup>431</sup> Este fragmento traz muitas informações importantes, a exemplo da gratuidade. No entanto, quando o estatuto foi aprovado, aproximadamente oito meses após a aula inaugural do Curso de Alfabetização, ocorreu uma mudança na redação desse ponto. A referida modificação se situa no artigo sexto, que em seu parágrafo único trata sobre a educação, discriminando que “[...] o Centro nada cobrará dos sócios ou pais de alunos que se matricularem na escola, a não ser dos que quiserem (sic.) pagar uma anuidade módica, que a Diretoria fixará para auxiliar as despesas com a conservação e renovação de material escolar [...]”<sup>432</sup> O adendo feito mediante a frase “a não ser dos que quiserem pagar”, provavelmente ocorreu por conta das despesas na manutenção do funcionamento do curso. Levando em conta que era uma atividade que acontecia três vezes por semana, podemos presumir que os gastos com logística, material didático, dentre outros, eram constantes e, por isso, depois de um “balanço” feito do tempo em funcionamento, a diretoria do CEF decidiu restringir o pagamento de quem quisesse contribuir financeiramente com a ação.

O fragmento também indica o público para o qual destinava-se a proposta do curso de alfabetização. Descreve que seria franqueada a qualquer pessoa independente de sua condição social, não restringia o acesso com as questões de faixa etária, levando em conta que se tratava de um curso noturno, que tinha como principal objetivo a alfabetização de adultos. Entrevê nesta diretriz que era um projeto de interesses ousados, pois certamente ambicionava atender a todos os públicos e, principalmente, as crianças em idade de alfabetização, tendo em vista da situação precária do ensino na cidade de Brumado entre as décadas de 1950 a 1960. Tal empreendimento iria, de alguma forma, modificar o sistema de ensino do município.

Salientamos, ainda, que o empenho de Albertino Marques, influenciado pelos ideais de igualdade da Doutrina Espírita, de viabilizar através do CEF atendimento educacional aos

---

<sup>431</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 4v.

<sup>432</sup> Cartório de Registro de Títulos e documentos e pessoas jurídicas. Fórum Duarte Muniz, Brumado-Ba. Estatuto do Centro Espírita Fraternidade de 1955. Livro de registro ano 1955, mês março, dia 8, número da ordem 6, fl.30.

trabalhadores, público específico da população brumadense sem acesso à educação, não destoava da maioria de movimentos de entidades e sujeitos ligados ao Espiritismo e envolvidos com questões similares ao longo da História. O caso estudado não era algo isolado e específico de Brumado, já que era bem comum o envolvimento de adeptos do Espiritismo, principalmente no Brasil, que utilizaram de centros espíritas para ofertarem educação<sup>433</sup> à população. Alessandro Cesar Bigheto, por exemplo, estudou a trajetória de Eurípedes Barsanulfo na Primeira República,<sup>434</sup> um espírita que destinou a sua vida à educação. De acordo com o autor, entre os espíritas “essa valorização do papel da educação não é a mesma crença liberal de que a instituição escolar seria agente transformador da sociedade. Para o espiritismo, a essência da própria vida é pedagógica, a evolução do ser humano é um processo de educação”.<sup>435</sup> Em função disso, o autor dedicou um capítulo da sua dissertação, intitulado de *O vereador, o educador e seu tempo*,<sup>436</sup> para tratar destas questões. Nele, podemos observar similaridades entre a trajetória de Eurípedes Barsanulfo e Albertino Marques quando se trata da relação entre religião, educação e política.

Para além da educação, os espíritas encamparam, também, outras lutas sociais mais específicas, a exemplo, da disputa por conquistas de direitos, com a busca pelo o sufrágio universal<sup>437</sup> ou ainda a luta em favor do operariado, como ocorreu na França do século XIX<sup>438</sup> e a intensificação da luta pela abolição da escravidão,<sup>439</sup> como foi o caso do médico e deputado brasileiro, Adolfo Bezerra de Menezes, que combateu a escravidão durante sua estada na política. A luta promovida por Bezerra de Menezes contra a escravidão foi respaldada nos próprios ensinamentos do Espiritismo. O Livro dos Espíritos, por exemplo, em um dos seus capítulos aborda a “Lei de Liberdade”, condenando a escravidão, descrevendo-a como um abuso de força. “Toda a sujeição absoluta de um homem a outro homem é contrária à lei de Deus”.<sup>440</sup>

Retomando as questões relacionadas às influências dos preceitos do Espiritismo na trajetória de Albertino Marques, consideramos que a descrição apresentada na ata acerca do público ao qual se destinava o curso de alfabetização, indica que o curso materializava os

<sup>433</sup> FUCKNER, Cleusa Maria. Lar Escola Doutor Leocádio José Correia: Uma experiência de educação na perspectiva espírita. In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, *Anais...* Itajaí: UNIVALI, SC, 2008.

<sup>434</sup> BIGHETO, A. C. **Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na Primeira República**. Dissertação (mestrado), Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>435</sup> Ibid., p. 72.

<sup>436</sup> Ibid., p.71.

<sup>437</sup> AUBRÉE, 2009, p.96.

<sup>438</sup> Ibid., p. 93 -103.

<sup>439</sup> KARDEC, 2009. p. 260.

<sup>440</sup> AUBRÉE, 2009, p. 151.

ensinamentos da Doutrina Espírita, já que não limitava a participação de qualquer pessoa que tivesse interesse em frequentar as aulas em busca de se alfabetizar, independente de suas características físicas, diferenças de gênero, crença e condição social. Não é mais lembrarmos que os posicionamentos contidos no Pentateuco Espírita sugerem uma paz social, baseado na igualdade de direitos. O Livro dos Espíritos reserva um capítulo exclusivo para tratar sobre do tema, intitulado “Lei da Igualdade”.<sup>441</sup> Para o Espiritismo, todos os homens e mulheres têm os mesmos direitos, sendo que as diferenças sociais existentes, a exemplo da pobreza, dependem do grau de evolução de cada indivíduo. Assim, as desigualdades sociais são justificadas a partir do adiantamento moral e intelectual de cada sujeito. A preocupação de Albertino Marques em disponibilizar a formação intelectual para todos, por meio dos cursos no espaço do CEF, estava sintonizada, justamente, com a pretensão de garantir o desenvolvimento intelectual das pessoas, o que coaduna com o que foi exposto sobre o envolvimento de espíritas na luta por direitos e por igualdade.

Vale o retorno à referência que fizemos anteriormente sobre o objetivo da criação de uma escola de alfabetização firmada pelo CEF no Estatuto aprovado em 1955. Entendemos que essa proposta entrou numa perspectiva muito mais de um projeto futuro do Centro, do que a descrição estatutária de uma atividade já em exercício a época. Nas atas de proposição e fundação, em 1954, do Curso Alfabetização nas descrições da atividade fica evidente que não se tratava de uma escola. Albertino Marques, precavendo-se juridicamente de uma possível evolução do curso para escola, respalda-se, por meio do Estatuto, junto ao órgão do Estado do funcionamento de uma escola nas imediações do Centro. Nas atas do Centro, na reunião do dia 5 de fevereiro de 1967, reapareceu a referência de uma escola chamada de “Escola Noturna de Alfabetização ‘Prof. Leopoldo Machado’”,<sup>442</sup> se passado aproximadamente 13 anos depois da fundação do Curso de Alfabetização, sem nenhum registro mais específico dentre esse período, sobre a transformação da passagem do curso a escola.

Apesar dos pouquíssimos e intermitentes registros de atividades relacionados à educação nas atas do CEF após a instalação do Curso de Alfabetização, notamos que a Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado”, referenciada em 1967, foi o resultado da experiência adquirida por Albertino Marques com o primeiro curso de alfabetização. Sendo mais específico, dentre o tempo da fundação do curso e a menção da denominação de Escola,

---

<sup>441</sup> KARDEC, 2009. p. 253.

<sup>442</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 27 v. – 28.

apareceu um único apontamento, em ata da reunião do dia 15 de janeiro de 1965, um registro sobre o funcionamento de uma escola no CEF, a qual não é mencionada o nome.

“O irmão presidente,” [Albertino Marques Barreto] proferiu ligeira alocução declarando entre outras coisas, que: pela oitava vez era eleito presidente desta pequena escola, que tem por Mestre, Nosso Senhor Jesus Cristo, e que reconhecia não ser um mandato de ordem material e sim de ordem espiritual [...] <sup>443</sup>

Emerge a seguinte questão do fragmento citado: se nesse pronunciamento Albertino Marques referia-se à Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado” ou a outra atividade de evangelização aos moldes da “Escola Infantil Irmã Aurelina”. Essa desconfiança circunda em torno das marcantes características religiosas presentes na descrição do fragmento, sendo que a narrativa se aproxima muito mais das escolas que desenvolviam ações de evangelização do que a de alfabetização. Os indícios que nos faz pensar por esse viés são: a nomeação por Albertino Marques do “Nosso Senhor Jesus Cristo” como patrono da escola, como também quando relaciona o tempo de sua permanência enquanto presidente, como um trabalho dedicado em prol do sagrado, considerando “[...] não ser um mandato de ordem material e sim de ordem espiritual [...]” <sup>444</sup> Se analisarmos de forma aligeirada, podemos considerar de imediato, pelos indícios apresentados, que realmente se tratava de uma escola que desempenhava função de evangelização e não de alfabetização. Mas analisando com maior cautela e utilizando de outros métodos de exames, percebemos que incorreríamos no erro se não averiguássemos outras perspectivas, a exemplo da comparação e confronto das datas. Para tanto, tomamos como parâmetro as datas de criação de cada atividade, reduzindo as possibilidades de equívoco, sendo possível de responder a inquietação: de qual escola estava se tratando o fragmento apresentado? Utilizaremos a data da criação da escola de evangelização, “A Escola Infantil Irmã Aurelina”, que foi fundada no dia 18 junho de 1967, portanto posterior ao relato de Albertino Marques, que data de 15 de janeiro de 1965. Respeitando essa lógica, é impossível que Albertino Marques estivesse se referindo à escola de evangelização, porque essa ainda não havia sido fundada. Portanto, seu relato fazia referência às atividades desenvolvidas pela Escola Noturna de Alfabetização.

Admitindo que o posicionamento de Albertino Marques se referia à Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado”, outra conclusão que podemos chegar após a constatação do forte apelo religioso quando se trata da Escola, é que muito provavelmente não

<sup>443</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 21.

<sup>444</sup> Ibid., fl. 21.



houve o comprimento à risca da orientação pedagógica vigente no país, pois essa proposta de laicidade foi apresentada na ata de inauguração do Curso de Alfabetização e reafirmada o compromisso no Estatuto de 1955.

Mesmo sendo identificado na prática de Albertino Marques um projeto de sociedade baseado no direito da educação para todos, existia também interesses religiosos no empenho de efetivar uma escola de alfabetização. Levando em conta principalmente que para ser espírita é necessário primeiro conhecer a Doutrina Espírita, e para isso não basta somente frequentar as palestras doutrinárias ministradas no Centro, é imprescindível a leitura do Pentateuco Espírita e, para tanto, a preocupação em alfabetizar e também com o objetivo de angariar mais fiéis.

Como já foi mencionado, uma das dificuldades enfrentadas na análise do projeto de educação desenvolvido por Albertino Marques no CEF foi a escassez de fontes. Os documentos e materiais didáticos dos referidos projetos, que retratassem as atividades desenvolvidas pelo curso de alfabetização e posteriormente pela escola, não foram preservados, fato que dificulta nossa análise. Como aportamos nos registros das atas das ações executadas, esse fragmento supracitado cumpre a função de diminuir a lacuna entre a fundação do curso em 1954 e a Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado”, mencionada pela primeira vez na ata do dia 5 de fevereiro de 1967. Quando Albertino Marques mencionou que exerceu a função de presidente da escola por oito vezes,<sup>445</sup> essa informação evidencia a continuidade das atividades do curso de alfabetização até chegar à categoria de escola. Presumindo que o período da gestão da presidência seja de um ano, computam-se, nesse intervalo, oitos anos, adicionando também a gestão da presidência de Antonio Mário dos Santos na instalação do curso no início das atividades do Centro. Esses dados registram o trabalho de duração no âmbito da educação de, no mínimo, 9 anos. Sendo assim, da fundação do curso em 1954 ao primeiro registro com o nome da escola em 1967, é, aproximadamente, um período de 13 anos de existência e funcionamento das atividades educativas, dos quais 9 anos tem-se evidência do funcionamento, pela menção das gestões das presidências. Esses indícios nas fontes nos leva a considerar que o principal projeto de Albertino Marques era a educação e que no período estudado houve permanência dessas atividades no espaço do Centro.

O trecho da ata a seguir data de 5 de fevereiro de 1967, utilizando, pela primeira vez, o uso do nome escola, desde a criação do Curso de Alfabetização. O fragmento trata de um

---

<sup>445</sup> **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 21**

balanço das atividades desenvolvidas pelo Centro, feito por Albertino Marques na condição de presidente e propondo novamente “[...] a necessidade de ser organizado os departamentos: Cultural, Assistência Social e Espiritual e dar-se um cunho orgânico a esses departamentos através (sic.) de uma regulamentação [...]”<sup>446</sup> Entende que a retomada das questões organizativas dos trabalhos do CEF, através da criação de novos “Departamentos” também estão correlacionado com a experiência adquirida por Albertino Marques à frente das Comissões na Câmara de Vereadores, pois a proposição já havia sido formulada anteriormente em 11 de fevereiro de 1965,<sup>447</sup> anterior ao seu ingresso na Câmara, sem alcançar êxito, pois as atividades dos Departamentos não foram observados nas atas. Finalizando a exposição, Albertino Marques teceu considerações acerca do departamento que seria responsável pela escola e pela biblioteca do Centro. “[...] O Departamento Cultural, compreenderá a Biblioteca Popular Espírita de Brumado, Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado”, etc. [...]”<sup>448</sup>

Novamente o assunto da Escola Noturna de Alfabetização “Prof. Leopoldo Machado” retorna a pauta da reunião de diretoria, quando a 7 de maio de 1967, Albertino Marques anuncia que o ensino não seria mais gratuito por conta das dificuldades financeiras enfrentadas para a manutenção das atividades relacionadas à escola. Isso ocorreu após a Prefeitura Municipal de Brumado ter cortado o auxílio financeiro que era destinado à Escola e suspenso professores vinculados ao município que estavam em exercício no Centro. Essa tomada de decisão, por parte do Prefeito, foi em retaliação às investidas de investigação por parte de Albertino Marques ao Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes, iniciado em 7 de abril de 1967, momento que gerou intensos embates na Câmara. O estremecimento das relações políticas teve como consequência a suspensão dos benefícios concedidos ao Centro pela Prefeitura.

“[...] falou também sobre a escola noturna Prof. Leopoldo Machado, que irá funcionar mediante a taxa de dois cruzeiros novos por aluno, dizendo que essa medida era tomada em virtude de falta de recursos da Prefeitura, todavia, diz esperar que seja designada uma professora leiga para o Centro, quando então, o ensino será gratuito.”<sup>449</sup>

<sup>446</sup> Ibid., fl.27 v. – 28.

<sup>447</sup> CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl. 24 v. <sup>448</sup> Ibid., fl.27 v. – 28.

<sup>449</sup> Ibid., fl. 30.

Foi colocada uma condição para que o ensino retornasse aos moldes iniciais, de quando a oferta do ensino era gratuito. Seria necessário que a Prefeitura destinasse uma professora para o ensino na Escola. Nesse contexto de dificuldades financeiras, Albertino Marques propôs meios paliativos que minimizassem a situação do Centro. Um tanto inusitada foi uma das medidas tomadas por ele, depois de instituídos os departamentos, o Departamento de Cultura organizou a “Biblioteca Popular Espírita de Brumado”,<sup>450</sup> e a proposição sugerida e adotada foi o de alugar os livros espíritas à comunidade.

O irmão presidente declarou já estar organizada a Biblioteca, estando a mesma em condições de alugar os livros, mediante o pagamento de cinquenta cruzeiros velhos (Cr. \$50,00), ficando ainda responsáveis os leitores pelo estrago e desvio de obras, conforme os preços constantes do “Preçário”, fornecido pela F.E.B., e o prazo estabelecido no regulamento que discipline esse serviço.”<sup>451</sup>

A medida “de alugar os livros” foi adjetivada de inusitada para evitarmos de chamar a prática, logo de imediato, de contraditória, o que enviesaria a análise. Nossa ideia foi dar ao leitor a oportunidade de apreciar o fragmento e observar como o autor da proposta se posiciona. Levando em conta que o projeto de maior afincamento da trajetória de Albertino Marques, tanto no CEF quanto na Câmara, foi de disponibilizar o livre acesso à Educação a quem tivesse interesse, mas diante do surgimento de dificuldades pontuais, como questões de dificuldades financeiras, a primeira ação adotada foi cobrar um valor pelo empréstimo, limitando o acesso aos livros espíritas da “Biblioteca Popular Espírita de Brumado”. Tal cobrança e a taxação de mensalidade para a manutenção da escola nos causa estranhamento, por serem um tanto incoerentes com a proposta inicial.

Mas é justamente o contexto que lança luz sobre a tomada de decisão de Albertino Marques. Fazendo uma consulta ao salário vigente no País à época da instituição da mensalidade cobrada na escola, é possível entendermos a proporcionalidade do quanto isso significava para as pessoas que a frequentavam. Em 13 de fevereiro de 1967 entrou em vigor a moeda Cruzeiro Novo<sup>452</sup> e foram extintos os centavos, ficando o Cruzeiro velho com a sua equivalência. Em março do mesmo ano, com o decreto nº 60231,<sup>453</sup> o valor do salário mínimo alcançava a cifra de Cento e cinco Cruzeiros Novos (NCr\$ 105,00). Portanto, o valor de dois

<sup>450</sup> Similar a Albertino Marques, o espírita feirense Osvaldo Requião também organizou uma biblioteca. Cf. MORGADO, 2015, p. 130.

<sup>451</sup> **CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE. Arquivo do CEF. Ata. Livro 01, fl.29.**

<sup>452</sup> Conferir: Disponível em: <<http://www.debit.com.br/moedas.php>> Acesso em: 25 mai. 2016.

<sup>453</sup> Conferir: Disponível em: <<http://audtecgestao.com.br/capa.asp?inoid=1336>> Acesso em: 25 mai. 2016.

cruzeiros novos (NCR\$ 2,00) por aluno estipulado por Albertino Marques, proporcionalmente ao salário, equivaleria aproximadamente 2 por cento do montante do salário. O valor cobrado pelo aluguel dos livros chegava a uma pequena quantia de centavos. Chegamos à conclusão que, diante da insignificância dos valores, depois de vislumbrar o quanto significava em comparação ao salário, essa prática foi umas das formas de manter funcionando os trabalhos da Escola, na medida em que servia para arrecadar verbas para pagamento de professor. Os serviços educacionais deixaram de ser gratuitos, mas o valor era irrisório e acessível aos alunos.

## **5.2 A concepção de Educação de Albertino Marques Barrêto e as similaridades com a proposta espírita.**

No decorrer do texto, referimo-nos a atuação de Albertino Marques, como a formulação de um Projeto de Sociedade ou mesmo um Projeto de Educação. Cabe esclarecer que esse “projeto”, em forma física, sistematizado em suas estruturas próprias, não existiu; essa ressalva é válida principalmente em se tratando do Projeto em Educação, pois nem mesmo é sabido da existência de um projeto pedagógico da Escola, formulado por Albertino Marques. Se foi confeccionado algum, não tivemos acesso, por não constar nos arquivos pesquisados. Mas foi possível identificar a existência de um Projeto, por meio de vestígios em sua prática, através das fontes, das quais já apresentamos parte delas, a exemplo das atas do CEF e as da Câmara de Vereadores que trabalharemos a seguir, que assinalavam intenções de uma reforma social, baseada na educação.

Depois de fazer essa breve ressalva, cabe entender de onde parte a concepção de Educação de Albertino Marques. Tendo em vista que se faz necessário compreender em qual formação intelectual se ancora tal concepção e conseqüentemente as influências em sua “visão de mundo”. A partir daí, percebermos qual é o entendimento da função da educação na trajetória do sujeito pesquisado. Só seguindo este percurso teremos condições de propor hipóteses e apontar possíveis respostas para a sua atuação.

Chegamos ao entendimento que Albertino Marques tinha de educação quando analisamos a indicação apresentada a Câmara no dia 29 de maio de 1969, buscando solucionar o déficit orçamentário enfrentado pelo “Ginásio General Nelson de Mello”.<sup>454</sup> O que mais chama atenção nesse documento é uma das considerações feitas por ele em busca de justificar

---

<sup>454</sup> Voltaremos a tratar sobre as questões do Ginásio General Nelson de Mello. Cf. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

ao poder público a necessidade em suprir as finanças da instituição, a fim de não encerrar as atividades educativas. Albertino Marques expõe o que acreditava por Educação quando afirmou: “CONSIDERANDO que o fracasso financeiro da conceituada entidade trará incalculáveis prejuízo (sic.) a esta zona, além de grande desencanto a todos quantos procuram **sair das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber.**”,<sup>455</sup>

O primeiro ponto a ser observado nesse fragmento é o que já era corriqueiro na trajetória de Albertino Marques, da intensa preocupação com a educação do município, justificando ao governo que, se não fossem tomadas as providências cabíveis, o fechamento da escola traria “incalculáveis prejuízos” à cidade. É visível também na exposição de que a Educação para o sujeito não carregava apenas o sentido corriqueiro de ascensão social mas, principalmente, se inseria num entendimento engendrado pelo Espiritismo de regeneração e evolução da humanidade. E o que mais nos interessa para esse momento é a visão da Educação apontada no trecho, sinalizando que o fim da instituição traria uma perda para os interesses da urbe. O trecho liga a ignorância às trevas e o saber à luz divina, fazendo um jogo maniqueísta entre bem e mal, trevas e luz. Existem, nesse trecho, fortes influências iluministas, que foram adquiridas por meio das leituras do Pentateuco Espírita, efetivadas pelo sujeito. Considerando que o Espiritismo seja a principal matriz de sua formação, e como tal, estão permeadas de influências do contexto histórico francês.

Nesse documento fica evidente ainda como Albertino Marques concebia a aquisição do conhecimento como sendo um meio de transformação do ser, além das influências do Espiritismo contidas em sua concepção que apontam a Educação como o caminho que leva à modificação da sociedade. Fica evidente, portanto, como Albertino Marques assimilou o papel fundamental e transformador da Educação quando versou sobre a importância do Ginásio. Como já foi demonstrado, quando tratou dos problemas que decorreriam do fechamento, sinalizou que o encerramento das atividades traria prejuízos incalculáveis para a cidade. Essa ênfase dada não é somente um jogo com as palavras a fim de que acatem a sua indicação e aprovelem o financiamento da instituição. Reside aí realmente uma crença de que a Educação seria o caminho para uma sociedade melhor. Como já foi anunciado das influências do Espiritismo na concepção de mundo de Albertino Marques, agora cabe-nos trazer ao diálogo como é apresentado o conceito de Educação no arcabouço do Espiritismo e entender quais as suas funções para a realidade social.

---

<sup>455</sup> Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

Há um elemento que, comumente, não entra na balança e sem o qual a ciência econômica não é mais que uma teoria: a educação. Não a educação intelectual, mas a educação moral, e não, ainda, a educação moral pelos livros, mas aquela que consiste na **arte de formar os caracteres**, a que **dá os hábitos**, porque **a educação é o conjunto dos hábitos adquiridos**. [...] Quando essa arte for conhecida, cumprida e praticada, o homem ocasionará no mundo hábitos **de ordem e de previdência** para se mesmo e os seus, **de respeito por tudo o que é respeitável**, hábitos que desordem e a imprevidência são duas chagas que só uma educação **bem entendida** pode curar. Esse é o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, a garantia da segurança de todos.<sup>456</sup>

No capítulo do qual foi extraído o texto supracitado, o assunto em pauta, para uma maior compreensão do fragmento, é a “Lei do trabalho”. O Espiritismo entende o trabalho como expiação, mas também, como meio de alcançar o aprimoramento intelectual. Portanto, na sociedade capitalista que o homem é regido pelas “suas necessidades e seus prazeres”,<sup>457</sup> pelo consumo, o trabalho é imprescindível. E com o intuito de dar conta do que é o trabalho, o capítulo trata daqueles que trabalham, e se bem compreendida essa tarefa, o sujeito alcança o aprimoramento intelectual, mas também versa sobre os que não podem trabalhar, referindo as questões do repouso, do descanso na idade avançada e das limitações físicas. E por viverem em uma sociedade injusta e egoísta, que não tem a “lei de caridade” como princípio, a consequência é o flagelo da miséria. Desse modo, a Doutrina Espírita insere a Educação nesse contexto como sendo o caminho para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Retomando a definição de Educação supratranscrito, o fragmento inicia com uma crítica de subestimação pela “ciência econômica”, por entender a educação simplesmente como uma teoria. Para o Espiritismo, o conceito extrapola o sentido de uma educação intelectual, circunda em torno do hábito, e como tal a moral tem função preponderante, por ser reguladora das relações humanas.

E assim se percebe que a concepção de Educação de Albertino Marques, (da reforma do sujeito tendo como base a aquisição da “luz divina do saber”), transita *pari passo* com o que está sendo apresentado do conceito de Educação no Espiritismo, onde a aquisição do conjunto de hábitos, baseado na moral, formando seres ordeiros e responsáveis pelos seus semelhantes. Lembrando que é mencionada a questão da ordem no fragmento, porque no compêndio doutrinário, a Educação também tem função de controlar os instintos desfreado

---

<sup>456</sup> KARDEC, 2009, p. 222.

<sup>457</sup> Ibid., p. 220.

dos seres e depois de alcançar essa transformação, a “cura” pela educação o bem-estar se estabelecerá em sociedade.

Desse modo, conclui-se a abordagem referente a educação na Doutrina Espírita com uma citação a qual resume o entendimento de Allan Kardec, sobre de qual educação se tratava e o seu papel, “[...] quer dizer, pela educação; não essa educação que tende a fazer homens instruídos, mas a que tende a fazer homens de bem. A educação, se bem entendida, é a chave do progresso moral [...]”.<sup>458</sup> Na perspectiva de um tipo de Educação que prioriza a formação moral, novamente é posto em evidência que o Espiritismo diferencia-se da proposta vigente, a exemplo da educação outorgada pelo Estado, que privilegia a instrução ou a escolarização. Como é abordado no trecho transcrito, o foco é a formação do homem de bem e associa esse homem ao progresso. Novamente vem à tona as influências do contexto do seu surgimento na França do século XIX e o propósito da formação de um homem novo, também advindo desse momento histórico.

Conforme foi observado, para o Espiritismo a Educação tem uma relevância central na transformação social. Essa importância parte desde o geral, no sentido de colocar a Educação como instrumento de modificação do mundo, com a transformação do indivíduo e consequentemente da sociedade por meio de uma internalização das condições morais do bem viver. E também no sentido específico, pois para ter acesso aos conhecimentos da Doutrina Espírita, faz-se necessária a leitura e compreensão dos seus ensinamentos e por isso a Educação ganha um peso significativo para o meio espírita. Marion Aubréé aborda em seus estudos sobre essa centralidade, fazendo-nos conhecer os relatos sobre a vida do codificador da doutrina. “A educação é o ponto central do espiritismo. Por isso, em suas explicações aos grupos da província, Allan Kardec encoraja a leitura e o estudo do livro (*dos Espíritos*) como sendo primordial, e considera os fenômenos das mesas no final das contas como acessórios [...]”.<sup>459</sup>

As mesas girantes ou dançantes foi o fenômeno de mesas que se movimentavam e respondiam por meio de pancadas às perguntas dos presentes nos tumultuados salões da burguesia francesa. Acontecimentos esdrúxulos, até então inexplicáveis, quando o então pedagogo Hyppolyte Léon Denizard Rivail foi convidado a presenciar uma dessas sessões. Aquele acontecimento conquistou a atenção de Rivail, que resolveu por mergulhar em investigações em busca de descobrir o princípio ativo que movimentava as mesas e reagiam

---

<sup>458</sup> KARDEC, 2009, p. 285.

<sup>459</sup> Cf. AUBRÉE, 2009. p. 33, - 103.

aos questionamentos formulados. A partir do primeiro contato em 1854, tem-se o início do surgimento do que viria a ser Espiritismo.

Dora Incontri, pedagoga e estudiosa brasileira da pedagogia espírita, publicou um trabalho que versa exclusivamente sobre o assunto, intitulado *A educação segundo o Espiritismo*. Na introdução, a autora aponta como objetivo, um tanto presunçoso, de “contribuir para a melhoria da Educação humana”,<sup>460</sup> e é feita a abordagem elucubrando perspectivas educacionais, tendo como base os preceitos espíritas. Segundo Incontri, a principal finalidade da Educação “é ajudar o outro a evoluir”,<sup>461</sup> e conceitua “que educar é amar e vice-versa”,<sup>462</sup> portanto perfaz que a educação é a “via” de acesso a evolução, que para a mesma seja alcançada, necessariamente o caminho passa pela educação. É visto que os principais preceitos condicionantes da Doutrina Espírita permeiam toda a obra de Incontri, a exemplo da assimilação do paradigma da evolução presente na sua definição de educação.

Em se tratando dessa última, as influências do religioso também têm preponderância, quando iguala a ação educativa como a um ato de amor, respaldada na doutrina da caridade. Sendo no Espiritismo a palavra amor muito utilizada é depositado nesse sentimento a tarefa da regeneração da humanidade.<sup>463</sup> Mesmo que a autora tenha um longo caminho acadêmico entre mestrado e doutorado em estudos da temática Educação e Espiritismo, essa produção em específico soa muito mais como uma propaganda da Doutrina Espírita. Feita essa ressalva, ainda consideramos relevante a utilização como referência, por vislumbrar em sua escrita a internalização dos preceitos espíritas, que acaba por desvelar muito da ideia de Educação internalizado pelos adeptos e, no caso específico, transformado em proposta de intervenção.

Nas linhas acima, explicamos que o “corpo” doutrinário do Espiritismo foi muito influenciado pelo contexto histórico europeu. Mencionamos, também, de forma breve, a presença do evolucionismo e da noção de progresso nas obras que compõem o Espiritismo. Em se tratando de educação, cabe-nos inquirir, a fim de compreendermos com mais propriedade a atuação de Albertino Marques no tocante ao Projeto de Educação, de onde a Doutrina Espírita obteve a concepção de Educação. Primeiramente, em busca de entender a formação intelectual de Hyppolyte Léon Denizard Rivail – antes de ficar conhecido enquanto decodificador do Espiritismo e passando a adotar o pseudônimo de Allan Kardec – recorremos a Aubrée, que traz informações que nos auxiliam a compreender de quais ideais

---

<sup>460</sup> INCONTRI, Dora. *A Educação segundo o Espiritismo*. São Paulo: Editora Comenius, 2000. p. 17.

<sup>461</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>462</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>463</sup> KARDEC, 2009. p. 275.



permeiam a proposta. A autora asseverou que Rivail recebeu sua formação no Castelo de Yverdon, na Suíça, o qual tinha como diretor e mestre Jean-Henri Pestalozzi, discípulo de Rousseau, que em sua prática pedagógica no Instituto eram os “ensinamentos de *Émile*”.<sup>464</sup> Nas palavras da autora, “[...] a influência de Rousseau e da filosofia do século XVIII, que, através de Pestalozzi, forma o espírito de Rivail e serve de modelo à edificação do Espiritismo no seu ideal de tolerância, de fraternidade e de universalidade [...]”.<sup>465</sup>

A formação de Rivail aproximou o corpo doutrinário do Espiritismo com a crença na regeneração do homem através da educação, posições similares ao que foi defendido por Rousseau na obra *Emílio*, publicada no período em que Rivail era aluno de Pestalozzi. Cabe-nos, ainda, observar que não foi exclusividade da Doutrina Espírita que foi extraída a concepção de que a educação seria a salvadora da humanidade. O que podemos observar é que o “Pentateuco Espírita” era o “retrato” do contexto histórico europeu, marcado por grandes conflitos e transformações no que culminaria com a Revolução Francesa, que derrubou o Antigo Regime e instituiu uma nova forma de Governo e que tinha como principal ideário a igualdade de direitos e, assim, um movimento de pensadores e filósofos franceses que enxergavam no terreno da Educação as possibilidades de transformação daquele contexto:

“[...] a partir de meados de século XVII, uma intensificação do pensamento pedagógico e da preocupação com a atitude educativa. Para alguns filósofos e pensadores do movimento francês, o homem seria integralmente tributário do processo educativo a que se submetera. A educação adquire, sob tal enfoque, perspectiva totalizadora e profética, na medida em que, através dela, poderiam ocorrer as necessárias reformas sociais perante o signo do homem pedagogicamente reformado.”<sup>466</sup>

A centralidade do processo educativo na França se iniciou com Iluminismo, com o movimento dos enciclopedistas. Nas redações dos verbetes da “[...] *Encyclopédie*, nota-se a recorrência de apresentar o tema da educação, tendo em vista justamente essa formação de um homem que, por definição, pretende ser universal [...]”.<sup>467</sup> A universalidade do homem, apresentada pelos filósofos e pensadores nos verbetes da *Encyclopédie*, somente seria possível pelo caminho da Educação, mas os idealizadores ainda não tinham chegado a um consenso de

<sup>464</sup> AUBRÉE, 2009, p. 37.

<sup>465</sup> AUBRÉE, 2009, p. 38.

<sup>466</sup> BOTO, 1996, p. 21.

<sup>467</sup> Ibid., p. 60.

que para que a Educação se tornasse direitos de todos, seria necessário que o Estado se responsabilizasse por sua oferta.. Para que a proposta da Educação como direito universal chegasse ao campo da disputa política, o caminho percorrido pelos entusiastas do assunto foi da “[...] Ilustração à Revolução, a pedagogia desloca-se do terreno filosófico para incursionar pela prática política, pelo lugar institucionalizado na escola propugnada; deixa de ser objeto privilegiado de indivíduo para ser concebida como direito e capacidade inerentes à espécie [...].”<sup>468</sup> Assim, a autora Carlota Boto, analisando a importância que a Educação ganhou durante esse contexto histórico, apresentou o que entende por homem novo.

[...] Surge, com a Revolução, a utopia da regeneração dos tempos pela eliminação dos vestígios arcaicos do Antigo Regime e pela representação do homem novo a ser preparado pela escola: escola esta universal, laica gratuita, obrigatória e para ambos os sexos. A Escola, enquanto instituição agenciada pelo Estado, passa a ser tomada como veículo propulsor da regeneração. [...] <sup>469</sup>

Portanto, a formação do homem novo que seria desenvolvida pela escola, pretendida pelos revolucionários, não se limitou, única e exclusivamente à instrução, mas principalmente formar o homem ético. E retomando o que foi dito sobre como é entendida a Educação no Espiritismo, ficam evidentes as similaridades, em que o ato de educar não ficaria restrito às questões do desenvolvimento da intelectualidade, mas é admitida também a moral como base da formação do sujeito. Com o intuito de compreendermos o protagonismo que a Educação adquiriu para a Doutrina Espírita é que nos aproximamos da análise apresentada por Boto sobre o “homem novo”, relacionando-a ao estudo da trajetória de Albertino Marques. Nessa empreitada, selecionamos um fragmento da autora supracitada que define o cenário histórico francês, por entender que o percurso de Albertino Marques, na cidade de Brumado, foi marcado pelas influências do Espiritismo e conseqüentemente está imbricado o ideário do projeto pedagógico pós-Revolução Francesa no compêndio doutrinário do Espiritismo e, por extensão, na prática de Albertino.

Reformular a acepção do caráter público da escola e alterá-lo como projeto de construção de cidadania é tarefa que historicamente parece ser

---

<sup>468</sup> BOTO, 1996, p. 22.

<sup>469</sup> Ibid., p. 69.

concomitante à Revolução. Esta, na França, ecoa como gesto de inauguração de uma nova era, pretendendo, na dinâmica do seu pulso, zerar o passado e fundar o novo: seja o novo em termos de Estado e de constituição política, seja o novo em termos de ética, seja o novo em termos de formação humana. Rastrear o trajeto do ensino público e democrático, tal como a modernidade o concebeu, supõe, assim, um acerto de contas e um tributo para com os projetos pedagógicos que tiveram lugar nas diferentes etapas da Revolução na França do século XVIII.<sup>470</sup>

A descrição apresentada por Boto sobre a dinâmica dos acontecimentos em decorrência da Revolução, traz para o campo da disputa política um assunto que nos é caro ainda hoje, qual seja, o direito a um ensino público, de qualidade, obrigatório e de livre acesso a ambos os sexos. Essa concepção de ensino público e democrático que conhecemos nos dias de hoje tem seu nascedouro na França, dando os primeiros passos desde o século XVII, o que culminaria com “[...] a ruptura revolucionária, atrelada a todo o imaginário que lhe acompanhou, que deu substância ao debate acerca da institucionalização de um ensino público e universal, sob encargo de poderes estatais [...]”.<sup>471</sup>

Sendo assim, quando buscamos uma aproximação entre o que foi idealizado nesse período da Revolução Francesa com a realidade brasileira em se tratando do sistema educacional e, numa escala menor, com o projeto de homem que foi encampado por Albertino Marques na cidade de Bramado, não é algo esdrúxulo e impossível de ser feita, visto que, como apresentou a autora sobre o “acerto de conta”, a “dívida” e a influência do projeto pedagógico advindos da Revolução no que conhecemos hoje por Educação, sendo o nosso sistema de ensino também herança do que ocorreu na França naquele período. Em se tratando do ensino público e democrático, a busca nacional teve um árduo caminho, intensificando-se principalmente no Primeiro Governo Vargas (1930-1945).

Foi ali que se criou o Ministério da Educação e Saúde (1930), que se construiu um sistema nacional público de ensino, e que foram feitas reformas que perduraram muitas décadas além da de 1940. A Reforma do Ensino Secundário de 1942, a Reforma Universitária, com a criação e padronização do sistema universitário público federal, a criação da Universidade do Brasil, a criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai), em 1942, estão entre tais iniciativas. No caso do ensino primário, a política que talvez melhor exprima o tom daquele governo tenha sido a nacionalização do ensino, ou seja, o fechamento de escolas estrangeiras, a construção de unidades escolares e a imposição de um sistema nacional de ensino. A educação do primeiro governo Vargas ficou identificada com o

---

<sup>470</sup> Ibid., p. 67.

<sup>471</sup> BOTO, 1996, p. 69.

ministro Gustavo Capanema, que esteve à frente do ministério da Educação por 11 anos, de 1934 a 1945.<sup>472</sup>

E posteriormente ao que foi apresentado no fragmento, continuou a busca por uma legislação que regulamentasse o ensino público, dando os primeiros passos com a “comissão de educadores em 1948”,<sup>473</sup> que apresentou ao Poder Legislativo o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Base (LDB). O então projeto da LDB, passando por sucessivas alterações, arrolado nas instâncias do Estado, durante 13 anos, somente aprovado em 1961.<sup>474</sup> Sendo que o período do estudo da trajetória de Albertino Marques se insere nesse mesmo contexto nacional, de intensas transformações do sistema nacional de educação. E Albertino Marques, diante da situação precária do ensino do município, propôs intervenção na cidade, iniciando sua atuação com o Curso de Alfabetização para Crianças e Adultos no CEF e, posteriormente, ocupando a Câmara de Vereadores de Brumado em busca de apresentar projetos de Leis que fomentassem a Educação na cidade. Por conseguinte, diante da sua atuação constante relacionada à Educação, além das fontes do CEF como as atas e estatuto que versa sobre o curso e a Escola, como também as atas e documentos da Câmara que evidenciam os seus pronunciamentos e a sua concepção acerca desse tema, é que se nota na formulação de um projeto de Educação, desenvolvido por ele em diferentes espaços, tendo os traços do “homem novo” contido no Espiritismo, como já apresentado, foram influências da Revolução Francesa.

E assim, o que surgiu na França com a revolução burguesa, que transformou a ordem do Estado e, com isso, todas as instâncias ligadas a ele, não foi diferente com a Educação. O projeto pedagógico pós-Revolução Francesa, com fortes características dos ideais iluministas, tinha em seu âmago a transformação de um “homem novo” e porque não dizer um novo homem burguês. A Educação teve um papel preponderante nessa transformação, como

---

<sup>472</sup> BOMENY, Helena. **E ele voltou... o segundo governo Vargas**: A educação no segundo governo Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

<sup>473</sup> “Fruto do trabalho de uma Comissão de 15 membros, subdivididos em três subcomissões (Ensino Primário, Médio e Superior), presidida pelo então Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Professor Manuel Bergstron Lourenço Filho, o Projeto teve como Relator Geral, Antonio Ferreira de Almeida Júnior.” LOBO NETO, F. J. S. **Há cinquenta anos**: o debate sobre a primeira LDB. Disponível em: <[http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN08%20LOBO%20NETO,%20F.J.%20S.%20me mo ria% 20e% 20 documento.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN08%20LOBO%20NETO,%20F.J.%20S.%20memoria%20e%20documento.pdf)> Acesso em: 07 ago. 2016.

<sup>474</sup> MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação**. Trabalho apresentado da I Jornada Discente do PPHPBC – Programa de Pós-graduação do CPDOC/FGV; 2009. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/ldb-de-1961-apontamentos-para-uma-hist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 07 ago. 2016.

expressou Carlota Boto, trazendo como exemplo a formação infantil em Rousseau presente na obra *Emílio*, que “[...] pensar a criança é também em Rousseau projetar o homem do amanhã. Detectando a necessidade de se buscar no homem a sociedade e, para compreendê-la, retomar o estudo do homem, Rousseau deseja primordialmente acoplar política, educação e ética.”<sup>475</sup> Como já salientamos, o Espiritismo carrega em seu compêndio doutrinário os contornos da citada obra de Rousseau, e umas das evidências dessa aproximação é que o ato de educação perpassa também pela formação moral, como consta na Doutrina Espírita.

Albertino Marques, apropriando-se dos conhecimentos contidos no Espiritismo e do significado do ato de educar, entendia que atuando para a melhoria da educação na cidade de Brumado, mudaria a realidade local, contribuindo assim para a “evolução” intelectual e espiritual da população da cidade.

### **5.3 Cursos propedêuticos para as calasses dominantes e profissionalizantes para as classes dominadas: o contexto histórico e as relações com a educação no Brasil.**

As concepções de educação de Albertino Marques foram fortemente influenciadas pela religião espírita, já que a religião fez parte constantemente de sua trajetória. Assim sendo, entendemos que o Espiritismo foi elemento preponderante na composição de sua “visão de mundo”. Feita essa consideração, de forma breve, abordaremos como estava o contexto da educação no Brasil no período compreendido entre a atuação no Centro Espírita Fraternidade, no início de 1954 com a fundação do curso de alfabetização, até a sua atuação na Câmara de Vereadores de Brumado, por admitir que as transformações na educação, em nível nacional, também interferiram nos rumos do projeto educacional de Albertino Marques.

Em busca de ambientar a trajetória de Albertino Marques, no que tange a sua prática educativa, com alguns marcos históricos da Educação brasileira, por entendermos que o ocorre no âmbito nacional, referente à educação, relaciona-se e interfere nos acontecimentos de uma cidade de pequeno porte do interior da Bahia. Essa correlação é necessária pois esse estudo teve como “bússola” norteadora a própria trajetória do sujeito e, conseqüentemente, em sua atuação ficou em evidência o cenário do sistema de ensino da cidade de Brumado, local de execução de seus projetos.

Como foi anteriormente exposto, a primeira ação de Albertino Marques foi através do espaço do CEF com o Curso de Alfabetização para Crianças e Adultos, tendo em vista as dificuldades educacionais enfrentadas em escala nacional que, obviamente, refletiram na

---

<sup>475</sup> BOTO, 1996, p. 26.

pequena cidade de Brumado, onde o número de salas e a quantidade de contratação de professores eram insuficientes para a demanda de alunos em idade escolar, como também para os adultos que nutriam o interesse em se alfabetizarem. Nesse “hiato” entra cena um representante da sociedade civil, com o objetivo de suprir uma carência acarretada pela negligência tanto por parte do Estado como também pelo próprio governo da cidade.

Outro momento crucial que direcionou a pesquisa e, portanto, é relevante que se faça alusão antecipando a apresentação, foi o projeto idealizado por Albertino Marques e posto em execução junto à comunidade escolar “da quarta série noturna do Ginásio Nelson de Mello”,<sup>476</sup> com o apoio do poder Executivo, em reivindicar do Estado da Bahia providências no que concerne “à criação de um Curso Técnico de Contábeis”,<sup>477</sup> na cidade de Brumado. O projeto foi bem-sucedido, na medida em que contribuiu para a alteração do ensino fundamental para o curso técnico, e assim, é possível travar diálogo com o que estava acontecendo no País acerca da educação tecnicista. O desempenho do sujeito referente à implementação do curso técnico coloca sua atuação em meio aos principais episódios do sistema educacional brasileiro, atinente a um tipo de ensino para formação de mão de obra qualificada para o Parque Industrial brasileiro. Assim, cabe, de forma breve, tecer algumas considerações acerca do contexto histórico e as correlações com o assunto em pauta.

Ao analisarmos a trajetória de Albertino Marques, percebendo os contornos de um visível “projeto de mundo”, entendemos que nenhuma de suas ações estava isenta de interesses e objetividade. Albertino Marques, ao intervir na cidade com um projeto de Educação usou estratégias de um homem espírita. A primeira relacionada ao CEF, considerando que para ser espírita era necessário ser alfabetizado, pois o entendimento e a prática da religiosidade espírita perpassam principalmente pela leitura, então o Curso de Alfabetização tinha por finalidade imediata ensinar os sujeitos – potenciais fiéis – a ler. Também deve se considerar que ante a precária situação da Educação no município, o curso poderia ser uma estratégia para atrair mais frequentadores e futuros fiéis. O segundo ponto foi a implementação de cursos técnicos na cidade. Essa ação esteve intrinsecamente ligada à existência de indústrias de mineração Magnesita e outras que vieram, por demanda da produção, em consequência da primeira. Nesse sentido, ainda que estes cursos fossem destinados aos trabalhos internos administrativos, o que se pleiteava era a formação de quadro de funcionários aptos para a inserção aos trabalhos especializados.

---

<sup>476</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 110 v.

<sup>477</sup> Ibid., fl. 110.

Sistematizamos as principais intervenções de Albertino Marques pois entendemos, em consonância com Bárbara Freitag, que a educação tem relações intrínseca da “situação num contexto social”<sup>478</sup>. A autora menciona dois pontos centrais para definir educação. O primeiro evidencia que a “[...] **educação** sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade; [...]”<sup>479</sup> e esse posicionamento é justamente o que tem sido adotado durante as análises ao longo do texto, por apreender que toda a ação de Albertino Marques estava permeada de suas vivências e experiências adquiridas pelo seu trajeto, principalmente do Espiritismo. O segundo ponto é que “[...] numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, igreja, escola, comunidade) que se tornam porta-vozes de uma determinada doutrina pedagógica.”<sup>480</sup> Em se tratando de “instituições específicas”, primeiro foi a utilização do CEF, que não aparecem nitidamente as “vozes” da doutrina pedagógica referida por Freitag, mas já foi pontuado, que para além do interesse de angariar mais adeptos ao Espiritismo, também existiu a crença salvacionista por meio da Educação, contida na Doutrina Espírita e adotada pelo sujeito em estudo, portanto fica evidente o posicionamento pedagógico.

Vale ressaltar que o período compreende a atuação de Albertino Marques no que concerne à Educação, entre a suas primeiras incursões em 1954 com a fundação do Curso de Alfabetização no Centro, até a permanência na Câmara, com o envio ao “Dr. Governador do Estado”<sup>481</sup> da Bahia da proposta da criação do “Curso Técnico de Contábeis”<sup>482</sup> em 1968, compreendeu anos de significativos acontecimentos no cenário nacional no que tangem a Educação. Desde a herança da “política educacional do Estado Novo”<sup>483</sup> com a Escola Nova “[...] correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia [...],”<sup>484</sup> onde esse modelo de educação era destinado a futura classe dirigente, sendo “[...] à Escola Nova como desempenhando a função de recompor os mecanismos de hegemonia da classe dominante [...]”<sup>485</sup> e o ensino tradicional e as escolas técnicas para a classe trabalhadora. Também nesse interim, depois que arrolaram nas instâncias públicas, por

<sup>478</sup> FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes. 1980, p.15.

<sup>479</sup> Ibid., p. 15.

<sup>480</sup> FREITAG, 1980, p. 15.

<sup>481</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO**. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 110 v.

<sup>482</sup> Ibid., p. 110 v.

<sup>483</sup> Cf. FREITAG, 1980, p. 52.

<sup>484</sup> SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Autores Associados, 1997. p. 18.

<sup>485</sup> Ibid., p. 94.

aproximadamente 13 anos, o projeto final da Lei De Diretrizes e Base foi aprovada em 31 de janeiro de 1961.

Neste capítulo, por ter correlação direta com a atuação de Albertino Marques, enfocaremos as questões relacionadas às políticas educacionais que levaram as transformações ao sistema educacional brasileiro no que ficou conhecido, após a aprovação da Leis Orgânicas do Ensino em 1942, por “dualismo educacional”<sup>486</sup>. O dualismo era expresso, de um lado pela Escola Nova, e do outro por escolas de ensino tradicional. Lembrando o Estado Novo se empenhou em “[...] cumprir senão a letra ao menos o espírito da Constituição de 1937, que desejava colocar o ensino profissionalizante como o campo próprio de educação dos setores menos favorecidos [...]”<sup>487</sup> Com essas medidas buscava a implementação e expansão do parque industrial do País, mais especificamente a intervenção do Estado burguês através de um direcionamento, com a criação das “escolas técnicas profissionalizantes,”<sup>488</sup> tendo como público alvo “as classes menos favorecidas,”<sup>489</sup> criando com isso mão de obra especializada, aptas a trabalhar na crescente indústria brasileira. Segue a análise de Alessandro Cesar Bigheto, quando versa sobre a proposta pedagógica burguesa.

[...] Para os burgueses, a educação escolar tinha funções sociais específicas, estrutura pedagógica própria, características metodológicas e curriculares adequadas aos seus interesses econômicos, políticos e ideológicos mais amplos. Isso porque, no novo estágio sócio-econômico do País, os problemas relacionados às necessidades de formação da mão-de-obra, a divisão social e técnica do trabalho e a aceleração do processo de urbanização tornam necessária a criação de um sistema comum de educação, capaz de atender às novas exigências no que se refere à formação do trabalhador e capaz de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes.<sup>490</sup>

Para melhor compreender o enfoque dado ao “dualismo educacional” pela classe dirigente, precisamos observar o contexto histórico mundial, pois é sabido que a economia interfere diretamente no sistema educacional. Tomando essa premissa por base, como o exemplo supracitado, da utilização pela burguesia do aparelho do Estado em propor a divisão do ensino com o objetivo de legitimar e tornar-se hegemônica, por meio da modificação do sistema educacional brasileiro em dois tipos de ensino, de escola destinada à futura classe dirigente, legitimando sua posição, e escola para os pobres com o objetivo firmado da

<sup>486</sup> Cf. GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009, p.83. <sup>487</sup> Ibid., p. 83.

<sup>488</sup> Cf. FREITAG, 1980. p. 52.

<sup>489</sup> Ibid., p. 52.

<sup>490</sup> Cf. BIGHETO, 2006, p. 75.



formação de mão de obra. Tendo em mente a relação intrínseca da Economia com a Educação, acontecimentos internacionais modificaram significativamente a condição da educação no Brasil. Os seus rumos dependeu diretamente da economia, como a II Guerra Mundial que desencadeou para o País mudanças na “[...] economia de substituição de importação em 1930 e fortalecia pela conjuntura internacional [...] produziu o ‘deslocamento do centro de decisões de fora para dentro’”.<sup>491</sup>

Diante da conjuntura de guerra, o Brasil se viu impelido em fomentar seu parque industrial, pois era um momento histórico propício para o país, de expansão de suas atividades industriais, pelos altos preços das exportações dos produtos de primeiras necessidades, em decorrência das “[...] economias dos países beligerantes passaram a produzir material bélico e a limitar a produção de bens de consumo para a exportação [...]”<sup>492</sup> e a indústria brasileira teve a chance de se desenvolver sem a competição dos países estrangeiros. Além dos investimentos na indústria nacional, principalmente com a diversificação na produção, também foi necessário “[...] maior qualificação e diversificação da força de trabalho [...]”.<sup>493</sup>

Diante do quadro, a estratégia encontrada pelo Estado foi a criação do ensino técnico profissionalizante. O autor Paulo Ghiraldelli define que nesse período o Estado “[...] impôs ao sistema público de ensino uma legislação que procurou separar aqueles que poderiam estudar daqueles que deveriam estudar menos e se dirigir ao mercado de trabalho mais rapidamente”.<sup>494</sup>

A legislação referente a ensino, que foi aprovada com a Constituição de 1937, da qual tratava da organização do sistema educacional, não limitou somente ao Estado a concessão da educação e principalmente do ensino tecnicista, pois foram formulados parágrafos que responsabilizavam também as indústrias e os sindicatos, indicando que as instituições criassem “escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus empregados e membros.”<sup>495</sup> Dentre outras medidas, a Constituição definiu que a responsabilidade da educação não ficaria somente à cargo do Estado, mas também da sociedade civil e das famílias. Esse modelo de educação vai ser motivo de disputa, a exemplo dos embates entre ensino público e privado. E o debate de intelectuais em busca pela gratuidade do ensino para a população prevaleceu por longo tempo. Outro ponto que também

---

<sup>491</sup> Ibid., p. 54.

<sup>492</sup> BIGHETO, 2006, p. 54.

<sup>493</sup> Ibid., p. 52.

<sup>494</sup> Cf. GHIRALDELLI, 2009, p. 82-83.

<sup>495</sup> Cf. FREITAG, 1980, p. 51.

gerou embate diz respeito à laicidade do ensino, contra a interferência da Igreja Católica na organização do sistema educativo.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) ocorreram movimentos importantes no que concerne à educação, pois o Estado, com o ideário do “nacionalismo desenvolvimentista” e com o intuito de cumprir “O célebre Programa de Metas”,<sup>496</sup> Cinquenta anos em Cinco, fazia “[...] das necessidades de institucionalização de uma educação para o desenvolvimento, ou seja, o incentivo ao ensino técnico-profissionalização, mas até mesmo o primário teria de se obrigar a educar para o trabalho”.<sup>497</sup> Esse movimento visava atender ao “[...] projeto de doação de infraestrutura básica para o país, ou seja, industrialização [...]”.<sup>498</sup> Novamente o ensino profissionalizante ganhou contornos fortes. Naquele contexto foi redigido por Frenando Azevedo o Manifesto dos Educadores de 1959, assinado por educadores, “[...] intelectuais liberais, liberais-progressistas, socialistas, comunistas, nacionalistas, [...]”,<sup>499</sup> dentre outros envolvidos. O manifesto tinha como principal objetivo a defesa do ensino público e gratuito e a laicidade. Contudo, o “dualismo educacional” era uma realidade que persistia na legislação à época, e o caminho foi ainda mais o agravamento com a aprovação da LDB.

[...] A LDB reflete assim as contradições e os conflitos que caracterizaram as próprias frações de classe da burguesia brasileira. Apesar de ainda conter certos elementos populistas, essa lei não deixa de ter um caráter elitista. Ela, ao mesmo tempo que dissolve formalmente a dualidade anterior do ensino (cursos propedêuticos para as classes dominantes e profissionalizantes para as classes dominadas) pela equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria nesse mesmo nível uma barreira quase intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do mesmo. Assim, a criança pobre, incapaz de pagar as taxas de escolarização cobradas pela rede, não pode seguir estudando.<sup>500</sup>

Como expõe Freitag, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61) em 20 de dezembro de 1961, deixou ainda mais visíveis as disputas de classe. A burguesia permanecia com o interesse em manter-se enquanto classe dirigente, agindo, portanto, de forma contundente na formulação de leis que organizou o sistema de ensino, que era justamente o mecanismo de perpetuação de sua dominação. Mesmo que a LDB

---

<sup>496</sup> Cf. GHIRALDELLI, 2009, p. 102.

<sup>497</sup> Ibid., p. 102.

<sup>498</sup> GHIRALDELLI, 2009, p. 102.

<sup>499</sup> Ibid., p. 83.

<sup>500</sup> Cf. FREITAG, 1980, p. 58- 59.

dissolvesse o dualismo educacional na redação da lei, continuava camuflado nos entraves colocados para dificultar o total acesso ao ensino da população pobre. Os entraves também estavam no ganho de espaço do setor privado em fornecer a educação básica e superior. Em se tratando de ensino superior, a autora demarca que “[...] quase somente filhos de classe alta e média alta atingem o nível superior (universitário) é entre eles que será recrutada a futura elite dirigente [...]”<sup>501</sup> E assim ocorre que a “[...] a escola brasileira (baseada na LDB) não só reproduz e reforça a estrutura de classes, como também perpetua as relações de trabalho que produziram essa estrutura, ou seja, a divisão do trabalho que separou o trabalho manual do trabalho intelectual [...]”<sup>502</sup> e principalmente a reprodução da concepção de mundo baseado nos interesses da classe dominante.

Toda a discussão feita até aqui teve como proposta contextualizar a atuação de Albertino Marques referente à educação, como sendo parte integrante de uma conjuntura maior, pois é impossível tratar das ações do sujeito, mesmo considerando que em tais ações estão também envolto em sua subjetividade, mas não se deve deixar de observar que existe uma interferência em sua prática advinda das influências decorrentes do contexto histórico, conhecido por totalidade. Por isso, reafirmamos que das relações políticas envolvendo a Educação interferiu e influenciou a trajetória de Albertino Marques.

#### **5.4 Um balanço das condições do ensino público do município de Brumado e a inserção de Albertino Marques no cenário educacional.**

Depois de pontuarmos, brevemente, as questões concernentes à Educação do País, faremos uma análise mais pormenorizada do projeto de educação de Albertino Marques, localizando as influências da conjuntura nacional nas motivações que o levaram ao “caminho” do ensino tecnicista para a cidade. Faremos também o esforço em entender como estavam as condições referentes à educação do município de Brumado. Para tanto, é necessário um balanço das condições educacionais da cidade, por meio da análise da documentação adquirida na Câmara de Vereadores, especialmente relatórios e memorandos enviados à Câmara, de autoria do prefeito municipal o Sr. Juracy Pires Gomes.

Um dos primeiros registros que aborda a preocupação do poder executivo com o sistema educacional da cidade de Brumado foi de um requerimento do então prefeito Armindo dos Santos Azevedo, enviado à Câmara em 14 de fevereiro de 1966. O documento solicitava,

---

<sup>501</sup> Ibid., p. 65.

<sup>502</sup> FREITAG, 1980, p. 66.

junto ao Legislativo, a aprovação de acréscimo de crédito, que seria gasto “em benefício dos interesses (sic.) comunais”, a exemplo da “Saúde Pública e Assistência Social” e principalmente, como subscreve a fonte, “setores educacionais”. A justificativa dos gastos adicionais com a área de educação vem com a exposição de que seria designado “[...] dois dos créditos especiais de que trata o projeto, destinam as suas consignações adicionais a reparar dois prédios escolares, nesta oportunidade em que as escolas estão em período de férias [...]”.<sup>503</sup> A passagem apresenta poucas informações acerca da educação no município, além das que foram mencionadas pelo fragmento, das péssimas condições que se encontravam duas das escolas da cidade. Apesar disso, a solicitação do reparo ao reduzido número de escolas nos indica que havia poucos estabelecimentos de ensino na cidade. Nas gestões seguintes, os relatos trazem mais informações e é perceptível que aumentaram também os investimentos em construções de salas de aulas e também escolas na urbe e nas municipalidades.

As informações seguintes que possibilitaram a análise, ainda que parcial, da situação educacional da urbe foram retiradas de um relatório da gestão administrativa enviado à Câmara em 7 de abril de 1968, denominado “MENSAGEM com que o Prefeito Municipal de Brumado, Dr. JURACY PIRES GOMES, anuncia (sic.) o seu primeiro ano de governo, dirigida à Câmara de Vereadores do Município de Brumado.”<sup>504</sup> A redação do texto tinha por finalidade apresentar aos vereadores o resultado da viagem do Prefeito a Brasília em busca de apoio político e financiamentos para execuções de obras para município, como já apresentamos em capítulos anteriores da Fundação Hospitalar de Brumado, por isso que a denominação de mensagem é uma forma genérica para o que o documento se propõe.

Quando analisamos a exposição de resultados dos trabalhos desenvolvidos pela gestão do Prefeito Juracy Pires Gomes, quando se propôs a noticiar aos vereadores das prioridades do seu mandato, percebemos a ênfase conferida à situação do “ensino municipal”. É possível identificar uma importância significativa dada às questões educacionais, beirando a perspectiva regeneradora, salvacionista.

A minha atenção ou nossa atenção, desde que assumimos a Prefeitura foi voltada para a causa **do ensino primário municipal**. No momento em que o Estado não consegue resolver o problema do ensino primário no interior dos municípios bahianos, não podemos ficar de braços cruzados, deixando que o **analfabetismo se propague**, sem uma providencia nossa para dete-lo.[...]

<sup>503</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>504</sup> Ibid.

Reputamos isto, a maior obra de nosso governo. O nosso melhor investimento, porque, se investindo no setor da educação não a mexemos bens ao patrocínio da Comuna, entretanto formamos homens no amanhã, alfabetizados, que poderão ser uteis à Comunidade em que vivem e poderão ser uteis à Nação.<sup>505</sup>

O fragmento apresentado não diferencia tanto da abordagem apresentada por Dermeval Saviani quando analisou as teorias da Escola Nova e da escola tradicional, pois a época da implantação do novo modelo de escola durante as décadas 1930-40, estendendo-se até a década de 1960, a educação era vista como redentora, o meio necessário ao combate à marginalidade, travando-se uma batalha contra o analfabetismo. “Nesse quadro, a causa da marginalidade é identificada com a ignorância. É marginalizado da nova sociedade quem não é esclarecido. A escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade [...]”<sup>506</sup> Portanto, a sociedade burguesa que estava se estabelecendo naquele momento considerava necessário consolidar um novo modelo social de bases democrático-burguês, logo era imperativo o tipo de sociedade baseado no “contrato social celebrado ‘livremente’” entre os indivíduos,<sup>507</sup> ou seja, liberalismo econômico e livre consumo.

Nesse contexto, o papel da escola era “[...] difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente [...]”<sup>508</sup> Lembrando que eram estabelecidos tipos diferentes de escolas para as distintas classes sociais, retomando o já foi mencionado do “dualismo educacional”, a educação direcionada para aqueles que seriam as classes dirigentes era diferenciada, com o limitado acesso à Escola Nova. Sendo assim, a educação ganhou centralidade independente das classes sociais, pois até para os pobres era necessária a concessão de algum tipo de escolarização, já que era imperioso a capacitação de mão de obra especializada para suprir as demandas na crescente indústria. O objetivo do Estado burguês era “equacionar o problema da marginalidade” reduzindo o analfabetismo, não equalizar os direitos, com os ganhos, os benefícios de uma educação para todos.

Uma vez que esteve presente à época a ideia da educação como o “antídoto” de prevenção contra a ignorância e o analfabetismo, a influências desse contexto é perceptível na ênfase dada pelo relatório do Prefeito em se tratando da formação educacional, elegendo

---

<sup>505</sup> Grifo nosso. Ibid.

<sup>506</sup> SAVIANI. 1980. p. 18.

<sup>507</sup> Ibid., p. 17.

<sup>508</sup> Ibid., p.18.

como prioridade para o seu governo o combate ao analfabetismo. O fragmento citado também apresenta a ineficácia do Estado em desempenhar o dever em alfabetizar a população, associando o problema do analfabetismo como algo contagioso, a comparação feita a uma doença (advinda da experiência do Prefeito do exercício da sua profissão na área da medicina). Por conta da ineficiência do Estado pondera: “não podemos ficar de braços cruzados” deixando que “se propague”, assumindo para o seu governo a responsabilidade em minorar o problema que se arrastava do analfabetismo, em consequência do pouco número de escolas na cidade.

A noção da educação como salvação fica ainda mais evidente quando afirma que o investimento na formação para a alfabetização dos homens, colocando como promessa de utilidade para a comuna e para o País. Em seguida, apresenta o que tinha sido feito em enfrentamento ao problema. Assim, o Prefeito Juracy Pires Gomes reafirma o compromisso com o ensino do município, solicitando junto aos vereadores maior atenção aos assuntos referentes ao ensino municipal, dizendo que; “[...] Enviamos projetos de leis à Câmara que mereceram aprovação [...]”.<sup>509</sup> Em sua exposição continua certificando que foram construídas, no período de um ano de sua gestão, cerca de “[...] 50 escolas municipais que vêm funcionando algumas até com matrículas superior a 70 alunos [...]”.<sup>510</sup> Esse número de escola

é bastante significativo, quando comparamos com outra fonte apresentada acima que mostra o antecessor no cargo de gestor do Executivo, Armindo dos Santos Azevedo, que solicitava à Câmara a aprovação de liberação de verbas para a manutenção de três escolas. Ainda mais relevante é o número expressivo de 70 alunos em uma escola, pois essas construções eram somente de uma única sala. Esse número entrevê o crescimento populacional da cidade e o quanto era insuficiente a estrutura educacional que se tinha no município em virtude da demanda de alunos. Neste documento, além do tópico “ensino municipal” ao qual esteve em pauta até agora, destina uma seção específica para tratar sobre as salas de aulas.

É triste a nossa situação ao que se refere a salas de aulas. **Em vinte ou trinta anos tivemos a construção de um prédio escolar**, em flagrante contraste com o crescimento de população escolar. Estamos abandonados do Poder Público Estadual, ao setor do ensino primário. Até o Grupo Escolar Getúlio Vargas que está necessitando de urgentes reparos, há muito reclamando, não se dignou a Secretária de Educação de atender à nossa solicitação para a sua restauração. Todos esperamos que durante êste exercício a Secretaria de

<sup>509</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>510</sup> Ibid.

Educação nos venha atender nas nossas justas aspirações, dando-nos, segundo as nossas necessidades, as salas de aulas por nós muitas vezes reclamadas.<sup>511</sup>

O fragmento acima confirma a questão levantada sobre os poucos estabelecimentos de ensino na cidade, referenciada na fonte anteriormente citada sobre a gestão de Armindo dos Santos Azevedo. Quando o Prefeito relatou as pouquíssimas construções de prédios escolares durante o período de trinta anos, evidencia e ratifica a hipótese das precárias condições do ensino na cidade. Ademais, mais uma vez, no documento, o Prefeito teceu críticas ao Governo do Estado, apontando o descaso do “Poder Público Estadual” com a manutenção de escolas existentes na cidade. Em busca de minimizar os problemas de falta de escolas em decorrência do “crescimento de população escolar”, o Prefeito Juracy Pires Gomes afirmou que “A Prefeitura sob a nossa orientação iniciará amanhã, com auxílio do Ministério da Educação, a **construção de duas salas de aulas no bairro de São Felix.**”<sup>512</sup> E o Prefeito continua: “Por outro lado adquiriu com recursos de suas verbas orçamentárias **três salas de aula que serão entregues ao bairro da Cavalhada,** cujas salas custaram-nos a soma de três mil cruzeiros novos. [...]”<sup>513</sup>

Os trechos mencionados tratam de construções de escolas e salas de aulas em bairros periféricos da cidade. Percebemos que o empenho do governo com a expansão do sistema de ensino caminhou por diferentes vias, desde financiamento advindo do Ministério da Educação, até verbas próprias da Prefeitura. A importância concedida à Educação fica evidente na preocupação do Prefeito com o ensino, não somente com as questões orçamentárias dedicadas às construções, mas também com o atendimento destinado às periferias. Novamente remonta ao contexto nacional de uma onda de valorização da Educação.

Ainda sobre a mensagem enviada à Câmara em 7 de abril de 1968, retomando o tópico “ensino municipal”, vale ressaltar sobre as medidas tomadas pela gestão municipal, em parceria com o Estado, acerca da formação e contratação de professores. Tendo em vista os dados apresentados, que evidenciam um número significativo de construções de novas escolas, fazia-se necessário efetivo para ocuparem esses cargos recém-criados destinados a professores habilitados ao ensino primário, com tarefa específica de alfabetizar. Como era

---

<sup>511</sup> Grifo nosso. Ibid.

<sup>512</sup> Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>513</sup> Grifo nosso. Ibid.

extremamente difícil encontrar professores habilitados para exercerem essa função, a solução encontrada pelo Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes foi a contratação de “professoras leigas”, mediante submissão de “‘test’ (sic.) de habilitação.”<sup>514</sup> Após as professoras terem sido contratadas e indicado os trabalhos, a formação em parceria com o Estado era “[...] através do PAMP – Plano de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – um órgão federal integrante do Ministério da Educação e Cultura [...]”<sup>515</sup> O relato do Prefeito confirma que esse programa de aperfeiçoamento foi colocado em prática: “[...] Já tivemos curso do PAMP às nossas professoras (sic.) leigas, com ótimos resultados [...]”<sup>516</sup>

A informação acerca da instauração do PAMP para a formação de professoras relaciona o contexto da cidade de Brumado com o que estava se passando no âmbito nacional. Entre 1967-68, o crescimento do número de escolas e a falta de profissionais para atuarem na área da educação não foi uma especificidade de Brumado. Como assevera Vanilda Paiva que “[...] o problema dos professores leigos desde a década de 20 vinha sendo objeto de preocupação dos ‘profissionais da educação’ [...]”<sup>517</sup> Esse problema ocorreu justamente pelo mesmo motivo que se presenciou na cidade, qual seja, a “[...] expansão da rede provocada pelas construções escolares, correspondeu nos Estados à criação de um grande número de cargos de professores primários [...]”<sup>518</sup> e Governo Federal, como o intuito de resolver o problema a curto prazo, adotou medidas como a criação, em 1963, do Plano de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), com o interesse de suprir a falta de pessoas minimamente capacitadas para ocuparem as salas de aula. “[...] Com a criação do PAMP, entretanto, iniciou-se o treinamento sistemático de tais professoras em cursos de férias oferecidos em 3 etapas, atingindo nos 7 anos de funcionamento uma quantidade bastante grande de treinadas [...]”<sup>519</sup> O programa nacional de treinamento e formação de professores primários chegou ao fim nos anos de 1970, pois não havia saído como planejado; o problema da formação de professores exigia muito mais investimentos e tempo do que propunha o PAMP.<sup>520</sup>

Depois de apresentadas as condições do ensino primário do município, conhecendo o cenário em que Albertino Marques estava inserido, propondo intervenções concernentes à

---

<sup>514</sup> Ibid.

<sup>515</sup> Ibid.

<sup>516</sup> Ibid.

<sup>517</sup> PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos:** contribuição a história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973, p. 150.

<sup>518</sup> Ibid., p. 150.

<sup>519</sup> Ibid., p. 150.

<sup>520</sup> Ibid., p. 150.



Educação, é necessário conhecermos a Fundação Educacional de Brumado e o Ginásio General Nelson Mello, sendo que o último era o único grupo escolar na cidade que desenvolvia o ensino secundário. A Fundação Educacional de Brumado era responsável pela administração do Ginásio General Nelson Mello. E a justificativa em mencionar tais entidades é que Albertino Marques manteve intrínseca relação com a Fundação.

A Fundação Educacional de Brumado foi idealizada principalmente por Monsenhor Antônio da Silveira Fagundes (1915-2009), pároco da cidade, e pelo Major Valdir Magalhães Pires, por volta do final da década de 1950. Tinha como objetivo criar, subsidiar e administrar a primeira escola do ensino secundário de Brumado. Possivelmente, pela prestação dos serviços militar do Major Pires, a escola recebeu o nome de Ginásio General Nelson Mello, em homenagem ao ex-combatente da Segunda Guerra Mundial na Itália. O Ginásio entrou em funcionamento em fevereiro de 1958 e Monsenhor Fagundes, além dos serviços clericais prestados à cidade, foi também o presidente da instituição por 12 anos consecutivos, até a estadualização em 1970 por intermédio de Albertino Marques, que passou a se chamar Colégio Estadual de Brumado – CEB.

O acesso ao ensino não era gratuito. Era cobrada uma taxa anual destinada à manutenção do funcionamento do Ginásio General Nelson Mello. A proposta pedagógica oscilava entre a que estava vigente no País e a transformação em uma escola técnica. “Monsenhor pensou em adequar o ensino do Ginásio [...] o modelo de industrialismo (sic.) brasileiro e à tendência do ensino técnico, buscando a formação de mão-de-obra para esse emergente mercado, inclusive local, acreditando sobretudo do crescimento da Magnesita.”<sup>521</sup> Esse projeto de ensino técnico foi redirecionado pelo Monsenhor Fagundes, construindo novas dependências, dando o mesmo nome do primeiro ginásio com o acréscimo de Industrial, demarcando a que tipo de ensino se destinava. Mesmo com aquisições de “[...] máquinas e outros equipamentos para o tipo de educação pretendido [...]”<sup>522</sup> a iniciativa não se consolidou. Percebemos na tentativa de criação de uma escola técnica pelo Monsenhor Antônio da Silveira Fagundes as influências das tentativas de industrialização na cidade, como também do já foi apresentado do forte investimento em escala nacional do ensino profissionalizante.

A primeira proposta de Albertino Marques na Câmara referente à Educação foi em 18 de novembro de 1965, um mês após ter assumido a suplência como vereador. Sua intervenção foi a apresentação do “Projeto de lei nº 46/65” que buscava aprovação de subsídio financeiro,

521 Disponível em: <<http://cebrumado.blogspot.com.br/p/historico-do-ceb.html>> Acesso em: 30 nov. 2015.

522 Disponível em: <<http://monsenshor20.blogspot.com.br/>> Acesso em: 12 jul. 2016.

em “[...] criar um auxílio anual de Cr\$ 120,000(cento e vinte mil cruzeiros) [...]”<sup>523</sup> destinados à “Loja Maçônica ‘Aliança Sertaneja Bahiana’”. Albertino Marques considerava como de utilidade pública, uma vez que a aprovação do subsídio solicitado seria “destinado a uma escola” “[...] cuja instituição nos termos de seu regulamento e regimento internos **se propôs a criar e manter uma escola de nível primário, nesta cidade [...]**”<sup>524</sup> Se observamos esse projeto de lei isoladamente, não conseguimos identificar esclarecimentos sobre a trajetória do sujeito. Mas essa foi uma de muitas investidas de Albertino Marques na Câmara em propor melhorias no ensino do município, sendo curto tempo de permanência nos trabalhos legislativos, com uma apresentação da proposta de investimento do poder público em escola de modalidade primária. Vislumbra com essa atitude o que iria acontecer em todo o período em que exerceu a função de vereador, principalmente no que se refere à alfabetização de crianças.

No ano seguinte, em 13 de outubro de 1966, Albertino Marques apresentou à Câmara o “Projeto de Lei nº 66/66” que tinha como finalidade a autorização do “Poder Executivo a abrir crédito especial de Cr\$ 5.000.000(cinco milhões de cruzeiros), destinados à construção de um prédio escolar na sede da Vila de Cristalândia, neste município.”<sup>525</sup> Esse projeto de concessão de verbas para a construção da escola na zona rural, possível de entrever que suas inquietações, quanto a possibilitar o acesso da população as letras, não era restrita ao povo citadino, o campo também faz parte do empenho de Albertino Marques. A mencionada vila foi preocupação de Albertino Marques em outro momento, como o mesmo propósito da construção de escolas.

Na reunião do dia 04 de julho de 1970, estava em votação no Legislativo um projeto de lei que tinha por finalidade a construção de uma cadeia em Cristalândia. Albertino Marques assumiu a tribuna para votar contra o empreendimento, e a justificativa do seu voto é esclarecedor quanto ao seu posicionamento em se tratado das questões educacionais. “[...] Franqueada a palavra o vereador Albertino Marques Barrêto [...] achar desnecessário a construção de uma cadeia em Cristalândia, argumentando que em vez de ser feita a Delegacia de Polícia, fôsse [sic.] substituída por escolas noturnas a fim de educar [...]”<sup>526</sup>

<sup>523</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 29 v.

<sup>524</sup> Ibid.

<sup>525</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 83 v.

<sup>526</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 08, fl. 48 v.

Quando Albertino Marques propôs a substituição da construção da cadeia por escolas noturnas, nesse caso direcionando para a alfabetização de adultos, é perceptível a importância que ele concede às questões educacionais. Além da já apresentada concepção do sujeito acerca da educação, beirando ao maniqueísmo, segundo sua formulação educar-se era “**sair das trevas da ignorância para alcançar a luz divina do saber.**”<sup>527</sup> Tal concepção dialoga diretamente com as influências religiosas da sua visão de mundo. A proposição de seu voto contra a cadeia também é, em certa medida, uma evidente orientação da educação como forma de salvação do ser e do mundo. Durante as sucessivas análises de fontes, confirmamos que os seus posicionamentos trazem uma idealização de um modelo de homem e sociedade, tendo na Educação importância fundamental como via para a modificação social. Isso se ratifica também quando, na mesma reunião que apresentou seu voto a favor da educação e contra ao sistema penitenciário em Cristalândia, levou ao conhecimento do plenário uma “Indicação” de sua autoria, onde fez um apanhado das medidas tomadas pela Secretária de Educação e Cultura do Estado, acerca dos investimentos em construções de salas de aula.

#### Indicação

Considerando que a **Secretária de Educação e Cultura**, por intermédio do **plano nacional de Educação**, esta empenhada na construção de **salas de aula** em todos **os municípios do Estado**;

Considerando que a nossa cidade, incluída de há muito no referido plano, não foi ainda beneficiada ou contemplada, apesar da efetivação de doação dos respectivos terrenos, pelo município;

Considerando que somente cerca de 10% (dez por cento) de nossos alunos dispõem de salas de aula, num único prédio escolar;

Considerando, finalmente, que é nosso dever irrecusável procurar tornar realidade esta grande aspiração de nossos municípios;

Indicamos a mesa que nos dirige os trabalhos, ouvido o plenário, se digne de officiar com urgência aquele órgão, solicitando uma pronta e justa solução para este (sic.) angustiante problema: construção de salão de aula.

Sala das sessões, 13 de Outubro de 1966. (Ass.) Albertino Marquês Barreto. Vereador<sup>528</sup>.

Albertino Marques, no início da Indicação, abriu o texto para justificar o que pretendia, contextualizando informações acerca do âmbito nacional, apresentado dados do Plano Nacional de Educação (PNE), referindo-se às verbas aprovadas, destinadas para “construção de salas de aula em todos os municípios do Estado” a qual defere críticas,

<sup>527</sup> Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>528</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 85.**

questionando o fato do município de Brumado ainda não ter sido beneficiado com tais investimentos. Em seguida, apresentou os dados da conjuntura municipal, destacando a pequena quantidade de alunos atendida pela escola mantida pelo Estado. Pelos dados apresentados, o único colégio à época mantido pelo governo do Estado era o Colégio Estadual Getúlio Vargas. Como foi delineado anteriormente acerca das condições do ensino primário na cidade e a respeito do Ginásio General Nelson Mello desenvolvendo o ensino secundário, o Colégio Estadual Getúlio Vargas oferecia o ensino fundamental. Fica evidente o quanto Albertino Marques era conhecedor das leis que envolviam a educação, a exemplo do PNE e o interesse de se manter inteirado das condições que se encontravam o ensino da cidade. São dados que demonstram o empenho em seu projeto de atuação, da importância da Educação em sua prática como vereador e religioso.

A partir de 13 de abril de 1967, foi restabelecida na Câmara de Vereadores de Brumado, “[...] na forma do art.56 da Lei nº 140 de 22 de Dezembro de 1948, a mesa diretora dos trabalhos desta câmara, passaria a proceder à eleição nas diversas comissões permanentes que deverão ficar constituídas de acordo como que preceitua o art.57 do citado diploma [...].”

<sup>529</sup> O trecho transcrito foi retirado da Lei Orgânica dos Municípios e o que prescreve o artigo 57 é que as “[...] comissões permanentes, encarregadas do exame e estudo dos assuntos submetidos à deliberação da Câmara [...].” Sendo assim, depois de instauradas as referidas comissões, os integrantes teriam por função deliberar e tratarem de assuntos específicos referentes a cada Comissão. Desde a instauração, Albertino Marques se candidatou e assumiu duas das comissões permanentes, sendo a seguintes; “[...] 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis [e a] 5ª Comissão de Educação, Higiene e Estatística [...].”<sup>530</sup> Sua presença é verificada nas comissões até os anos de 1969.<sup>531</sup> Como já foi salientado nos capítulos anteriores, no ano de 1970, já aproximando o final do mandato, Albertino Marques afastou-se sistematicamente das atividades da casa. Sempre após algum desentendimento, ele se ausentava das reuniões, solicitando junto à diretoria licença dos trabalhos.

A sua participação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis se constitui em mais uma evidência de que durante todo o seu mandato nutriu interesse pelas questões das leis do município, uma vez que, durante a sua trajetória apresentou proposições

<sup>529</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 06, fl. 131.**

<sup>530</sup> Ibid., fl. 131.

<sup>531</sup> Referente as eleições para as comissões que foi mencionado no texto, estão referenciados no, **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 43 v. 139 - 139 v.**

de leis e contestações de outras, a exemplo da modificação dos horários de funcionamento do comércio da cidade,<sup>532</sup> o seu posicionamento contra a alteração, apresentando respaldo nas leis do país, evidencia o quanto era um estudioso e entendedor do funcionamento das leis do País. Quanto a 5ª Comissão de Educação, Higiene e Estatística é presumível o seu empenho na comissão, pois para o que Albertino Marques se propunha, era uma atuação sistemática nas questões educacionais, era manifesto que seria o espaço a qual ele iria ocupar, como ocupou e desempenhou as funções com o propósito de execução do seu Projeto de Sociedade, tendo como base principalmente a Educação.

As inquietações de Albertino Marques referentes à quantidade de escolas na cidade, levou-o a extrapolar a atuação para além do espaço da Câmara, porque com a experiência adquirida em função do trabalho legislativo e por ter entrado em contato efetivamente com o problema da falta de escolas, para o atendimento de uma população cada vez maior de crianças em idade escolar, conduziu o sujeito a disponibilizar as salas do Centro Espírita Fraternidade para que funcionassem provisoriamente como escola mantida pelo município. Chegamos a essa informação por meio de uma entrevista concedida por Armino Asilio Alves, que foi alfabetizado no CEF.

[...] eu comecei estudar em 68, seu Albertino cedeu o prédio o local de ... que ele tinha um prédio na rua Alan Kardec a disposição da professora [...], senhora Antônia [...], pra ... dar aula nesse período, entendeu?

- Aí ele arrumou o local onde é o prédio dele... um local lá onde ele fazia as reuniões espíritas já montadas em termos... até cadeira, mesas dele a gente usava essas coisas...

- O início da minha alfabetização foi lá, certo? Desde do início comecei a alfabetização de lá e sai ... e comecei na época... antigamente a gente chamava cartilha, ai sai na quarta serie sai para o colégio, para o quinto ano, entendeu?

- foi um período enorme, foi quase cinco anos, seguidos lá, que estudei lá... nesse período se 67, 68 69 até 69 depois a gente mudou de prédio, o último ano que a gente saiu de lá foi 69.<sup>533</sup>

A narrativa de Alves vem confirmar a hipótese que foi formulada no início do texto acerca da concepção e da crença de Albertino Marques na transformação do mundo pela Educação. Já é sabido que tais influências foram adquiridas de suas leituras do Espiritismo e é por esse motivo que observamos a persistência na via da Educação, por entender que educar está para além do desenvolvimento intelectual, mas principalmente na formação de um novo

<sup>532</sup> Ibid., fl. 183 v.

<sup>533</sup> ALVES, Armino Asilio. Armino Asilio Alves: depoimento [nov. 2013]. Entrevistador: Rui Marcos Moura Lima. Bahia: Brumado, 2013. Áudio mp3. Entrevista concedida ao autor para pesquisa histórica.

homem, transformando-o moral e eticamente. Por acreditar que a educação seria uma via de salvação, Albertino Marques não limitou esforços em suprir a carência de salas de aula. Em sua participação política na Câmara, propôs e aprovou projetos de leis que viabilizassem resolução do problema como as construções de novas salas de aula, mas, principalmente buscou outras saídas, como a concessão do espaço religioso para o funcionamento de escola. É evidente que o sujeito não media esforços em proporcionar o acesso à Educação aos indivíduos, inclusive não se furtou a ministra aulas no início das atividades do CEF, como também dispôs de outros meios. Seu principal interesse era um projeto de vida com base na Educação.

O maior empenho de Albertino Marques quando exerceu a função de vereador foi buscar meios que ajudassem a solucionar os problemas enfrentados pela Fundação Educacional de Brumado, instituição responsável pela administração e funcionamento do Ginásio General Nelson de Mello. Pela intensa movimentação do mesmo na Câmara em busca de soluções possíveis que permitisse a continuidade das atividades educacionais desenvolvidas pelo Ginásio. A preocupação com o andamento da administração do Ginásio surgiu em 15 de maio de 1968, quando o vereador Albertino Marques levou ao conhecimento de seus pares “[...] a situação difícil por que está passando o Ginásio General Nelson de Mello [...]”.<sup>534</sup> A situação ao qual o sujeito se reportava era dos constantes déficits orçamentários em que estava trabalhando a Fundação. Em seu pronunciamento conclamou “[...] a colaboração de todos, no sentido de trabalharem pela sua **estadualização** congregando o esforço (sic.) da Câmara com o Poder Executivo, que estar empenhado em solucionar este (...) sério problema educacional [...]”.<sup>535</sup> Como é perceptível no fragmento, Albertino Marques propôs que a saída para a resolução do problema financeiro da instituição era que ela deixasse de ser de ser privada e passasse ao comando do Estado, e assim o ensino se tornaria gratuito.

Após a apresentada proposta de estadualização, em decorrência das sucessivas petições de Albertino Marques, em 7 de novembro de 1968, ele apresentou um requerimento, trazendo a conhecimento de todos na Câmara que “[...] da última viagem do nosso ilustre Dr. Prefeito à Capital do Estado, conseguiu normalizar a situação do Ginásio General Nelson Mello, através da assinatura de um convênio entre a Fundação Educacional de Brumado, e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado [...]”.<sup>536</sup> Como podemos observar no trecho, após

<sup>534</sup> Grifo nosso. **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 161.**

<sup>535</sup> Ibid., fl. 161.

<sup>536</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

a viagem do Prefeito Dr. Juracy Pires Gomes à cidade de Salvador, o processo de estadualização iniciou-se através do convênio com a Secretaria de Educação, sendo que para a sua oficialização seria necessário o empenho da Fundação em providenciar a documentação necessária no “prazo determinado, até 30 do corrente mês,”<sup>537</sup> deste modo a apresentação do documento “[...] que seja oficiado aquela instituição; fazendo-lhe um apêlo (sic.) no sentido de que seja abreviada as providências necessárias para a solução final do assunto.”<sup>538</sup>

No dia 12 de novembro, passados somente cinco dias após a apresentação do documento que tratava sobre o convênio entre a instituição e o Estado, Albertino Marques novamente apresentou outro requerimento, solicitando junto à Mesa Diretora que “[...] encaminhe ofício à Diretoria da Fundação Educacional de Brumado [...]”<sup>539</sup> com convocação para uma reunião onde iria se tratar de interesse próprio da fundação. Antes de esmiuçar as informações do documento e entender a finalidade do ofício, cabe a transcrição do requerimento de autoria de Albertino Marques, pois consideramos significativo que se apresente a redação do próprio documento, por mostrar a construção textual do sujeito, sendo assim possível evidenciar os interesses na referida proposta.

[...] Que seja oficiado àquela Fundação convidando a sua Diretoria para um entendimento o mais **urgente se possível**, no dia 14 do corrente mês às 20 horas no salão nobre da Prefeitura Municipal Que seja este convite extensivo aos Snrs. Professôres, alunos e pais dos alunos matriculados naquele estabelecimento de ensino.<sup>540</sup>

O pedido de urgência só aparece no Requerimento, não é transcrito na ata da Câmara. Como é de conhecimento, a cobrança feita por Albertino Marques em reunião anterior se tratava da tomada de providências necessárias para a estadualização da instituição, portanto, é provável que o pedido da reunião, com a ênfase no período da execução, foi feita para tratarem de assuntos similares, tendo em vista o cumprimento do período estipulado pelo Estado, de aproximadamente 30 dias. Mas isso ainda transita pelo terreno da conjectura. As atas do Legislativo deixaram somente uma pista que delimita o campo de interpretação da finalidade desse encontro, pois tinha por uns dos pontos de pauta, a abordagem das questões financeiras como aponta o trecho; “[...] a fim de serem sugeridas providências em derredor do

<sup>537</sup> Ibid.

<sup>538</sup> Ibid..

<sup>539</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 104 v.**

<sup>540</sup> Grifo nosso. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

assunto relacionado com a subsistência da mencionada Fundação [...].”<sup>541</sup> Tendo em vista o já apresentado déficit orçamentário que se arrastava a Fundação Educacional de Brumado, e a preocupação de Albertino Marques sempre foi o risco de encerrar as atividades, tendo em vista que, com o fechamento, o lugar mais próximo para a população cursar o ensino secundário seria Caetité, cuja distância era cerca de cem quilômetros.

Outra informação relevante que aparece na redação do Requerimento e que compõem os indícios que nos auxiliam na compreensão não somente da convocação para a reunião, como também da formulação do projeto no que tange a Educação, é a proposição suscitada por Albertino Marques, da extensão do convite a “aos Snrs. Professôres, alunos e pais dos alunos”.<sup>542</sup> A finalidade de ter marcado a reunião fica evidente quando apresentou à Câmara um memorando com o resultado, o que será apresentado a seguir.

Antes disso precisamos nos cercar de todos indícios na tentativa de esgotar a análise, com o intuito de entender se o objetivo da referida reunião foi anteriormente formulado por Albertino Marques, ou se o surgimento da proposta de criação do curso técnico surgiu da demanda dos presentes. Diante do último fragmento apresentado, com a extensão do convite aos professores e à comunidade externa, são evidências que dialoga com o momento para materialização de algo que já havia sido pré-concebido. Se somente fosse acerca das questões financeiras e de documentação da instituição para a estadualização, não seria preciso a convocação dos demais presentes, por ser um assunto diretamente tratado com a diretoria, responsável pelo Ginásio. Mas a extensão do convite vislumbra que existia uma proposta formulada pelo vereador e necessitava de apreciação dos interessados.

A reunião destinada a tratar de assuntos referentes ao Ginásio General Nelson de Mello aconteceu no dia 14 de novembro de 1968 e Albertino Marques levou ao conhecimento da Câmara o resultado da mesma no dia 3 de dezembro. Apresentou em forma de requerimento “[...] um memorial firmado por **trinta estudantes da quarta série noturna do Ginásio Nelson de Mello**, nesta cidade, **pleiteando a criação de um Curso Técnico de Contábeis**, anexo ao referido estabelecimento de ensino [...]”.<sup>543</sup> O documento tinha por finalidade requerer da Mesa diretora que fosse “[...] encaminhado o presente memorial, ao Exmº Sr. Dr. Luiz Viana Filho, eminente Governador do nosso Estado encarecendo-lhe (sic.) a necessidade de ser atendida esta reivindicação (sic.) que, por certo, muitos benefícios dela

---

<sup>541</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 104

<sup>542</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 104 v.

<sup>543</sup> Grifo nosso. Ibid., fl. 110 v.



advirão, para o futuro cultural e social da nossa comunidade [...].”<sup>544</sup> A primeira ponderação de Albertino Marques no Requerimento foi que toda a documentação encaminhada a Mesa fosse uma “[...] cópia **dirigindo ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Prefeito Municipal de Brumado** [...]”.<sup>545</sup> Assim foi feito, pelo trabalho em conjunto desenvolvido entre Albertino Marques e o Prefeito Juracy Pires Gomes, com o objetivo da resolução dos problemas financeiros da Fundação Educacional de Brumado. Portanto, o sujeito exigiu que o Prefeito ficasse ciente das novas medidas tomadas em decorrência do encontro.

As últimas reivindicações de Albertino Marques no que tange as questões educacionais para a cidade foram feitas na reunião do dia 29 de maio, sendo a apresentação da “Indicação de nº 85/69”, além de considerações feitas na tribuna da Câmara exigindo atenção do poder público municipal acerca do funcionamento das escolas no bairro do São Felix. O texto dessa indicação foi trabalhado algumas vezes durante esse estudo, tanto quando foi discutida a concepção religiosa de educação de Albertino Marques, como também sobre o tratamento dado pelo sujeito a respeito das questões da Ditadura Militar, chamando-a de Revolução Patriótica. A fonte foi temporariamente esgotada das possibilidades de análise, pois era um texto de redação do próprio Albertino Marques, que continha muitas informações necessárias para a compreensão da sua trajetória. Cabe-nos agora tratar do motivo específico do qual o texto foi redigido, o pedido de notificação “[...] com urgência ao chefe do Executivo Municipal, fazendo-lhes um veemente apêlo (sic.) no sentido de destinar à Fundação Educacional de Brumado uma verba necessária à cobertura do déficit apresentado no orçamento para o corrente exercício da referida Fundação [...]”.<sup>546</sup> O débito orçamentário na atual gestão foi de “dez mil cruzeiros novos.”<sup>547</sup> Portanto, pela informação, presumimos que a efetivação da estadualização em 1969 ainda não havia ocorrido, pois os mesmos problemas de orçamento enfrentados anos anteriores estavam se repetindo.

Albertino Marques conhecia o andamento do processo de estadualização do Ginásio nas instâncias estaduais, pois na cobrança firmada à Câmara de oficiar ao chefe do Executivo na mesma reunião do dia 29 de maio, “[...] sôbre (sic.) as escolas do São Felix, onde os ensinamentos estão sendo prejudicados por falta de professores [...],” além de tratar das questões de falta de professora para as escolas do bairro, presente fragmento, também fez referências que

<sup>544</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

<sup>545</sup> Ibid.

<sup>546</sup> **CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 104 v.**

<sup>547</sup> Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

demonstram que ele tinha ciência da aprovação do referido projeto por parte do Estado. Na ata do registro da reunião consta a seguinte descrição.

Franqueada a palavra o Vereador Albertino Marques Barrêto, teceu consideração em derredor da situação do Ginásio desta cidade, e pediu que se fizesse um memorial ao Governador do Estado, e que unidos ao Prefeito, os vereadores firmassem um bloco unido, no sentido de solucionar o grande problema econômico que poderá causar sério perigo a educação dos jovens desta terra [...].<sup>548</sup>

No fragmento, Albertino Marques apresenta aos seus pares o andamento do processo de estadualização do Ginásio. É notório que estava ciente do parecer favorável do governo do Estado, sendo assim propõe que a Câmara, em forma de agradecimento ao Governador do Estado, construa um memorial para homenageá-lo. Como também convoca os vereadores a se juntarem ao Prefeito Juracy Pires Gomes em busca de solucionar os problemas econômicos enfrentados pela Fundação Educacional de Brumado. Essa convocação em específico foi uma forma de buscar apoio dos vereadores em aprovação da “Indicação de nº 85/69” referenciada acima, que concedia recursos financeiros ao Ginásio. Existiu um empenho por parte do sujeito em resolver os entraves das questões educacionais do município, pois lançou mão de diferentes meios para solucionar os problemas econômicos do Ginásio.

A atuação de Albertino Marques em busca de resolver a situação precária da cidade no que tange ao ensino secundário foi esquematizada à curto e ao longo prazo. A curto prazo, agiu em decorrência da situação emergencial, provando recursos financeiros de origem pública para a instituição que era privada. Ao longo prazo, quando surgiu a ameaça do fechamento do Ginásio, Albertino Marques idealizou e fomentou a estadualização da Fundação, buscando o auxílio político no Prefeito. O interessante é que em meio à crise enfrentada pela Fundação Educacional de Brumado, Albertino propôs reunião com a diretoria da instituição e com a comunidade externa com o objetivo de executar um projeto de educação tecnicista nas mediações do Ginásio General Nelson de Mello.

O “CURSO TECNICO EM CONTABILIDADE”<sup>549</sup> iniciou o funcionamento quando a administração do Ginásio General Nelson de Mello passou para o governo do Estado em 1970, com o nome de Colégio Estadual de Brumado. As influências para a escolha de curso

---

<sup>548</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE BRUMADO. Arquivo da Câmara Municipal de Brumado. Ata. Livro 07, fl. 166

v.

<sup>549</sup> Requerimento de 3 de dezembro de 1968. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

técnico em detrimento de outra modalidade de ensino são advindas em duas escalas; a nacional, com claros objetivos de atender aos interesses da nascente burguesia brasileira, preocupada em formar mão de obra qualificada para ocuparem cargos na indústria e advindo desse atual contexto direcionou a estratégia educacional do país. E a escala local, que influenciou diretamente a escola de Albertino Marques pelo curso técnico, pois a cidade havia passado por significativas transformações em decorrência da instalação da indústria de mineração Magnesita e a demanda por pessoal qualificado; o que levou, por exemplo, antes de Albertino Marques, o Monsenhor Fagundes, então diretor e idealizador da Fundação Educacional de Brumado, a destinar dentro do Ginásio General Nelson de Mello uma sala com o maquinário necessário para a implantação de cursos técnicos, como o de mineração, que não veio propriamente a entrar em funcionamento. Portanto, a proposição do curso técnico encampado por Albertino Marques teve influência do contexto ao qual estava inserido.

Em sua trajetória Albertino Marques, através de suas ações, expressou um visível “projeto de mundo”, atuando tanto no espaço religioso, com o Curso de Alfabetização e posteriormente com a “Escola Noturna Professor Leopoldo Machado”, quanto no espaço da política pública *stricto sensu*, intervindo no Estado, munido de estratégias de atuação, como a expansão e fortalecimento do ensino primário com as construções de escolas, além de disponibilizar ao município as imediações do Centro para funcionamento de espaço de formação pela escassez de escolas.

Todas essas iniciativas confirmam interesses objetivos com a Educação. Seu maior engajamento girou em torno da luta pela gratuidade do ensino secundário, com o empenho de estadualização da Fundação Educacional de Brumado, instituição privada responsável pelo Ginásio General Nelson de Mello. Ademais, insistiu na defesa da Educação como direito de todos. Nesse sentido, podemos conjecturar que para o sujeito a atividade educativa estava muito além do simples ato de aprender a ler e escrever. A Educação, no entendimento de Albertino Marques, apresentava-se como possibilidade de melhoramento do ser, de formar um ser humano novo, transformado pelo conhecimento. Assim, crente do papel salvacionista da Educação, influenciado pelos fundamentos religioso, Albertino Marques agiu com tanto empenho na cidade de Brumado, em busca da melhoria do sistema de ensino do município com uma finalidade maior: a evolução da humanidade e, conseqüentemente, do espírito.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Albertino Marques Barrêto constitui figura de destaque para todos aqueles que se debruçam na história da cidade de Brumado ao longo do século XX. Após analisar vinte anos da trajetória deste personagem, foi possível perceber que todas as suas ações foram orientadas por uma visão de mundo pautada principalmente nos preceitos da Doutrina Espírita. Mas não somente, visto que as dinâmicas do contexto estudado também exerceram papel importante em suas tomadas de decisões.

No decorrer da pesquisa, identificamos Albertino como uma figura que atuou em diferentes espaços na cidade. Sua atuação iniciou-se no Centro Espírita Fraternidade, expandindo-se, a *posteriori*, para a política institucional. Como foi demonstrado ao longo do trabalho, a sua inervação na política institucional teve como finalidade principal cumprir um papel espiritual. Assim, Albertino Marques tornou-se vereador e engajou-se, principalmente, na luta pela melhoria da educação local.

Como espírita, entendia que a educação se constituía em um meio que garantiria o progresso intelectual e a conseqüente evolução espiritual dos indivíduos. Tal progresso seria fundamental para o desenvolvimento da humanidade de forma geral, garantindo a evolução do mundo terreno. O projeto de educação desenvolvido por ele estava imbricado na sua formação enquanto espírita. Para ele, a educação seria o caminho de salvação do ser humano, libertando-o da “ignorância”. O acesso ao conhecimento construiria, assim, um “homem novo”. Para Albertino, não se tratava de formar espíritas, mas, sim cidadãos aptos a intervir no curso de sua própria história. Contudo, a possibilidade de atrair novos fiéis para a doutrina também não foi descartada, embora esta não tenha sido a prioridade.

Ao estudarmos a trajetória de Albertino e o projeto de educação desenvolvido por ele, conseguimos, ainda, nos aproximar da própria história do Espiritismo, uma vez que suas ações deste se orientaram tendo por base a defesa dos princípios da fé espírita. Durante a sua trajetória, teve como prioridade minorar as mazelas sociais, proporcionando melhores condições de vida a classe trabalhadora, tais como saneamento básico, criação de hospital público, bem como, a articulação para a criação de um colégio público que atendesse tanto ao ensino básico, como a formação técnica. No entanto, como toda trajetória, seu percurso foi marcado por paradoxos.

Buscou eliminar as desigualdades sociais, que para ele eram explicadas à luz da Doutrina Espírita. No início de suas atividades do CEF, Albertino Marques priorizou o atendimento aos mais pobres, pois tinha a caridade como o centro norteador de suas ações, atendendo ao princípio espírita de que *“Fora da caridade não há salvação”*. Esta *“máxima”* está presente em toda a formulação doutrinária do Espiritismo.

A concepção espírita enxerca o *“próximo”* como um irmão, por isso defende a benevolência como um princípio. A caridade, portanto, teria como meta garantir que todos tenham as condições mínimas de sobrevivência, minorando o sofrimento do irmão, na medida em que não o deixe sofrer com a fome, o frio, as doenças, dentre outras mazelas. Apesar dessa concepção, a Doutrina não faz nenhuma crítica ao capitalismo, sistema responsável pelas desigualdades sociais e econômicas.

Ao tratar das questões econômicas, a doutrina condena a fortuna dos homens, aceitável apenas quando servir como meio de facilitar a vida de quem é mais pobre. No entanto, nunca apresenta uma crítica direta ao sistema capitalista. Quando trata das questões da fortuna, entendem que a pobreza e a riqueza são frutos do mérito individual/espiritual, adquirido ao longo de várias encarnações. Portanto, seu conteúdo doutrinário reproduz o discurso legitimador, ideológico, que faz a desigualdade decorrer de atributos individuais – é o indivíduo como explicação da riqueza e da sociedade. Nesse sentido, a doutrina espírita é influenciada pelo modo burguês e individualista de ver o mundo.

A influência do espiritismo no pensamento de Albertino Marques certamente contribuiu para suas escolhas políticas e sua forma de entender a divisão social entre ricos e pobres. Engajou-se na luta pela minoração das desigualdades sociais na cidade de Brumado, porém durante a sua atuação no legislativo municipal prestou apoio à Ditadura Civil-Militar, pois acreditava que aquele seria o melhor governo à época. Não foi por acaso que ao se referir ao regime usou a expressão *“Revolução Patriótica”*. Sua simpatia aos militares contribuiu para conquistasse apoio e benefícios para os seus projetos. Apesar do seu apoio explícito à Ditadura, suas ações voltadas ao social contribuíram para que as pessoas que assistiram a sua atuação no CEF e na Câmara vissem-no como comunista ou, no mínimo, como *“Comunista moderado”*, o que evidencia de forma mais contundente os paradoxos de sua trajetória.

Ao longo dos capítulos, procuramos traçar a atuação de Albertino nos seus múltiplos âmbitos. A industrialização foi o fator preponderante para levar Albertino a Brumado, já que houve uma modificação no cenário urbano da cidade frente às inovações trazidas pela

indústria. Ademais, ampliou-se a quantidade de emprego formal. Albertino direcionou-se à cidade, justamente, para trabalhar no setor industrial.

Ao longo da pesquisa, constatamos que a atuação de Albertino Marques talvez represente uma exceção no universo político e social brasileiro, tendo em vista que ele ocupou diferentes espaços e exerceu atividades diversas ao longo de sua trajetória, conquistando capital simbólico e disputando espaço dentro do campo político e religioso brumadense.

Nesse sentido, para além do projeto individual, o estudo da trajetória de Albertino Marques nos possibilitou analisar história da cidade de Brumado, sem perder de vista sua conexão com um contexto mais geral, vivenciado no Brasil como um todo. Estudar a história da cidade nos abriu brechas para compreender a história do Brasil sobre diversas perspectivas. Nesse sentido, nosso trabalho rompeu com a visão, ainda muito influente na academia, que a história do Brasil se confunde com a história do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, visão que muitas vezes negligencia os aspectos da história do Nordeste, principalmente as cidades do interior, como se esta história não compusesse o cenário nacional.

No contexto temporal que nos debruçamos, o Brasil vivenciava uma série de acontecimentos, marcados pelo fim da chamada Era Vargas, o início de uma política nacional-desenvolvimentista levada adiante pelo governo Juscelino Kubitschek, bem como pela eclosão do Golpe Civil-Militar que reordenou a política nacional, que passou a ser marcada pelo autoritarismo e pela violência institucional.

Nessa conjuntura, mais especificamente a partir da década de 1950, iniciou-se um processo de urbanização a nível nacional, que atingiu a cidade de Brumado, que começou a se urbanizar na década de 1940, quando foi instalada a indústria Magnesita, trazendo, logo em seguida, a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Apesar da urbanização e do desenvolvimento industrial a cidade de Brumado continuou sem um sistema de saúde pública. Do mesmo modo, o sistema educacional continuou defasado. Albertino Marques se inseriu neste cenário como uma figura que, inicialmente por dentro do Centro Espírita, começou a pleitear melhorias tanto para a educação, quanto para a saúde da cidade, tendo como foco principal a melhoria educacional. Engajado nessa luta, ocupou outros espaços, além do religioso, adentrando outros campos de disputa, tais como a Câmara de Vereadores, a Liga Desportiva Brumadense e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Ao longo da dissertação procuramos traçar a atuação de Albertino nos seus múltiplos âmbitos. Nesse percurso, constatamos que a atuação de Albertino Marques talvez represente

uma exceção no universo político e social brasileiro, tendo em vista que ele ocupou diferentes espaços e exerceu atividades diversas ao longo de sua trajetória, conquistando capital simbólico e disputando espaço dentro do campo político e religioso brumadense. Ao tornar-se um homem público conseguiu viabilizar e expandir os seus projetos de caridade e educação que foram gestados no Centro Espírita.

## 7. REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Atas:

Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Brumado (1965-1971)

Atas da Liga Desportiva Brumadense (1965-1974)

Atas do Centro Espírita Fraternidade (1954 -1971)

Atas do Núcleo Legião da Boa Vontade (1964)

Atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brumado (1974)

#### Cordéis:

PIRES, J. W. **A epopeia da Magnesita S/A. De 1940 a 2007**. Brumado: Gráfica Bandeirante, 2008.

PIRES, J. W. **História da Viação Catarino**. Salvador, Fevereiro 2014.

#### Documentos institucionais:

Pareceres e requerimentos da Câmara de Vereadores. Arquivo da Câmara de Vereadores de Brumado – Caixa: Pareceres e Requerimentos da Câmara de Vereadores de 1966 a 1970.

Estatuto do Centro Espírita Fraternidade (1955)

#### Fontes literárias:

LEITE, Mário Rizério. **Xuruê: Lendas e contos**. Rio de Janeiro: Pondetti, 1970.

#### Fontes orais:

Armindo Asilho Alves, 55 anos.

Célia dos Santos Barreto Brito 54 anos.

Edson Meilheres dos Santos 75 anos.

Érico Dias Lima, 90 anos.

Ivan Meira dos Santos pronto 66 anos.

Joao Miranda dos Santos 107 anos.

José [pseudônimo] 83 anos.

Maria da Glória Espínola Costa, 78 anos.

Marizete dos Santos Barreto de Oliveira 58 anos.

Teobaldo José Ribas 82 anos.



Valfrido Figueiredo de Carvalho, 50 anos.

### **Legislação:**

BRASIL. Ato institucional (Nº 1), de 31 de janeiro de 1966. **Ato institucional (Nº 1)**, Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1967.

BRASIL. Decreto-lei nº 317, de 13 de dezembro de 1966. Código de posturas do município de Brumado. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 13 dez. 1966.

BRASIL. Decreto-lei nº140, de 22 de dezembro de 1948. Lei orgânica dos municípios. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 22 dez.1948.

Código de Posturas do Município de Brumado. Lei Nº 317, de 13 de Dezembro de 1966.

### **Memória:**

AZEVEDO, Agnelo dos Santos. **Recordar é viver**. 2007.

MAFRA, Gileno Otávio de Meira. Coletânea de contos e poesias. In: PIRES, J. W. **A epopeia da Magnesita S/A. De 1940 a 2007**. Brumado: Gráfica Bandeirante, 2008.

### **Obras do Espiritismo:**

Kardec, Allan. **O livro dos médiuns, ou, Guia dos médiuns e dos evocadores: espiritismo experimental**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2003.

KARDEC, Allan. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Araras, SP: IDE, 2008.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Araras, SP: IDE, 2009.

### **Outras fontes:**

Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. Vol. XX.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural no Brasil antigo**: (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVII e XIX) – Edição fac-similar, comemorativa aos 55 anos da primeira edição. – Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

### **Periódicos:**

Jornal A Tarde (1970). Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)

Jornal A Penna (1940). Arquivo Público de Caetité

Jornal Magnesita Fratarinho (1988). Arquivo Público de Brumado.

## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AUBRÉE, Marion. **A mesa, o livro e os espíritos**: gêneses, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: Edufal, 2009.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BIGHETO, A. C. **Eurípedes Barsanulfo, um educador espírita na Primeira República**. Dissertação (mestrado), Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

BOMENY, Helena. **E ele voltou... o segundo governo Vargas**: A educação no segundo governo Vargas. Disponível em:  
<[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/Ele Voltou/Educacao](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao). Acesso em: 07 ago. 2016.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: Ente o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo, Perspectiva, 2005.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: Transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.13, n.3b, p. 897 – 916, set/dez 2012

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: Ideias arriscadas sobre algumas questões de método. **História e Luta de Classes**, n. 9, p. 7-16, jun. 2010.

DAMAZIO, Sylvia F. **Da elite ao povo**: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DIAS, José A. **Rumo ao palácio**: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). 2009. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERNANDES, P. C. C. **As origens do espiritismo no Brasil**: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FERREIRA, Daniela de Jesus. **Tempos de lutas e esperanças**: a materialização da revista Seiva (1938-1943). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes. 1980.

FUCKNER, Cleusa Maria. Lar Escola Doutor Leocádio José Correia: Uma experiência de educação na perspectiva espírita. In: VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, **Anais...** Itajaí: UNIVALI, SC, 2008.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.  
GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cáceres**. 5ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia: Análise&Dados**. Salvador, v. 10, n. 01, p. 87-98, jun. 2000.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil: (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INCONTRI, Dora. **A Educação segundo o Espiritismo**. São Paulo: Editora Comenius, 2000.

LIMA, Rui Marcos Moura. Socialismo e espiritismo: educação como prática transformadora – Centro Espirita Fraternidade (Brumado-Ba: 1954-1964). **Revista Praes**: Saberes e produções discentes. Salvador, v. 1, n. 1, p.133-147, 2011.

LIMA, Rui Marcos Moura. **Um caminhante no sertão da Bahia**: estradas de Albertino Marques Barreto em Brumado (1945-1947). 2014. Monografia (Especialização em Educação, História e Sociedade) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina-Ba, 2014.

LOBO NETO, F. J. S. **Há cinquenta anos**: o debate sobre a primeira LDB. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN08%20LOBO%20NETO,%20F.J.%20S.%20memoria%20e%20documento.pdf>> Acesso em: 07 ago. 2016.

MATOS, Rafaela Gonzaga. **Experiências de ferroviários e legislação trabalhista na Bahia (1932-1952)**. 2011. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2011.

MEIRA, Ângela dos Santos. **O cinema de brumado enquanto espaço de lazer e socialização**: o cine teatro Fátima. 2014. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Caetitê, Bahia, 2014.

MELLO, Reynaldo França Lins de. **Economia da esmola e subdesenvolvimento sustentável**: A Legião da Boa vontade (1950-2001). Dissertação (mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- MENDONÇA, 2004, p. 48. A esse respeito ver também: MENDONÇA, 1986.  
OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira**: crítica a razão dualista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: INHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 243-272.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **A industrialização brasileira**. São Paulo, SP: Moderna, 2004.
- MONTALVÃO, Sérgio. **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação**. Trabalho apresentado da I Jornada Discente do PPHPBC – Programa de Pós-graduação do CPDOC/FGV; 2009. Disponível em:  
<<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/ldb-de-1961-apontamentos-para-umahist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 07 ago. 2016.
- MORGADO, Chablik de Oliveira. **O vôo do pássaro e seu canto**: trajetória de um espírita e do Espiritismo em Feira de Santana (1940-1960). 2015. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, 2015.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição a história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.
- PAULA, Dilma Andrade de. Estado e Aparelho Privado de Hegemonia na Sucessão de Ramais Ferroviários. In. MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). **Estado Brasileiro: Agências e Agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005. p. 59-77.
- PAULA, Dilma Andrade de. Ferrovias e rodovias: O dualismo na política de transporte no Brasil. In. MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.) **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2006. p. 209 – 230.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: SABIN, ano 03, n. 33, jun. 2008.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia**: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936 – 1948. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Elizete da. A trajetória de Arquímínia Barreto: uma intelectual batista. In: SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da; SILVA, Paulo Santos (Org.). **Rastros biográficos: estudos de trajetórias**. Salvador: EDUNEB, 2014. p. 97- 148.

SILVA, Fabiana Machado da. **Trem das Grotas**: a ferrovia Leste Brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945). Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidades do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

SILVA, Laina M. de O. O Partido Social Democrático: atuação política no alto sertão da Bahia (Vila de Brumado 1930-1933). In: IX SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2014. p. 3760 - 3775.

SILVA, Priscila Machado. **Miguel Lourenço de Almeida**: A Trajetória de um familiar do Santo Ofício no sertão da Bahia – século XVIII (1708-1785). 2011. Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, 2011.

SILVA, Thiago Moreira Melo. **A presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste**. In: XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária, 2009, São Paulo, p. 2- 29. Disponível em: <[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva\\_TMM.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_TMM.pdf)> Acesso em: 11 mar. 2016.

SOUZA, Robério Santos. **“Tudo pelo trabalho livre!”**: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011.

SOUZA, Robério Santos. **Dimensões do Labor Ferroviário na Bahia**: Trabalho, Disciplina e Educação Profissional (1939-1942). Disponível em: <[http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_II/roberio\\_santos\\_souza.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/roberio_santos_souza.pdf)> Acesso em: DATA

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ZORZO, Francisco Anônio. **Ferrovia e Rede Urbana na Bahia**: Doze Cidades Conectadas pela ferrovia do Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930). Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.